



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM HISTÓRIA SOCIAL DA AMAZÔNIA

FESTEJOS DO ABOLICIONISMO:
Tecendo memórias e representações da liberdade em Belém (1881-1888).

CARLOS DENIZAR DE SOUZA MACHADO

Belém – Pará

2019

CARLOS DENIZAR DE SOUZA MACHADO

**FESTEJOS DO ABOLICIONISMO:
TECENDO MEMÓRIAS E REPRESENTAÇÕES DA LIBERDADE EM BELÉM (1881-
1888).**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará como exigência parcial para obtenção de título de Mestre em História. **Orientador:** Professor Dr. José Maia Bezerra Neto (UFPA-PPHIST).

Belém - Pará

2019

Dedico a meus pais e irmão pelo apoio de sempre.

À Joiley, Felipe e João Victor pela força e o amor.

Ao tio Juscelino Pereira e primo Anderson (*In Memoriam*) pelo incentivo.

AGRADECIMENTOS

Esse momento é sempre delicado, pois acredito que a finalização de uma etapa acadêmica é resultado de um conjunto de forças que agregam durante os percursos da vida no qual muitas pessoas te fortalecem em batalhas diárias para estudar, trabalhar e progredir. Vou tentar ser justo com boa parte delas.

Agradeço a minha esposa Joiley Nazaré que me ajudou em amplo sentido quando tive que me ausentar do seu convívio para viagens à Belém, fins de semana que passei analisando anotações, resumos, lendo bibliografias, procurando fontes em fichas, digitando trabalhos e escrevendo a dissertação e falando “o tempo todo” sobre a pesquisa. Ao João Victor pelas conversas sobre história, trocas de angústias e tirando de dúvidas, troca de observações, dicas, bibliografias e “puxões de orelha” que deram fôlego para materialização desse trabalho. Ao Felipe que sempre esteve ao meu lado com seu companheirismo e carinho.

Aos meus pais Sebastiana Pereira e Carlos Alberto pela força, pois sempre proporcionaram condições de estudar, incentivo e estímulo para continuar. Ao meu irmão Denílson Machado pelo companheirismo e boas vibrações. Ao meu padrinho João Monteiro, pelo apoio e ajuda para progredir nos estudos.

Agradeço à equipe de atendimento ao Arquivo Público do Estado do Pará, bem como à Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves (CENTUR), as sessões de microfilmagem e de obraras raras. Ao Centro de Memória da Amazônia (CMA) e a Biblioteca “Fran Pacheco” do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP).

Aos professores e representantes do setor administrativo do Programa de *Pós-Graduação em História Social da Amazônia (PPHIST)* da Universidade Federal do Pará pelas orientações, discussões e indicações. Agradeço à Professora Nazaré Sarges e ao Professor Josenildo de Jesus pelas observações de defesa, bem como à Professora Maria Roseane Corrêa Pinto Lima, Filipe Monteiro e Willian Gaia pelas orientações durante a qualificação. Aos professores Marcio Couto Henrique, Antônio Otaviano, Cristina Cancela e Magda Ricci, pelas orientações e apontamentos.

Em especial, ao meu orientador Professor Dr. José Maia Bezerra Neto que sempre foi inspiração para enveredar nos estudos sobre escravidão e abolicionismo, desde os tempos de graduação na UFPA. Muito obrigado por sua compreensão, observações, correções, leituras e apontamentos.

Aos colegas da turma de 2017 de mestrado e doutorado pelos bons momentos em sala de aula e intervalos. Aos amigos de tantas viagens no trecho Bragança-Belém-Bragança ou mesmo

nos famosos lanches dos intervalos de aula do PPHIST, onde vivenciamos momentos de descontração e troca de conhecimento com alegria e leveza. Não posso esquecer dos colegas da *Secretaria de Cultura e Despostos (SECULD)* do Município de Bragança-Pará que compreenderam minha licença e o desejo de melhoria, além dos amados irmãos da *ARLS Conciliação Bragantina nº 1047* que entenderam as ausências justificadas em sessões da loja. Agradeço às direções e coordenações das escolas estaduais “Rio Caeté” e “Yolanda Chaves” pela parceria e compreensão quando tive que ausentar-me de algumas programações escolares em virtude do compromisso de apresentação de simpósios ou atividades acadêmicas regulares. Aos estagiários da *UFPA- Campus Bragança* que puderam me ajudar com a produção de planos de aulas, textos e atividades extracurriculares.

Encerro, ironicamente, agradecendo a “força” da SEDUC-PA, cuja orientação estava sob o signo da administração de Simão Jatene. Voltar ao mundo acadêmico depois de uma década e conciliar forçadamente estudo e trabalho são “fardos” bastante pesados. Num Estado em que o Professor da rede básica tem previsto em lei o direito à aperfeiçoamento, mas este não é garantido por conta das amarras administrativas que dificultam ao profissional da educação acesso a licença em busca de progressão. Ser forçado a perder carga horária e não ter garantido o direito de licença remunerada para exercer o justo direito de qualificação esmorecem. Enfrentei com bastante revolta e inconformismo essa injustiça de não ter garantida a licença para aperfeiçoamento, pois essas dificuldades criadas pela SEDUC-Pará acarretou em perda significativa de carga horária. As implicações decorrentes dessa injustiça, aliada ao desgaste físico e mental da delicada conciliação entre trabalho e estudo tornaram o caminho espinhoso, porém não cessou a vontade de estudar.

Passados dois anos e alguns meses, não me arrependo já que as experiências vividas, o conhecimento e o prazer da pesquisa foram valiosos e insubstituíveis porque proporcionam satisfação pessoal e possibilitaram a concretização de outra etapa de vida profissional. Era um desejo que, por diversas razões, de ordem pessoal e profissional, tive que adiar-lo. Agora, concretizado, sei que levantei templos à virtude.

Mas o historiador não tem nada de homem livre, pois do passado apenas conhece aquilo que esse passado quer mostrar-lhe.

(Marc Bloch, A Sociedade Feudal)

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

M149f Machado, Carlos Denizar de Souza.
FESTEJOS DO ABOLICIONISMO : TECENDO MEMÓRIAS
E REPRESENTAÇÕES DA LIBERDADE EM BELÉM
(1881-1888). / Carlos Denizar de Souza Machado. — 2019.
219 f.

Orientador(a): Prof. Dr. José Maia Bezerra Neto
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-
Graduação em História, Belém, 2019.

1. Festejos . 2. Liberdade. 3. Abolicionismo. 4. Belém. 5.
Escravidão. I. Título.

CDD 981.15

CARLOS DENIZAR DE SOUZA MACHADO

FESTEJOS DO ABOLICIONISMO:
TECENDO MEMÓRIAS E REPRESENTAÇÕES DA LIBERDADE EM BELÉM (1881-
1888).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará como exigência parcial para obtenção de título de Mestre em História. **Orientador:** Professor Dr. José Maia Bezerra Neto (UFPA-PPHIST).

Banca examinadora:

Prof. Dr. José Maia Bezerra Neto

Universidade Federal do Pará (Interno- UFPA / PPHIST)

Prof.^a Dr.^a Maria de Nazaré Sarges

Universidade Federal do Pará (Interno- UFPA / PPHIST)

Prof. Dr. Josenildo Jesus Pereira

Universidade Federal do Maranhão (Externo- UFMA)

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

CAPÍTULO 1

Imagem 1- Ilustração do monumento ao General Gurjão	27
Imagem 2- Jornal “O Abolicionista Paraense”.....	40
Imagem 3- Praça V. do Rio Branco, também conhecida como “Mercês”.	53

CAPÍTULO 2

Imagem 4 - Ao Circo, abolicionistas!.....	75
---	----

CAPÍTULO 4

Imagem 5 - Anúncio da passeata dos caixeiros do comércio de Belém.....	168
Imagem 6 - Analogia do Treze de Maio de 1888 e a Guerra do Paraguai.....	189

LISTA DE TABELA

CAPÍTULO 4

- Tabela 1-** Relação de subscritores das repartições públicas, companhias e comerciantes.....13
- Tabela 2-** Valores em Réis arrecadados nas noites dos dias *24, 25, 26 e 27 de setembro de 1887* na *Kermesse* do Circo Cosmopolita141
- Tabela 3-** Valores avulsos arrecadados nos pavilhões por noite.142

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
Capítulo 1	
O QUE OS JORNAIS RECORDAM?.....	18
1.1- As festas patrióticas: Memórias e sujeitos	23
1.2- Representações e significados.....	32
1.3- Circulando nos festejos: As folhas “Quinze de Agosto”, o Satírico “A Vida Paraense” e “O Abolicionista Paraense”.....	37
1.4- Festejos do decenário da lei “28 de Setembro de 1881”	41
CAPÍTULO 2	
A Caridade, o drama e os divertimentos: Agregação e empatia social nos festejos do abolicionismo.....	58
2.1- O Bazar da caridade	59
2.2- Dramatizando ou divertindo.....	69
CAPÍTULO 3	
UNINDO ASSIM MORALMENTE N’ESTAS MANIFESTAÇÕES: CEARÁ, PARÁ E O AMAZONAS.....	78
3.1- Fazendo a guarda de honra da jangada.....	81
3.2- Viva o Ceará!?.....	90
3.3- Está, pois, encetada a campanha: Festejos da libertação de Benevides	107
3.4- Festas da libertação do Amazonas: Não há remédio se não acompanhar a onda.....	119
CAPÍTULO 4	
A FESTA COM ESSE FIM: A KERMESSE DE 1887 E A REDENÇÃO DE BELÉM	125
4.1- A festa com esse fim é sempre boa: Abolicionismo de escudo	127
4.2- A Kermesse redentora de 1887: O Arraial da Liberdade	135
4.3- Pode haver dias mais felizes q’o das festas de Abolição?.....	146

4.4- Uma “originalidade”: Passeata das mulatas, manifestação dos capoeiras e a comemoração da Irmandade de São Benedito.	174
4.5- O festival da Liga da Imprensa	182
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	197
REFERÊNCIAS.....	202
ANEXOS.....	214

INTRODUÇÃO

Em 13 de Maio de 1888 parte significativa da população da capital do Pará ocupou as ruas para comemorar o fim da escravidão. Foram diversas passeatas, carros alegóricos, missas, fogos, discursos em regozijos públicos no qual expuseram seus estandartes, frases, afixaram placas comemorativas em comemorações que perduraram algumas semanas. Esses festejos envolveram:

Depois da imprensa toda de Belem, em carros com trophéos e alegorias. *Diario de Noticias, Commercio do Pará, Diario do Gram-Pará, Diario de Belem, Amazonia, Liberal do Pará, A Provincia do Pará* eram saudados com freneticos applausos pelo povo e pelas damas que das janelas lançavam flores aos seus carros.

E ainda depois muitos outros carros dos demais districtos e de familiais todos primorosamente preparados, cada qual com maior capricho, distinguindo 4º districto, ricamente bordado á ouro.

Acrescente-se a todo isto um povo imerso, uma multidão vai e vem caminha acompanhando (sic) ou carros não se cansa, antes parece cada vez mais contente de acompanhar o movimento acrescente-se a isso uma falange interminável moças que enchiam as janelas por onde passa a procissão e ter-se-ha uma pequena ideia da que monumental marcha civica, que a commissão central dos festejos conseguiu realizar ante-hontem n'esta cidade, todo o funcionalismo, o povo paraense em fim, acompanhado ao mesmo tempo por todas as bandas de musica da capital.¹

Comemorações análogas foram perenes durante a década de 1880, estas formavam um conjunto de celebrações e rituais que agregavam experiências de festejos à causa do abolicionismo. Os festejos do abolicionismo enquanto tema historiográfico traz à tona o debate dos significados da liberdade numa perspectiva de compreensão dos diversos grupos sociais que atuavam em ações políticas cuja relação está interligada com diversos protagonistas, tais como escravizados e libertos, trabalhadores, mulheres, políticos, comerciantes, estudantes, artistas, professores e jornalistas que se integravam por meio de comemorações que usavam simbologias, alegorias, discursos, gestos e escritos em rituais que estabeleciam memórias e representações.

Esses diferentes interesses circundavam em torno de clubes patrióticos, associações de trabalhadores, clubes abolicionistas, imprensa ou a maçonaria e estabeleceram estratégias para a definição dos sentidos e significados da liberdade. As festas envolviam disputas simbólicas e foram marcadas pela diversidade social e pelos diversos sentidos atribuídos nas comemorações amalgamadas com o discurso de liberdade.

¹ *Diário de Notícias*. O grande dia da patria. 18 de maio de 1888, p. 2.

As festas constituíam estratégias no qual parcelas da população que não estavam envolvidas nos processos decisórios da política passaram a se identificar e transitar em torno da causa da liberdade. Para Walter Fraga Filho², o escravismo se constituiu elemento comum de insatisfação das camadas urbanas. No Pará, especificamente, em Belém, a compreensão do processo de extinção do escravismo perpassa pela compreensão de como estas comemorações foram agregadas a variedade de ações que associavam ideias como patriotismo, construção de nacionalidade, subscrição popular, ato de caridade e filantropia num discurso de “regeneração social” do “redentor” que beneficiava o redimido, empregado pelo caráter amistoso e até mesmo piedoso, o que Seymour Drescher classificou como “batismo da liberdade”.³

Os festejos do abolicionismo apresentavam protagonistas, ou seja, sujeitos que organizavam comemorações diversificadas e se apropriavam desses momentos para expor suas visões de mundo e liberdade. Por exemplo, a imprensa foi mediadora e promotora de festejos e pautou muitas dessas comemorações nas quais interpretava os seus significados e selecionava memórias e elegia personagens, fatos e lugares a serem exaltados, por conseguinte, indicava quais os sentidos da liberdade, notadamente numa perspectiva legalista, controlada pelas amarras da legislação e sempre vigilante ao menor sinal de radicalização.

Os festivais da liberdade estiveram entre as considerações, reflexões e temas da historiografia da abolição que elencava a festa como componente demarcador da adesão popular e do “clima” que estava em volta à *Campanha Abolicionista* enquanto elemento de pressão social sobre os agentes políticos. Trato as comemorações como ação política que possibilitou a formação de um repertório em torno do processo de liberdade, na perspectiva de criar sentidos e significados a rituais, interação de redes de informações e de sociabilidades entre diversos grupos sociais que usaram repertórios morais com temáticas humanitárias, caridosa e piedosa.

Analiso as festas do abolicionismo na perspectiva de Thompson, principalmente, os significados da “Roug Music”⁴, no qual considera os festejos como formas dramáticas de representação, espécie de “Teatro de Rua”, num cerimonial de legitimidade social e reforço de autoridade. Assim, a partir da perspectiva de experiência dos sujeitos que organizaram e

² FRAGA Filho, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: Histórias e trajetórias de escravos e libertos na Bahia, 1870-1910*. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Tese (doutorado). P. 41-97.

³ DRESCHER, Seymour. *Abolição: uma história da escravidão e do antiescravismo*. Tradução: Antonio Penalves Rocha. São Paulo: Editora da UNESP, 2011. P. 136.

⁴ THOMPSON, E. P. *Roug Music. Costumes incomuns: Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhias das Letras, 1998. P 360.

vivenciaram comemorações em que “[...] por meio dessas formas teatrais como a procissão solene, o cortejo cívico, o espetáculo público de justiça e caridade, a punição pública, a exibição de emblemas e distintivos, etc.”⁵

Examinamos o período de 1881 a 1888 por compreender que em Belém as festas de liberdade foram encadeadas com festejos patrióticos, nestas foram adaptados, inseridos ou inventados/reinventados repertórios e ações. À medida que o movimento crescia em adeptos e ganhava contornos, intensificava a criação de “heróis”, lugares da memória, significados cruzados que associava a liberdade, a questão do progresso em busca do que se considerava ideal de “civilização”, entendido como a necessidade da extinção da escravidão aliando o discurso de trabalho livre, modernidade e progresso social.

Compreendo a discussão dos festejos abolicionistas numa perspectiva diferente do que foi consagrada pela historiografia que, em geral, discute as festas como elementos de exaltação de associações e clubes abolicionistas no desenrolar das ações públicas que culminaram com a lei áurea. Porém, parto de outro entendimento e analiso estas comemorações como subscrição, compreendendo que as festas do abolicionismo belenense apresentavam diversidade social, existindo a proeminência de sujeitos e instituições que capitaneavam o movimento numa disputa em torno da representação e da memória.

Como destacou Renata Figueiredo Moraes⁶ a memória constituída em torno dos festejos foi, em boa parte, registrada pela imprensa periódica que as descreveram de forma minuciosa. A autora compreende que muitas das descrições, principalmente, no pós-abolição, não privilegiavam o elemento principal dessa festa que fora esquecido: o ex-escravizado. Muitas destas comemorações destacavam atuação parlamentar ou então o ato “civilizador” e progressista dos homens da imprensa, dos proprietários, comerciantes, muitos envolvidos em clubes e associações.

No primeiro capítulo da dissertação analiso as festas patrióticas no sentido de experiência de comemorações, tratando como os jornais da capital paraense recordavam de efemérides e sujeitos entrelaçando o ideal de liberdade política associado à questão escravagista, ou seja, festas patrióticas e emancipacionistas eram comemoradas com passeatas cívicas, fogos, iluminação e distribuição de cartas de liberdade, no sentido da construção de um calendário ou ciclo de comemorações cuja retórica envolvia efemérides, sujeitos,

⁵ *Idem.*

⁶ MORAES, Renata Figueiredo. *13 de Maio e os seus significados no Rio de Janeiro (1888-1908)*. Rio de Janeiro, 2012. Tese de doutorado- Departamento de História. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. P. 110.

instituições. A criação de um discurso entre “Independência” e um sentido apropriado de abolicionismo.

Balizei as comemorações patrióticas como elementos de compreensão apropriado aos festejos do decenário da lei emancipacionista de 1871. Discuto a construção de um enredo em torno do significado da comemoração da lei de 28 de setembro para compreender como esse festejo conformava um discurso de aceitação social da política emancipacionista gradual do Estado. Por outro lado, analiso como foi constituída narrativa em torno da figura do Visconde do Rio Branco enquanto “mártir” da luta antiescravista que atuou no campo da política, identificando o ressurgimento de sociedades emancipadoras e abolicionistas que usavam o pretexto das comemorações e regozijos para legitimação de suas ações.

No segundo capítulo, discorro sobre como a ideia da emancipação foi alinhada a um discurso de caridade, relacionando a luta antiescravista enquanto ação de piedade cristã, um ritual de altruísmo e esforço coletivo pelo qual cada cidadão concorria para a libertação. Procurei analisar um bazar “filantrópico” ou “caridoso” identificando a diversidade social, ou seja, mulheres, artistas, comerciantes, professores e estudantes envolvidos em ações de libertação na capital paraense.

Trato também como o abolicionismo belenense investiu no processo de dramatização e teatralização da causa da liberdade, elencando um repertório moral antiescravista. Analisei como as associações e clubes emancipadores e abolicionistas dialogaram com diversos artistas e trabalhadores. Especificamente o teatro, por meio de atores, cantores líricos, compositores, como também atrativos circenses formavam um conjunto de opções de entretenimento e criava ambiente de sensibilização, na perspectiva de Angela Alonso⁷, a dramatização da vida real que agregava adeptos à causa do abolicionismo em nome da compaixão e do progresso social.

No terceiro capítulo deste trabalho, demonstro como o abolicionismo belenense constitui diálogo com as experiências que ocorriam em diversas partes da província e até mesmo com experiência transatlântica, em especial, a rede criada em torno da *Confederação Abolicionista* da Corte e a *Sociedade Libertadora Cearense* e emancipadores amazonenses. Disserto sobre o significado da libertação da colônia de Benevides, além da relação entre as comemorações da libertação do Ceará, Amazonas e Pará (Colônia de Benevides), enquanto processo de metamorfose, ressaltando dualidade entre a narrativa de que o Pará

⁷ ALONSO, Angela. *Flores, Votos e Balas: O movimento abolicionista brasileiro (1868-1888)*. São Paulo: Cia das letras, 1ª edição. P. 298.

deveria ser a terceira Província do Império em abolir a escravidão e a forma como foram compreendidos esses festejos por setores sociais e políticos, ensejando relações de tensões, conflitos e narrativas distintas em disputas travadas por emancipadores e abolicionistas.

No quarto e último capítulo, faço a discussão do aprofundamento da relação entre abolicionismo e República e a “redenção” da capital. Analiso o festejo da “*Kermesse Redentora de 1887*” como marco simbólico de associação entre as ideias republicanas e a defesa da abolição imediata, por sua vez, rompendo com senso comum da aceitação e a política emancipacionista de 1871 e 1885. Identifico sujeitos, sociedades e instituições que consorciavam em torno do arraial abolicionista e a projeção da redenção da capital paraense, idealizada simbolicamente para o “Treze de Maio” de 1888 que simbolicamente foi escolhida por tratar-se da efeméride que comemorava a retomada do controle político legalista da capital da província do Pará em razão das disputas da Cabanagem.

Demonstro como ocorreram os festejos de 1888, em torno da “Redenção de Belém” e a partir das ações da *Liga Redentora da Província do Pará*. Analiso os seus primeiros atos, como a libertação da paróquia da Trindade, libertação da vila de Icoaraci e do balneário de Mosqueiro. Trato dos sentidos e significados das festas do Treze de Maio de 1888 analisando a diversidade social, principalmente círculo de trabalhadores e libertos que comemoraram a liberdade nas ruas e como estes interpretaram o sentido da liberdade destoado ao que inicialmente se programou e manifestou como “festas oficiais”, ou seja, festas organizadas e dirigidas pelos grupos que tentavam a hegemonia do movimento de libertação.

Finalizo a discussão considerando a festa organizada pela *Liga da Imprensa Paraense*. Nesta, demonstro a opção política na qual a imprensa fazia a sua interpretação acerca do Treze de Maio de 1888 e propriamente do movimento abolicionista com a perspectiva da construção do discurso de que a liberdade era “festa patriótica”, associando das ideias do primeiro capítulo com os sentidos e significados da constituição de narrativa de “consenso” em torno da solução política parlamentar para Abolição e a tentativa de consolidação daquele momento como “nova Independência”. Outra análise foi a mediação dos sentidos da comemoração enquanto ação conciliadora e fraterna, selecionando panteão dos que deveriam ser lembrados nos regozijos públicos e dos que, ainda que silenciados em muitos festejos, foram as ruas e comemoraram a liberdade de forma apropriada. Discuto a tentativa de exaltação da figura da princesa regente Isabel, por conseguinte da própria monarquia.

CAPÍTULO 1: O QUE OS JORNAIS RECORDAM?

Em 16 de agosto de 1881, o periódico conservador *A Constituição* comentava o festejo patriótico do *Club Tenreiro Aranha*⁸, ocorrido no quarto distrito⁹ de Belém. Nessa comemoração, destacava-se um conjunto de cerimônias que envolviam autoridades políticas, procissão cívica, alegorias a temas como liberdade, religiosidade e caridade. Eram rituais que envolviam efemérides patrióticas, reminiscências de personagens da independência política paraense, atrações culturais e, em meio a essas representações, eram expostas a questão escravista. Nessa festa:

A vereação de Belém, reunida no paço municipal convidou todo o estado maior dos batalhões a entrar allí e então por uma distincta senhora, e a pedido do presidente da camara, foram entregues cartas da liberdade a escravos á doze escravos. **(Grifo Meu)**

Ao passar os batalhões pelo largo do Carmo foram entoados n'esta Igreja um solemne Te Deum em acção de graças.

Em um dos carros que acompanhavam os batalhões patrióticos ia uma menina symbolizando a America do Sul, e empunhava um estandarte com o emblema da liberdade.

Os batalhões eram constantes saudando em sua passagem, proferindo-se muitos discursos e poesias.

As casas onde residiram os patriotas conego Campos, Patroni e João Balby e Souza Franco e outros estiveram iluminados a capricho.

No dia 15 repetiram-se, ao alvorecer, os signaes de regosijo silvando a fortaleza da barra ás 6 horas, 1 hora e ás 6 da tarde, os navios (...) no porto estiveram embandeirados em arcos.

A's 10 horas da manha distribuíram-se esmolas aos pobres.

A'noite houve ainda iluminação geral, passeata dos batalhões e no Theatro da Paz, espetáculo em grande gala.¹⁰

O fragmento citado acima sintetiza a proposta deste capítulo no qual relaciono como as festas em torno das efemérides patrióticas e do abolicionismo que movimentaram diversos grupos sociais na capital paraense em comemorações nas praças, ruas, igrejas, palácios e teatros. Essas comemorações foram relatadas pelos periódicos da capital que

⁸ Segundo José Maia Bezerra Neto, João Baptista Figueiredo Tenreiro Aranha atou no processo de independência da província e presidiu a Sociedade filantrópica *Ypiranga*. CF: BEZERRA NETO, José Maia. *Por Todos os Meios Legítimos e Legais: As Lutas contra a Escravidão e os Limites da Abolição (Brasil, Grão-Pará: 1850-1888)*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em História, São Paulo, 2009, p. 124.

⁹ Conhecido como Nazaré do Desterro, o que deu origem ao bairro de Nazaré.

¹⁰ *A Constituição*. Batalhão do 4º districto. 16 de agosto de 1881, p. 2.

destacavam em suas colunas diversas descrições dos festivais em que envolviam alegorias à liberdade no contexto da década do abolicionismo. Em tais impressos eram detalhadas reuniões preparatórias, convocações para deliberações, estabelecimento de programas das festas, editoriais explorando temáticas patrióticas, emancipacionistas e até mesmo abolicionistas.

Para Vicente Salles¹¹ a imprensa foi a principal “porta-voz” da abolição, sendo os jornais fontes essenciais para compreensão das tensões políticas e ideológicas no contexto da disputa em torno da ideia de liberdade, mas também compreendendo seus posicionamentos, inclusive realizando reuniões, fechando conteúdo a serem estampadas em suas colunas, bem como realizando reflexões e pautando a memória desse período. Muitas vezes os cortejos cívicos chegavam a ir frente às redações com intuito de “saudar” a iniciativa das folhas em promover reuniões.

A imprensa informava o itinerário dos cortejos com alguma antecedência consorciados com as comissões dos clubes e/ou associações. Nas passeatas havia paradas estratégicas com solenidades, discursos de políticos, maçons, empresários ou mesmo representantes de sociedade de trabalhadores. Como demonstrou Marcos Morel¹², desde o período de independência do Brasil, os jornais exerciam papel importante no processo de discussões políticas e disseminação de informação. Apesar das dificuldades de leitura e acesso limitado ao processo de escolarização, existia recepção e reverberação das ideias contidas nos impressos, sendo de fundamental importância na comunidade mediante a instrução e socialização por intermédio de leituras coletivas que davam conta do panorama dos acontecimentos políticos e sociais.

Para Adam Hochschild, analisando o papel da imprensa inglesa no debate sobre o fim da escravidão, os jornais “foram cruciais para divulgar o sentimento contra a escravidão: imprimiam artigos, publicaram apelos a contribuições, e suas reportagens e petições abolicionistas nas cidades provinciais estimularam ações similares em toda a parte.”¹³ Em questão semelhante, Ana Luiza Martins compreende que a imprensa no segundo império:

¹¹ CF: SALLES, Vicente. *O Negro no Pará sob o regime da escravidão*. 3ª edição revisada e ampl. Belém: IAP, programa Raízes, 2005, p. 344.

¹² MOREL, Marco e DE BARROS, Mariana Monteiro. *Palavra, Imagem e Poder: O surgimento da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: DP & A, 2003. P. 11-50.

¹³ HOSCHCHILD, Adam. *Enterrem as correntes: Profetas e rebeldes na luta pela libertação dos escravos*. Tradução: Wanda Brant. Rio de Janeiro: Record, 2007. P. 273.

[...] mesclada pela literatura romântica e pela oratória burlesca, os propagandistas levaram a causa da abolição para a imprensa, conhecida como a mais popular das causas até então desfraldadas no país. Intensa e arrebatadora, posto sob a pena de talentosos literatos e de inspirados ilustradores, envolveu representantes da elite, das camadas médias urbanas, do funcionalismo público, do segmento estudantil, parte da igreja e agentes emblemáticos da população negra.¹⁴

Os periódicos paraenses¹⁵ foram instrumentos importantes na disseminação de informações sobre a questão ufanista, exaltação de efemérides, seleção de memórias e narrativa em torno do significado político e simbólico das comemorações. Segundo Arthur Vianna, a questão abolicionista no Pará deve ser compreendida considerando o papel desempenhado pela imprensa no que chamou de “propaganda da abolição”. O historiador destaca os periódicos *A Província do Pará*, sob a direção do Dr. José de Assis e Antônio Lemos e o *Diário de Notícias*, de João Campbell, na atuação e divulgação da causa abolicionista. Vianna compreendia o papel das folhas na construção da memória em torno do abolicionismo e indicava que estes foram insistentes na disseminação das ideias e “conquistaram numerosos adeptos; dentro de pouco tempo a extinção da escravatura podia-se dizer uma inspiração geral.”¹⁶

Assim, incentivavam a discussão pública e estabeleciam campanha, inclusive firmando pacto de abolir anúncios de interesse escravocrata em suas colunas, pois conforme identificou Vicente Salles¹⁷ a imprensa expandia a temática abolicionista no cotidiano que buscava estabelecer e selecionar acontecimentos e interpretar fatos. Nesse aspecto, ainda que dividida sobre em que medida seria a liberdade eram no discurso em favor de “saudarmos a ideia que advogamos na imprensa, que tem por final a liberdade perfeita e completa.”¹⁸

As temáticas relacionadas ao escravismo ocupavam espaços nos jornais, a exemplo da “secção abolicionista”¹⁹ que tratava do cotidiano da escravidão na província. Essa coluna destinava-se a noticiar as informações de significância do movimento sobre as libertações nas comarcas, os trabalhos da junta de classificação de escravos e demais informações referentes a causa abolicionista, bem como denúncias contra escravistas e

¹⁴ MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tânia Regina. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo, 2ª edição, 2011. P. 74-75.

¹⁵ Aponto para análise os periódicos da capital paraense, entre os anos de 1881 a 1888, os seguintes jornais: *A Província do Pará*, *O Liberal do Pará*, *A Constituição*, *Diário de Notícias* e *Diário de Belém*.

¹⁶ VIANNA, Arthur. Pontos de História do Pará. Belém: Empreza Graphica Amazonia. 1919. P. 63. IN: <http://www.fcp.pa.gov.br/2016-11-24-18-22-47/pontos-de-historia-do-para>. Acessado em 29 de setembro de 2018.

¹⁷ SALLES, Vicente. *O Negro no Pará sob o regime da escravidão*. 3ª edição revisada e ampl. Belém: IAP, programa Raízes, 2005, p. 344.

¹⁸ *O Liberal do Pará*. 28 de setembro. 28 de setembro de 1883, p.2.

¹⁹ CF. *Secção Abolicionista*. *Diário de Notícias*, 26 de junho de 1883, p. 03.

também sobre as libertações ocorridas no Pará e em outras partes do império. Em editorial, o periódico local *Diário de Notícias* republicava artigo do seu homônimo da Bahia que dizia “Os colegas do Pará, como quase todos jornaes d’esta cidade, acabam de declarar que as columnas dos seus jornaes estão d’ora em diante fechadas em qualquer annuncios sobre escravos, compra, venda, locação, fuga, etc.”²⁰

Considerando a perspectiva da história social dos periódicos²¹ analisamos os jornais como instrumento fundamental para socializar ideias e estabelecer memórias. Ao ter noção da dinâmica de circulação e recepção do periódico no contexto da década de 1880, observamos a construção de linguagem apropriada com uso de metáforas e alegorias, adicionando a questão dos discursos dos sujeitos, entidades, grupos/ classes sociais. O circuito desses periódicos possibilita identificar quais foram os sujeitos que concorreram no processo de libertação, identificando a sua heterogeneidade social e posições políticas e visões de liberdade de seus redatores, tipógrafos e a recepção desses discursos pelo público, além da compreensão da construção de discursos e seleção de memórias.²²

A necessidade de compreender o papel da imprensa para a construção de retórica de liberdade, seja durante os festejos patrióticos ou no processo de abolição são fundamentais em razão das transformações ocorridas na década de 1880 em relação a circulação desses diários entre províncias para a formação da “opinião pública”²³ analisando-os como instrumento pedagógico de disseminação de ideais como liberdade, progresso e civilização. A circulação, troca e socialização das informações não podem ser desprezadas e são fundamentais para dinamizar discussões haja vista que circulavam para os pontos mais diversos da província e até mesmo em diferentes localidades da Amazônia²⁴ e até mesmo a

²⁰ CF. *Diário de Notícias*. A Imprensa do Pará. 7 de agosto de 1881, p. 2.

²¹ Uso desse termo passou a compor essa discussão a partir da oferta do PPHIST-UFPA de um curso ministrado pela Professora Dra. Magda Ricci cuja temática era “Por uma História social dos periódicos” no primeiro semestre letivo de 2017. Durante as discussões do curso e conversas sobre a proposta de escrita de dissertação percebi a necessidade de dimensionar a importância dos periódicos no contexto da segunda metade do século XIX para a formação política e as temáticas estampadas nos impressos que despertavam interesses sociais, tal qual a escravidão. Ao tratar da temática dos jornais no contexto abolicionista também partiu das orientações e indicações do Professor Dr. José Maia Bezerra Neto, a quem agradeço pelo apontamento da temática do tópico.

²² BARBOSA, Marinalva. *História Cultural da imprensa: Brasil, 1880-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010. P. 131.

²³ MOREL, Marco e DE BARROS, Mariana Monteiro. *Palavra, Imagem e Poder: O surgimento da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro: DP & A, 2003, 130 p.

²⁴ COELHO, Geraldo Mártires. *Imprensa, cultura e modernidade: Um olhar sobre a Belém oitocentista*. In: 2º seminário de História, cultura e meios de Comunicação da Amazônia. Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia – ALCAR Universidade Federal do Pará – Belém, PA – 12 e 13 de novembro de 2012.

possibilidade do circularidade de ideias e escritos que foram favorecidas pelos vapores que chegavam à capital paraense.²⁵

Analisa Bezerra Neto que no contexto da década de 1880 as comemorações patrióticas foram retomadas no âmbito social do abolicionismo no qual se envolviam elementos que estabeleciam significados cruzados, haja vista, a relação entre a causa emancipadora à da independência, abolicionistas e emancipadores que reaproximavam componentes constitutivos da memória e da história da emancipação política brasileira que passavam a pensar e elencar lugares, efemérides e sujeitos a serem lembrados, selecionando fatos e personagens, construíram a imagem da ação política do abolicionismo como “segunda independência”.²⁶ Ao eleger a liberdade como lema, muitos clubes patrióticos organizavam suas ações de festejos como prática de beneficência, associavam patriotismo, beneficência e a ideia de liberdade. No estatuto do *Club Batista Campos*, por exemplo, em seu artigo 38, destacava que “Em caso de dissolução do club se aplicará os seus capitaes em obras de beneficencia, *libertação de escravos (grifo meu)* e outras semelhantes (...)”²⁷

Diversos festejos patrióticos privilegiavam momentos de associar memória e história da luta pela independência com a questão escravagista. Nesse sentido, a ideia de liberdade foi ressignificada, ora de liberdade política, possível liberdade do cativo, como luta patriótica, dever cívico e moral. Para Bezerra Neto, a vivência de comemorações patrióticas remontava a década de 1850²⁸ e apresentava relação entre efemérides patrióticas e a questão emancipacionista, a experiência emancipadora e patriótica nascem justamente da relação entre a *Sociedade Ypiranga* e a sociedade emancipadora *Sete de Setembro*, bem como *Associação Emancipadora de Emancipação de Escravos* o que não estava distante dos sentidos da retomada de festejos a partir de 1881 em Belém.

Dessa forma, quais eram as festas patrióticas comemoradas na capital paraense no contexto dos anos oitenta do XIX? Quais as recordações celebradas? Qual a conotação desses festejos?

²⁵ Manoel Baena destaca que atmosfera da capital paraense era bem dinâmica, pois apresentava a província do Pará o quantitativo aproximado de 70000 pessoas, contando Belém com estrutura de praças, igrejas, cafés, hotéis, trilhos de bondes, teatro da Paz e o circo Cosmopolita, praça do comércio, porto e comercio público com interações com república vizinhas, as praças da América e Europa. CF. Actos do governo da provincia do Gram-Pará do anno de 1887. Tomo XLIX. Disponível em <http://www.fcp.pa.gov.br/2016-12-13-19-43-03/actos-do-governo-da-provincia-do-gram-para>. Acessado em 12/06/2017.

²⁶ BEZERRA NETO, José Maia. *A segunda independência. Emancipadores, abolicionistas e as emancipações do Brasil*. IN: Almanack. Guarulhos, n.02, p.87-100, 2º semestre de 2011.

²⁷ *Ibidem*, p.73.

²⁸ BEZERRA NETO, José Maia. *Op. Cit*, 2009, p.17.

Nos jornais eram detalhadas reuniões preparatórias, convocações para deliberações, estabelecimento de programas das festas, editoriais explorando temáticas patrióticas, emancipacionistas e abolicionistas, expondo seus pontos de vistas²⁹ e articulavam comemorações. Vicente Salles destaca que a imprensa foi a principal “porta-voz” da abolição. Foi um dos fatos amplamente discutido pelos periódicos, inclusive realizando reuniões, fechando conteúdo a serem estampadas em suas colunas, bem como realizando pacto sobre a questão de opinião a favor da abolição.

1.1 AS FESTAS PATRIÓTICAS: MEMÓRIAS E SUJEITOS.

No período entre 1881 e 1888, identifiquei a profusão de comemorações patrióticas que vinculavam fatos e sujeitos, seus feitos e ações rememorados num ritual de sagração por meio de efemérides. Ao analisá-las na perspectiva de Carlos Ginzburg³⁰ notamos a interação de sujeitos numa combinação de aceitação e reverência, entrelaçando coletividade e o Estado a partir da criação de um calendário comemorativo (ciclo histórico) que permitiu a constituição de repertório e a construção de unidade política.

Nesse contexto, discuto nesse capítulo os festejos em duas perspectivas: as comemorações patrióticas e o decênio da lei de 28 de setembro de 1871.

As festas patrióticas lembradas na capital paraense também giravam em torno das memórias e personagens da Adesão do Pará à Independência do Brasil (Quinze de Agosto) Guerra do Paraguai (1864-1870), além das efemérides da Independência do Brasil (7 de Setembro), aniversário do imperador (2 de Dezembro), Independência do Maranhão (28 de Julho) bem como a Independência da Bahia (2 de Julho).

As comemorações da adesão do Pará à Independência, o “Quinze de Agosto”, era a principal efeméride patriótica comemorada em Belém. Iniciada sua comemoração por iniciativa dos cidadãos envolvidos nos clubes e/ou associações patrióticas que organizavam cortejos e cerimônias com a presença das diversas autoridades e contava com envolvimento de parcela da população. Esses festejos eram estimulados pelas autoridades que articulavam com os clubes patrióticos para que os moradores dos distritos da capital festejassem. Por

²⁹ CF: SALLES, Vicente. *Op Cit*, 2005, p. 344.

³⁰ GINZBURG, Carlo. *Medo, reverência, terror: Quatro ensaios sobre iconografia política*. Tradução de Federico Carotti, Joana Angélica D’Avilla Melo, Julio Castanho Guimarães. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. 194 p.

exemplo, num ofício ao chefe de polícia da província enviado pelo presidente da Câmara de Belém era ressaltado:

E o dia '15 de agosto' o anniversario de adherencia desta provincia á independencia do imperio, dia faustoso por tanto para esta provincia, e para solenidade annualmente do qual concorre todo o brasileiro e muitos residentes nesta cidade, e com elles as próprias autoridades publicas e acima de todos esta camara municipal, levado do civismo que a distingue por todos meio que pode. Deferindo foram de auxiliares, dedicadas á causa nacional, para que em geral nesta cidade, os festejos patrioticos sejam extensos e de todo do mais esplendido, ainda que um pouco tarde, mi lembra que os dignos delegados e subdelegados de policia, nos podem auxiliar nisto, procurando em seus districtos animar nossa população a que concorra com todo o patriotismo que e datada, a secundar esta camara municipal, promovendo entre si os festejos compatíveis, com seus recursos e seus desejos.³¹

Essas comemorações entrelaçavam a questão patriótica com a emancipação e caracterizavam-se, em boa parte, por solenidades oficiais com referência cristã, como o toque dos sinos das igrejas, cerimônia do *Te-déum* e cortejo com o uso da efigie do imperador, além da escrita de editoriais que ressaltavam a importância dessas comemorações e suas alegorias ao ideal de liberdade.

Em 1881 as comemorações da efeméride de adesão do Pará à Independência foram organizadas pelas comissões da Sociedade “Quinze de Agosto”³² presidida por José Henrique Cordeiro de Castro. O jornal conservador *A Constituição* anunciava a programação das festas de 14 e 15 de agosto, convocando “[...] os districtos, clubes e sociedades patrioticas e particulares, que tenham de tomar parte nas mesmas, mandem respectivos apontamentos á comissão central ou permanente até o sábado 6 do corrente.”³³

O Diário de Notícias destacava que as festas de adesão do Pará como “Um festival da paz e do progresso, que se apresenta simplesmente com os esplendores que exaltam o valor e a lealdade desse punhado heroico de bravos, que ha sessenta e um annos, desenvolveu ao sol da redempção (...)”³⁴ O sentido de comemoração das efemérides era de exaltar a forma como “O brioso povo do Pará comemora hoje, pela segunda vez, depois de sua emancipação politica, o faustoso e memorável acontecimento de sua adhesão (...)”.³⁵ *O Liberal do Pará* publicava nota do clube *Dom Romualdo Coelho* no qual “Correram bastante

³¹ CF. Arquivo público do Estado do Pará (APEP). Fundo: Secretaria de Província. Série: Livro de Registro de Ofícios. Ano: 1887; caixa: 37.

³² Analisando o estatuto dessa sociedade, percebemos que cotização por meio de mensalidades mensais, estabelecendo comissão de festejos e ações aprovadas pela assembleia geral para promoção das comemorações dos festejos da adesão do Pará à Independência do Brasil Ver: Arquivo público do Estado do Pará. *Coleção de Leis da Provincia. Actos do Governo provincial do Gram-Pará*. Tomo XLII. 1880. Parte 2º. PP 152-165.

³³ *A Constituição*. Salve 15 de agosto. 8 de agosto de 1881, p.2.

³⁴ *O Liberal do Pará*. 15 de agosto de 1823. 15 de agosto de 1884, p.2.

³⁵ *Diário de Notícias*. 15 de agosto. 14 de agosto de 1881, p.2.

animados e na melhor ordem os festejos promovidos por este club em comemoração a data memoravel da provincia em que aderindo a causa da independencia do imperio, sacudio o julgo da colonia.”³⁶ Ao comemorar a data patriótica, as lembranças que remontavam a emancipação política, simbolicamente elegiam o tema da liberdade, relacionando à questão escravista, pois durante “(...) os festejos foram encerrados com a exibição de duas cartas de liberdade, pronunciada por ocasião de entregal-as o sr. 1º secretario do club, José Luiz Gomes(...)”³⁷

As comemorações eram momentos de reverência à memória de personagem histórica ou figura política que significava estímulo ao sentimento de beneficência. As comissões dirigiam-se aos comerciantes³⁸, clubes ou associações ou a Câmara Municipal para programar a festividade com de arrecadação de recursos. Nelas ocorriam a interação entre senhores de escravos, membros da imprensa, políticos, artistas, estudantes, autoridades envolvidas nos clubes patrióticos e sociedade emancipadoras que preparavam festejos contando com a participação de representantes dos quatro distritos³⁹ da capital em cerimônias cívicas em que ocorriam até mesmo a distribuição de cartas de liberdade.

No percurso das festas eram marcantes as referências a personagens elencados como construtores dos ideais de identidade e patriotismo. As comemorações do “Quinze de Agosto” relembavam em seu percurso a memória dos mártires e heróis⁴⁰ entrelaçados à causa da independência, destacando-se “As casas onde residiram os patriotas conego Campos, Patroni, João Balby e Souza Franco e outros estiveram iluminados a capricho.”⁴¹ Na compreensão de François Hartog, analisando a ideia de “lugar da memória” de Pierre Nora, as

³⁶ *O Liberal do Pará*. Club D. Romualdo. 17 de agosto de 1884, p.3.

³⁷ *O Liberal do Pará*. Club D. Romualdo. 17 de agosto de 1884, p.3.

³⁸ O convite foi endereçado para “os srs Elias J. Nunes da Silva e C.^a, abastados comerciantes de nossa praça, agradecendo o convite, prometendo enviar seus esforços para secundar os intuitos da sociedade paraense, e remetendo a quantia de 100\$ réis, para ser applicada aos projectados festejos. CF. *Diário de Notícias*. 15 de agosto. 12 de 1881, p. 2.

³⁹ *A Constituição*. Batalhão do 4º districto. 16 de agosto de 1881, p. 2.

⁴⁰ Como identificou Bezerra Neto, os festejos patrióticos tal qual a narrativa criada em torno de Felipe Patroni, destacado no periódico *Diário de Notícias* como “primeiro paraense que ousou pela imprensa paraense propagar a emancipação política a seus conterrâneos”. CF. BEZERRA NETO, José Maia. *Op. Cit.*, 2009, p. 333.

⁴¹ *A Província do Pará*. *Assuntos do dia*. 15 de agosto de 1882, p. 2.

festas patrióticas envolviam as coletividades entorno do conjunto de sujeitos, monumentos⁴² e espaços simbólicos⁴³ de conexão entre passado e presente, uma experiência no tempo.

A memória da Guerra do Paraguai era importante para estimular o sentimento de fervor das “glórias patrióticas” entrelaçada à efeméride de adesão do Pará à independência. As comemorações patrióticas de 1882 organizados pelos clubes patrióticos e apoio da presidência da Província do Pará e da Câmara de Belém. Estas foram centralizadas na figura do General Gurjão e da inauguração de um monumento na Praça da Independência. Para o articulista do periódico de *A Província do Pará* a sua inauguração foi atração central da festa, pois “ocupou primeiro plano o pagamento de uma dívida, que a mesma província contrahio, era com seus mais valentes filhos que morreram em defesa do paiz na guerra do Paraguay.”⁴⁴

Essa inauguração teve solenidade oficial com a fala do presidente da província que no discurso tratou da importância simbólica do monumento como “mais notavel porque n’esse dia foi paga a dívida sagrada de seus filhos que percorrerão em terra estranha combatendo pela gloria de sua patria e pela liberdade de um povo.”⁴⁵ As lembranças das efemérides patrióticas eram fundamentais enquanto herança do passado⁴⁶, momento de recordar no qual a sociedade constitui um conjunto memorial em torno de si, reminiscências de lugares, fatos e personagens, ou seja, monumentos que relacionam história e memória constituindo identidade coletiva, o que John Tosh entende como “memórias em pedra”.⁴⁷

Tanto emancipadores quanto abolicionistas associavam o sentido de suas comemorações ou mesmo inventavam ou recriavam efemérides patrióticas, por conseguinte, as festejavam estabelecendo nexos em torno da nacionalidade, ao forjar seus heróis para exaltação de um passado heroico. Analisando o sentido das comemorações dos festejos patrióticos, Bezerra Neto entende que as festas das “adesões” das províncias eram essenciais para a existência das sociedades patrióticas e revelavam a aceitação da monarquia, associavam-se nelas ideias de liberdade, patriotismo e independência.

⁴² Relaciono com a perspectiva de “locais de poder”, pois como destacou Michel Foucault, o século XIX foi marcado pela construção da arquitetura de poder, sejam eles monumentos, igrejas, palácios que poderiam significar relações de hierarquia e de poder em rede. **CF.** FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

⁴³ HARTOG, François. *Regime de historicidade: Presentismo e experiência do tempo*. 1. Ed.; 2ª reimp. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2015. PP 157-190.

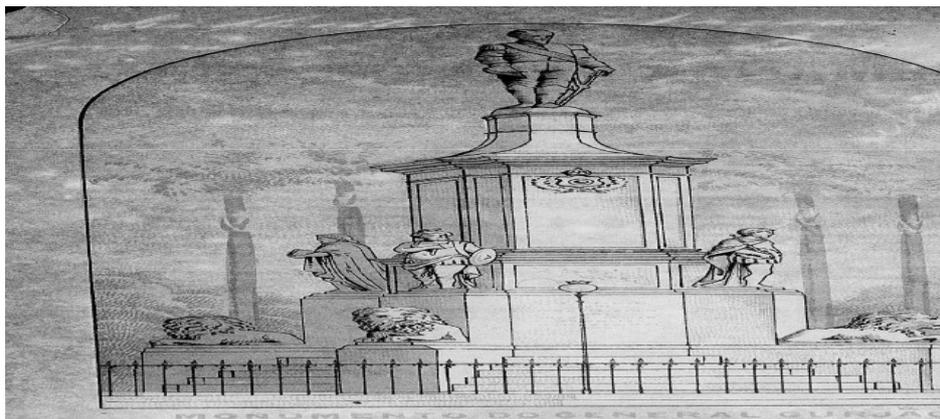
⁴⁴ *A Província do Pará*. Assuntos do dia. Assumptos do dia. 15 de agosto de 1882, p. 3.

⁴⁵ *Ibidem*.

⁴⁶ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Tradução Bernardo Leitão, et all. 6º Ed. Campinas: UNICAMP, SP: Editora da Unicamp, 2012. P. 408.

⁴⁷ TOSH, John. *A busca da história: Objetivo, métodos e tendências nos estudos da história moderna*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011, p. 300.

Imagem 1- Ilustração do monumento ao General Gurjão.



Fonte: Almanaque paraense para o anno de 1883. Organizado por Belmiro Paes de Azevedo e Marcellino A. Lima Barata. Primeiro Anno, Pará, 1883.

Lembrar-se do ideal de liberdade apropriando a personagem da história da adesão do Pará à Independência com a questão da liberdade dos cativos foi o que fez O *Club Abolicionista Patroni* que promovia festejos patrióticos. De acordo com seus estatutos, utilizava o pretexto comemorativo da efeméride que “No 15 de Agosto de cada anno haverá sessão magna de posse dos novos funcionarios da directoria e nessa occasião serão libertados tantos escravos quanto permitirem os fundos sociaes.”⁴⁸ Em 1884, as festas de Adesão do Pará rememoraram novamente os heróis da emancipação política e buscava exaltar os “beneméritos da patria”⁴⁹, identificando personagens como “*Phillipe Patronni (Grifo meu)*, Boaventura da Silva, Domingos Marreiros, Bernal do Couto e tantos outros varões ilustres, vasados em moldes spartanos foram outros tantos martyres da lucta pela liberdade, e a elles deve a patria a mais bela pagina da historia.”⁵⁰ A comemoração poderia conotar sentimento associado de progresso social, civilidade, legalidade no qual denotava “pôr *amor á liberdade e á humanidade (Grifo Meu)*, e em homenagem á civilização e ao progresso, podessemos proclama a liberdade, de facto e de direito, de todos os brasileiros perante as leis do paiz”.⁵¹

Em 1883, ocorreram as comemorações da efeméride da Independência da Bahia (Dois de Julho) relacionando festa patriótica ao evento artístico cultural, marcada pelo retorno do Maestro Carlos Gomes à capital paraense. Em 1882 o maestro havia apresentado a récita

⁴⁸ Arquivo Público do Estado do Pará. *Actos do Governo provincial do Gram-Pará*. Ano de 1881. TOMO XLIII. Parte 2. Portaria de 27 de maio de 1882. P. 157.

⁴⁹ *A Constituição*. 15 de agosto. 14 de agosto de 1884, p.1.

⁵⁰ *Idem*.

⁵¹ *Ibidem*.

*Salvator Rosa*⁵² consagrada ao “Quinze de Agosto” e retornava em outra temporada. O periódico *Diário de Notícias* divulgava esse festejo da colônia baiana e sergipana:

“A comissão central dos festejos do dia 2 de julho tem a honra de convidar todas as autoridades civis, militares, judiciarias e eclesiásticas, a imprensa e o funcionalismo, a exma Camara municipal, o commercio e todas as associações existentes n’esta capital, *maximé as emancipadoras (Grifo meu)* (...)”.⁵³

A comemoração foi marcada pelo simbolismo da peregrinação e pelo ideal de liberdade pois no decorrer do festejo “(...) seguirá o cortejo até a cadeia S. José onde será posto em liberdade o infeliz baiano que lá se acha detido, voltando in contenti ao palacio da presidencia afim de começar a cerimonia que contará algumas cartas de liberdade aqueles que gemem sob as cadêas da escravidão.”⁵⁴

Outra efeméride rememorada era a de “Vinte e Oito de Julho” que comemorava a Independência do Maranhão. Geralmente, era tratada nos periódicos por meio de editorias que tratavam do significado da efeméride para a colônia maranhense em Belém. Os festejos organizados pela sociedade beneficente “28 de Julho” comemoravam com cortejo público “(...) á noite, em seguida a sessão solemne (...), realizar-se-há uma passeata patriotica, a qual espera-se que comparecerão incorporados todos clubs e associações patrioticas e emancipadoras d’esta cidade”.⁵⁵

As ideias centrais dessas comemorações em Belém, em geral, poderiam incutir ideias de nacionalidade, amor à pátria, até mesmo ideias de modernização.⁵⁶ Em 1884, a festa era associada à euforia da instalação da companhia de bondes de capital e ocorreu justamente com a celebração do “Sete de Setembro”, A celebração ocorreu com enfeite da estação de passageiros e dos bondes com “Fogos de ar, balões, mastros de cocagne e uma extensa serie de diversoes populares darão as festas animo que é a vida nas grandes manifestações do entusiasmo patriotico. Os bonds do serviço serão preparados luxuosamente illuminados com baloes venezianos.”⁵⁷ Era parte dos festejos da independência, ofertar a algumas cartas de liberdade.

⁵² SALLES, Vicente. *Maestro Gama Malcher- a figura humana e artistica do compositor paraense*. Belém: UFPA/ SECULT, 2005. P.18

⁵³ *Diário de Notícias*. 2 de julho. 26 de junho de 1883, p.2.

⁵⁴ *Idem*.

⁵⁵ *A provincia do Pará*. 28 de julho. 28 de julho de 1883, p. 3.

⁵⁶ *O Liberal do Pará*. Sete de Setembro. 7 de setembro de 1884, p.2.

⁵⁷ *Diário de Notícias*. As festas de Independência. 14 de agosto de 1887, p.2.

Em outra efeméride, a que comemorava o aniversário do Imperador⁵⁸ também poderia ser associado a ideia de modernidade. A comemoração da efeméride adequava-se para celebrar o início dos trabalhos do assentamento dos trilhos da companhia de bonde paraense. Em 1882, *O liberal do Pará* destacava que:

(...) teve lugar dia 2 do corrente, o assentamento dos trilhos da nova companhia dos bonds;
 Pelas 11 horas da manhã reunido cavalheiros convidados pela directoria (...) assistiram o acto o sr. exc. dr. Presidente da provincia retirou com uma pá (...) um pouco de aterro da rua (...) depois foram assentados os dois primeiros trilhos da via ferrea.
 Nessa ocasião, subiram o ar girandolas de foguetes, tocando a banda de musica militar ahi posta o hyno nacional.⁵⁹

Nessa efeméride, houve associação entre à causa da emancipação cuja celebração em 1885, *O Diário de Notícias* destacava essa solenidade como “festa emancipadora” no qual ocorreriam cerimônias religiosas e políticas com “Te-deum na igreja do Carmo (...). A camara municipal solemnisa o dia, celebrando sessão extraordinaria, ás 8 horas da noite, na qual serão distribuídas 50 cartas de liberdade.”⁶⁰ As festas de aniversário de D. Pedro II no contexto da década de 1880 aliavam as cerimônias como um ato espiritual⁶¹, patriótico, civilizacional, obviamente político de legitimação do regime monárquico, pois conforme identifica Marc Bloch, as cerimônias de sagração do rei ocorriam na perspectiva de “realeza mística”, identificando o rei como um “benfeitor”.

Segundo Evaristo de Moraes⁶², era notória entre os senhores de escravos a simpatia de D. Pedro II a causa emancipadora, criava-se imagem política do imperador como partidário da emancipação⁶³ e não era a por acaso que a comemoração do seu aniversário associava-se à causa da liberdade, tanto que, novamente, em 1886, a câmara de Belém usava os recursos⁶⁴ do fundo de emancipação da capital e promovia cerimônia de entrega de cinquenta cartas de liberdade para que pudesse “adiantar o mais breve possível a libertação de

⁵⁸ Efeméride patriótica nacional celebrava o aniversário do imperador Dom Pedro II.

⁵⁹ *O Liberal do Pará*. Festa do dia 2. 2 de dezembro de 1882, p.3.

⁶⁰ *Diário de Notícias*. Festa emancipadora. 1 de dezembro de 1885, p.2.

⁶¹ CF. BLOCH, Marc. *Os reis taumaturgos: O caráter sobrenatural do poder régio- França e Inglaterra*. Tradução: Julia Mainardi. São Paulo: Companhia das letras, 1999. PP 68-87

⁶² MORAES, Evaristo. *A Campanha abolicionista (1879-1888)*. 2ª edição. Editora da Universidade de Brasília, 1986. Coleção Temas Brasileiros. P. 55.

⁶³ *Diário de Notícias*. Festa emancipadora. 1 de dezembro de 1885, p.2.

⁶⁴ Analisando os relatórios do governo provincial, identificamos o envio à Câmara de Belém da quantia de 11:666 \$666 réis referentes aos impostos da exploração da loteria da província, direcionadas ao fundo de emancipação. CF. Pará. Presidência da Província do. Falla com que o Exm. Sr. Conselheiro Tristão de Alencar Araripe abriu a 1ª sessão da 25ª legislatura da Assembleia Provincial do dia 25 de março de 1886. IN: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/par%C3%A1>. Acessado em 27/11/2017.

escravos dessa capital” e também comemorar o “*anniversario natalicio de sua Magestade o Imperador (Grifo meu)*”⁶⁵.

As festas apresentavam elementos de adorno, ao iluminar as fachadas das casas, prédios públicos e fazer armação de fogos nas praças, além do despertar dos foguetórios nas alvoras poderia significar os sinais mais característicos dos dias de festejos e fazia parte do processo de chamamento às celebrações. O aspecto visual e auditivo das comemorações das efemérides patrióticas são elementos que compunham o ritual dos festejos. Os enfeites valorizavam aspectos de nacionalidade, por exemplo, uso de bandeiras com as cores “auriverdes”, o efeito do foguetório à noite formava um sistema de comunicação específico que marcava a percepção sobre momento de celebração e quebrava a rotina do cotidiano⁶⁶.

Desde a Regência ocorriam comemorações cívicas na corte e estas demarcavam, desde tensões políticas até o orgulho patriótico⁶⁷, a partir da carnavalização dos atos em cortejo de rua, ritualizações com a presença de autoridades civis, eclesiásticas e militares e o concurso considerável de pessoas das mais diversas camadas sociais na formação de batalhões patrióticos, além de realizar a iluminação de casas e praças, embandeiramento das ruas. Conforme destaca Marcelo Otávio Basile, as festas patrióticas criavam um ambiente de alegria e triunfo. As comemorações do “Quinze de Agosto” de 1882 não haviam de ser diferentes “Em quase todas as ruas e praças viam-se sem numero de bandeiras formando troféu de deslumbrante efeito e nas noites de 14 e 15 a cidade oferecia uma bela perspectiva pela iluminação geral feita com balões chinezes e copinhos de cores a par de lâmpões modestos de vidros.”⁶⁸

Em 1883, durante as comemorações do Quinze de Agosto, celebravam “ao alvorecer do 14, véspera do grande dia, bastas de girandolas de foguetes e salvas de artilharias (...) Bandas de musicas tocavam alvorada de diferentes pontos da cidade que amanhecera coberta de banderas multicores, escudos, arcos, tudo isto artisticamente arranjado (...)”⁶⁹ Em 1884, as festas da mesma efeméride foram celebradas: “A’ noute haverá na praça da Independencia com musicas, fogos, e ás 11 horas terão remate os divertimentos com um lindo fogo de artifício. As salas do palacete estarão á disposição das exmas. famílias que quiserem

⁶⁵ Parte desses recursos da exploração das loterias provinciais reforçou o fundo de emancipação usado nas festas de aniversário de D. Pedro II para a promoção de liberdades. CF. *Idem*.

⁶⁶ De Certeau classifica como “repertório”. CF. DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

⁶⁷ CAMPOS BASILE, Marcelo Otávio Néri de. *Festas cívicas na corte regencial*. Varia História. Belo Horizonte, vol. 22, nº 36: p. 494-516, Jul/Dez 2006.

⁶⁸ Constituição. As festas de Quinze de Agosto. 16 de agosto de 1882, p. 2.

⁶⁹ *A Constituição*. 15 de agosto. 16 de agosto de 1883, p.1.

assistir os festejos.”⁷⁰ Na celebração de inauguração do Palacete da Câmara⁷¹, sendo então endereçado por João Diogo Clemente Malcher, presidente de província, às redações dos periódicos o pedido aos cidadãos que em “manifestação de um patriotismo que sabe zelar pela liberdade que os legaram nossos maiores, com luctas e sacrificios, espera que o seo convite será bem acolhido e pede que nas noutes de 14 e 15 illuminem a frente de suas casas para maior realce destas festividades.”⁷²

O passeio à noite para apreciar as fachadas das casas, prédios e a ornamentação das praças, os espetáculos de foguetórios eram o chamariz para que as pessoas ocupassem os espaços públicos. O *Diário de Notícias* anunciava que nas comemorações da festa de adesão do Pará à Independência “Toda a cidade estava, durante as duas noites, brilhantemente iluminada, sendo esplendida a decoração e iluminação de algumas casas e praças, entre estas a de Sant’Anna, Rosário e Baptista Campos”⁷³. O barulho durante o cortejo cívico poderia significar animação e “[...] apreço a memoria dos nossos martyres da liberdade. Por toda a parte o povo agitava-se fremente de entusiasmo (...) flutuavam bandeiras nacionaes, por todos os ângulos da cidade ouviam-se foguetes.”⁷⁴

A cultura material desses festejos denotava significado de modernidade, espetáculo essencial para o sentimento de efervescência coletiva ou mesmo de glorificação do patriotismo. Nesse aspecto, ao analisar o simbolismo de uso da “luz” podemos notar que este apresentava um caráter metafórico, pois simbolicamente exaltava a modernidade e a “energia coletiva”. Para o articulista do *Diário de Notícias*, em editorial de 11 de julho de 1883, dizia que o século XIX era o “da luz e do progresso”. Denotavam, no limite, “poder simbólico”⁷⁵ de transformação, a modernidade.⁷⁶ A vinculação entre esses elementos era imbricada com componentes que demarcavam o avanço técnico, científico e do que convencionou chamar de progresso.⁷⁷

⁷⁰ *Diário de Notícias*. Festas populares. 15 de agosto de 1886, p.2.

⁷¹ Atualmente conhecido como Palácio Antonio Lemos, sede da Prefeitura Municipal de Belém. CF: CRUZ, Ernesto. *Das casas da Câmara ao palácio Antonio Lemos*. 1973. PP 39-41. IN: <https://issuu.com/ufpadoispntozero/docs/dascasasdacamaraopalacio>. Acessado em 07.02.2019.

⁷² *O Liberal do Pará*. Camara Municipal. 10 de julho de 1883, p.2.

⁷³ *Diário de Notícias*. As festas de 14 e 15. 17 de julho de 1883, p.2.

⁷⁴ *Idem*.

⁷⁵ BURKE, Peter. *O que é história cultural*. 2ª edição rev. e amp. Rio de Janeiro: Zahar, 2008, p. 94.

⁷⁶ SARGES, Maria de Nazaré. Belém: *Riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1912)*. Belém: Paka-tatu, 2010. PP 27-57.

⁷⁷ LAURINDO JUNIOR, Luiz Carlos. *A cidade de Camilo: A escravidão Urbana em Belém do Grão-Pará (1871-1888)*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, 2012. PP 63-93.

1.2 REPRESENTAÇÕES E SIGNIFICADOS.

As comemorações das efemérides interligavam rituais de comemorações cívicas com a questão religiosa que envolvia a população, autoridades, sociedades patrióticas e emancipadoras. Na perspectiva de Peter Burke⁷⁸, tais festas poderiam romper o cotidiano, invertendo os papéis sociais.

A retórica da emancipação disseminada pela imprensa criava um sentido de ação fraternal e cristã em torno do ideal de liberdade. As referências a temas da religião ou correlatos que agregavam piedade, doação ou caridade que poderia ser momento apropriado para circunscrevê-la como ato de compaixão, zelo e amor ao próximo foram estratégias discursivas usadas como formato do sentido da luta antiescravista em Belém. Além das referências às igrejas, ruas, tal qual a homônima “15 de Agosto” ou a “Praça e palácio da Independência” chamou atenção as comemorações patrióticas indicavam orientação do trajeto dos festejos da passeata cívica do “Quinze de Agosto” de 1887. Além de realizar as saudações às autoridades religiosas ou frente ao prédio da Câmara para autoridades constituídas “onde dará vivas do estylo, o que também fara *em frente das tipografias e Liga Redemptora (Grifo meu) (...).*”⁷⁹ Como veremos à frente, os tipógrafos, a imprensa e a *Liga Redentora* foram importantes organizadores de reuniões, comissões para promoção de libertações e de festejos e subscrições com óbolos nas comemorações do abolicionismo belenense, em especial, as comemorações do maio de 1888.

As festas de Adesão à Independência eram associadas à emancipação como ação piedosa ou mesmo religiosa no qual a liberdade representava a mensagem de “boa nova”, interligando os festejos patrióticos numa perspectiva cristã de peregrinação em busca da “redenção”. Nesse aspecto, dizia o articulista de *A Província do Pará* :

A idéa da emancipação caminha, e temos fê que brevemente o escravo se *erguirá do seu abatimento para admirar a “Estrella de Belém” (grifo meu)* que vae guiar a escuridão do captiveiro à luz da liberdade.

Convimos que é impossível dar o golpe d’uma só vez, já que não podemos fazel-o, ao menos, cada um contribua com a sua pedra para erguer o templo da liberdade.

Cada qual contribua, na medida de suas forças, todas reunidas, ja oppoem a resistência á barreira que pesa sobre os nossos hombros.⁸⁰

⁷⁸ CF. BURKE, Peter. *Op. Cit.*, p. 80.

⁷⁹ *Diário de Notícias*. Sollicitados. 15 de agosto de 1887, p.3.’

⁸⁰ *A Província do Pará*. O dia 15 de agosto. 12 de agosto de 1882, p. 2.

Em meio às reflexões sobre o significado da liberdade política e motivações da comemoração patriótica, era implícita a temática escravista. Na argumentação era enfatizado que “impossível dar o golpe d’uma só vez” refletia o discurso emancipador que era diluído nas reflexões sobre o significado da liberdade, que incluía conteúdos raciais em meio às alegorias religiosas. Esses discursos representavam as concepções de liberdade das autoridades, comerciantes, políticos liberais e conservadores, ou seja, emancipadores ou mesmo abolicionistas que militavam na imprensa, tais como literatos, advogados, professores. Como destacou Marinalva Barbosa⁸¹, a imprensa da segunda metade do século XIX concentrava as falas dos grupos dominantes e constituía unidade discursiva em torno de projetos políticos, portadora das ideias e dos meios necessários para alcançarem o “progresso”.

A representação da liberdade era envolvida não somente ao discurso piedoso, mas também à recepção de teorias racialistas e a formação de critérios raciais expostos nos festejos, nos discursos e nas interpretações de alguns segmentos sociais do abolicionismo, assim como os “homens de ciências”⁸² que circunscreviam associações patrióticas ou emancipadoras, clubes abolicionistas. Os registros na imprensa possibilitam entender como estes eram influenciados por pensamentos e correntes teóricas evolucionistas e compuseram as representações imaginadas por segmentos sociais dominantes. Por exemplo, José Veríssimo⁸³ que era professor, diretor do colégio Americano e membro da *Liga Redentora da Província do Pará*, orador em alguns festejos patrióticos e abolicionistas representava essa perspectiva.

Como analisou Bezerra Neto:

Sob influência das teorias raciais, o critério racial era elemento importante na definição das alforrias concedidas com recursos dos cofres públicos ou com donativos senhoriais. Ainda que seja dito a condição da “cor” dependia muitas vezes da condição social do sujeito que avaliava e quem era avaliado, enfim de outros fatores que não somente o fenótipo da pessoa, não obstante tais formas de ver sejam indicativas justamente de entrelaçamento do conceito de raça com valores morais e estéticos (...).⁸⁴

⁸¹ BARBOSA, Marinalva. *Op. Cit.*, 2010, p. 119.

⁸² CF. BEZERRA NETO, José Maia. *José Veríssimo: Pensamento Social e etnografia da Amazônia (1877/1915)*. Dados. vol.42, n.3, Rio de Janeiro, 1999.

⁸³ KURY, Lorelai B. *A sereia amazônica dos Agassiz: zoologia e racismo na Viagem ao Brasil*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 21, n. 41, 2001, p. 157-172.

⁸⁴ BEZERRA NETO, José Maia. *Op. Cit.*, 2009, p. 346.

Em torno da causa da liberdade criava-se o discurso de ação meritória entre emancipadores ou abolicionistas. Na concepção de Marinalva Barbosa⁸⁵, as representações de grupos dominantes favoráveis à abolição eram de que letrados que militavam na imprensa construíram narrativa de que negros constituíam massa amorfa, por tanto, sem expressão ou classe marcada pelo “abatimento” conforme a expressão na fonte citada anteriormente. Bezerra Neto⁸⁶ considera, no entanto, que os escravizados estavam longe de serem acomodados ou “abatidos” tendo em vista que muitos destes tinham extensa jornada de trabalho e pagavam suas alforrias, sendo os clubes e associações, em certa medida, apenas aqueles que completavam os valores pedidos pelos senhores.

Em outro aspecto, os festejos de efemérides indicavam a celebração de local do poder, como o que ocorreu quando foi inaugurado o palacete da Câmara Municipal ou até mesmo aniversário de alguma autoridade política pelo qual eram representados como elementos de comunhão entre o soberano e a sociedade em cerimônias nas quais eram comum ocorrer o ritual do “*Te-déum*” entoado durante as celebrações que remetia a circularidade da prática de cerimônia pública de sociedade de corte representativos das hierarquias, ordens e poder em que esses locais de manifestação de autoridade marcavam os terrenos das lutas simbólicas, as distinções e relações de grupos sociais e a representação do Estado.⁸⁷ Essas celebrações oficiais com ato solene, discursos e a promoção de liberdades marcavam o momento de representação simbólica do poder do Estado e caracterizavam a formação de um conjunto de práticas denominadas por Roger Chartier de “arquitetórico”.⁸⁸ Por exemplo, em 1883, o festejo da Adesão do Pará à Independência agregava um simbólico local de poder. O periódico *O Liberal do Pará* divulgava:

Sendo o dia 15 de agosto o anniversario da Adhesão do Pará á Independencia do Brazil, e devendo solemnizar-se esse dia com demonstraçoens de regosijos pulicos tão memoravel acontecimento, a camara municipal de Belem convida as autoridades civis, militares, empregados publicos, e em geral todos os habitantes desta cidade para n’aquelle dia assistir ao Te-Deum que manda celebrar a Igreja de N. S. Carmo ás 9 horas da manha, e em seguida aos actos de inauguraçoão do palacete onde vai ser installada camara e da entrega de algumas cartas de liberdade.⁸⁹

⁸⁵ BARBOSA, Marinalva. *Op. Cit*, 2001, p. 109.

⁸⁶ CF. BEZERRA NETO, José Maia. *Op. Cit*, 2009, p. 346.

⁸⁷ CF. CHARTIER, Roger. *A História Cultural: Entre práticas e representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo. DIFEL, 2ª edição. Memória e Sociedade, 1992, p. 195.

⁸⁸ *Idem*.

⁸⁹ *O Liberal do Pará*. Câmara Municipal. 10 de julho de 1883, p.2.

Essas referências às Igrejas ou Palácios como locais dos trajetos foram constantes nas festas patrióticas, bem como foram inseridas nos trajetos dos festejos do abolicionismo, eram referências de celebração pelo qual se ocorria o ajuntamento de pessoas e dimensionavam os aspectos da ampliação da participação no mundo da política, além da alusão das comemorações enquanto ação piedosa e sacra que envolvia políticos, representantes da igreja, população em cortejo.

Para termos noção da importância das efemérides e sua associação à liberdade como ato caridoso ou filantrópico, o periódico *A Província do Pará* destacava que “Está averiguado, pelo que tem a luz pela publicidade, que o numero total de libertações concedidas nesta capital em comemoração do faustoso dia 15 de Agosto, eleva-se a setenta e seis.”⁹⁰ A festa expressava o caráter de subscrição, ato de generosidade. Nesse sentido que *Associação Filantrópica de Emancipação de Escravos* usava o pretexto que comemorava a efeméride do 13º aniversário da Guerra do Paraguai e promoveu a libertação⁹¹ de André e Etelvina Maria da Conceição, escravizados de Luís Cícero de Magalhães “concedidas” sem ônus. Em agosto de 1885 foi usada retórica de “significação humanitária” expressada nas libertações promovidas novamente pela Câmara de Belém durante os festejos do “Quinze de Agosto” com a justificativa de “apressar a abolição da escravaria.”⁹²

Outros significados das celebrações patrióticas estavam relacionados com expressões simbólicas que denotavam progresso e modernidade da província e também teve seu festejo apropriado. Angela Alonso relaciona que o avanço dos meios técnicos⁹³ conformou o sentido de “sensibilidade humanitária”, um estilo de vida moderno que foi associado a causa da emancipação. Assim, a justificativa da comemoração era motivada pelo início dos trabalhos de construção da *Estrada de Ferro de Bragança*. O seu simbolismo estava centrado no discurso de modernidade, progresso e trabalho livre. A comissão presente na inauguração dos trabalhos da Estrada de Ferro dirigiu-se ao Teatro da Paz, onde foi servido um banquete com a presença de autoridades, alguns representantes do ideário abolicionista. Na comemoração foi celebrado muitos “vivas” à questão da liberdade e ritualizado com “(...) brindes: do Dr. Caymari ao presidente da provincia. Do dr. Domingos Olympio Braga Cavalcante, saudando o dr. Caymari, como abolicionista, apresentou 2 cartas de liberdade.”⁹⁴

⁹⁰ *A Província do Pará*. As liberdades em honra do dia 15 de agosto. 24 de agosto de 1883, p. 3.

⁹¹ *Diário de Notícias*. 3 de março de 1883, p.2.

⁹² *O Liberal do Pará*. A camara municipal desta capital e a emancipação dos escravos. 19 de agosto de 1885, p.2.

⁹³ CF. ALONSO, Angela. *Op. Cit*, 2015, pp 92-93.

⁹⁴ *O Liberal do Pará*. Noticiario-Inauguração. 26 de junho de 1883, p.2 e 3.

Bernardo Caymari era empreiteiro e concessionário nas primeiras etapas da construção da Estrada de ferro de Bragança.

Nas festas patrióticas, o sentimento de conagração e pertencimento girava em torno da formação de uma comunidade política representada como ato cívico. Analisando a ritualística das festas, como um banquete⁹⁵ ritualizado na cerimônia de inauguração dos trabalhos da *Estrada de Ferro de Bragança* que contou a presença, como de praxe, de diversas autoridades, corpo de engenheiros e representantes do comércio, destacando-se o presidente da Província, Visconde de Maracaju. Em 1887, a representação da liberdade foi centrada nas ideias de “civilização” e “progresso” relacionando a causa da humanidade, a busca de prosperidade material que aproximava ao discurso do positivismo republicano. O *Diário de Notícias* celebrava a data da emancipação política paraense de 15 de agosto, comemorado como momento de entusiasmo pelo qual “A civilização penetrou em nossas sociedades, amoldando-as aos exemplos das cultas das nações da Europa. O progresso abriu caminho em nosso solo, cortando-o de estradas de ferro, sulcando as nossas águas com inúmeros vapores.”⁹⁶

A temática de liberdade era no discurso parte essencial dessas mudanças sociais. Nessa cerimônia eram enaltecidas as transformações técnicas e ideias de modernidade típicas da exaltação do ideal de progresso material proporcionado pelo “boom” da borracha na Amazônia.⁹⁷ Como destaca Bezerra Neto, tal ideia não foi inaugurada com o fim da escravidão, porém ganhava novo significado com a introdução de benesses do capitalismo mundializado, tais como “a fotografia, o telefone, o telegrafo, a energia a vapor com os barcos a vapores e ferrovias.”⁹⁸

⁹⁵ Os banquetes eram típicos de sociedade ditas “civilizadas” parte das práticas de coesão da comunidade, fermento de sociabilidade. CF. PANTEL, Pauline Schmitt. “*As refeições gregas, um ritual cívico*”. IN: *História da alimentação* / sob a direção de Jean-Louis Flandrin e Massimo Montanari; [tradução de Luciano Vieira Machado e Guilherme J. F. Teixeira]. São Paulo: Estação Liberdade, 1998. P. 118-128.

⁹⁶ *Diário de Notícias*. 15 de Agosto. 14 de agosto de 1887, p.2.

⁹⁷ SARGES, Maria de Nazaré. *Op. Cit*, p. 27-57.

⁹⁸ BEZERRA NETO, José Maia. *Op. Cit*, p. 32.

1.3- CIRCULANDO NOS FESTEJOS: AS FOLHAS “15 DE AGOSTO”, “A VIDA PARAENSE” E O “ABOLICIONISTA PARAENSE”.

Apresento para análise três impressos cuja relação envolvia causa patriótica e a questão da liberdade: A folha comemorativa “Quinze de Agosto”, o satírico “A vida Paraense” e o engajado “O Abolicionista Paraense”.

Apesar das diferenças no que tange a sua produção e circulação, estes eram usados como meios para angariar recursos pecuniários cujo propósito era adquirir cartas de liberdade. Nas festas patrióticas foi trabalhado representações, imagens e alegorias sobre a liberdade associando efemérides e personagens durante os cortejos cívicos, sem deixar de perceber que em meio à profusão de imagens, gestos e rituais havia espaço para circulação de impressos nessas ocasiões festivas.

A folha “Quinze de Agosto”, geralmente impressa nas tipografias a pedido de um cidadão ou grupo de cidadãos. Este era ofertado durante os dois dias de festa de adesão de Independência (14 e 15 de agosto). Apesar de não podermos analisar nenhum de seu exemplar, cotejando as informações dos outros periódicos, temos noção do seu formato. Na impressão realizada para os festejos de 1882 “A sua primeira pagina esta registrada com um trabalho litographico artisticamente preparado, no centro sobre o qual sobresaie o desenho do general Gurjão. As 3 ultimas paginas contem bellos artigos diversos cavalheiros desta capital, cultivadores das letras.”⁹⁹ O jornal *O Liberal do Pará* faz referência a esse impresso comentando que era vendido na “Mercearia 15 de Agosto” a pedido do comerciante João Campos, ao valor de quinhentos réis. Destacamos que a ação do comerciante era no sentido de “(...) publicar uma edição especial de um jornal ricamente ilustrado, dedicando aquelle dia, sendo o producto do mesmo destinado a libertação de escravos (...) remetidos á Associação Philantropica de Emancipação de Escravos e o Club Abolicionista Patrony (...)”¹⁰⁰

Outro jornal que circulou nesse período foi o efêmero “A Vida Paraense” que esteve em atividade entre os anos de 1883 e 1884 e teve trinta e três edições. Essa folha era produzida na tipografia do livro do comércio, seu proprietário era João Affonso do Nascimento. Tratava-se de um jornal trimestral¹⁰¹ que contribuiu no jornalismo paraense com a litografia de conteúdo satírico. Sua primeira edição foi em 8 de maio de 1883. Durante os

⁹⁹ *O Liberal do Pará*. Quinze de Agosto. 20 de agosto de 1882, p.1.

¹⁰⁰ *O Liberal do Pará*. Quinze de Agosto. 23 de julho de 1882, p. 1.

¹⁰¹ CF. Biblioteca Pública do Pará. *Jornais paraoaras: Catálogo*. Belém: Secretaria de Estado de Cultura, Desportos e Turismo. 1985. P. 97.

festejos patrióticos de “Quinze de Agosto” o *Club Abolicionista Artístico Particular*, cujo presidente era Carlos B. F. Roza, consorciava com clubes patrióticos e o referido jornal em torno da causa da liberdade. Em nota, o clube abolicionista agradecia:

Ao digno Club Patriotico Soares Carneiro um voto de gratidão, pela maneira porq’ procurou abrilhantar a festa; com especialidade agradecemos ao illmº sr. João Affonso Nascimento a offerta que nos fez de cem exemplares de “A Vida Paraense” cujo producto será applicado em liberdade.¹⁰²

Como podemos perceber o jornal circulava nos festejos patrióticos com propósito de aumentar recursos para compras de alforrias entregues nos festejos patrióticos. Como identifica Vicente Salles¹⁰³, a folha acompanhava de forma aproximada a questão abolicionista, reproduzindo algumas representações sobre a libertação de Benevides, em 1884, além de registrar com litografias alguns festivais de liberdade, bem como o de 25 de março de 1884 que foi realizado no Teatro da Paz, com tons de sátiras e críticas ao caráter espalhafatoso daquela comemoração abolicionista.

Diferentemente do impresso “Quinze de Agosto” e “A Vida Paraense”, podemos considerar que *O Abolicionista Paraense*, criado em 1883 pela corporação dos funcionários associados da tipografia do jornal *A Província do Pará*, apresentou circulação mais constante, pois era publicação semanal. Apesar da lacuna de alguns poucos exemplares disponíveis à consulta, este se dedicava à causa da emancipação e fugia do padrão dos periódicos por não haver propagandas e anúncios do interesse do governo.

Esse jornal apresentava quatro paginações, todas dedicadas à temática abolicionista, tais como editorial, folhetim (com temática sobre escravidão), panorama cotidiano da escravidão, denúncias contra atos de ilegalidade de escravocratas, pequenos jograis com “pensamentos abolicionistas” e coluna contendo poesias. Conforme análise de Elson Luiz Rocha, *O Abolicionista Paraense*¹⁰⁴ apresentava de forma incisiva o cotidiano da escravidão, seja por meio de frases, ou mesmo poesias que denotavam significados pejorativos ao sistema escravista, de forma que buscavam influenciar os leitores, por meio das novelas “Folhetim” quão revoltante a situação ao qual estavam submetidos os escravizados.

¹⁰² *Diário de Notícias*. Club Abolicionista Artístico Particular, 19 de agosto de 1883, p.3.

¹⁰³ SALLES, Vicente. *O Negro na formação da sociedade paraense*. Belém; Paka-Tatu, 2004, p. 74-76.

¹⁰⁴ MONTEIRO, Elson Luiz Rocha. *Maçonaria, poder e sociedade no Pará na segunda metade do século XIX (1850-1900)*. Belém: Editora Açai, 2016. P. 202-205.

Outro aspecto destacado por Elson Rocha era o processo de sociabilidade em torno da Maçonaria¹⁰⁵ que relacionava circularidade de ações dos seus membros por meio da imprensa, festas, quermesses e bazares. Alguns maçons eram proprietários de periódicos e os usavam como forma de instrumento de discussão política inclusive firmando pactos de não publicar notas cujos interesses favoreciam os escravocratas. Em certa medida, adotaram um discurso em favor da abolição gradual e, à medida que o movimento abolicionista ganha densidade, adotavam o discurso de abolição imediata.

Na perspectiva de Bezerra Neto¹⁰⁶, algumas ações em torno de corporações associativas de trabalhadores, inclusive operárias, que em sua gênese não estavam diretamente relacionadas com o fim da escravidão, mas concorriam para realizar ações pela liberdade que possibilitam a compreensão da diversidade de sujeitos que giravam em torno dos festejos. Claudia Regina de Andrade analisa que o abolicionismo estimulou relações entre a imprensa, na qual círculo de trabalhadores em torno da causa da liberdade, ao relatar edições de textos abolicionistas publicados no periódico carioca *Lincoln*, do Clube Gutemberg¹⁰⁷.

Os trabalhadores tipógrafos de *A Província do Pará* destacavam-se na associação com emancipadores, clubes patrióticos e abolicionistas, principalmente pela subscrição por meio da comercialização de jornal abolicionista. Uma dessas ocasiões foi na festa da efeméride “Dois de Julho” de 1883, no qual os trabalhadores circulavam no cortejo que percorreria “(...) algumas ruas da cidade para cumprimentar as redações de alguns jornaes existentes n’esta terra (...)”¹⁰⁸ Assim, se apropriavam do momento de regozijo e articulavam com os promotores do festejo a circulação do periódico bem como “(...) vendendo então n’esta ocasião a comissão diretora dos festejos o *Abolicionista Paraense (grifo meu)*, cujo producto é destinado ás cartas de liberdade que se tenham de dar dia 15 de agosto vindouro.”

¹⁰⁹

A heterogeneidade e a subscrição social foram características dos festejos das efemérides, marcados pelo “fervor” patriótico, construção de identidade coletiva, que recriava um sentido de diversidade de sujeitos que circulavam nas comemorações, ou seja, diferentes agentes que estabeleciam significados opostos. Desde os tipógrafos, responsáveis pelos custos

¹⁰⁵ *Idem*, p. 134-218.

¹⁰⁶ BEZERRA NETO, José Maia. *Op. Cit*, 2009, pp 378-379.

¹⁰⁷ DOS SANTOS, Claudia Regina Andrade. *Na rua, nos jornais e na tribuna: A confederação abolicionista do Rio de Janeiro antes e depois da abolição*. IN: Tornando-se Livre: *Agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição*. Orgs: MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo; CASTILHO, Celso Thomas. PP 342-343.

¹⁰⁸ *Diário de Notícias*. Programma apresentado pela comissão para os festejos do dia 2 de julho. 29 de junho de 1883, p.3.

¹⁰⁹ *Idem*.

e vendagem do jornal, ao público que saía às ruas para comemorar, além das autoridades constituídas e dos clubes patrióticos, emancipadores e abolicionistas mostram diferentes objetivos políticos mediados pelo simbolismo de “consenso” coletivo.

Acredito que esses trabalhadores estabeleceram rede que envolvia complexas relações de barganhas para garantir a circulação do jornal “ O abolicionista Paraense” com objetivo de levantar recursos e distribuí-los aos clubes e associações na promoção de pagamento de alforrias. Estes valores eram, em muitos casos, essenciais para complementar o pecúlio e ajudavam a engrossar o quantitativo de libertos durante as solenidades de entrega das cartas de liberdade durante os festejos patrióticos, emancipadores ou abolicionistas.

Imagem 2- *Jornal “O Abolicionista Paraense” - Impresso pelos tipógrafos de A Província do Pará.*



Fonte: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.¹¹⁰

Dessa forma, percebemos que à proporção que as festas patrióticas são mediadas por ideais de liberdade ritualizadas em cortejo, com iluminações, embandeiramento e fogos nas praças que denota linguagem e um padrão de comemoração que, ao circularem em outras festas balizava um aparato comemorativo, na perspectiva de circularidade cultural¹¹¹ do formato das festas por meio dos enfeites, discursos e impressos, além de adaptações de repertórios com músicas, teatralização e socialização de ideias dos jornais e ações nas ruas.

¹¹⁰ Sítio eletrônico da Hemeroteca Digital Brasileira: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

¹¹¹ CF. GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os vermes: O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

1.4- OS FESTEJOS DO DECENÁRIO DA LEI “28 DE SETEMBRO”.

No baixel que conduz os gênios rutilantes
 Lá vemos - Rio Branco – o Forte palinuro;
 (...) Por isso é sempre herói aquelle que primeiro
 Levanta a voz e clama em funda convicção:
Não mais nasce um escravo em terras do cruzeiro!
 (M. Soares de Medeiros.)

A epígrafe acima dimensiona o sentido desejado aos festejos do decênio da lei 28 de setembro de 1871, também conhecida, a posteriori, por “lei do ventre livre”. Ao analisar os periódicos, notei tratado como “efeméride” de consenso em torno da política emancipacionista da monarquia. Ocorreram festejos, apresentações teatrais, bazares da caridade, quermesses, editoriais e efígies para demonstração pública.

A memória social da liberdade posta em disputa por emancipacionistas e abolicionistas entorno das comemorações de “Vinte e Oito de Setembro” fora marcada pela ambiguidade dos sentimentos. De um lado, o de perda, expressa pela necessidade da recordação dos feitos de Rio Branco enquanto modelo de cidadão que atuou no campo da política. Por outro, a premissa de comemorar com júbilo o decênio da lei emancipacionista.

O ano de 1881 foi aclamado pela imprensa e clubes emancipacionistas, de modo especial, no que recorre à memória relacionada à questão antiescravista¹¹² já que coincidiam duas datas de significativa importância para o movimento abolicionista, ou seja, decênio da morte de Castro Alves (no mês de julho) e a década da promulgação da lei emancipacionista de 1871 (em setembro). Evidencio que em julho de 1881, os abolicionistas já revelavam um programa de “festejos” para lembrar-se do “Poeta dos escravos”, ao inventar e incorporar a ideia de que Visconde do Rio Branco, assim como Castro Alves teve “vida breve”.

Devemos recordar que no fim de 1880 o Visconde do Rio Branco foi bastante lembrado e enlutado, sendo que suas exéquias possibilitaram a celebração, forjando-o na memória social como “herói” nacional por parte daqueles que se colocavam a favor da causa emancipadora. Assim, procuravam solenizar a data de “Vinte e Oito de Setembro” com a realização de festejos.

¹¹² CF. ALONSO, Angela, *Op. Cit.*, 2015, p. 184.

Entendendo personificação de Rio Branco como “mártir” da liberdade a partir das reflexões de Carlo Ginzburg de “formula das emoções”¹¹³ busquei relacionar constituição de um calendário de comemorações em torno do “Vinte e Oito de setembro” buscando compreender o sentido da realização de festas políticas, festas-funerais, produção de efígies, discursos, escritos para consagração pública.

De acordo Renata Figueiredo Moraes¹¹⁴ em meio ao clima de alegria e comemorações, sentimentos de patriotismo, civismo, moral, ordem, legalidade, caridade foram agregadas aos festejos como ação fraterna e de conagração. Analisando os periódicos da capital, identificamos a criação de estratégias discursivas em torno das comemorações do decenário da Lei do “Ventre Livre”, relacionando a questão da liberdade à imagem do Visconde do Rio Branco e a lei de 28 de setembro de 1871.

A rememoração do Visconde do Rio Branco era objeto de contenda de forma a construir “iconografia política” de legitimação social. Bezerra Neto entende que emancipacionistas e abolicionistas, em que pese às críticas, à lei de 28 de setembro de 1871, celebravam e rememoravam os feitos do Visconde do Rio Branco vinculando as comemorações da lei às sessões solenes, conferências, festa com música e passeatas, obviamente libertando escravizados. Conforme o autor, na década de 1880, o Visconde do Rio Branco foi elevado ao panteão da causa emancipadora como o grande personagem defensor da causa dos escravos. Essa construção da memória em torno da causa emancipadora foi apropriada e celebrada em diversos festejos em Belém.

De outra forma, as festas de liberdade, em especial, aquelas em torno da celebração do Visconde de Rio Branco e, conseqüentemente, da lei de “Vinte e Oito de Setembro” foram articulados em torno do eixo “heróis civilizadores”¹¹⁵ enquanto linha de ação contrária à instituição escravista. Segundo Angela Alonso, as comemorações que rememoravam personagens se associavam a questão emancipacionista/abolicionista pelo caráter apelativo e o conteúdo carregado de emoção, valendo-se do uso de hipérboles, alegorias e metáforas.

¹¹³ GINZBURG, Carlo. *Medo, reverência, terror: Quatro ensaios sobre iconografia política*. Tradução de Federico Carotti, Joana Angélica d’Avilla Melo, Julio Castanho Guimarães. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. 194 p.

¹¹⁴ MORAES, Renata Figueiredo. As festas da abolição na Corte Diversidade e polifonia nos festejos de maio de 1888. 5º encontro de escravidão e liberdade no Brasil Meridional. 17 páginas. Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos5/moraes%20renata%20figueiredo.pdf>. Acessado em 05/12/2017.

¹¹⁵ ALONSO, Angela. *Op. Cit.*, 2015, p. 98.

A estratégia era associar personagens de diferentes temporalidades. O jornal *Diário de Notícias*, por exemplo, divulgava nota de seu homônimo baiano, no qual evidenciava o discurso de Joaquim Nabuco, reverenciado como “um dos nossos grandes compatriotas” e um dos que “mais peito tem tomado pela emancipação dos escravos”¹¹⁶. Como destacava Evaristo de Moraes, as atividades de diversas sociedades abolicionistas, tais como a da *Sociedade Reação Contra a Escravidão*¹¹⁷ permitiu que a questão escravista ganhasse conotação de “causa nacional”, tal qual indagava Joaquim Nabuco.¹¹⁸ Numa carta direcionada à comissão executiva dos festejos de comemoração à memória de Castro Alves, Nabuco comentava:

Se Castro Alves vivesse hoje estaria na primeira linha dos emancipadores (...). A nota mais elevada de seu pensamento foi a liberdade, sua mais profunda *sympatia* que elle mostrou aos escravos.
O trafico inspirou-lhe versos de uma indignação sublime e fez-lhe chorar de vergonha como brasileiro de cor como homem.
A festas de 10 de julho de 1881 pôde, pois ser chamada de uma festa abolicionista, por que é a consagração do nome do poeta dos escravos (...)¹¹⁹

Conforme identificou Jailton Lima Brito¹²⁰, o movimento abolicionista na Bahia, a comemoração do decênio do falecimento de Castro Alves se constituiu num evento de caráter abolicionista. Ao que se percebe, a data de seis de julho (dia da morte do poeta dos escravos) foi estendida, sendo que a comemoração realizada no dia 10 de julho marcou adequação de um “lugar da memória”, pois o largo do Teatro São João fora transformado em “Castro Alves”.

Ora, era recorrente o uso da memória do “poeta dos escravos” por meio de seus escritos e citado em reuniões, estampados na imprensa, declamados nos *meetings* abolicionistas. Nesse seguimento, associação entre Castro Alves e o Visconde do Rio Branco foi para mostrar que o primeiro apelava para a “humanidade do escravo”¹²¹ enquanto que Rio Branco foi revestido da retórica de “compaixão”¹²², direito e progresso em torno da questão escravagista. Essas referências tornam-se parâmetros para relacionar como foram realizadas

¹¹⁶ *Diário de Notícias*. Joaquim Nabuco e Castro Alves. 11 de agosto de 1881, p.2.

¹¹⁷ Moraes, *Op. Cit*, 1986, p. 37.

¹¹⁸ NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*: Rio de Janeiro: Bestbolso, 2010. PP 35-63.

¹¹⁹ *Diário de Notícias*. Joaquim Nabuco e Castro Alves. 11 de agosto de 1881, p.2.

¹²⁰ BRITO, Jailton Lima. *Abolição na Bahia: Uma história política (1870-1888)*. Universidade Federal da Bahia. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Orientador: João José da Silva Reis. Ano: 1996, 261 f.

¹²¹ *Idem*.

¹²² *Ibidem*, p. 50

as comemorações à memória do Visconde do Rio Branco. A imprensa recordava que “hoje a aureola fulgurante que circunda o atháude do immortal Visconde do Rio Branco.”¹²³

A sua imagem, ainda em meados dos anos 70 do XIX, foi usada como pretexto para comemorações e definições do sentido da luta antiescravista em face os reflexos dos efeitos da legislação emancipacionista, principalmente, a retórica de piedade e compaixão expressada pelas ações de caridades como bazares ou mesmo doações de alforrias. Essa construção de enredo de “herói da liberdade”, segundo a *Província do Pará* era pra homenageá-lo pelo fato de que ele “abolio a escravatura no Brazil, declarando que dessa data em diante no pais iluminado pelo cruzeiro do sul não nasceria mais escravos, lei que é o maior padrão glorioso que cobre a campa de um dos primeiros estadistas brasileiros, o **chorado (grifo meu)** Visconde do Rio Branco.”¹²⁴

Conforme identificou Elson Monteiro¹²⁵, tanto a figura de Rio Branco, quanto às pertinências da legislação de 1871 foram pretextos e motivações para festas maçônicas, por meio de quermesses, batizados e doações que arrecadavam fundos para compras de cartas de liberdade, divulgadas com certa frequência em alguns periódicos paraenses, por exemplo, *O Liberal do Pará*. Algumas dessas experiências foram também percebidas no contexto da década de 1880, em especial, as ideias liberais e conservadoras de filantropia e caridade, com a realização dos bazares, caixas libertadoras e quermesses redentoras. Conforme Bezerra Neto, o desenvolvimento desse sentimento de altruísmo ocorreu, ainda no século XVIII, porém não atrelado ao ideal de abolicionismo. Contudo, nos findos do século XIX era o momento conveniente para associar essas ações ao processo de liberdade emanado pelo caráter humanitário, piedoso e patriótico, cruzada pela “causa civilizatória”, nas palavras de Adam Hoschschild.

Os editoriais e folhetins dos periódicos argumentavam no sentido de construir um consenso em torno da lei, por conseguinte, da sua comemoração como “caminho mais legal e proveitoso para dissipar entre nos esse cancro que nos legaram nossos antepassados, e *esta data festejada como a pedra angular do edificio emancipador (grifo meu)*”.¹²⁶ Como explicou Bezerra Neto, ainda que alvo de contenda, havia entendimento que a 1871 era a própria “abolição”, ou seja, num primeiro momento, compreendida como “solução da questão

¹²³ *Idem*.

¹²⁴ *A Província do Pará*. Assumptos do dia. 28 de setembro de 1881, p. 2.

¹²⁵ ROCHA MONTEIRO, Edson Luiz. *Op. Cit.*, p. 73-144.

¹²⁶ *O Liberal do Pará*. 28 de setembro. 28 de setembro de 1883, p.2.

servil.”¹²⁷ O festejo da lei emancipacionista apresentava sentido de legalidade e ordem, por tanto, a sua comemoração legitimava a propriedade escrava. Assim, era essencial o caráter amistoso e festivo, haja vista que ela possibilitava sobre vida à escravidão.

Dito essas considerações, agora, como foram comemorados na capital paraense o decênio da lei de 1871? O que se falou da lei e quem a festejou? Qual significado e implicações dessas comemorações?

Conforme identificou Bezerra Neto, as celebrações das “exéquias do Visconde”¹²⁸ foi pretexto para que o abolicionista André Rebouças promovesse comemorações como forma de lembrar da continuidade da sua obra em diversas partes do império. Em Belém, no dia 28 de setembro de 1881, por meio de nota em diversos periódicos da capital, tendo como assinante José Henrique Cordeiro de Castro, Ferreira Cantão e Januario Antonio de Moraes era informado que “sem tempo para se dirigir pessoalmente aos briosos cidadãos residentes nesta cidade, a convidal-os para a sessão de posse da Sociedade Emancipadora de Escravos, que deverá ter lugar às 8 horas da noite, em ponto, no salão do Theatro da Paz.”¹²⁹

Essa festa marcou o “relançamento”¹³⁰ da Associação Filantrópica de Emancipação de Escravos (APEE)¹³¹, comentada pelo periódico *A Província do Pará*, em sua edição do dia 30 de setembro que “Perante um auditorio com mais de quatrocentas pessoas, realizou-se a Sociedade Philantropica Emancipadora de Escravos (...) festa que celebrou o anniversario da promulgação da lei”. Nessa sessão, José Henrique Cordeiro de Castro presta juramento como 1º secretário da associação.

Como analisou Bezerra Neto, as ideias da APEE tiveram seus fundamentos ainda na década de 1860. O autor considera ainda que era um novo tipo de sociedade devido a sua natureza “beneficente e filantrópica” ou até mesmo de classe, aliando as preocupações da causa da emancipação com a questão do trabalho foram retóricas e teve como um dos fundadores Carlos Seidl que tencionava a sensibilização à questão escravagista. Diz ou autor que:

¹²⁷ BEZERRA NETO. *Se Bom Cativo, liberto melhor ainda*. IN: *Op. Cit*, 2015, p. 262.

¹²⁸ BEZERRA NETO, José Maia. *A Segunda Independência. Emancipadores, Abolicionistas e as Emancipações no Brasil*. Almanack. Guarulhos. Nº 2. PP. 87-100. 2º semestre de 2011. P. 99.

¹²⁹ *O Liberal do Pará*. Convite. 28 de setembro de 1881, p.3.

¹³⁰ Conforme Bezerra Neto, em 1881, foram reativadas as ações a Associação Filantrópica de Emancipação dos Escravos, que funcionara entre 1869 até 1874. A iniciativa do político conservador Samuel Wallace Mac-Dowel, teve apoio de José Henrique Cordeiro de Castro e Januário Antônio de Moraes, que realizaram em 24 de agosto reunião pública no salão do Teatro da Paz e demarcava “nova época da história da escravidão brasileira”. Ver: BEZERRA NETO, José Maia. *Se bom cativo, liberto melhor ainda: Escravos, senhores e visões emancipadoras (1850-1888)*. IN: *Op. Cit*, 2015, p. 257.

¹³¹ Doravante, APEE.

O público a quem se dirigia Seidl seria então aquele já sensibilizado pelos preceitos humanitaristas em voga desde a segunda metade do século XVIII, que em sua compaixão pelo escravo o via como homem e irmão, confiando em sua capacidade de aperfeiçoamento moral, ainda que diferente do branco em sua inferioridade racial, partilhando uma visão antiescravista que fomentou o pensamento abolicionista ao longo do século XIX.

Para além do humanitarismo, mas associado a este novo sentimento ou sensibilidade social em seu desconforto com a escravidão, esse público constituído por um novo sujeito, “o homem de sentimento”, também compartilharia da ideia de progresso material e moral da humanidade em cujo mundo civilizado cristão não mais cabia naquele momento a perpetuidade do regime escravocrata.¹³²

As festas do abolicionismo, em especial, do decênio da lei de 1871 apropriaram justamente essa retórica em seu contorno e sentidos de celebração da liberdade controlada, gradual. O início do festejo do decênio da lei 28 de setembro de 1881 teve a som das bandas de músicas que revezavam à porta do Teatro da Paz e contou com a presença das autoridades provinciais, no qual “A sessão foi aberta logo depois que entraram os srs. presidente da provincia e o chefe de policia da provincia (...) sr. dr. Pará-Assú, que presidiu o acto.”¹³³

O *Diário de Notícias* informava reunião no escritório do periódico *Diario do Gram-Pará* para tratarem da festa a ser realizada em 28 de setembro e que “pediria a s. exc. o sr. presidente da provincia as bandas de musicas militares para tocarem alvorada nas praças dos 4 districtos da capital, bem como a noite percorrerem as ruas da cidade, depois de tocarem em frente ao palacio do governo.”¹³⁴ Na mesma nota, registrava-se o interesse em entregar duas cartas de liberdade, além do que os partidários da causa “illuminarão as suas casas”¹³⁵.

Outro ponto importante na organização da cerimônia e concorrência do público era a conferência.¹³⁶ Esta apresentava caráter mais restritivo e formativo, considerando a reunião de determinado número de pessoas seja num auditório, prédio público como a Câmara de Belém ou mesmo num teatro, tal como o Cosmopolita ou da Paz. Permitia quantificar a capacidade de pessoas e realizar o endereçamento dos seus participantes. A cerimônia da APEE fora realizada no salão nobre do Teatro da Paz.

¹³² BEZERRA NETO, José Maia. *Op. Cit*, 2009, p. 171.

¹³³ *Diário de Notícias*. Festa abolicionista. 30 de setembro de 1881, p. 2.

¹³⁴ *Diário de Notícias*. 28 de setembro. 28 de setembro de 1882, p.2.

¹³⁵ *Idem*.

¹³⁶ A Figura fundamental para festa com caráter mais solene era a figura do orador. Comunicava ao público objetivo do ato e o andamento da solenidade, além do seu poder de persuasão e habilidade em prender atenção dos participantes. Este, em geral, um advogado, engenheiro, médico, professor, que representavam a imprensa ou então, políticos, membros atuantes ou beneméritos que participavam das comissões ou das diretorias de associação ou clube abolicionista/emancipacionista e/ou patriótico.

Nessa cerimônia, o advogado e jornalista Miguel Lucio de Albuquerque “leu um discurso magnífico, no qual fez histórico das tentativas sobre emancipação do elemento servil (...) alcançado pelo benemérito visconde do Rio Branco, - A lei de 28 de setembro de 1871.”¹³⁷ O ato do discurso¹³⁸ nas festas do abolicionismo era essencial enquanto ritual de apresentação, fundamental como retórica. O uso da palavra, a eloquência das frases eram essências no processo de convencimento. No final da oratória de Miguel Lucio “foi aplaudido, recebendo das mãos da gentil menina d. Olivia Adele Cordeiro de Castro, um mimoso *bouquet* de flores naturaes atados com fitas auri-verdes.”¹³⁹

As festas apresentavam um caráter apelativo e formativo do sentimento de agregação. Adicionado ao sentido amistoso e patriótico da causa, expressado pela entrega flores¹⁴⁰ por uma menina em meio às fitas entrelaçadas em “verde e amarelo”, denotava o ideal patriótico, ordeiro e pacífico que se desejava imprimir ao movimento emancipador. Provavelmente, nessa festividade fora endereçada previamente o direito aos sujeitos que teriam fala. Foi franqueada a palavra ao senhor Luiz Carvalho, que representava a classe de trabalhadores reunidos em torno da “Sociedade dos Sapateiros”. Também foi franqueada ao senhor Moraes Sarmiento, que representava os artistas do grupo de trabalhadores reunidos na “Artística Paraense”. Ao analisar outras festividades, em especial, na rua e com maior abrangência de participação de clubes e associações nos cortejos, percebi que alguns sujeitos que pediam a palavra durante o momento dos discursos, eram classificados pelos articulistas como “pessoas do povo” ou “cujo nome ignoramos”. De forma geral, era feito a síntese de suas falas ou possivelmente ignorado a replicação das suas explanações demonstrando a seleção de falas e memórias pelos cronistas.

Na interpolação das comemorações, durante regozijo do “Quinze de Agosto” informava *O Liberal do Pará* que “O Ilustre sr. E. Backus, digno consul dos Estados Unidos da America do Norte, offereceo á sociedade ‘15 de agosto’ por intermedio do nosso amigo dr. Cordeiro de Castro, *o busto do venerado estadista, de saudosa memoria, Visconde do Rio Branco. (Grifo meu)*”¹⁴¹ A sua efigie¹⁴² com grinalda foi elemento simbólico do ritual das cerimônias emancipacionistas que se aproximavam às patrióticas em face o caráter mais

¹³⁷ *Diário de Notícias*. Festa abolicionista. 30 de setembro de 1881, p. 2.

¹³⁸ ALBURQUERQUE, Durval Muniz de. *A Dimensão retórica da historiografia*. In: *O historiador e suas fontes*. Orgs: Carla Bassanezi Pinsky e Tania Regina de Luca. 1ª edição. São Paulo: Contexto, 2015. PP 222-249.

¹³⁹ *Diário de Notícias*. Festa abolicionista. 30 de setembro de 1881, p. 2.

¹⁴⁰ ALONSO, Angela. *Op. Cit*, 2015, pp 230-231.

¹⁴¹ *O Liberal do Pará*. Importantíssima oferta. 15 de julho de 1881, p.1.

¹⁴² CF: BEZERRA NETO, José Maia. *Op. Cit*, 2009, p. 233.

“oficial”, com falas de autoridades e maiores formalidades ou conformada pelo tom “carnavalesco” ou de sagração pública¹⁴³, ou seja, era cortejado por diversos pontos da cidade que transmitia ao público aspecto litúrgico e que envolvia aspectos religiosos e políticos. Na concepção de Thompson¹⁴⁴, podemos perceber que esta festa se configurava em cerimônia, cuja função adquire tonalidade de “espetáculo público” ou mesmo de “caridade”. Como destaca Bezerra Neto, as comemorações que tinham como “pano de fundo” a questão escravista não eram estranhas nas cerimônias paraenses. Ao relatar a inauguração da comunicação via cabo telegráfico entre Belém e a capital do Império em 1873, foi realizada festa com banquete para os convidados, bem como a libertação de alguns cativos com subscrição da Câmara municipal e de particulares, cerimônia ocorrida com presença da efigie de D. Pedro II.

Essa estratégia de argumentação nas comemorações do decênio da lei de 1871 teve efeitos não somente enquanto forma de comunicação e apelo para o convencimento da importância da celebração da legislação emancipadora, mas também no simbolismo da construção da imagem pública do Visconde do Rio Branco como “mártir da liberdade.” A proposição de constituí-lo como protagonista era apropriada para afastar outros “vultos” que pudessem consolidar na memória popular, no bojo do próprio movimento. A sua reverência como homem público que travou batalhas como estadista, legalista e conciliador no debate pelo “progresso e a civilização” ao invés de outro personagem que apresentasse caráter de conflito ou mesmo de insubordinação, tal qual Zumbi dos Palmares, que já era conhecido no século XIX por meio dos compêndios didáticos.¹⁴⁵

Durante esse tipo de cerimônia poderiam ser explanados discursos com lições de moral e apelos ao labor e ponderações sobre as expectativas quanto à nova condição de cidadão, usavam elementos simbólicos envolvidos. Foi o que ocorreu durante a entrega do documento de liberdade de José Fellipe, destacado em discurso a questão do significado da liberdade, pois antes de receber a manumissão havia “casado-se às 5 horas da tarde no mesmo dia com Genoveva Maria dos Santos e reconhecido uma filha de nome Raymunda. Esta nova

¹⁴³ A representação da “grinalda” remetia a forma de comemorar o triunfo, praticada desde o período da antiguidade, sendo possível que a “efígie” do Visconde adquiria a forma de um signo a ser venerado pelo ato humanitário, patriótico, símbolo da causa pela liberdade, cujo significado era de afirmação na estrutura social sob a égide da justiça e da compaixão. **CF.** BURKE. Peter. *Op. Cit.*, p. 124.

¹⁴⁴ THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum. Op. Cit.*, 1998. P. 68.

¹⁴⁵ **Ver:** MATTOS. Hebe. *O Herói Negro no ensino de história do Brasil: Representação e uso das figuras de Zumbi e Henrique Dias nos compêndios didáticos brasileiros. IN: Cultura Política e leituras do passado: historiografia e ensino de história. Martha Abreu; Rachel Soihet, Rebeca Teixeira (Orgs.) 2ª edição- Rio de Janeiro: José Olympio, 2010. PP 215-227.*

família, que acabava de assentar-se no grande baquete da comunhão social.”¹⁴⁶ No mesmo ato de entrega dessa carta, foi lhe dado simbolicamente “a chave que havia quebrado as algemas da escravidão (...).”¹⁴⁷

Os discursos durante esses atos solenes reforçavam o sentimento de compromisso, reverberavam, em geral, o significado da nova condição de cidadania, estimulavam o conagraçamento e sentimento de gratidão, a importância do trabalho e da família. Estas foram às premissas que marcaram a cerimônia da liberdade de José Fellipe, cuja tônica do discurso foi a importância do trabalho livre, porém, condicionado a deveres sociais. Como percebeu Livia de Lauro Antunes, a liberdade girava em torno da expectativa criada em torno do liberto, ou seja, como eles seriam englobados nos projetos de nação¹⁴⁸ que se desejava constituir a partir do fim da escravidão.

A predileção em libertar nas festas o escravizado de “índole pacífica e de morigerados costumes”¹⁴⁹, na percepção de Bezerra Neto, estava entre as preocupações de muitos emancipacionistas e abolicionistas à inserção social de indivíduos identificados com a moral do trabalho e que tivessem vínculos a questão familiar. Como observou Pedro Neves¹⁵⁰, eram preferidos os que se enquadravam como trabalhadores ordeiros, prevenindo a vadiagem e a vagabundagem.

Esse festejo foi carregado de simbologias em razão da exaltação do Visconde enquanto “herói” da causa da liberdade e, principalmente, a reverberação na imprensa e o pretexto comemorativo à causa da emancipação, externando a memória do processo de liberdade em torno legalidade, harmonia e respeito à propriedade. Como analisou Joseli Mendonça¹⁵¹, num processo de liberdade controlada justamente como previa a lei 2040 de 1871.¹⁵²

Nessa perspectiva, podemos compreender o sentido denotado e as visões de mundo que permeava o imaginário desses sujeitos em torno das interpretações da lei

¹⁴⁶ A Província do Pará. Festa emancipadora. 30 de setembro de 1881, p. 3.

¹⁴⁷ *Idem.*

¹⁴⁸ ANTUNES, Livia de Lauro. *Por uma memória da nação: Abolição e pós-abolição nos institutos históricos (uma história comparada)*. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-graduação em História Comparada (PPGHC), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014. P. 63.

¹⁴⁹ BEZERRA NETO. Se Bom Cativo, liberto melhor ainda. *Op. Cit.*, 2015, p. 271.

¹⁵⁰ NEVES. Pedro Monteiro. *Liberdade sem sustos, nem inquietações: significados e sentidos do Fundo de Emancipação no Grão-Pará (1871-1888)*. Dissertação de mestrado apresentada na Universidade Federal do Pará. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História. Belém, 2014. P. 110.

¹⁵¹ MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Entre as mãos e os anéis: A lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp; Centro de Pesquisa em História da Cultura. 1999. P 102.

¹⁵² BRASIL. Congresso. Senado. Leis. Lei nº 2040 de 28 de setembro de 1871.

emancipacionista de 1871. Em 31 de maio de 1882, por meio de nota publicada em *O Liberal do Pará*, requeria por meio da APEE:

Esta sociedade dirigiu-se hontem ao Dr. Juiz de orphãos, pedindo de conformidade com o estatuido com a Lei 28 de Setembro de 1871 e o regulamento de 13 de novembro de 1872, a entrega de menores de ambos os sexos que vaguem pelas ruas desta cidade.

Compromette-se essa associação, que já conta em seo seio com respeitaveis senhoras e distinctos cidadãos a encarregar-se da educação desses infelizes menores, pondo os meninos nas officinas de seus associados, vencendo 6 meses ou um anno, conforme suas habilitações, um modico salario que ira formando na caixa economica seu peculio, e as meninas nas cazas das familias honestas, onde serão adotadas de indispensaveis prendas domesticas.¹⁵³

Em meio a cerimônias, discursos e comemorações eram empregadas visões de mundo, a questão de trabalho e uso de mão-de-obra e até mesmo a tutela dos filhos livres das escravizadas. Era preferido o escravizado com ofício e que apresentasse pecúlio para alforrias, pois como indica Bezerra Neto, indivíduos com aptidão para o trabalho de acordo com juízo de valor dos senhores e para isso eram preferidos os “sujeitos ordeiros e menos inclinados à indisciplina e insubordinação, podendo de fato sê-los, por isso aptos a viverem em liberdade.”¹⁵⁴ Nessa acepção, o discurso emancipador era de que “nossas festas de liberdade serão por isso sempre preferidos os escravos que por sua índole e pacíficos e morigerados costumes estejam no caso de serem uteis a si e aquelles cujo grêmio vão viver.”¹⁵⁵ Essa concepção adotada pelo emancipacionismo paraense aliava regozijos públicos, definição de um ideal de legitimação em torno dos significados e dos limites da liberdade. No entanto, outras concepções de liberdade apareceriam.

As festas em honra a memória do Visconde do Rio Branco proporcionaram que as comemorações ganhassem agenda específica enquanto pretexto comemorativo no contexto da década de 1880 constituída por emancipadores e abolicionistas monarquistas.¹⁵⁶ À medida que se fortalecia o sentimento de repulsa ao escravagismo, adotava-se como estratégia de argumentação a ideia de justiça e patriotismo enquanto retórica desses momentos festivos que ganhava agenda e agregava mais simpatizantes. Em nota de *O Liberal do Pará* destacava que:

¹⁵³ *O Liberal do Pará*. Associação Philantropica de Emancipação de Escravos. 31 de maio de 1882, p. 1

¹⁵⁴ BEZERRA NETO, José Maia. Se Bom Cativo, liberto melhor ainda, p. 271. IN: *Tornando-se Livre: Agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição*. Orgs: MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo; CASTILHO, Celso Thomas. São Paulo, editora da Universidade de São Paulo, 2015.

¹⁵⁵ *O Liberal do Pará*. Associação Philantropica de Emancipação de Escravos. 06 de junho de 1882, p.1.

¹⁵⁶ BEZERRA NETO, José Maia. *Op. Cit.*, 2009. p. 21.

Consta-nos que duas associações abolicionistas- Philantropica e Club Patroni que tam solemnes serviços tem prestado a causa da liberdade, pretendem festejar nesse ano aquele memoravel dia, fazendo sessão solemne e dando algumas libertações. Fazemos votos bem ardentes e sinceros que tão justos desejos traduzam-se em realidade, permitindo assim que em data tão feliz para a nossa patria, possam alguns, embora poucos infelizes irmãos alcançar o doce bem da liberdade.¹⁵⁷

Além da APEE, surge com fim de usar a “efeméride” de 28 de Setembro para festejá-la com entrega de algumas liberdades, o *Club abolicionista Patroni*.¹⁵⁸ Criado por Manoel Moraes de Bittencourt, em 18 de agosto de 1881, cujo estatutos¹⁵⁹ foram aprovados pela presidência da província previa ações por meios “legítimos e legais” que “Para as libertações dos escravos por conta da sociedade será preferido o que tiver maior pecúlio e fôr de menor valor, tendo entretanto em vista o art. 27 da lei de 28 de setembro de 1871.”¹⁶⁰ em consonância com as prerrogativas¹⁶¹ adotadas pelo fundo de emancipação, ou seja, classificar escravizados pelos critérios de vínculos familiares (mães, cônjuges, com filhos, apresentando pecúlio) e, preferencialmente, os morigerados.

As festas da APEE foram entrelaçadas com a circularidade das comemorações do “Quinze de Agosto” seja por meio de subscrições, ou seja, ajuntamento de recursos de sócios e doações de terceiros para entrega de cartas de liberdade. Como observou Bezerra Neto, a prática das subscrições era reconhecida anteriormente pela população paraense, haja vista que nas primeiras tentativas de promover a liberdade por iniciativa da APEE:

(...) deveria promover subscrições entre os cidadãos, prática bastante comum na época, visando angariar os fundos necessários à manutenção da sociedade e ao cumprimento de seus objetivos, lembrando que os escravos alforriados com auxílio pecuniário da associação deviam restituir à *Associação* o benefício recebido, por meio do seu trabalho já como homem liberto, permitindo que os recursos não diminuíssem, pelo contrário viessem a aumentar, beneficiando outros escravos.¹⁶²

Além das lembranças estampadas nos periódicos e das comemorações que marcavam a memória do Visconde, houve adequação de um espaço público em que pudesse compor o trajeto durante os festejos ocorridos na cidade, apropriando o local de referência às cerimônias. As comemorações do decênio da lei de 1871, de alguma forma, fez com que os

¹⁵⁷ *O Liberal do Pará*. 15 de setembro de 1882, p.2.

¹⁵⁸ *Diário de Notícias*. Club Abolicionista Patroni. 19 de agosto de 1881, p.1.

¹⁵⁹ CF. Estatuto do Club Abolicionista Patroni, aprovado pela portaria da presidência da província do Pará em de 27 de maio de 1882. Coleção de Leis da Província do Pará. P. 158.

¹⁶⁰ *Idem*.

¹⁶¹ BRASIL. Congresso. Câmara dos deputados. Decreto nº 5.135, de 13 de novembro de 1872 que aprova o regulamento geral para a execução da lei nº 2040 de 28 de Setembro de 1871.

¹⁶² BEZERRA NETO, José Maia. *Op. Cit*, 2009, p. 224.

representantes políticos levassem para o legislativo a questão da importância simbólica da necessidade de adequar um “lugar da memória” para peregrinação e veneração dedicada ao Visconde do Rio Branco.

Em 1882, foi deliberado e aprovado pela Câmara de Belém “dar a praça que demora entre as ruas da Trindade, Santo Amaro e Cezario Alvim- O nome de Visconde do Rio Branco.”¹⁶³ Ao que tudo indica o significado das comemorações do decênio da lei de 1871 foi tomada como enfrentamento, tanto que continuava a nota do periódico ressaltando que “Quando os conservadores não querem... é justo que os liberaes honrem a memoria do illustre estadista.”¹⁶⁴ Ao perceber o significado da adequação do espaço para o sentido de lembrar-se do Visconde, na percepção de Eclea Bósi “a memória permite a relação do corpo presente com o passado, e, ao mesmo tempo interfere no processo atual das representações.”¹⁶⁵ O espaço adequado para realizar o trajeto durante os festejos de rua denotava implicações simbólicas. Nos festejos patrióticos da capital paraense, identificamos locais de representatividade, tais como a Praça Batista Campos, Tenreiro Aranha e a da Independência enquanto referência à ideia de luta pela causa liberdade na capital do Pará. A tentativa da câmara em adequar a Praça Visconde do Rio Branco como “lugar da memória” adquire, assim, função não só de memória, mas sua apropriação pela própria história, conforme apontou Jaci Seixas ¹⁶⁶, pois esta tece fios entre os seres, lugares e acontecimentos.

Durante as comemorações da abolição da escravidão no Ceará, realizadas na capital paraense, em 1884, percebemos nos trajetos festivos, a conjugação desses aspectos ao relacionar espaço, memória e comemorações, tanto que o trajeto do cortejo teve como local de peregrinação a “*Praça Visconde do Rio Branco (grifo meu)*, em torno das travessas das Mercês, Rua das Flores, passinhos, Mercadores, Largo da Sé, Espírito Santo, Travessa dos Ferreiros, rua do Dr. Malcher, Agua das Flores, Aljube, Ilharga do palacio, frente do palacio.”¹⁶⁷ Outra forma de comemoração do “Vinte e Oito de Setembro” ocorreu por meio de esforços concentrados na arrecadação dos donativos promovidos por bazares e leilões para compra de cartas de liberdades. O dinheiro arrecadado era revertido com o propósito de comemorar “a passagem gloriosa do 11º anniversario da lei 28 de setembro, sendo essas cartas entregues

¹⁶³ *O Liberal do Pará*. Praça Visconde do Rio Branco. 30 de Novembro de 1882, p. 1.

¹⁶⁴ *Idem*.

¹⁶⁵ BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembrança de velhos*. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. P. 46-47.

¹⁶⁶ Seixas, Jaci Alves de. *Percurso da memória em terras de história: problemáticas atuais*. In: *Memória e (res) sentimento*. Organizadores: Stella Bresciani e Marcia Naxara. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2001. PP 37-58.

¹⁶⁷ CF. *Diário de Notícias*. 25 de março de 1884, p.3.

para os devidos fins ao exmo. sr. Presidente da Provincia.”¹⁶⁸ Em discurso, José Henrique Cordeiro de Castro, agradecia os esforços tanto da APEE como da Abolicionista Patroni em “fazer solemnizar, ainda que modestamente, o feliz aniversario da lei aurea de 28 de setembro de 1871.”¹⁶⁹

Imagem 3- Praça Visconde do Rio Branco, também conhecida como “Mercês”¹⁷⁰.



Fonte: Biblioteca Brasileira da USP.¹⁷¹

A festa do decenário de 1881 ampliou um campo de disputas políticas e expandiu o sentido as comemorações, pois como percebeu Bezerra Neto, analisando as implicações jurídicas da lei do Ventre Livre, compreende que a sociedade civil era importante participante do processo de emancipação, seja por iniciativa particular ou mesmo com a criação de associações e clubes. A escolha do nome “28 de Setembro” representava no imaginário popular o reconhecimento e a valorização da política e foi apropriada para a criação da sociedade *Abolicionista 28 de Setembro*, assim como, a *Escola Noturna 28 de Setembro* e também associação formada por mulheres denominada *Sociedade Libertadora Visconde do Rio Branco*. Nesse aspecto, aponta Edilson Vasconcelos:

Os fundadores da Abolicionista 28 de Setembro, igualmente a tantos outros emancipadores e abolicionistas, se apropriaram da data 28 de setembro de 1871, referente à aprovação da Lei do Ventre Livre, também conhecida como Lei Rio Branco, em alusão e homenagem ao principal mentor da legislação, José Maria da

¹⁶⁸ *O Liberal do Pará*. Associação Philantropica. 30 de setembro de 1882, p.3.

¹⁶⁹ *Idem*.

¹⁷⁰ De acordo com Tatiana Borges, ocorreu construção de um monumento em homenagem a Gama Malcher, no ano de 1890, localizado no centro da praça das “Mercês” e rebatizada pela Câmara de Belém como “Visconde do Rio Branco”, em 1882. **VER:** BORGES, Tatiana Carepa Borges Roffê. *Do Largo das Mercês a Praça Visconde do Rio Branco: Um estudo de gestão do patrimônio histórico em Belém do Pará (1941-2001)*. Orientador: Aldrin Moura de Figueiredo. Universidade Federal do Pará. Dissertação (mestrado). Programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. 2013. PP 30-46.

¹⁷¹ **IN:** <http://brasilianafotografica.bn.br/brasiana/handle/bras/2179>. **Acessado em 25/02/2018.**

Silva Paranhos Júnior. Usaram a data para o título da sociedade que criaram; ademais, fundaram a Escola Noturna 28 de Setembro, criaram a sociedade feminina denominada Sociedade Libertadora Visconde do Rio Branco.¹⁷²

Durante o ato de instalação e posse, realizado no recém-inaugurado prédio da Câmara de Belém, houve ato solene com música, estrondos de fogos e decorações em frente ao palacete. A festividade apropriava-se da lei emancipacionista e anunciava:

[...] às 9 horas do dia, a instalação da *Sociedade 28 de Setembro* n'um dos compartimentos do palacete da camara. Presidio o acto o presidente da provincia. O salão atapetado e adornado com vasos, cortinas e escujos correspondia a solemnidade do acto.

Duas bandas de muzica faziam ouvir alternadamente escolhidas peças, e bastas girandolas de foguetes voaram os ares. A frente do palacete achava-se embandeirada, e em um quadro bem preparado que ali se achava, lia-se: *28 de setembro de 1871*.¹⁷³

Diferentemente da APEE, a sociedade *Abolicionista 28 de Setembro* empregava como estratégia a festa de caráter abrangente tal qual nos cortejos cívicos das festas patrióticas. Não somente sessão solene, mas também cortejo para “Sexta-feira, 28 do corrente, às 6 horas da tarde, haverá uma grande passeata abolicionista, organizada pela sociedade ‘28 de Setembro’ com o fim de trabalhar para a grande obra da redenção dos captivos do município da capital do Pará.”¹⁷⁴ A nota ainda destacava que objetivo era “realizar esta grande obra da civilização é convidado o publico em geral sem distincção de classe e nacionalidade.”¹⁷⁵ Além disso, solicitava que:

(...) especialmente ao corpo commercial, aos clubes patrioticos Tenreiro Aranha, Baptista Campos, Patroni, das Lanternas, as sociedades philanthropicas, beneficentes artisticas, abolicionistas, litterarias, assim como á commissão de Emancipação e aos a estudantes em geral não deixem de se fazerem representar n'esta grande festa do progresso.

Logo que estejam reunidas, sahirá a grande procissão civica do largo de S. João e procedidas de duas bandas de musica, concedidas pela exmo. Sr. Visconde de Maracaju, percorrerá ás seguintes ruas: Ruas de S, João, de Sant'Anna, S, Vicente, travessia de 15 de Agosto, R. de Santo Antonio, do Marquez de Pombal, calçada do collegio, rua do Espirito Santo, travessa dos Ferreiros, rua d'Alfama, , travessa das Flôres, Rua do Aljube, travessa da Atalaia, rua Longa e de S. João até o largo, onde se dissolverá.

Pede a todos moradores das casas por onde deve passar a passeata que estejam convenientemente preparados para a recepção dos apostolos da Caridade.

¹⁷² VASCONCELOS DOS SANTOS, Edilson. *Ativistas da liberdade: uma história da Sociedade Abolicionista 28 de Setembro (Belém, 1883-1885)*. Mestrado. Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2014, p. 204.

¹⁷³ *A Constituição*. Abolicionista 28 de Setembro. 28 de setembro de 1883, p.2.

¹⁷⁴ *Diário de Notícias*. Libertação do município do Pará. 27 de Setembro de 1883, p.2.

¹⁷⁵ *Idem*.

Viva a liberdade!
 Viva a Civilização!
 Viva o 28 de Setembro!¹⁷⁶

Como identificou Angela Alonso¹⁷⁷, a criação de repertório moral antiescravista que condenava a instituição em nome da “civilização” e do “progresso” não estabelecia relação direta com a religião oficial do Estado monárquico, por isso, ora usavam o referencial cristão e intitulavam-se como “escolhidos” para propagar a ideia de “redenção”, ou seja, espalhariam a mensagem de liberdade e esperavam aceitação e boa receptividade aos “apóstolos da caridade”, numa retórica que associava suas peregrinações nas ruas como ato fraternal, cristão de libertação dos escravizados. Em abril de 1884, durante a semana santa, na sexta-feira da paixão, o *Abolicionista 28 de Setembro* promove sessão solene em comemoração da “paixão de Crhisto, nosso redentor, sendo por essa ocasião, conferidas duas cartas de liberdade.”¹⁷⁸

Segundo Edilson Vasconcelos, o convite estendido ao grosso da população, direcionado às sociedades patrióticas e aos clubes emancipacionistas e abolicionistas permitenos compreender o processo de capilaridade e alianças que buscavam credibilidade as suas ações e proposições. A festa da sociedade “28 de Setembro” possibilitou aliar sessão solene e o cortejo público por diversas ruas da cidade, por tanto, aberta e “ilimitada” quanto aos que desejassem aderir à passeata. A cerimônia de sessão solene contou com a palavra do presidente do clube, Paula Ribeiro, que “pronunciou um bello discurso, prestando em seguida o juramento do estylo a directoria. Em seguimento fallou o sr. Cruz Ribeiro, orador da Sociedade”¹⁷⁹. Além da formalidade do discurso, como parte essencial da cerimônia, foi distribuído quatro cartas de liberdade, prosseguindo com uso da “palavra o sr. Cavalleiro de Macedo, um menino recitou uma mimosa poesia intitulada A Liberdade.”¹⁸⁰

A presença de estudantes na cerimônia dimensionava como muitas festas do abolicionismo que buscavam elencar diversos segmentos sociais. Num anuncio da loja da “Casa encarnada”, chamava a “mocidade estudantesca” adquirir fardamento escolar com a seguinte chamada “Corre! Corre rapaziada abolicionista em vós esta o futuro da província (...).¹⁸¹ Angela Alonso analisa que a “teatralização da política”¹⁸² perpassava em tirar do

¹⁷⁶ *Ibidem*.

¹⁷⁷ ALONSO, Angela. *Op. Cit*, 2015, p. 298.

¹⁷⁸ *Diário de Notícias. Abolicionista 28 de Setembro. 10 de abril de 1884, p.2.*

¹⁷⁹ *A Constituição. Abolicionista 28 de Setembro. 28 de Setembro de 1883, p.2.*

¹⁸⁰ *Idem*.

¹⁸¹ *O Liberal do Pará. Fogo! Fogo!. 14 de julho de 1882, p.3.*

privado e trazer para o debate público diversos sujeitos como artistas, crianças, trabalhadores em geral que estabeleciam relações de sociabilidade. Assim, era denotado ao movimento o processo de popularização da causa, apelo de movimento de rua com uso do espaço público. Em setembro de 1883, os jovens da “Associação Gruta de Calypso” faziam um “Bazar emancipador”¹⁸³ para libertação de escravizados.

Bezerra Neto também identifica esse formato adotado pelo abolicionismo, que buscou elencar em seus variados significados, a diversidade. Assim, evidenciavam a presença das diversas sociedades patrióticas, abolicionistas e emancipacionistas, associação de trabalhadores, a presença de meninas, mulheres, estudantes, além da imprensa e das autoridades públicas envolvidas em quermesses, bazares ou atividades artísticas, dimensionado a capilaridade social, inclusive para um caráter mais “popular”.

Na sessão festiva do *Club Abolicionista dos Patriotas* ocorrida “(...) no vasto salão do pavilhão do Jardim Publico. Foi crescidissimo o numero de pessoas, além dos socios, que assistiram a esta festa civilisadora. Entre os assistentes notava-se muitas senhoras.”¹⁸⁴ No desenrolar da festividade, além das formalidades dos discursos em favor da causa da abolição proferida pelo orador Raymundo Vianna, a palavra foi franqueada para “a jovem d. A. Freire pronunciou um brilhante improviso, tomando por ponto de partida este axioma filosofico: - Igualmente serve ao paiz aquelle que se acha no alto como plano baixo da escala social. – A simphatica oradora concluiu, pedindo para ser sócia do club.”¹⁸⁵

A passeata, declamações de poesias, composição de música¹⁸⁶ ou encenação de peça eram formas de popularização e adesão ao movimento. A festa promovia fluidez em torno de adesões e agregações, possibilitando capilaridade em torno de novos atores. Diversas ruas estavam embandeiradas, com muitas bandas de músicas e foguetes percorrendo “A rua do Aljube onde é situada a casa em que funciona a dita sociedade, esteve elegantemente embandeirada e todos os moradores da mesma illuminaram as frentes de suas casas.”¹⁸⁷ A comemoração foi organizada pela *Sociedade 28 de Setembro* em “commemoração ao anniversario da lei do Ventre livre.”¹⁸⁸ Nessa passeata, a comissão da *Sociedade 28 de*

¹⁸² ALONSO, Angela. *Op. Cit.*, 2015, pp 113-150.

¹⁸³ *Diário de Notícias*. Bazar emancipador. 15 de setembro de 1883, p.2.

¹⁸⁴ *Diário de Notícias*. 14 de maio de 1884, p. 2.

¹⁸⁵ *Idem*.

¹⁸⁶ A composição de música denominada “28 de setembro” de autoria do professor Candido José de Carvalho foi dedicada à Sociedade Abolicionista 28 de Setembro e executada pelo 15º batalhão de infantaria na sessão solene de sua instalação. CF. *Diário de Notícias*. 28 de Setembro. 23 de setembro de 1883, p. 2.

¹⁸⁷ *Idem*.

¹⁸⁸ *Diário de Notícias*. Festa de 28. 30 de Setembro de 1883, p.2.

Setembro foi recepcionada pelo político conservador cônego Aguiar, que apresentava “carta de liberdade da escrava Felicidade, de Antonio Marques dos Santos Calado, obtida pela comissão central de emancipação e que foi entregue á escrava pelo presidente da 28 de Setembro.”¹⁸⁹ Conforme aponta Bezerra Neto¹⁹⁰, a fundação da *Comissão Central de Emancipação de Belém* ocorre em meio às comemorações e passeatas, realizadas para celebrar a libertação de Fortaleza, em 1883. A sua composição de sócios exemplificava a capilaridade do movimento, conformava correntes política de orientação tanto liberal, quanto conservador estavam presentes também nos quadros do *Clube Abolicionista Patroni* e APEE.

Como notou Maria Helena Machado, a memória da abolição escrita por intelectuais e jornalistas reforçava um viés legalista e heroico do abolicionismo. Porém, a rebeldia aos movimentos de contestação à escravidão por parte dos escravizados assustava cada vez mais a elite política imperial. Por tanto, não eram despropositadas as comemorações do decenário da lei 28 de Setembro de 1871 que selecionava uma interpretação harmônica e conformava aceitação da perspectiva de liberdade direcionada enquanto causa humanitária, progressista, em proposições amistosas e fraterna, simbolicamente denotava sentido legalista e gradual da política monarquista. Segundo Joseli Mendonça¹⁹¹, a liberdade controlada estava no desejo dos senhores no processo de emancipação, sem o rompimento absoluto da relação de poder. O que vamos perceber adiante é que tal expectativa não foi concretizada, visto que outros sujeitos também foram inseridos no processo de libertação, seja por meio dos clubes e associações emancipacionistas ou abolicionistas ou por intermédio de ações individuais e coletivas associadas.

De acordo Flavio Gomes e Maria Helena Machado¹⁹², os estudos da abolição encaminham para reconfiguração dos seus impactos, no tocante a sua propaganda e os reflexos da lei de 1871, no que tange a vinculação entre ideias advindas do cotidiano das ruas, dos círculos de trabalhadores que participavam das comemorações. A inter-relação desses sujeitos, a capilaridade dessas articulações são aspectos fundamentais para compreender o sentido denotado nessas festividades.

Foi essa a interpretação que a imprensa registrava enquanto memória, ou seja, que a lei de 1871 era a própria abolição pacífica e direcionada ao passo que formava um panteão

¹⁸⁹ *Ibidem*.

¹⁹⁰ BEZERRA NETO, José Maia. *Op. Cit*, 2009, pp 290-342.

¹⁹¹ CF. MENDONÇA, Joseli. *Entre a mão e os anéis: A lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999. PP 97-114.

¹⁹² MACHADO, Maria Helena Pereira de Toledo; CASTILHO, Celso Thomas. **In:** *Tornando-se Livre: Agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição*, 2015, pp 11-15.

da liberdade antiescravista, centrado na figura política do Visconde do Rio Branco enquanto “mártir” da liberdade, por conseguinte, moldava o sentido da liberdade como ação de benevolência e conformava solução legalista e retórica de regeneração e progresso social da política emancipacionista da monarquia. Em outro aspecto, as comemorações da lei emancipacionista foram adaptadas e ganharam outros sentidos, entre eles ampliação da participação de atores sociais diversificados, que usando a estratégia da festa fundavam clubes e associações, bem como ampliavam a participação popular na campanha.

CAPÍTULO 2: A CARIDADE, O DRAMA E OS DIVERTIMENTOS: AGREGAÇÃO E EMPATIA SOCIAL NOS FESTEJOS DO ABOLICIONISMO.

Agora, apresento para análise, os festejos lembrados nos periódicos que entrelaçavam caridade, benevolência e empatia em torno de um ideal de liberdade.

Conforme analisa Magda Pereira Costa¹⁹³, temos que atentar para a noção de “caridade” no contexto oitocentista de Belém, pois esta pode estar associada à concepção de assistência pública, práticas de saúde ligadas ao combate de epidemias, entrelaçada aos objetivos institucionais da Santa Casa de Misericórdia enquanto “caridade cristã” que poderia tornar-se uma “virtude social”. Assim, a caridade reforçava dívida, gratidão do beneficiado com o sujeito benfeitor, inclusive tal ação era contextualizada na ritualização da prática de festejos ou cerimônias de ostentação pública.

Além das comemorações das efemérides patrióticas e dos festejos da lei de 1871 em suas relações com a memória social, percebemos que houve a vinculação dos festejos da temática emancipacionista à prática da beneficência e alegorias à liberdade juntamente à campanha emancipacionista. Por exemplo, o Bazar da Caridade promovidos pelas sociedades emancipacionistas, compreendida ações de caridade e festa beneficente que articulava frentes de trabalho na organização, confecção e arrecadação de donativos, arregimentação de subscritores e a realização de leilões capitaneados especialmente pela *Associação Filantrópica de Emancipação de Escravos (APEE)* e o *Club Abolicionista Patroni*.

¹⁹³ DA COSTA, Magda Nazaré Pereira. *Caridade e Saúde Pública em tempo de epidemias. Belém 1850-1890*. Dissertação (Mestrado) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Pará. Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2006. PP 11-56.

No contexto da década de oitenta do século XIX, a escravidão foi compreendida como “cancro social”¹⁹⁴ ou “anomalia”¹⁹⁵ em que ganhava retórica de mudança e progresso por parte daqueles que defendiam a necessidade de aboli-la. Como afirma Bezerra Neto: “(...) em seus embates pela construção de um mundo civilizado sem escravidão traduziam suas próprias leituras de suas práticas emancipadoras e abolicionistas como movimento de natureza patriótica, de regeneração social e civilizacional.”¹⁹⁶ Angela Alonso identifica que o movimento do abolicionismo criou a “retórica de uma redenção: ao extinguir a relação senhor-escravo, a abolição resgataria a ambos.”¹⁹⁷

2.1- O BAZAR DA CARIDADE.

Em 1882 foi organizado por um grupo de mulheres um “Bazar da Caridade”. Basicamente, o evento contou com a organização de senhoras, em geral, esposas e filhas dos membros dos clubes e associações emancipacionistas ou clubes patrióticos, além de estudantes que apelavam à caridade pública para angariar óbolos. Segundo Adam Hochschild¹⁹⁸, o movimento de emancipação criou retórica humanitária e caridosa que envolveu campanha de sensibilização cujo envolvimento agregava comerciantes, jornalistas, mulheres, trabalhadores que estavam em comitês para campanhas de donativos para assistência aos libertos que estavam na Inglaterra, mobilizava desde a nobreza até políticos.

As atividades de bazares da caridade da *Sociedade Libertadora Cearense* e da *Confederação Abolicionista* eram divulgadas por meio dos periódicos, tal qual o *Libertador*. Em 1881 a *Libertadora Cearense* organizou “prendas para o bazar expositor”¹⁹⁹ e previa formação de comissões de festejos cuja finalidade era realizar a “libertação de tres adultos, sendo: uma mãe com trez filhos, uma mulher e um homem e mais que tudo a inscrição de 225 socios”²⁰⁰. Essas experiências de agregação proporcionavam a circularidade das ideias de auxílio na questão emancipacionista em face a circularidade de informações e experiências que uniram Pará e Ceará no contexto do abolicionismo; Outra possibilidade é que essa experiência dos bazares organizados em Belém provavelmente foram espelhados nas festas de

¹⁹⁴ *Diário de Notícias*. Libertação de Benevides. 30 de março de 1884, p.1.

¹⁹⁵ *Diário de Notícias*. As conferencias. 13 de maio de 1884, p.2.

¹⁹⁶ BEZERRA NETO, Jose Maia. *Op. Cit*, 2009, p. 11.

¹⁹⁷ ALONSO, Angela. *Op. Cit*, 2015, p. 144.

¹⁹⁸ HOCHSCHILD, Adam. *Op. Cit*, pp 189-190.

¹⁹⁹ *Libertador*. Gazetilha. 1 de janeiro de 1881, p. 2.

²⁰⁰ *Idem*, p. 5.

caridade realizadas pela *Real Sociedade Beneficente Portuguesa* para o hospital Dom Luiz I²⁰¹ e também das experiências de beneficência que ocorriam desde a década de 1870 nos bazares da Maçonaria paraense, conforme indica Elson Luiz Rocha.²⁰²

A ideia do Bazar da Caridade belenense era juntar “relação de donativos” para promover o máximo de libertações. Assim, José Henrique Cordeiro de Castro, destaque articulador da causa emancipacionista, articulava “diversos meios se há lançado mão entre nós, do assumpto que nos ocupamos, o *Bazar da Caridade* esta demonstrando altamente que nunca é em vão o apelo em nome da liberdade.”²⁰³ Os bazares aconteceram por diversos dias durante o mês de abril de 1882 quando em uma conferência pública, que lotou a plateia e camarotes do Teatro da Paz com banda de música tocando no terraço e com a presença de muitas famílias foram articuladas as ações do Bazar.

Como entende Bezerra Neto, era de praxe do movimento de emancipacionismo e abolicionismo a realização de cerimônias públicas como parte de conjunto de ações articuladas como “bazares, quermesses, manifestações e passeatas públicas, espetáculos teatrais e *meetings*.”²⁰⁴ Para Angela Alonso, o movimento abolicionista foi marcado pela diversidade social²⁰⁵ que aliava o uso das artes e a forte retórica de compaixão em relação à causa emancipadora em que havia a experiência das “conferências concertos”²⁰⁶ que expandiu ideias do associativismo aliando a imprensa, artistas, clubes e associações que promoviam conferências públicas, concertos e apresentações teatrais com o uso de linguagem laica e não escrita que atingia diversos grupos sociais, tais como senhores de escravos, estudantes, empregados públicos, artistas, comerciantes, trabalhadores do comércio, libertos.

Estes eventos ocorriam com certa regularidade e davam notoriedade a figuras proeminentes das ciências, as pessoas que estavam envolvidas causas sociais como socorro contra as epidemias, atenção aos desvalidos e também emancipação/abolição ou mesmo a questão da política. Alguns desses homens e mulheres eram oradores envolvidos nos clubes patrióticos e associações emancipacionistas e abolicionistas, tais como José Agostinho dos Reis, Samuel Wallace Mac-Dowel, Júlio Cezar Leal, Humberto Leal Borges Castelo Branco e José Henrique Cordeiro de Castro, destacando-se também as artistas Suzane Cástera, Manuela Lucci, Idália França.

²⁰¹ *Diário de Notícias*. Beneficente Portugueza. 4 dezembro de 1881, p.2.

²⁰² ROCHA MONTEIRO, Edson Luiz. *Op. Cit.* P. 73-144.

²⁰³ *A Província do Pará*. Caridade e Liberdade. 22 de julho de 1882, p. 3.

²⁰⁴ BEZERRA NETO, José Maia. *Op. Cit.* 2009, p. 330.

²⁰⁵ ALONSO, Angela. *Op. Cit.*, 2015, p. 90.

²⁰⁶ *Idem*, P. 129-148.

O lançamento do bazar da caridade ocorreu por meio de conferência e teve como orador Paulino de Brito ²⁰⁷ reconhecido missivista e literato que circundava clubes e associações emancipacionistas e abolicionistas que também militava na imprensa periódica paraense, em especial, contribuindo com crônicas, romances e poesias. Foi numa “conferencia abolicionista” que o orador destacava o mote que marcou o ideal de liberdade do movimento emancipador belenense, cujo discurso girava em torno da tese que o movimento era:

(...) para demonstrar que a escravidão é contraria á razão, ao direito, á religião catholica.

Crhisto, disse elle, foi o maior de todos os abolicionistas (grifo meu), porque proclamou a igualdade de todos os homens.

(...) é preciso dizer a verdade: os escravos de hoje são brasileiros e compatriotas.

Se faça em larga escala a emancipação, solicitou desde já concurso da população de Belem para os bazares que a Associação Emancipacionista de escravos promover em prol das grandes causas.

(...) a mais importante provincia do imperio (...) não sera aquella que apresentar a maior somma de progresso material, mas aquella que primeiro poder soltar este pregão – não alimentando mais escravos em seo seio! ” ²⁰⁸

Esse discurso de Paulino de Brito se assemelhava com as ideias empregadas pela APEE quando ocorreu a reestruturação de seus estatutos e as suas primeiras ações de libertação. Como indica Angela Alonso, a religião católica não foi fator de arregimentação política como foco de ativismo²⁰⁹, o que caracterizava o movimento abolicionista em outro sentido, ou seja, pelo caráter progressista e científico. Não por acaso, havia algumas referências de apelo ao ideal cristão associado a ideia de caridade, seja nos escritos e discursos, seja nas simbologias das procissões das efemérides cívicas ou abolicionistas. Como veremos à frente, nas comemorações da Redenção de Belém houve a tentativa de associação aos ideias do cristianismo.

As associações entre compaixão cristã, emanada de discurso de caridade em torno da liberdade como ato de patriotismo marcaram a retórica adotada nos discursos pró-libertação nos festejos. O referencial cristão ²¹⁰ de amor ao próximo, compaixão e humanismo

²⁰⁷ Paulino de Brito foi redator, ao lado de Marques de Carvalho, de um impresso denominado “*Revista Familiar- Periodico dedicado ás familias*”, que basicamente era publicação de variedade voltado ao público feminino e em suas seções eram encontrados alguns versos ou notícias de caráter abolicionista. CF: <http://www.fcp.pa.gov.br/2016-12-13-19-41-20/revista-familiar>. Acessado em 17/03/2018.

²⁰⁸ *O Liberal do Pará*. Conferencia abolicionista. 11 de abril de 1882, p.1.

²⁰⁹ ALONSO, Angela. *A teatralização da política: A Propaganda abolicionista*. 2012. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 24, n. 2. P. 104.

²¹⁰ Conforme aponta Angela Alonso, o repertório moral contra o escravismo fortaleceu com retórica de compaixão e humanismo, porém não apresentou relação direta institucional com a Igreja Católica, diferentemente, por exemplo, das ações norte-americanas que associaram a luta antiescravista ao protestantismo.

e doação são elementos que não se pode perder de vista no contexto dos festejos patrióticos e abolicionistas paraense, na compreensão do eixo que girava a organização dos festejos: Quermesses, bazares, doações, subscrições e óbolos em demonstrações públicas de altruísmo.

Conforme identificou Bezerra Neto:

A emancipação constituía-se, portanto, em ato de fé cristã dos homens livres para com seus semelhantes submetidos a condição servil, desde que fosse realizada dentro dos preceitos do cristianismo, como fazia questão de lembrar o presidente da *Associação Emancipadora*: a emancipação dos escravos devia ser lenta e gradual, constituindo-se em “revolução paciente e moderada cujos resultados são sempre mais seguros, do que o das grandes catástrofes políticas”.²¹¹

Dessa forma, a campanha enquanto ideal de altruísmo encontrou no bazar da caridade seu elemento de convergência no qual diferentes sujeitos eram agregados e contribuía. Entre os quais, destacamos trabalhadores, pequenos produtores da agricultura, mulheres libertas, artesãos, políticos e comerciantes de progressivo capital. Este bazar de caridade foi estendido por volta de três meses (junho, julho e agosto de 1882) cuja notas de alguns periódicos, especialmente, *A Província do Pará*, registrava diversas listas de donativos contendo os nomes dos concorrentes que ajudavam na campanha informada na secção “Sollicitados” que listava a “relação de donativos enviados ao Bazar da Caridade da Associação Philantropica de Emancipação de Escravos.”²¹² Nestas listas eram descritas a variedade de objetos ofertados dimensionando a diversidade social que foi entrelaçada em torno da causa. A projeção do bazar e o quantitativo de arrecadação dos donativos foram direcionados para realização de leilões dos objetos doados, aproximando a festa da caridade aos leilões paroquiais comuns nas festividades religiosas. Vejamos alguns donativos ofertados para o bazar:

Bazar da Caridade

Exma sras. dd. Thereza de Castro- Uma cesta com missangas com a palavra- *Abolicionista (Grifo meu)*.

- Emilia Rosa Cabral Pinto- Uma bacia e jarro pintados.

Illmo Sr. José Nicolau do Rego- uma almofada bordada á lã e seda e um quadro bordado a missanga.

José Borges Pacheco- Um cachorrinho de molas.

Tenente Coronel João Diogo Clemente Malcher- Estatística das arvores silvestres do Pará (10 exemplares)

Alonso compreende o abolicionismo brasileiro como ação “anti-igreja”, de progresso e de caráter científico. **CF:** ALONSO, Angela. *Op. Cit*, 2015, p.127.

²¹¹ BEZERRA NETO, José Maia. *Op. Cit*, 2009, P. 227.

²¹² *A Província do Pará*. Sollicitados. 13 de junho de 1882, p. 3.

Dr. Fermino Lopes de Castro- Uma bolsa.²¹³

A compreensão do articulista de *A Província do Pará* era de que o bazar contribuía “em favor da grandiosa obra da emancipação do elemento servil.”²¹⁴ A nota destacava a presença de senhoras e cavalheiros que participavam da “festa da civilização”²¹⁵ e demonstravam o sentimento que a “sociedade paraense” nutria pela “nobre e humanitária idéa da abolição”.²¹⁶ Para Seymour Drescher²¹⁷ a Inglaterra foi modelo para emancipação²¹⁸ ocorrida no Brasil por ter extinguido o trabalho servil sem revolução ou guerra. O caráter não violento e festivo, identificado também por Joaquim Nabuco²¹⁹, demarcaram as balizas do movimento brasileiro de libertação, que ganhava contornos de ações com o cunho de filantropia e caridade, um ato humanitário e altruísta.

Além desse bazar da APEE, o *Clube Abolicionista Patroni* também concorreu com a mesma finalidade, ou seja, articular campanha de donativos para promoção de bazares e leilões beneficentes. Na reunião da associação foi destacado que “em breve, pois teremos o prazer de invocar sentimentos generosos e beneficentes das exmas. senhoras e em geral do povo paraense, para em seu concurso auxiliarem o Club Patroni.”²²⁰ A nota destacava também que era “missão toda de amor e caridade, do qual constitue seu fito principal a de abolir a escravatura nesta provincia.”²²¹ o que demonstra que ações como as que envolviam o *Bazar da Caridade* permite-nos referências para compreender o exercício pedagógico denotado ao processo de liberdade. Alguns donativos doados para os leilões faziam menções a temas fraternos ou correlatos ao objetivo do bazar, tais como a doação da senhora Maria Amalia R. de Abreo Maciel que havia doado uma carteira bordada á missangas com a palavra “amôr.”²²² A senhora Amelia Lima de Carvalho Braga contribuiu com “primorosa bolsa para tabaco com palavra ‘Liberté’”²²³. As libertas, Maria José e Libania, que estavam prestes a

²¹³ *A Província do Pará*. Sollicitados. 16 de junho de 1882, p. 3.

²¹⁴ *A Província do Pará*. Folhetim. 9 de julho de 1882, p. 2.

²¹⁵ *Idem*

²¹⁶ *Ibidem*.

²¹⁷ Historiador americano, professor da Universidade de Pittsburgh. Sua obra trata das relações entre a sociedade civil e a participações de diversos atores sociais no processo de abolição no século XIX interligando abolicionismo inglês, norte-americano e o da América latina e caribe, analisando abolição no Brasil. CF. DRESCHER, Seymour. *A sociedade civil e os caminhos para a abolição*. DOSSIÊ: a escravidão e os novos mundos. História (São Paulo) v. 34, n.2, p. 29-57, jul./dez. 2015.

²¹⁸ DRESCHER, Seymour. *Op. Cit.* P. 374.

²¹⁹ NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. Petrópolis: Vozes, 1988.

²²⁰ *O Liberal do Pará*. Club Abolicionista Patroni. 9 de abril de 1882, p.1.

²²¹ *Idem*.

²²² *A Província do Pará*. Sollicitados. 23 de julho de 1882, p. 3.

²²³ *A Província do Pará*. Bazar da Caridade. 10 de julho de 1882, p. 3.

casar, doaram dois buquês de noivas *bouquets*, um com a palavra “liberdade” e outro registrado o vocábulo “amor’.”²²⁴ Por sua vez, o senhor José Braule Freire da Silva remeteu ao bazar um simbólico “(...) quadro com o retrato à crayon do immortal Visconde do Rio Branco, desenho de Angelo Agostinho”.²²⁵

A concorrência ao Bazar foi bastante heterogênea quanto aos grupos sociais que prestaram assistência aos chamados da APEE e do *Clube Patroni*. Organizado e reverberado pelas mulheres, porém não significava que se restringiam a mimos e *souvenires* comprados, confeccionados ou doados por estas. Analisando as listagens de produtos, encontramos ofertas diversificadas, que nos possibilitam pensar a diversidade dos sujeitos, bem como o cotidiano de trabalho e seu lar²²⁶, suas perspectivas de mundo, a sua cultura material e especialidades.

Foi o caso dos donativos encaminhados por “Francisco José de Souza Junior que contribuiu com “meio alqueire de farinha secca. José Apollinario, Uma gallinha. José P. de Menezes, uma quarta de farinha d’gua. Antonio Canudo Ferreira, Um gallo. Mariano Antonio Pastana, uma quarta de farinha”.²²⁷ Além destes singelos donativos, foram ofertadas pelas “Illustres filhas do exm. sr. Dezembargador Delfino A. Cavalcante D’Albuquerque- Uma rica bilheteira de prata electrica (...) A gentil menina Amy Elisabeth Sesselberg – uma caixa japoneza para luvas, um tinteiro de Crystal e dois lindos porte-cartes de visite”²²⁸. Na mesma listagem foram doadas pela “Symphatica menina Maria Amelia Cordeiro de Castro um lindo chacrasinho com uma moeda de ouro de 20 francos.”²²⁹ Já o senhor Luis Bentes doou “Um rico quadro a óleo trabalhado de uma interessante menina de illustre familia de Amsterdam, representando o amor e a inocência.”²³⁰

Algumas ofertas para o leilão poderiam ser artigos, um tanto quanto exóticos, ou mesmo relíquias e até objetos mais sofisticados de significativo valor monetário. O senhor Luiz Augusto da Silva contribuiu com “um vidro com tatús conservados em álcool.”²³¹ Já as ofertas de Francisco de Farias Ribeiro e Dionisio Antonio Lopes, foram, respectivamente, “cinco moedas portuguesas sendo tres de prata e duas de cobre” e “uma moeda de ouro antiga

²²⁴ *A Província do Pará*. Bazar da Caridade. 14 de julho de 1882, p. 3.

²²⁵ *A Província do Pará*. Sollicitados. 23 de junho de 1882, p. 3.

²²⁶ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: O cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro na belle-époque*. 3ª edição- Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012. 367 p.

²²⁷ *A Província do Pará*. Bazar da Caridade. 12 de julho de 1882, p. 3.

²²⁸ *A Província do Pará*. Sollicitados. 24 de julho de 1882, p. 3.

²²⁹ *Idem*.

²³⁰ *Ibidem*.

²³¹ *A Província do Pará*. Bazar da Caridade. 14 de julho de 1882, p. 3.

(1770) do valor de 8\$000, dinheiro portuguez.”²³² Luiz José Martins de Albuquerque doou “um licoreiro de prata electrica de aprimorado trabalho.”²³³ Por outro lado, os representante da companhia Evérdosa & Irmão enviaram “uma machina de preparar cafe, novo e aperfeiçoado systema – *Pennant*.”²³⁴ Enquanto que Eduardo Augusto Pinto ofertava “Um rico porta relógio de veludo bordado á ouro”.²³⁵

A heterogeneidade social do bazar envolveu segmentos sociais desejosos em demonstrar empatia social. As festas, quermesses e bazares foram momentos de exibição e demonstrações públicas de apreço à causa da liberdade, tal qual a disputa dos representantes comerciais das empresas de máquinas de costura *New Homer* e *Singer* que aproveitavam as movimentações em torno das angariações ao bazar para relacionar os benefícios técnicos de suas mercadorias. Na disputa das máquinas, uma das concorrentes era alardeada como “silenciosas motoras do trabalho livre que por entre as benções dos redimidos alcançara um elevado preço (...).”²³⁶ A nota do periódico destacava que:

O Digno sr. Frederico Pond, por intermedio do distincto artista mecânico Sr. Isidoro da Ponte e Souza, remeteo hontem a Associação Philantropica de Emancipação dos Escravos para qualquer dos seus seguintes leilões do seo “Bazar da caridade” uma das maravilhosas machinas de *New Home*, que em brevemente conquistará por esse louvavel meio, ás outras o bem merecido titulo de *machinas libertadoras!* **(grifo meu)**²³⁷

Em resposta, a sua concorrente de mercado aproveitava a peleja para também firmar sua posição de legitimação social e igualmente concorria ao bazar:

Tambem nos consta que o Sr. Amaral vae remeter para o mesmo fim uma das suas mais acreditadas machinas de “singer” o que nos parece acertado, porque o bello sexo ahi reunido decidirá com franqueza do merecimento de ambas, dando com justeza preferencia àquella que alcançar maior victoria no *incruento certamem da liberdade* **(Grifo meu)**²³⁸

Segundo Bezerra Neto, apesar de suas diferenças, tanto emancipadores e abolicionistas pareciam associar o sentimento de que a modernidade inaugurada pelo capitalismo mundial cujas transformações proporcionaram a modernização de ruas,

²³² *Idem*.

²³³ *A Província do Pará*. Sollicitados. 12 de junho de 1882, p. 3.

²³⁴ *Idem*.

²³⁵ *A Província do Pará*. Bazar da Caridade. 14 de julho de 1882, p. 3.

²³⁶ *O Liberal do Pará*. Machina libertadora. 7 de julho de 1882, p. 1.

²³⁷ *O Liberal do Pará*. Machina libertadora. 7 de julho de 1882, p. 1.

²³⁸ *Idem*.

residências, meios de comunicações e de transporte na capital paraense, vislumbrava aspectos de modernização e apelo ao trabalho. Foi nessa compreensão que o estimulado concurso das “máquinas libertadoras” qualificadas como “philantropicos concorrentes”²³⁹ incentivava disputa em nome do trabalho livre e da exposição pública em torno da estima das participantes do leilão que aliava caridade vinculada ao imperativo moral da concorrência capitalista de mercado.

Essas doações se adequavam ao propósito da realização do bazar cujo produto da subscrição era adquirir cartas de liberdade, isto é, angariar fundos pecuniários e a promoção de alforrias que seriam celebradas e entregues nos festejos, tal qual da efeméride do 28 de setembro. Essas demonstrações de empatia e abnegação da APEE e do *Club Abolicionista Patroni* não se restringiam aos moradores da capital. Para angariar donativos para o bazar da caridade de outros pontos da província, foi colocada à disposição da APEE e do Club Patroni pelos “Srs. Martinho Guimarães e Visconde de Santo Elias, proprietarios, aquelle do vapor ‘S. Miguel’ e este do ‘Elias’ offereceram transporte gratuito para todos os objectos destinados ao bazar de caridade e que seião remetidos das localidades.”²⁴⁰ Além, de receber as doações dos locais da escala dos navios a vapor, foi autorizada, a pedido da APEE e do Club Patroni, a instalação de “uma caixa libertadora para ser colocada a bordo do vapor.”²⁴¹ Para Angela Alonso o abolicionismo expandia rede de sociabilidade que envolvia negócios e política, o que podemos considerar o abolicionismo como um negócio, pois em meios a deslocamentos marítimos²⁴² e recepção de agentes em portos e cais abrangia muitas companhias de navegação e seus trabalhadores envolvidos, direta ou indiretamente, nas campanhas.

A realização do leilão dos donativos e a possibilidade de colaboração por meio das “caixas libertadoras” que circulavam nos vapores pelos rios da Amazônia ou que porventura estavam em pontos fixos da capital são manifestações de como a mobilização social atingia diversos grupos e em diferentes modalidades. Jose Henrique Cordeiro de Castro expandiu a ideia de caixas libertadoras móveis e fazia pedido formal à municipalidade para “fazer colocar no mercado publico, nas ruas e praças da capital, caixas com a denominação de *libertadoras (grifo meu)*, com o fim de aumentar o fundo libertador.”²⁴³ A essência da proposta do Bazar da Caridade foi expandida para o cotidiano, pois mesmo fora da quadra

²³⁹ *Ibidem*.

²⁴⁰ *A Província do Pará*. Movimento abolicionista. 13 de junho de 1882, p. 3.

²⁴¹ *Idem*.

²⁴² ALONSO, Angela. *Op. Cit.* P. 231.

²⁴³ *O Liberal do Pará*. Parte Official. 20 de agosto de 1882, p.1.

festiva, a causa não era esquecida, possibilitando a gente comum, os trabalhadores, feirantes, escravizados e libertos fazer a sua contribuição em subscrição heterogênea e anônima em caixas libertadoras fixas ou móveis, ainda que seus nomes não estivessem registrados nas seções dos periódicos.

Toda mobilização era voltada a realização de dois leilões no salão do Grêmio Literário Português. Foi destacado que nessas doações havia conseguido “Uma variadíssima coleção de objectos de apreço (...) e o primeiro leilão já effectuado afirmou mais uma vez a generosidade do digno concurso de pessoas que affluiram.”²⁴⁴ A nota ainda explicitava que:

Convem notar que entre os objetos expostos ao pregão do leiloeiro, em favor da manumissão dos escravos, há grande numero de reconhecidas utilidades ao sexo feminino, que, tambem por sua parte, muito ha ocorrido para o bom resultado obtido.

Animem as famílias tambem com seu concurso a *feira da caridade (grifo meu)*, que farão assim, mais jus as benções dos que tiverem de gosar dentro em pouco da liberdade de que hoje se veem tolhidos.²⁴⁵

O Bazar era denotado como ação harmônica e de cunho familiar marcada pela participação feminina que era cara às pretensões do bazar e muito simbólica como retórica emancipacionista revestida de piedade e compreendida como resposta emocional contra a aviltção e o sofrimento. Essa alegoria feminina de apelo humanitário fora adotada como estratégias de convencimento dos escritos nos jornais ou mesmo nas falas e discursos das cerimônias festivas. Como percebeu Adam Hochschild a luta antiescravista foi marcada pela questão do gênero e o abolicionismo em razão da inserção e atuação política das mulheres na formação de sentimento de repulsa. Por meio de discursos contrário à escravidão ou promovendo reuniões para debate do tema, além da propaganda que criavam imagens que mostravam a condição de sofrimento, tais como sujeitos ajoelhados ou então frases de efeito como “Não sou um homem e irmão”²⁴⁶ que apelavam para o sentimentalismo numa retórica de drama e solidariedade.²⁴⁷

A presença feminina, da mulher escravizada, liberta ou livre associando-as à luta por liberdade entrelaçava causa humanitária e, conseqüentemente, civilizatória, correlacionado a imagem da mulher e de suas virtudes²⁴⁸ como o amor, compaixão, zelo,

²⁴⁴ *A Província do Pará*. Caridade e liberdade. 22 de julho de 1882, p. 3.

²⁴⁵ *Idem*.

²⁴⁶ HOCHSCHILD, Adam. *Op. Cit.* P. 177.

²⁴⁷ ALONSO, Angela. *Op. Cit.* P. 196.

²⁴⁸ COELHO, Geraldo Mártires. *No coração do povo: O monumento à República em Belém (1891-1897)*. Belém: Paka-Tatu, 2002. PP 61-72.

labor e autoridade moral.²⁴⁹ Foi com simbologia análoga que a comissão de vinte e oito estudantes do curso normalista dirigiu-se à residência de José Henrique Cordeiro de Castro, membro da APEE e da *Liga Redentora da Província*, para “entregar-lhe um lindo tinteiro de Crystal embutido com ouro e assentado uma linda concha de pérolas sobre o qual pousava um mimoso passarinho (...) presa por dois lacinhos de roseu fita uma custosa caneta de ouro com pena de igual metal esmeradamente trabalhada.”²⁵⁰ O ato da entrega realizada pelas estudantes teve como relatora a senhora Esther Gusmão que discursou assim:

Eis o que 28 alumnas pobres e em grande numero orphãs, poderam obter por meio de minguado fructo do seu trabalho para o “Bazar da Caridade”, desejando todas que seu diminuto valor seja centuplicado em favor daqueles que pedem o pão ao espirito da liberdade.

Assim, fazendo em vista temos, como humildes operarias do progresso, secundar em generosidade as distinctas senhoras que com tanto afam tem concorrido com suas prendas ao aumento do ‘bazar da caridade’.”²⁵¹

A professora fazia parte do grupo de educadoras normalistas que participaram da mobilização de estudantes que angariavam donativos aos bazares, entre as quais:

Catharina Gurjão, Izabel Arruda, Ernestina Dias, Orminda Almeida, Maria Philo-Creão, Marianna Chaves, Anna Siqueira, Joanna Siqueira, Luiza Hannsler, Esmeralda Truta, Luiza Andrade, Idalina Alfaia, Julia Milagre, Martinha Barata, Antonia Bentes, Agostinha Sá, Joana de Souza, Rita passos, Córa Aranha, Rosa Lopes, Innocencia Rocha, Carlota Barbosa, Estephania Costa, Rufina Frazão, Francisca Reis e Luiza Rocha²⁵²

No século XIX e boa parte do século XX as professoras normalistas²⁵³ eram alunas habilitadas nos cursos denominados no magistério do “primeiro grau” para lecionar nas séries iniciais numa proposta pedagógica que compreendia como fundamental o papel das mulheres na questão moral, como mães e orientadoras de bons cidadãos. Conforme identificou Angela Alonso²⁵⁴, o abolicionismo articulava rede de ativismo que mobilizava diversos segmentos sociais, tais como os professoras e professores, artistas, jornalistas, estudantes. Não por acaso, em muitas festas e cerimônias de caráter emancipacionista ou

²⁴⁹ COWLING, Camillia. *Concebendo a liberdade: Mulheres de cor, gênero e a abolição da escravidão nas cidades de Havana e Rio de Janeiro*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2018, p. 194.

²⁵⁰ *O Liberal do Pará*. Mimosa offerta. 20 de agosto de 1882, p.2.

²⁵¹ *Idem*.

²⁵² **CF**: *O Liberal do Pará*. Bazar da Caridade. 13 de agosto de 1882, p.2.

²⁵³ HAHNER, June. *A escola normal, as professoras primárias e a educação feminina no Rio de Janeiro no fim do século XIX*. Niterói, v. 10, n. 2, p. 313-332, 1. sem. 2010. P. 313-32.

²⁵⁴ ALONSO, Angela. *Op. Cit.*, 2015, p. 214.

abolicionista, eram regulares a presença de estudantes declamando poesias ou mesmo consorciando com pavilhões em quermesses, realizando subscrições para angariar recursos.

Conforme notou Adam Hochschild, a presença das mulheres no abolicionismo inglês foi significativa na construção de rede de ativismo²⁵⁵ em diversas circunstâncias, desde boicote à compra de açúcar cultivado por escravizados das áreas coloniais, a realização de debates sobre emancipação, além da criação de sociedades femininas contra a escravidão. A presença feminina tornou-se essencial não só como retórica da piedade e compaixão, mas também como articuladoras dos eventos, pois influenciavam, organizavam, discursavam, panfletavam e peticionavam às autoridades movimentando a campanha nos clubes, teatros, praças e quermesses.

A experiência de envolvimento das mulheres no processo de liberdade não pode ser descartada e demonstrava seu papel de proeminência nas organizações e mobilização de ações em favor da causa da emancipação, fato também observado no Ceará, por Carlos Caxilé²⁵⁶, que ao analisar o processo de liberdade alencarina, destaca atuação das senhoras cearenses vinculadas à *Sociedade Cearense Libertadora*. Fato semelhante a essa experiência ocorreu nas ações da *Libertadora Visconde do Rio Branco* em Belém, estudado por Edilson Vasconcelos em sua dissertação de mestrado.

2.2 DRAMATIZANDO OU DIVERTINDO.

Conforme avançava a década de 1880 as festas eram tonalizadas como formas de ampliação de participação política. A autora Cláudia Regina Andrade²⁵⁷ destaca o papel destas comemorações na democratização dos espaços públicos analisando como os festejos abolicionistas na corte foram importantes para dinamizar e popularizar instituições, teatros e praças. Na Inglaterra, por exemplo, a experiência de mobilização ocorreu por meio de petições públicas que fez juntar diferentes atores sociais, desde a Universidade à imprensa, trabalhadores em diferentes comunidades corporativas. Segundo Seymour Drescher²⁵⁸, este

²⁵⁵ HOCHSCHILD, Adam. *Op. Cit.*, p. 206.

²⁵⁶ CAXILÉ, Carlos Rafael Vieira. *Olhar para além das efemérides: Ser liberto no Ceará*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 2005. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica. PP 39-56.

²⁵⁷ ANDRADE DOS SANTOS, Cláudia Regina. *Na rua, nos jornais e na tribuna: A Confederação Abolicionista do Rio de Janeiro, antes e depois da abolição*. In: *Tornando-se livre: Agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição*. Organização, Maria Helena Pereira de Toledo Machado e Celso Thomas Castilho. São Paulo, editora da Universidade de São Paulo, 2015. PP 335-368.

²⁵⁸ DRESCHER, Seymour. *Abolição: Uma história da escravidão e do anti-escravismo*. São Paulo: Editora da UNESP, 2011, pp 251-252.

processo de mobilização foi marcado pelo “frenesi”, “clamor geral” e pela “emoção popular” que contagiava as manifestações e a quantidade de petições pelo fim do tráfico de escravizados.

Não somente Vicente Salles²⁵⁹ como também Angela Alonso²⁶⁰ perceberam a relação entre as artes e o abolicionismo, inclusive na perspectiva de conjunto de atrações que poderiam envolver músicas, teatro e circo. Segundo Angela Alonso ²⁶¹ o abolicionismo conseguiu espaço público por meio das apresentações teatrais, identifica que análogo ao espaço que o abolicionismo anglo-saxão teve em sua recepção na religião, o teatro ocupou e conseguiu ganhar agenda em meio às cerimônias cívicas, por meio de apresentações artísticas dramáticas e forte apelo sentimentalismo patriótico, somado ao sentimento de caridade ou filantropia.

O teatro de época era parte do conjunto de opções festivas que também concorriam para participar do processo de libertação em Belém. Isso porque as companhias artísticas encenavam dramas abolicionistas, a exemplo disso “Os Milagres de São Benedito” ou “A cabana do pai Tomás” ²⁶², cuja temática apelava para o drama, emoção e o sofrimento associado a escravização das mulheres e com forte teor de compaixão junto ao público feminino, espetáculos que eram, em certa medida, regulares nos teatros da capital na década abolicionista. Em 1883, durante a temporada da empresa artística de Manuela Lucci, sob a direção de Soares de Medeiros, encenou-se a peça “O escravo fiel” ²⁶³ constituída de cinco atos, sendo “1º acto- Os parentes da morte. 2º- A partilha do finado. 3ª- O liberto vendido. 4º- O herdeiro encarcerado. 5º- O preto falando ao rei.” ²⁶⁴ Essas apresentações podiam ter efeitos de sensibilização do público que aclamavam as qualidades das apresentações aliadas ao forte conteúdo emocional que sensibilizava o público em torno da causa “nobre e filantrópica” dos benefícios em favor da liberdade. A dramatização da escravidão emocionava e também denotava um movimento de agregação e adesão, inclusive com pretexto para fundação de clubes. Como demonstrou Bezerra Neto, na festa da *Sociedade Dramática abolicionista 15 de*

²⁵⁹ SALLES, Vicente. *Épocas do Teatro no Grão-Pará: Ou apresentação do teatro de época*. Belém: UFPA, 1994. P. 99.

²⁶⁰ ALONSO, Angela. *Op. Ci, 2015*, p. 131.

²⁶¹ *Idem*, P. 42-43.

²⁶² SALES, Vicente. *Op. Cit, 1994*, p. 116.

²⁶³ Apesar da vinculação com o movimento do romantismo, segundo José Roberto Farias, esta peça de Antonio Carlos Cordeiro se aproximava da encenação da “Cabana do Pai Tomás”, em especial, a ideia de repulsa que ela causava nos espectadores em relação à escravidão. Essa questão foi analisada por Machado de Assis, ao realizar crítica da peça para “Revista de Teatros”. Ver: FARIAS, José Roberto. *Teatro Romântico e a escravidão*. IN: *Revista de Literatura Brasileira* [12|13]; São Paulo, p. 94-111, 2013.

²⁶⁴ *O Liberal do Pará*. Anuncios. 28 de setembro de 1883, p.3.

*Agosto*²⁶⁵ entrelaçava efeméride patriótica do *Quinze de Agosto* à questão artística e cultural haja vista a fundação de um clube abolicionista por armadores lusos-brasileiros que “Tem por fim redimir do captivo os infelizes escravos, promovendo para isso representações teatraes e basares, angariando donativos.”²⁶⁶

Além das peças teatrais, outras representações artísticas concorriam com o mesmo objetivo. Em 22 de setembro de 1882, *O Liberal do Pará* publicava que “tem merecido geral aceitação os 247 bilhetes da platéa geral, remetida em favor do fundo de emancipação (...) pela gentil beneficiada Amina Orlandi. (...) tendo alguns cavalheiros aceitados 20 a mais para distribuírem por dedicados abolicionistas.”²⁶⁷ A mesma nota destacava ainda que a “sociedade artística”, “Club Tenreiro Aranha” e o “Batista Campos” aceitavam bilhetes e também “vão tomar parte nesta festa da liberdade.”²⁶⁸ Já em Outubro, o presidente da APEE, o político conservador Samuel Wallace Mac-Dowell enviava carta ao artista A. Medina no qual acusava o recebimento de cinquenta bilhetes do teatro-lírico que foram remetidos à associação e agradecia ao ato de “generosidade e humanidade”.²⁶⁹

Durante as arrecadações do Bazar da Caridade de 1882, foram articuladas subscrições pelo “Club das Lanternas” que oficiava à APEE, informando que contribuiria com a importância de 11\$000 réis cujo “o producto de 12 bilhetes da platéa, que o 1º tenor da Companhia Lyrica, sr. Ferdinando Ambrosi, dignou-se remeter á comissão do club (...) para ser aplicado ao fundo emancipador dessa sociedade (...)”²⁷⁰ Em 1886, por sua vez, os estudantes reunidos no “Club Normal” movimentaram a concorrência pública com propósito social de “no intuito de melhor aproveitarem o tempo, estabelecendo uma escola especial para seus estudos particulares, dirigiram-se á empresa dramatica Lima Penante & Helena Balsamão que da melhor vontade cedeu um beneficio.”²⁷¹

A prática da noite de “benefício” era conhecida pelo público que acompanhava as temporadas artísticas do circuito de apresentações da capital. Conforme analisou Vicente Salles²⁷², esta prática aclamava as virtudes artísticas dos componentes das companhias artísticas e estendia a temporada por mais alguns dias. Além disso, não era incomum acontecer apresentações com vistas à prática beneficente, tal como socorrer os doentes do

²⁶⁵ BEZERRA NETO, José Maia. *Op. Cit*, 2009, p. 333.

²⁶⁶ *Diário de Notícias*. Sociedade dramática. 21 agosto de 1881, p. 2.

²⁶⁷ *O Liberal do Pará*. Associação Philantropica. 22 de setembro de 1882, p.2.

²⁶⁸ *Idem*.

²⁶⁹ *Diário de Notícias*. 14 de outubro de 1881, p. 2.

²⁷⁰ *O Liberal do Pará*. Associação Philantropica. 11 de setembro de 1882, p.3.

²⁷¹ *O Liberal do Pará*. São dignos de apoio e animação. 26 de setembro de 1886, p.2.

²⁷² SALLES, Vicente. *Op. Cit*, 1994, p. 114.

hospital da *Santa Casa de Misericórdia* ou fundação de escolas e oficinas laborais, fato que agregava empatia e poderia ser estendida à causa da libertação dos escravizados. Benefícios como do *Club Normal* eram comentados na imprensa como forma de “realizar um espetáculo dramático, com intuito de fundar uma escola popular em que os seus membros possam preparar-se praticamente para a vida laboriosa e magistério público.”²⁷³ Vicente Salles aponta que em semelhante ação “A companhia Emilia Adelaide-Eduardo Garrido no Teatro da Paz, no dia 17 de maio no Circo Cosmopolita trazia a atriz francesa Suzane Cástera (...). Ela realizou muitos espetáculos cuja renda se destinava a alforrias escravos, socorrer colegas ou pessoas necessitadas”.²⁷⁴

Assim como outras companhias dramáticas²⁷⁵ os estudantes do *Club Normal* aproveitavam a simbólica data de Vinte e Oito de Setembro para realizar um benefício juntamente com a empresa artística de Manuella Lucci para encenar “O grande e variado espetáculo”²⁷⁶ no intuito de “Comemorar o aniversário da magnanima lei Visconde do Rio Branco em função d’uma ESCOLA POLULAR.”²⁷⁷ Nessa festividade que teve como atrativo o som da banda marcial que tocava no terraço do teatro da Paz da Paz e “N’um dos intervallos do espetáculo fallou a normalista Rocha, agradecendo á respectiva empresa o benefício cedido ao ‘club’. Uma comissão do mesmo club presenteou os artistas com vistoso e lindos bouquets.”²⁷⁸

Para Edilson Vasconcelos a capilaridade social marcava os festejos que giravam em torno do abolicionismo, eram as festas teatrais, conferências, bazares e subscrições. Estas comemorações agregavam diferentes grupos no qual:

Através das festas abolicionistas, mantiveram intercâmbios com uma variedade expressiva de grupos sociais: autoridades religiosas, militares e políticas; artistas: atores e atrizes teatrais, cantores e literatos; crianças, jovens, colonos, estudantes, mulheres, catraieiros, representantes dos jornais e das sociedades emancipadoras, abolicionistas, patrióticas, de trabalhadores artesãos, entre outros.²⁷⁹

Em junho de 1883, a *Comissão Central de Emancipação* estabeleceu comissões para que fosse promovido um “concerto abolicionista” pretendendo “dirigir-se a distinta

²⁷³ *O Liberal do Pará*. O benefício-club normal. 1 de outubro de 1886, p.2.

²⁷⁴ SALLES, Vicente. *Op. Cit*, 1994, p. 109.

²⁷⁵ Foi o caso da encenação do drama “A Cabana do Pai Tomás” pela empresa artística de Apolônia Pinto no dia 13 de maio de 1888. CF. SALLES, Vicente. *Op. Cit*, 1994, P. 120.

²⁷⁶ *A Província do Pará*. Theatro da Paz. 28 de setembro de 1886, p. 1.

²⁷⁷ *Idem*.

²⁷⁸ *Ibidem*.

²⁷⁹ VASCONCELOS DOS SANTOS, Edilson. *Op. Cit*, p. 249.

pianista Idalia França (...). Não hesitamos em afirmar que a gentil paraense porá em um bom o seu talento artístico á disposição sublime causa da redempção de captivos.”²⁸⁰ O envolvimento de artistas agregava divulgação e sensibilização em torno da causa, bem como a possibilidade de bom público nos espetáculos e razoável quantidade de renda para as companhias artísticas em temporada na capital paraense. Para Vicente Salles, as empresas líricas em turnê pela capital paraense realizavam espetáculos variados, muitas das vezes alternando seus espetáculos e estendendo suas temporadas. O autor relata que em 1884:

A companhia Moreira Vasconcelos-Julietta Santos estreou no Theatro Circo Cosmopolita dia 23 de setembro com o drama abolicionista *A filha da Escrava*. No elenco Julieta dos Santos, Moreira Vasconcelos, João Rocha, Irineo Santos, Francisca Leal, Jesuina Castro, Adelina Castro, Rosa Villiot e outros. Alternou-se espetáculos com as da companhia Manuela Lucci em fim de temporada no Teatro da Paz.

Julietta Santos foi muito aplaudida durante toda a estação. Moreira Vasconcelos também soube cultivar o público e a imprensa, colaborando com poemas e artigos em vários periódicos, inclusive poemas abolicionistas, causa que abraçou e defendeu em seus repertórios. Deu por exemplo, *A Corja opulenta*, drama de Joaquim Nunes, escrito especialmente para a menina Julieta dos Santos, sucesso no Pará, Ceará, Pernambuco e Bahia; Proibido no Maranhão.²⁸¹

Ao associar arte e drama, o abolicionismo formava seu público, em especial, mulheres e trabalhadores. Além das companhias teatrais, Belém apresentava certa variedade de atividades artísticas de aspirações mais populares que associavam diferentes festividades culturais. De acordo com Vicente Salles²⁸², além do Teatro da Paz, havia outros espaços de apresentação bem como *Teatro Circo-Cosmopolita*, *Pavilhão dos Recreios* e *Teatro Ismênia* com circuito de comédias curtas, folias e cenas cômicas cuja temática poderia agregar a causa da liberdade. Em 1883, por exemplo, durante as apresentações da empresa artística, de Guilherme Silveira, foi encenada a peça “Ódio de raça, de Francisco Gomes Amorim, cenas da escravidão negra no Pará, dada em 17.11.83. A companhia abolicionista já se manifestava intensa nos palcos, e Guilherme Silveira nela se engajou.”²⁸³

Essas opções festivas saíam do espaço dos teatros e iam até os circos, numa perspectiva de atrações populares. Seja um concerto musical, peça cômica ou atração circense, eram momentos de demonstrar adesão à causa. A temporada de 1885 do Circo Uruguaio, apresentado por André Valentini, associava-se ao clube patriótico “Soares

²⁸⁰ *Liberal do Pará*. Comissão Central de Emancipação. 26 de junho de 1883, p.3.

²⁸¹ SALLES, Vicente. *Op. Cit.*, 1994, P. 106-107.

²⁸² *Idem*, P. 114.

²⁸³ SALLES, Vicente. *Op. Cit.*, 1994, P. 103.

Carneiro”, objetivando “promover a passagem de bilhetes para o producto liquido ser applicado em beneficio dos nossos irmãos escravos d’esta provincia.”²⁸⁴ Ainda em 1885 ocorreram apresentações em que a “companhia estava bastante ativa no arraial de Nazareth; a quadra festiva religiosa existia uma circularidade de atrações com a montagem de peças curtas, cenas cômicas, operetas, comédias musicadas de agrado popular”.²⁸⁵

Outro período festivo era o carnaval que segundo Vicente Salles²⁸⁶, denominado nos periódicos de “*can-can*”, o festejo era marcado pela diversão que desafiava as autoridades públicas em razão do clima de inversão social, uso de máscaras, músicas, diversidade social.

A diversão foi realizada *no Pavilhão dos Recreios* e na propaganda do periódico era destacado que:

E’ o carnaval,
E’ o pagode,
Só não dança,
Quem não pode!
Rapasiada do bom tom
Amantes do Carnaval
As comadres nos convidam,
Ao baile sem rival!
N’este baile elegante,
Dedicado ao bello sexo,
Tudo pula, tudo brinca,
Amantes do progresso!²⁸⁷

Essa publicação valoriza o termo “pagode” bastante associado a reunião do extrato social da população que vivia em cortiços ou mesmo dos escravizados e libertos. Nesse festejo era destacado a presença dos jovens, além da presença feminina e a ideia de “progresso” e a possibilidade da união de diferentes sujeitos sociais na festa expressada na ideia de que “só não dança quem não pode”. Ainda de acordo Vicente Salles, essas festas de carnavais foram organizadas por Antônio Vicente Oliveira, cuja empresa artística era associada a dos artistas engajados na causa abolicionista, tais como como Manuela Lucci e o ator negro Xisto Baia, reconhecidos artistas que encenavam dramas ou comédias com determinada periodicidade em capitais como Belém, Manaus, Fortaleza Recife, Rio de Janeiro, destacando-se *A Corja Opulenta* e *A filha da Escrava*.

²⁸⁴ *Diário de Notícias*. Sollicitados. 5 de abril de 1885, p. 3.

²⁸⁵ SALLES, Vicente. *Op. Cit*, 1994, P. 104.

²⁸⁶ *Idem*, p. 95.

²⁸⁷ *Diário de Notícias*. Pavilhão de Recreios. 1 de fevereiro de 1882, p.3.

Imagem 4- Ao Circo, abolicionistas!



Fonte: *Diário de Notícias*. 1 de dezembro de 1885, p. 4.

Em outra atividade de entretenimento, a atração principal foi o artista André Gulig que estava em temporada pelo *Circo Americano* com a sua companhia “Equestre, gynnastica, acrobatica e artistica.”²⁸⁸ Ao anunciar o fim de sua temporada de apresentações, destacava programação que envolvia espetáculos variados, destacando-se momentos com música, palhaços e adestramentos cujas atrações foram realizadas no *Teatro-Circo Cosmopolita*, importante praça de espetáculo com capacidade aproximada de 2500 pessoas em estrutura de madeira próximo à Praça de Independência.²⁸⁹ A propaganda de seu programa de atrações da festa aliava atração circense cuja finalidade era o benefício em favor da aquisição de carta de liberdade. Essa noite de espetáculos teve como principais atrações divididas em duas partes, destacando-se “1º- Uma linda ouverture pela banda de musica. (...) 4º Entrada pelo jocoso palhaço Farias. 5º acto principal pelo menino José. 6º- Os cachorros havaneses pelo domador Juanito.”²⁹⁰

No decorrer da década abolicionista, ocorriam festas artísticas com apresentações dramáticas ou divertidas em quermesses nos distritos e bairros, circos ou praças públicas da capital paraense, numa perspectiva de diversão popular. Conforme explica Vicente Salles²⁹¹, na década do abolicionismo era encenada peças curtas, operetas, em cenas cômicas e comédias musicadas em espaços como Arraial de Nazaré, Teatro *Chalet* ou Pavilhão dos Recreios.²⁹² Compreende Angela Alonso²⁹³ que o abolicionismo adaptou e inventou formas

²⁸⁸ *Diário de Notícias*. 1 de dezembro de 1885, p. 4.

²⁸⁹ Atualmente conhecida como Praça Dom Pedro II, centro comercial de Belém.

²⁹⁰ *Idem*.

²⁹¹ SALLES, Vicente. *Op. Cit*, 1994, p. 194.

²⁹² *Idem*.

novas de comportamento com retórica antiescravista de sensibilização por meio da compaixão e indignação moral. Questão similar foi percebida por Bezerra Neto²⁹⁴, quando identifica que o abolicionismo expressava novidade política, com forte sentimento de adesão popular pelas classes trabalhadoras ou mesmo operárias.

Em 1884 o consórcio entre artistas circenses e *Clube Abolicionista 25 de Março* ofereceu espetáculo no qual os:

Os distintos artistas Gomes & Moraes, diretores do circo Anglo-brazileiro, que actualmente trabalha no Pavilhão dos Recreios, offereceram á Sociedade Abolicionista “25 de março” um beneficio, que terá lugar na próxima semana, cujo producto deverá ser applicado na libertação de escravos. Uma acção nobilissima a que vem praticar os distintos artistas, que, estamos convencidos, será condignamente correspondida pelo povo paraense.²⁹⁵

Havia também a participação de grupos de estudantes e professores que consorciavam com as companhias dramáticas ou então realizavam suas próprias apresentações culturais, declamavam poesias, organizavam apresentações musicais, encenavam comédias ou dramas engrossando as mobilizações em torno do abolicionismo. Em 1888, durante a divulgação de *Soirée escolar*, os estudantes e professores da escola *Atheneu Paraense* organizaram apresentações artísticas cuja programação destacava:

1ª parte-peça musical executada pela banda do 15º batalhão, cedido pelo exc. sr. administrador vice-presidente da provincia, subirá a scena a interessante comedia – *O morto ressuscitado*.
 2ª parte: O alumno Euclides Dias desempenhará o entre acto scenico: O mundo cae torto.
 3ª parte: Declamação emphatica da importante poesia- Ave, libertas (de Ribeiro Gonçalves) pelo alumno do curso primario- Armando Pereira. Nessa occasião poderá outras pessoas usar a palavra.
 4 parte: A comedia *Tribulações de um estudante*, em que tomam parte os alunos Candido, Olavo e Seixas.
 5ª parte: Em parecer dos distintos cavalheiros repetir-se o 2º acto da comedia: Os estudantes da Bahia alusivo ao magno assumpto da actualidade- a redempção dos captivos.²⁹⁶

A repercussão da *Soirée* dramática dos estudantes do colégio *Atheneu Paraense* foi destacada como apresentações satisfatórias no qual “auditorio foi unanime em aplaudir o desembaraço, correcção de phrase e desenvolvimento scenico dos curiosos actores.”²⁹⁷

²⁹³ ALONSO, Angela. *Op. Cit*, 2015, p. 98.

²⁹⁴ BEZERRA NETO, José Maia. *Op. Cit*, 2009, p. 378.

²⁹⁵ *Diário de Notícias*. Sociedade abolicionista 25 de Março. 10 de maio de 1884, p.2.

²⁹⁶ *O Liberal do Pará*. Soirée dramatica. 25 de abril de 1888, p. 1.

²⁹⁷ *Idem*.

Conforme analisa Angela Alonso²⁹⁸, o abolicionismo apresentava caráter formativo e usava diversos espaços como praças, teatros, clubes e escolas como ambientes de sua propaganda cuja temática era o abolicionismo com as tópicas “direitos, compaixão e progresso”.²⁹⁹ A formação, dramatização e o cientificismo criavam estratégia de argumentação que deslegitimava a escravidão com “repertório moral”³⁰⁰, no qual estudantes emocionavam com encenações, discursavam e abriam espaço para críticas e falas em favor da liberdade, até mesmo dramatizavam o sistema escravagista e possibilitava uso das imagens e das representações em torno da causa da liberdade. Essa apresentação foi marcada pelo clima de euforia e agregação em torno da questão da redenção dos escravizados. O registro do periódico destacava que:

Esses applausos recrudesceram durante a declamação emphatica, feita pelo menino Armando Pereira da poesia – *Ave, libertas*, mimosa e inspirada producção de Ribeiro Gonçalves.

(...) depois de varias considerações sobre o magno assumpto da actualidade, declarou que os cidadãos Leopoldino Ferreira Teixeira e Antonio Moisés Siqueira Goês, em testemunho de profundo apreço e estima ao director do “Atheneu” e para maior realce da festa que então se celebrava, davam liberdade o primeiro aos seus escravizados Helena e Paulo, ambos de 25 annos de idade (...). **(grifo meu)**

O auditorio manifestou-se arrebatado de enthusiasmo por esses rasgos de philantropia.

Usou ainda a palavra o professor Augusto R. Pinheiro, lendo um bem elaborado discurso, relativo á idéa da abolição e recitaram belas e adequadas poesias os srs. Elias Vianna e J. Nilson.

A festa terminou ás 11 ½ da noite, levando todos os convivas as mais agradáveis impressões da mesma.³⁰¹

Dessa maneira, a retórica da redenção era propagandeada e formava público diversificado, ou seja, acionava-se um circuito de ativismo que se popularizava com apoios de diferentes segmentos sociais. Segundo Angela Alonso esse circuito de diferentes agentes envolvia “Funcionários públicos, profissionais liberais- advogados, engenheiros, cientistas, farmacêuticos, dentistas, jornalistas, escritores- professores de escola pública, músicos e pequenos comerciantes.”³⁰² A campanha ganhava mais adeptos à proporção que o processo de abolição adensava, em especial, a partir de 1884, com a libertação da província do Ceará e Amazonas, adicionada com os entusiasmos da libertação da colônia de Benevides com suas diversas comemorações e, conseqüentemente, as libertações ocupavam permanente espaço

²⁹⁸ ALONSO, Angela. *Op. Cit*, 2015, p. 138.

²⁹⁹ *Idem*.

³⁰⁰ ALONSO, Angela, *Op. Cit*, 2015, p. 139.

³⁰¹ *O Liberal do Pará*. Soirée dramatica. 25 de abril de 1888, p. 1.

³⁰² ALONSO, Angela. *Op. Cit*, 2014, p. 145.

como temática do cotidiano da cidade e possibilitava a expansão das conexões da rede de ativismo político no qual as relações estabelecidas entre abolicionistas paraenses e cearenses por meio de artigos, celebrações e correspondências. As reverberações das festas em Belém sobre a libertação da província do Ceará, em especial, a cobertura periódico *Libertador*, de Fortaleza, possibilitam pensar que estas mesmas festas e suas reverberações estabeleciam rede³⁰³ que extrapolava os limites da província.

CAPÍTULO 3: UNINDO ASSIM MORALMENTE N'ESTAS MANIFESTAÇÕES: CEARÁ, PARÁ E AMAZONAS.

Datada em 20 de abril de 1884, Paulino de Brito enviava à redação³⁰⁴ do *Diário de Belém* missiva na qual comentava sobre o abolicionismo na província do Amazonas, sendo replicada pelo periódico no início de maio. Nela, o orador emancipacionista comentava sobre os movimentos e últimos acontecimentos daquela banda da Amazônia, relatando que “desde a sua chegada” observava “festa abolicionista” em meio a concertos, conferências, reuniões, formações de comissões na preparação para a libertação do Amazonas.

Em sua argumentação, destacava que “a extinção completa da escravidão na província do Amazonas, póde-se considerar já um facto consumado”³⁰⁵ e continuava sua narrativa indagando “Quando chegará o grande dia da libertação completa não só do Amazonas, mas da Amazonia!?”³⁰⁶ Concluindo suas reflexões, o emancipacionista queixava-se que no Pará os escravocratas ainda exerciam força a ponto de não ser definido a questão servil, que continuava em impasse. Em seu escrito, considerava razoável a seguinte expectativa:

Entretanto, é fora de duvida que o Pará deve ser a terceira provincia livre. Trabalhar, trabalhar muito, o que é preciso.

Se desde 1858 quando o grande patriota Tenreiro Aranha fundou ahi para as bandas da travessa do Principe a primeira sociedade emancipadora que houve no imperio, se tivesse trabalhado com affinco... depois d'esses acessos de entusiasmo internittente não viesse sempre o marasmo habitual.

³⁰³ CF: *Libertador*. O Ceará no Pará. 14 de abril de 1884, p. 3.

³⁰⁴ Nesse período respondiam pela redação desse periódico conservador Antônio Francisco Pinheiro, na qualidade de proprietário e político conservador, além de Benedito Antônio D'Oliveira Cotta, que além de redator da folha era sócio membro da Associação Filantrópica de Emancipação de Escravos (APEE). Acredito que a carta tenha sido endereçada para o redator Antônio Cotta. CF: BEZERRA NETO; *Op. Cit.* 2010. PP 361-368.

³⁰⁵ *Diário de Belém*. Festa abolicionista. 4 de maio de 1884, p.2.

³⁰⁶ *Idem*.

Adeus, meu caro redactor. Peço-lhe que na noticia que fizer sobre este assumpto, não termine sem um enthusiasmo e estrepitoso viva o Amazonas.
Um abraço de seu amigo e collega
PAULINO de BRITO³⁰⁷

Ora, o escrito de Paulino de Brito e a sua pretensão de que fosse o Pará a terceira província a “redimir-se” da escravidão refletia o adensamento do movimento de emancipação amazonense, por conseguinte, cearense que cada vez mais pressionava os paraenses a se posicionarem. Em suma, quais seriam os rumos da emancipação e como ficaria o Pará nesse movimento?

Assim, nesse capítulo, foco na análise do sentido e significado das festas da libertação, ou seja, festas estas que comemoravam mais do que liberdades graduais e “à conta gostas” durante efemérides ou festas dos clubes e associações, pois eram comemorações da abolição num sentido mais amplificado, quer dizer, “festas da liberdade”, entrelaçando as comemorações em honra ao Ceará, Amazonas e também à colônia de Benevides, na perspectiva de compreender como estas festas ocorridas na capital paraense revelavam interações entre sujeitos, instituições e projetos de emancipação ou mesmo abolição, numa disputa em torno da própria memória do abolicionismo.

Ao redor da questão da liberdade havia a constituição de narrativa de que a província do Pará seria a vanguardista da emancipação no Brasil, como indiciava o próprio Paulino de Brito ao recordar-se de Tenreiro Aranha e sua afirmação enquanto “primeira sociedade emancipadora que houve no imperio”. Reverberando a notícia da libertação do Ceará na imprensa paraense o *Diário de Notícias* revelava alguns trechos da abordagem do *Diário de Belém* que travava a questão assim: “Não tomamos a vanguarda no grande prélio humanitario, como tanto era o nosso dever, pois bem, não sejamos o ultimo a seguir o glorioso exemplo. A escravidão ha de acabar, deve acabar, e a nós incube adiantar a obra iniciada em 1871 (...).”³⁰⁸

Bezerra Neto explica que não era verdade que em 1858 ocorresse ações emancipadoras, no máximo ações patrióticas de festejos de efemérides e a pretensa ideia de libertar escravos. A questão é que tal narrativa era recorrente enquanto retórica estimulada pela imprensa que atravessou algumas décadas. Às vezes, lembrada e fomentada tal como na expectativa constituída pelo *Club Abolicionista Patroni*, em 1881, de que haveria de ter no

³⁰⁷ *Ibidem.*

³⁰⁸ CF. *Diário de Notícias*. Manifestações da Imprensa do Pará. 27 de março de 1884, p.4.

Pará o “primeiro território neutro [da escravidão, isto é, livre de escravos] na província, sendo indigitada a paróquia de Barcarena.”³⁰⁹

Em 1883, durante as reverberações das festas de adesão do Pará à independência, era lembrada a questão abolicionista. Na secção “Folhetim”, o cronista perguntava “A libertação de parte da tua população tem, na verdade, todos os teus cuidados, mas deve confessar que os meios que tens adoptados são tão pouco radicaes, tão morosos, tão caros (...) Olha o Ceará, provincia tua irmã, parece que nesse projeto te passou o pé?”³¹⁰ A grita em torno de ações mais decididas, em torno do movimento de abolição, fazia parte do adensamento do abolicionismo no Brasil, na província Paraense, e marcava a divisão entre os projetos de liberdade em discussão.

Em 1884, essa narrativa ficava mais evidente, por exemplo, o periódico *Diário de Notícias* indagava a “(...) grata esperança, que tenhamos, de ser o Pará a segunda província do Imperio a declarar o seu território sem escravo.”³¹¹ Após a libertação da província do Amazonas, era indagada a necessidade de a Província do Pará ser a terceira do império em libertar os escravizados no sentido de que “Trabalhemos para que seja este solo imprima o terceiro passo.”³¹² Essa narrativa em torno de um posicionamento ou mesmo expectativa pela libertação que perdurou até mesmo às vésperas da abolição. Durante os preparativos da “redenção” de Belém, em maio de 1888, ainda era lamentado nos periódicos que “Se por uma infelicidade que só pode provir do nosso descuido, deixamos de ser a primeira provincia a libertar-se, trabalhemos, ao menos para sermos uma das primeiras e nunca ficarmos por ultimo, a espera do concurso do governo.”³¹³

Como é sabido na historiografia, não foi o Pará a terceira província do império a finalizar a tarefa de extinguir a escravidão de seu território, ainda que conseguisse abolição na colônia de Benevides. Assim, qual foi a disputa em torno do sentido do abolicionismo paraense? Que retórica foi usada para encaminhamento da questão? Qual a razão dos intensos festejos assemelhando a experiência cearense e amazonense?

Dessa forma, analiso a tópica da construção dessa narrativa relacionando como sujeitos, clubes e a imprensa paraense constituiu uma memória social do abolicionismo na tessitura de um ideal de liberdade em torno do eixo liberdade, progresso e civilização.

³⁰⁹ BEZERRA NETO. José Maia. *Op. Cit*, 2009, p. 355.

³¹⁰ *A província do Pará*. Assumptos do dia. 15 de agosto de 1883, p. 3.

³¹¹ *Diário de Notícias*. 20 de abril de 1884, p.2.

³¹² *Diário de Notícias*. 1 de maio de 1884, p.3.

³¹³ *Diário de Notícias*. Liga Redentora. 3 de abril de 1888, p. 3.

3.1- FAZENDO A GUARDA DE HONRA À JANGADA.

A celebração da libertação de Fortaleza, em 1883, além dos festejos do “Ceará Livre” em 1884, foi notadamente impactante para os contornos do abolicionismo paraense. Destaca Bezerra Neto que a colônia cearense promoveu “festa de liberdade” em Belém e o endereçamento de congratulações ao povo cearense pela libertação. Mais do que isso, ocorreu um movimento de exaltação à província alencarina aclamada como “TERRA DA LUZ.”³¹⁴ O autor analisa que a troca de experiências e informações, além evidente intensão de segmentos do abolicionismo paraense em assemelhar suas narrativas e ações ao modelo cearense, aproximou as duas províncias, em especial, por meio das experiências dos sujeitos em festas promovidas pelas autoridades, clubes e sociedades abolicionistas, na interação da imprensa periódica cujo representantes participaram de festas no Ceará e no Pará em honra à liberdade. Por exemplo, paraenses participaram de sessão solene alusiva à libertação de Fortaleza, promovida pela assembleia legislativa cearense, nela discursaram³¹⁵ ao lado dos representantes da *Sociedade Cearense Libertadora* e outras sociedades emancipacionistas cearenses. De acordo com o cronista de *Libertador*, Marcelino Barata, representando o periódico *A Província do Pará*, foi bastante aplaudido em seu discurso e também por ter recitado poesia alusiva à libertação cearense.

Nesse momento, observamos interações políticas, comerciais, inter-visitações³¹⁶ tal qual o caso do Major Gemaque que estava em Fortaleza e acompanhava as festas de liberdade em honra ao Ceará. Em nota publicada no *Diário de Notícias* relatava que “Chegou ontem do Ceará o sr. Major C. Gemaque de Mello, nosso distinto comprovinciano e digno representante do *Diário de Notícias* nas festas abolicionistas que se realizaram n’aquella cidade no dia 24 de maio.” Eram confraternizações que aprofundavam as relações de sociabilidades em torno do abolicionismo, além de escritos e participação em festejos. Confrontando os periódicos da capital paraense e o jornal abolicionista “*Libertador*”, notei a sociabilidade tanto dos representantes da imprensa paraense, tais como Manuel Cantuária, Marcelino Barata, Nina Ribeiro e João Brigido, quanto de Cearenses, como Almino Alvarez

³¹⁴ *Diário de Notícias*. 25 de março de 1884, p.2.

³¹⁵ De acordo com *A Província do Pará*, estavam presentes na sessão em homenagem ao 24 de maio e a libertação de Fortaleza os seguintes representantes: Nina Ribeiro pela *Constituição*, Marcelino A. L. Baratta de *A Província do Pará*, Manuel Cantuária pelo *Diário de Notícias e Liberdade*, major João Brigido, pelo *Diário do Grão-Pará*, Marrocos pela *Boa Nova*. CF: *A Província do Pará*. Folhetim. 24 de maio de 1883, p.2.

³¹⁶ CF: *Diário de Notícias*. O sr. Major Gemaque. 17 de maio de 1884, p.2.

Affonso redator do periódico *Libertador*, que visitou o Pará, em abril de 1884. Esses sujeitos participaram dos festejos da capital alencarina, representando periódicos da capital paraense³¹⁷. Raymundo Nina Ribeiro, Manuel Cantuaria e Marcelino Barata assinavam nota em que mandavam rezar missa na igreja de Nazaré em memória a “D. Carolina Carlota de Castro Cordeiro, muito digna consorte do benemérito da emancipação do Ceará, sr. João Cordeiro(...)”.³¹⁸ Nina Ribeiro do jornal *A Constituição* era elogiado enquanto “estimado amigo e distinto collega jornalista” pela imprensa cearense.

Na libertação de Fortaleza podemos notar a presença de diversos representantes dos periódicos do Pará, que discursaram, notadamente:

os srs. R. Nina Ribeiro pela Constituição, Marcelino A. L. Baratta pela Provincia do Pará, Manuel Cantuaria pelo Diario de Noticias e Liberdade, major João Brigido, pelo Diario do Gram-Pará, Marrocos pela Boa Nova. Depois seguiram-se os dos representantes da imprensa desta provincia, de diversas sociedades e corporações, como fossem o do padre dr. João Augusto da Frota pela *Sociedade Cearense Libertadora*, do dr. Almino pela mesma, do sr. Arruda pela Libertadora de Sobral, do sr. Antonio Bezerra pela Libertadora de Camocin (...).³¹⁹

Durante as festas de liberdade em Fortaleza, em 1883, divulgava o *Libertador* que “O Dr. Nina Ribeiro representou digna e brilhantemente a Constituição, e o Diario de Belem na grande solemnidade da libertação de nossa capital. Ele deixa de si as mais gratas recordações que fazem entre os cearenses o bello elogio de seu character.”³²⁰ Por certo, havia intensa troca de informações a respeito da questão escravagista no Pará e no Ceará. Em 1881, o periódico cearense *Libertador*, em nota denominada “miserias do Pará” informava que capital paraense era “repositório de mercadoria negra”, relatando a situação de possível venda do escravizado idoso Gabriel que viera de Santarém.

Outra questão importante era a inter-visitação, mudanças de cidade por motivo de trabalho e recorrente troca de correspondências. Em 1883, o periódico cearense *O Libertador* informava que “Vindo do Pará onde reside, chegou nesta capital o nosso patricio e amigo libertador Sr. Pedro Celso da Costa Aguiar.” Ainda em 1883, informava que “Embarcam, amanhã no vapor “Pernambuco” com destino ao Pará os nossos amigos Capitão Francisco Alves Barreira e João Franklim Tavora.”³²¹ Nessas interações estes sujeitos de imprensa

³¹⁷ Estes representavam respectivamente os periódicos *A Constituição*, *Diário de Notícias*, *A Provincia do Pará* e *Diário do Grão-Pará*. **CF**: *A Provincia do Pará*. Folhetim. 24 de maio de 1883, p. 2.

³¹⁸ *Diário de Notícias*. D. Carolina Cordeiro. 1 de março de 1884, p.3.

³¹⁹ **CF**. *A Provincia do Pará*. A redempção do município da capital do Ceará. 24 de maio de 1883. P.2.

³²⁰ *Libertador*. Dr. Nina Ribeiro. 11 de julho de 1883. P.2.

³²¹ **CF**: *Libertador*. Uma nodoa vergonhosa. 29 julho de 1881, p.3.; *Libertador*. N’esta capital. 3 de outubro de 1883, p.2.; *Libertador*. Para o Norte. 30 de outubro de 1883, p. 2.

vivenciavam comemorações em meio aos adornos dos salões, a presença de senhoras e estudantes, cortejo cívico pelas ruas da capital alencarina, hino nacional e da sociedade libertadora, além das bandeiras das sociedades abolicionistas; eram também entoados *Tedéum* e percorrida marcha “*aux flambeaux*”, bem como salva tiros em comemoração. Essa ritualística foi reverberada pela imprensa paraense que registrou atentamente a ritualística dessas festividades em honra à emancipação.

Analisando eventos como a transferência do 15º batalhão de infantaria de Fortaleza à Belém, Bezerra Neto percebeu que as movimentações do abolicionismo cearense foram noticiadas e reverberadas no Pará e bastante sintonizadas por meio da imprensa, que buscava se espelhar nas experiências alencarina. Essa transferência possibilitou uma série de ações em solidariedade, tanto na despedida do batalhão, prestes a embarcar rumo à Belém, quanto do telegrama da *Sociedade Cearense Libertadora* que repassava a informação aos seus pares para fazer os festejos para a recepção em solo paraense.

A participação da comissão da imprensa demonstrava como era importante o discurso de que o Pará deveria integra-se dos festejos da liberdade. Estes sujeitos “experenciaram” as comemorações e desejavam, de formas diferentes, de que o Pará pudesse aderir à causa. Foi o caso de Manuel Cantuária, redator do *Diário de Notícias*, importante cronista que presenciou e municiou o periódico com descrições detalhadas acerca das festas da liberdade de Fortaleza em 1883, constituindo uma memória enquanto fonte primária dessas celebrações abolicionistas no Ceará.

Segundo Renata Figueiredo Moraes, essa disputa em torno da memória da abolição ampliava uma gama de comemorações em que a cada vitória do abolicionismo acontecia festa na qual eram organizadas cerimônias³²² com estandartes, arrecadação de dinheiro em bazares, promoção de banquetes, conferências, ou seja, o programa que compunha o ritual de festejos da liberdade. Eventos como a libertação do Ceará e do Amazonas foram celebrados com bandas de músicas, desfiles pelas ruas, tais quais as movimentações ocorridas nas ruas de Belém do Pará e nas diversas cidades do império.

Examina Angela Alonso que o movimento abolicionista relacionou festivais enquanto ato político. Nesse sentido, que em maio de 1882, a *Sociedade Cearense Libertadora* realizava grande festa de recepção no desembarque de José do Patrocínio,

³²² MORAES, Renata Figueiredo. *Os maíos de 1888: História e Memória na escrita da história da Abolição- o caso de Osório Duque Estrada*. Dissertação de Mestrado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2007. P. 87-92.

destacado líder abolicionista que, segundo autora, foi aclamado por Joaquim Nabuco como “chefe do abolicionismo” e que usava como repertório as “viagens propagandas” do abolicionismo internacional, tal qual modelo adotado por Thomas Clark na Inglaterra e Frederick Douglass, nos Estados Unidos, o que Alonso denominou de pioneirismo de “ativista caixeiro-viajante.”³²³ Em 1883, simbolicamente, coube a José do Patrocínio a declaração do primeiro território livre da escravidão do império, Acarape, no Ceará.

Sua chegada em Fortaleza ocorreu em meio a “conferências, títulos beneméritos da Sociedade Cearense Libertadora, périplo dos jornais, banquetes ao som da banda do 15º batalhão”³²⁴ ocorreu cortejo das simbólicas jangadas e o emblemático encontro entre Patrocínio e Chico Matilde, reconhecido como “jangadeiro que ajudara os abolicionistas a paralisar o porto de Fortaleza no ano anterior.”³²⁵ Essas movimentações eram acompanhadas no Pará e, a partir da libertação de Fortaleza, fora bastante simbólica para a constituição de uma narrativa e também de um sentimento quanto à necessidade de apressamento do processo de “redenção” da província paraense. Nesse contexto, analisa Bezerra Neto:

Foi justamente a partir de 1883 que, para além da *Associação Philantropica de Emancipação de Escravos*, do *Club Abolicionista Patroni* e da *Comissão Central Emancipadora*, na província paraense houve uma verdadeira florada de associações abolicionistas demonstrando que, se a escravidão ainda tinha forças ou fôlego para se manter, o abolicionismo também ganhava uma força e dimensão ainda maior.³²⁶

Angela Alonso relata ainda que o ano de 1883 marcou o espalhamento da campanha abolicionista em diversas províncias. Em meio a conexões e relações com delegados abolicionistas, deputados³²⁷, presidentes de províncias e a imprensa que proporcionou articulações políticas e comemorações em diversas partes do império. Além do impacto nacional e até internacional do lançamento do manifesto da *Confederação Abolicionista*³²⁸. Foram realizadas conferências e articulações por meio da *Anti Slavery*

³²³ ALONSO, Angela. *Op. Cit*, 2015, p. 208.

³²⁴ ALONSO, Angela. *Op. Cit*, 2015, p. 196.

³²⁵ *Idem*.

³²⁶ BEZERRA NETO. José Maia. *Op. Cit*, 2009, p. 378.

³²⁷ É o caso relatado pelo periódico *Libertador*, que registrava o encontro entre o delegado paraense da *Confederação Abolicionista* Agostinho do Reis e o deputado da província amazonense Joaquim Rocha dos Santos. **CF: Libertador**. Dois abolicionistas. 11 outubro de 1884. P.3.

³²⁸ Manifesto da Confederação Abolicionista do Rio de Janeiro. Typographia da “Gazeta da Tarde”, ano de 1883; 22 páginas. In: <http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/01280400>. Acessado em 02/07/2018.

Reporter e divulgação na imprensa³²⁹ americana, envolvendo Joaquim Nabuco e José do Patrocínio interagindo com abolicionistas ingleses e franceses.

As festas belenenses em honra ao Ceará foram reverberadas com entusiasmo, comemorações alusivas aos dias 24 e 25 de março, no qual o periódico *Libertador* franqueou extensa descrição do acontecimento, municiado pela redação do *Diário de Belém*. Foi destacado que no dia 24 de março, a “multidão” ocupou a Praça da Independência com muitos fogos, guarda de honra formada por cavalaria de clubes patrióticos, estandartes da sociedade “Vinte e Oito de Setembro”, clube “Soares Carneiro” e músicas do famoso 15º batalhão. Já o *Diário de Notícias* divulgava que:

A's 6 horas da tarde do dia 24, véspera do grande dia 25 de março, defilará na Praça Pedro II uma grande passeata a *Flambeaux*, no qual sairão duas bandas de musica, os estandartes das sociedades paraenses, que para isso vão ser convidadas, sendo levado em triumpho, dois trophéos comemorativos das datas 1º de janeiro de 1883, redempção de Acarape, e 25 de março de 1884, - Ceará Livre! 31.516 escravos livre! Será levada nos ombros dos cidadãos uma jangada cearense expressamente preparada para esta festa popular. Profusão de fogos de bengala e outras manifestações publicas de regosijo durante o trajecto da grande procissão civica.³³⁰

Durante o cortejo foi saudado o presidente da província, na pessoa do Visconde de Maracajú e a Câmara de Belém. Era exaltada a existência de “troféus”, entendido como “prêmios” pela liberdade conquistada. O primeiro troféu foi personificado no busto de Visconde do Rio Branco, que foi levada por um cadete do 15º batalhão, que também carregou uma jangada e proferiu “um bellissimo improviso no meio de calorosos applausos.”³³¹ Além do cadete anônimo, o troféu Jangada, cuja inscrição do troféu registrava o nome de “LIBERTADORA”, foi carregado nos ombros do cidadão cearense Manoel Francisco da Silva, membro da *Sociedade Cearense Libertadora*, conferente destacado de Fortaleza para alfandega de Belém. A festa belenense contou com representantes da *Sociedade Cearense Libertadora*, notadamente ala feminina denominadas “irmãs de Iracema” e também representantes da loja Maçônica alencarina *Perseverança e Porvir* que provavelmente estava em consonância com as lojas maçônicas belenenses e, possivelmente, contando com o

³²⁹ ALONSO, Angela. *O abolicionista cosmopolita: Joaquim Nabuco e a rede abolicionista transnacional*. Novos Estudos - CEBRAP, n.88, p.55-70, 2010, p. 65. IN: <http://producao.usp.br/handle/BDPI/6938>. **Acessado em 09/04/2019.**

³³⁰ *Diário de Notícias*. Programma. 25 de março de 1884, p.3.

³³¹ *Libertador*. O Ceará no Pará. 5 abril de 1884. P.3.

trabalho das mulheres das fraternidades femininas, conforme conceito de sociabilidade maçônica³³² defendido por Elson Monteiro.

A manifestação foi caracterizada como ação no qual “Pessoas de todas as classes tinham concorrido áquella festa, inteiramente nova em seu genero n’esta capital.”³³³ As comemorações foram realizadas nas ruas e também no Teatro da Paz que contou com a ornamentação dos espaços e com a colocação de inscrição dos camarotes alcunhados de “Pacatuba” e “Fortaleza”, que abrigou o presidente da província, além do camarote denominado “Acarape”. De acordo com a nota, num dos camarotes da loja maçônica *Perseverança e Porvir* estava presente o senhor José Barros e Silva, cearense radicado em Belém e também envolvido nas ações de bazares de caridade³³⁴ e da comissão de festejos da *Sociedade Cearense Libertadora*.

Além dessas manifestações, como era de praxe nas ocasiões especiais, da mesma maneira que as festas patrióticas como Quinze de Agosto ou nas festas do decenário da lei Vinte e Oito de Setembro, foi impresso edição única de um jornal comemorativo denominado “*A Jangada*”³³⁵. Durante a extensa sessão ocorreu, como de costume, discursos proferidos por Domingos Olympio, representante do jornal *Diário do Grão-Pará* e pelo Dr. José Agostinho dos Reis, enquanto orador oficial do evento, que tinha adornado ao centro de sua mesa uma jangada “perfeitamente aparelhada com todos os seus acessórios” associando a causa da abolição com os trabalhadores dos portos, os jangadeiros; na entrada de Visconde de Maracajú, da comissão dos festejos e da *Abolicionista 28 de Setembro*, entoou-se música da banda do 15º batalhão, além de poesias, vivas e brindes ao ato comemorativo.

No discurso que fez José Agostinho dos Reis, este historiou o movimento abolicionista no Ceará, lembrando-se das ações da *Loja Perseverança e Porvir* e das *Irmãs de Iracema*, dos jangadeiros cearenses e a sua firme resolução em tornar livres cidadãos os escravos levados nas jangadas, encerrando seu discurso e agradecendo em nome da pátria e ao abolicionismo cearense, ocorrendo à execução da marcha libertadora, música composta pelo maestro Roberto de Barros.

³³² MONTEIRO, Elson Luiz Rocha, *Op. Cit.*, pp 202-205.

³³³ *Libertador*. O Ceará no Pará. 5 abril de 1884. P.3.

³³⁴ *Libertador*. Programma da festa do 25 de março. 25 de março de 1881, p.4.

³³⁵ Segundo Vicente Salles esse jornal foi impresso na tipografia comercial do Pará. Acrescenta Salles, que além do jornal, foram recitadas muitas poesias e feitas composições para peças encenadas em comemoração à emancipação cearense, como a peça *Burg-Jargal*, do Maestro José Cândido da Gama Malcher, que retratava a revolução escrava do Haiti, em 1791. CF: Salles, Vicente, *O Negro no Pará sob o regime da escravidão*. 3ª edição revisada e ampl. Belém: IAP, programa Raizes, 2005. P. 347.

Também discursaram os senhores Humberto Leal Borges Castelo Branco que fez saudação pública de “Salve, Ceará! Salve! 25 de março”. Como indicou Bezerra Neto, este abolicionista era advogado do *Clube dos Patriotas* e conferencista. Discursava que trabalhava pela emancipação como abolicionista e patriota. Ressaltava em sua fala que:

Neste dia auspicioso para o Brazil, a humanidade finca mais um marco na conquista do progresso;
 - Não pode haver Progresso com a escravidão.
 A felicidade é impossível com a maldição.
 Queres ser civilizados? Aboli a escravatura.
 Os fundamentos da civilização são- Deus e liberdade.
 Os seus caminhos são o progresso e a ordem.
 (...) Gloria ao trabalho livre; o soberano bem!³³⁶

A retórica do fim da escravidão era alinhava o discurso em torno do eixo de valorização do trabalho livre, do “progresso”, “civilização” e da “ordem” prerrogativas que relacionavam o ideal de liberdade de setores moderados do abolicionismo belenense. Para Bezerra Neto, o abolicionismo era visto como movimento contra a barbárie, consequentemente contrário à escravidão, de regeneração social, progresso material, ainda que de forma excludente. No discurso de Jorge Sobrinho, da *Sociedade 28 de Julho*, foi ressaltada a questão da liberdade e também relacionava um panteão de sujeitos enquanto “trabalhadores da abolição”, entre os quais ressaltava associação entre abolicionismo e o cristianismo, ao indicar Jesus Cristo como “primeiro redentor”, que possibilitou que “Abraham Lincom, Francklin, Wilbforce, Willian Peun, Garnisson, José Bonifacio, Visconde do Rio Branco e tanto outros heróis que tiveram em vida a inspiração divina das tres graças que guardam as portas do Porvir- a Liberdade, a Igualdade, a Fraternidade.”³³⁷

O senhor Cruz Ribeiro, representando a *Sociedade Abolicionista 28 de Setembro*, comemorava a importância histórica da libertação do Ceará e também tratava do ato em memória de Visconde do Rio Branco, sendo bastante aplaudido. O jovem estudante Ataliba Lima aclamava “muitos vivas á illustre patria de Alencar!”; o Cearense Virgilio Nunes Melo, da comissão de festejos³³⁸ juntamente com o Dr. José Agostinho dos Reis (delegado da *Confederação Abolicionista*), Manoel Francisco da Silva, José Bonifácio Pinheiro da Câmara, Olympio Domingues da Silva Cunha, Francisco de Paula Ribeiro e Manoel da Cruz Ribeiro (*Abolicionista 28 de Setembro*), saudava à pessoa de Agostinho dos Reis e a sua província

³³⁶ *Libertador*. O Ceará no Pará. 5 abril de 1884. P.3.

³³⁷ *Idem*.

³³⁸ **CF**: *Libertador*. O Ceará no Pará. 5 abril de 1884. P.3.

natal com “phrases de eloquência simples e bela”. Além das formalidades e discursos, foi recitada poesias a cargo de Lima Baratta e dos artistas Alfredo Magno e Pedro Augusto, além do nacionalmente conhecido ator dramático negro Xisto Baia. Houve um recital a cargo do ator Silva Santos que “cantou com correção a bela romanza de barytomo de Maria de Roham acompanhado de orchestra; sendo todos esses artistas calorosamente applaudidos”.

Ao sair do Teatro, houve cortejo de rua e o endereçamento para que saudassem as redações dos jornais. Foi relatado que durante os percursos foram saudadas as redações dos periódicos: *Liberdade*, *Jornal da Tarde*, *Diário de Notícias*, *O Liberal do Pará*, *A vida Paraense*, *A Província do Pará*, *Correio do Norte*, *Diário do Grão-Pará*, *A Constituição*, além do *Diário de Belém*. O cronista relatava o discurso do redator do Correio do Norte, o senhor João Francisco da Cruz³³⁹, porém, sem mencionar o seu teor. Além dos jornais, foram percorridas a seguintes ruas em meio a foguetório:

Riachuelo, 1º de Março, Trindade, Largo de Sant’Anna, Rua Formosa, Largo da Misericórdia, Stoº Antonio, *Praça Visconde do Rio Branco (Grifo meu)*, em torno das travessas das Mercês, Rua das Flores, passinhos, Mercadores, Largo da Sé, Espírito Santo, Travessa dos Ferreiros, rua Dr. Malcher, Agua das Flores, *Aljube*, Ilharg do palacio, frente do palacio, Palacete, Rua Sant’anna, largo de Sant’anna, onde dissolverá.³⁴⁰

Para finalizar os festejos em honra à emancipação cearense, foram concedidas três cartas de liberdades a expensas da *Sociedade Abolicionista 28 de Setembro*, além da carta do Major Costa Gama que concedeu a liberdade à sua escravizada, revertia também pecúlio à outra cativa. O proprietário do jornal *A Liberdade*, o Sr. Júlio dos Santos Pereira, também concedia a liberdade a sua escravizada Honoria, de 13 anos de idade, em nome de sua esposa Manuela Martins Pereira.

A preparação dos festejos ocorreu por comissão, basicamente envolvendo a colônia cearense, membros da imprensa e representantes da *Confederação Abolicionista* e do *Clube abolicionista 28 de Setembro*. Essa comissão foi capitaneada por José Agostinho dos Reis, além de Virgílio Nunes de Mello, que exerceu cargo de conferente da alfandega de Belém, Manoel Francisco da Silva, funcionário da alfandega de Belém, além dos funcionários escriturários: José Bonifácio Pinheiro da Câmara, Olympio Domingues da Silva Cunha. Além deles, participaram o presidente da *Sociedade Abolicionista 28 de Setembro*, Francisco de

³³⁹ CF. Biblioteca Pública do Pará. Jornais paraoaras: Catálogo. Belém: Secretaria de Estado de Cultura, Desportos e Turismo. 1985. P. 87.

³⁴⁰ *Diário de Notícias*. Programma. 25 de março de 1884, p.2.

Paula Ribeiro e o professor normalista Manoel da Cruz Ribeiro, ambos responsáveis pela programação. Ao que tudo indica, foi Agostinho dos Reis que organizou a programação do dia 25 de março. Vejamos quais foram às atrações:

Dia 25

Ao amanhecer deste glorioso dia bastas girandolas de foguetes despertarão o povo paraense, anunciando-lhe que raiou a aurora da liberdade, na heroica provincia do Ceará!!

Ao meio dia grande festival

No Teatro da Paz, convenientemente preparado para este fim, com todos os esplendores de uma rica ornamentação symbolica,

Tomam parte n'este festival alguns artistas da companhia dramatica. Este é o primeiro festival d'este genero n'esta capital.

Aparição do numero especial da Jangada para comemorar perpetuamente esta memoravel data!

Cartas de Liberdade!

A' noite, - A's 6 horas, solemne *Te Deum*, na Igreja de Santo Alexandre, com assistencia de s. excia. Revdm^a.

A's 8 horas espetaculo em grande gala no Theatro da Paz, representando-se pela primeira vez n'esta capital o belo drama *O Segredo do Lar*, apropriado ao dia.

Acham-se nomeadas comissões especiaes para dirigirem cada uma das partes desse programma.³⁴¹

As festividades do dia 25 de março centraram em apresentações culturais no Teatro da Paz, solenidade religiosa, fogos e a circulação de jornal comemorativo. Contou com a presença nos camarotes destinados ao Visconde de Maracajú, presidente da província, do Sr. Requião, representando a *Liga Operaria* e também os representantes da imprensa periódica, sendo notada a ausência do representante de *A Constituição*.

Para Bezerra Neto, a partir de 1883 ocorreu essa definição do abolicionismo enquanto processo que se diferenciava em relação às formas de ações de emancipadores e gradualistas. Associação entre José Agostinho dos Reis e a *Abolicionista 28 de Setembro* é um exemplo desse encaminhamento. Ao torna-se “sócio honorário”, alinhavam seus objetivos de um abolicionismo que passava a condenar a propriedade escrava, na perspectiva de Nabuco, ou seja, que não estava na seara do direito, portanto, enquadrava-se como ilegal, inclusive um roubo. Este abolicionista agregava os círculos de trabalhadores comuns tais como catraieiros, estivadores e feirantes junto ao movimento abolicionista, tanto que Agostinho dos Reis foi agraciado com o título “presidente honorário”³⁴² da Liga Operária de Belém durante a sessão solene de instalação e posse da sua diretoria.

³⁴¹ *Diário de Notícias*. 25 de março de 1884, p.2.

³⁴² *Diário de Notícias*. Liga-Operaria. 26 de janeiro de 1884, p. 2.

O periódico *A Província do Pará*, por seu turno, divulgava que ocorreria “Conferencia Libertadora” proferida por José Agostinho dos Reis cujo tema era “O escravo constitue ou não um direito de propriedade?”³⁴³ De fato, esse abolicionista aliava retórica e sensibilização de forma a expor a crueldade do sistema escravagista. Em “conferencia abolicionista”, após “viva argumentação” o orador chocava o público ao tratar do caso da menor Maria Benedicta, que pediu sua proteção. Este apresentava a menor ao público de forma a demonstrar que “[...] em seu corpo, em mais de um lugar, apresentava sinais de castigos bárbaros”³⁴⁴ Nessa conferência, o *Club Artístico Abolicionista Paraense* se comprometia em tratar da liberdade de Maria Benedicta. Durante a sessão foi arrecadado numa “sacola libertadora” o valor de 87\$040 réis que foi repassado ao tesoureiro do referido clube.

Essas ações eram momentos de projeção, aproximando ao discurso de apelo e aos sentimentos de repulsa ao escravismo, agregava apoio popular ao movimento, tornando as conferências desses abolicionistas vetores de críticas contumazes ao sistema escravagista e elemento de projeção política que parecia incomodar. Como observou o Bezerra Neto, citando Vicente Salles, Agostinho dos Reis se aproximava aos círculos de trabalhadores e setores dos clubes de operários demonstrando que o fortalecimento da causa do abolicionismo se popularizava e ganhava a simpatia de outros grupos sociais deslocados do poder decisório, mas que giravam em torno da causa da liberdade.

3.2- VIVA O CEARÁ!?

Durante as comemorações em regozijo à libertação de Fortaleza foi organizada a sociedade *Comissão Central de Emancipação*³⁴⁵, tal qual demonstrou Bezerra Neto, esta associação teve apoio da imprensa liberal e conservadora que deu publicidade aos seus atos festivos e reuniões. A festa foi em comemoração à libertação da capital cearense por meio da promoção de festejos na capital paraense, havendo cortejo e discursos alusivo ao ato. A imprensa sintetizou o discurso da comissão assim:

Viva a liberdade!
Viva o partido abolicionista!

³⁴³ *A Província do Pará*. Conferência libertadora. 2 de junho de 1883, p. 3.

³⁴⁴ CF. *A Província do Pará*. Conferencia Abolicionista. 5 de junho de 1883, p.3.

³⁴⁵ *O Liberal do Pará*. Comissão Central de Emancipação. 31 de maio, p. 3.

Viva a futura redenção dos captivos!

No domingo 27, as 6 horas da tarde, haverá a primeira grande passeata abolicionista, com o fim de dar começo á obra de redenção de escravos do município da capital do Gram-Pará.

Para esta grande obra da civilização são convidados os publico em geral de todas as nacionalidades e de todas as classes. A comissão central abolicionista pede especialmente ao corpo commercial aos clubs patrióticos Tenreiro Aranha, dos Lanternas, Patroni, Sociedade Philantropica d'emancipação etc... as sociedades artísticas e litterarias em geral que não deixam de representar-se pelo maior numero n'esta grande festa do progresso. ³⁴⁶

As comemorações de Fortaleza impulsionaram não somente festejos, mas também a organização de conferências e falas em torno do movimento de abolicionistas no Pará. Por exemplo, durante as passeatas de Belém em honra à Fortaleza, se concentrava no pavilhão dos recreios, na praça da Independência (atualmente Praça D. Pedro II), onde discursou José Agostinho dos Reis que manifestava que o objetivo daquela reunião era a causa da emancipação e anunciava os representantes da grande *Comissão Central de Emancipação de Belém*³⁴⁷ que deveria encaminhar os passos do movimento abolicionista, animando e dirigindo o movimento na Amazônia.

A ideia de proclamar a festa como a “primeira grande passeata abolicionista” em Belém, balizava na memória a questão de um novo sentido à luta antiescravista e a tentativa de abarcar os maiores apoios possíveis, com a peregrinação com sacolas para donativos dos festeiros, além de marcar posição decidida quanto à direção do movimento de emancipação ajustando um novo caminho adotado pelas associações que floresciam no Pará.

A provável associação com a *Confederação Abolicionista* da corte demonstrava esse direcionamento dos festejos da nascente sociedade, o que Bezerra Neto entende que a tentativa de assemelhar e encaminhar ações era no sentido de equiparação até porque sua denominação foi aproximada enquanto “Comissão Central Emancipadora de Belém”, transformada em *Comissão Central Abolicionista* ou Emancipadora e até mesmo passando se chamar “*Comissão Central Emancipadora do Pará.*” ³⁴⁸ numa tentativa de verossimilhança. A presença de José Agostinho do Reis evidenciava o caráter associativo, não por acaso este era delegado³⁴⁹ da *Confederação Abolicionista* e promovia conferências e reuniões na capital, encabeçando os trabalhos enquanto delegado do norte do Brasil. Essa proeminência

³⁴⁶ *O Liberal do Pará*. Comissão Central de Emancipação de Belém. 20 de maio de 1883, p.1.

³⁴⁷ *Idem*.

³⁴⁸ BEZERRA NETO, José Maia. *Op. Cit*, 2009, p. 365.

³⁴⁹ BEZERRA NETO, José Maia. 2010. P. 10. APUD: DUQUE-ESTRADA, Osorio. 1918.

possibilitava reconhecimento público e até mesmo a sua indicação política para o pleito eleitoral de 1884.

Em abril, portanto, alguns dias após os festejos da libertação do Ceará, por meio do periódico *Libertador* que divulga o discurso de João Brígido, redator do Diário do Grão Pará. Nele, o paraense ressaltava que:

As províncias ouvirão bem, e o Pará não será o derradeiro a seguir o exemplo, dando batalha á superstição social que ousa contestar a solidariedade do homem!
Hoje é o paraense em vosso festim... amanhã, elle que vos espera á sombra de suas florestas, para retribuir, quebrando, na vossa presença, as taboas da dura lei.
E' pacto de honra entre irmãos, que nunca mentirão á sua fé.³⁵⁰

A preocupação de João Brígido em seu discurso era de posicionar o Pará nas manifestações em meio aos regozijos de “Vinte e Cinco de Março”, além do pretencioso convite às festas que seriam realizadas “igualmente” no Pará. Outro ponto abordado em sua observação era a participação na “festa grandiosa” de um povo “civilizado” e sabedores dos seus “deveres sociais”. Ressaltava os fatos memoráveis que o “25 de março terá nas páginas brilhantes da história nacional”³⁵¹ somado ao simbolismo da ação enquanto “data grandiosa pelo heroísmo e caridade” e também pelos “resultados colhidos em prol da humanidade”³⁵².

De acordo com Robert Conrad, a primeira conferência pública do Ceará foi assemelhada a que ocorreu no Rio de Janeiro havendo discursos, recitação de poemas, arrecadações de dinheiro, juramento à causa abolicionista e a entrega de cartas de liberdade. Essas experiências do abolicionismo paraense ora com aquele da corte, ora ao do Ceará, eram reflexos do espalhamento do movimento. A estratégia de assemelhar cerimônias e celebrações que aproximavam discursos e rituais, por exemplo, era anunciado pelo *Diário de Notícias* que os festejos dos cariocas em honra ao “25 de Março” houve “Libertação de ruas, novos clubs abolicionistas, *Emancipação de escravos na Amazonia (grifo meu)*, festival Joaquim Nabuco (...)”³⁵³ Era reverberado no mesmo periódico que “Aqui no Rio de Janeiro, depois das estrondosas festas do dia 25 de março, nunca mais cessaram nem as festas, nem, por tanto, o triumpho. O mesmo processo adoptado no Ceará, de libertação das ruas tem produzido aqui os mais lisonjeiros resultados.”³⁵⁴

³⁵⁰ *Libertador*. Discurso. 1 abril de 1884. P.3.

³⁵¹ *Idem*.

³⁵² *Ibidem*.

³⁵³ *Diário de Notícias*. Abolicionismo. 20 de maio de 1884, p.2.

³⁵⁴ *Idem*.

Foi nessa toada que a *Sociedade Abolicionista 28 de Setembro* criou, como em Niterói, o *Club Abolicionista dos Libertos do Pará*³⁵⁵ e também a projetava libertar a primeira rua da capital, a do Aljube³⁵⁶ segundo qual era dito que “Alguns srs. possuidores de escravos, vão passar-lhes as cartas de liberdade, associando-se por essa forma à festa da civilização.”³⁵⁷ Para Bezerra Neto, essa vinculação de um clube de ex-escravizados ao “Abolicionista 28 de Setembro” relacionava aspectos do abolicionismo popular, inclusive com a proposição de escola noturna para instrução de libertos em ações alinhadas com o que realizava a *Confederação Abolicionista* em seu ativismo. Segundo Angela Alonso³⁵⁸, conferências públicas e própria fundação desses clubes, aliado a surgimento de escolas para libertos transgrediam as convenções sociais e abriam perspectivas de um abolicionismo mais libertário, inclusive possibilitando a entrada do escravo no mundo da política.

Nesses moldes surgia o *Clube Abolicionista dos Patriotas*³⁵⁹ que igualmente à *Sociedade Abolicionista 28 de Setembro* foram incisivos na luta pelo direito dos escravos à liberdade, diferenciando suas ações dos outros clubes que atuavam no Pará. Durante sessões de comemorações da efeméride patriótica da guerra do Paraguai, o “Vinte e Quatro de Maio”, foi realizado um “*meeting*” em que um grupo se dirigiu em direção a agência telegráfica para passar mensagem de congratulações ao Ceará por sua libertação. À noite houve conferência de José Agostinho dos Reis e nova passeata se formou nas ruas da capital. Nessa festa, foram lidas e aprovadas as propostas para compor os estatutos da nova agremiação abolicionista.

Essa ação foi saudada pelo *Diário de Notícias*, que destaca em ressonância ao início do trabalho do *Clube Abolicionista dos Patriotas* como progresso da causa abolicionista. Em discurso solene em saudação à nova agremiação, Paula Ribeiro, presidente da *Sociedade Abolicionista 28 de Setembro* tratou da questão da mão-de-obra servil no Pará dissertando sobre a questão das contrariedades entre a liberdade e a escravidão e os seus impactos negativos. Segundo Bezerra Neto, o ano de 1884 foi de grande valia para o *Clube dos Patriotas* haja vista que, além de peticionar ao Imperador, solicitavam ao presidente da província que fechasse as portas das cadeias ao pedido dos senhores para aprisionar escravizados em forma de segurança, de modo que essas ações diferenciavam das tradicionais

³⁵⁵ *Diário de Notícias*. 14 de maio de 1884, p.3.

³⁵⁶ Atualmente rua Cameté, bairro da Cidade Velha. Ver: Ernesto Cruz. Ruas de Belém: significado histórico de suas denominações. 2ª ed. Belém: CEJUP, 1992, p. 64.

³⁵⁷ *Diário de Notícias*. 14 de maio de 1884, p.3.

³⁵⁸ ALONSO, Angela. *A teatralização da política: A propaganda abolicionista*. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 24, n. 2, p.117.

³⁵⁹ Segundo Bezerra Neto o referido clube foi “fundado em 1884 e com aspirações mais “populares”, também organizou uma festa artística”. IN: BEZERRA NETO, José Maia. *Op. Cit*, 2009, p. 394.

compras de alforria e defesa jurídica. Outra seara foi fazer a indicação de candidatos abolicionistas ou simpáticos à causa para as eleições para câmara e ao senado tais como: Dr. Assis, Américo Santa Rosa, Manuel Cantuária e Tito Franco de Almeida. Porém, o principal orador e articulador abolicionista do Pará, José Agostinho dos Reis, não teve sua candidatura aprovada pelo partido Conservador do Pará, liderado pelo Cônego Siqueira, pelo fato de ser “abolicionista”.³⁶⁰

Em novembro de 1884, foi celebrado no *Diário de Notícias* a “Idéia abolicionista”³⁶¹ ressaltando a vitória de candidatos simpáticos à causa da liberdade que demonstrava que “(...) afirmação solemníssima do sentimento civilizador e humanitário do eleitorado da capital”³⁶² era progressista e “livre” numa nova cruzada contra a escravidão. Em outra nota, o mesmo *Diário de Notícias* informava que Justo Chermont, em 1884, encontrava-se em Nova Iorque e que na qualidade de abolicionista convicto preparava obra, *em inglês*³⁶³, sobre abolição completa do elemento servil no Brasil. Mesmo tendo exercido mandato por três legislaturas anteriores, ele era cotado pra concorrer à câmara temporária e que seu nome era bem aceito, inclusive referendado pelos jornais *Diário de Belém e o Diário do Grão-Pará*.

Nesse período ficou evidente algumas ações de afronta aos senhores como a notícia divulgada pelo *Diário de Notícias* que tratou do expediente do *Clube Abolicionista dos Patriotas* que requeria “arbitramento judicial”³⁶⁴ de diversos escravizados, além de “menção de louvor” por *ação humanitária* em relação ao senhor João Maria Freire “que libertou *sem onus e gratuitamente (Grifo meu)*, por intervenção do club, ao seu escravo Gustavo, - Ao sócio Antonio Freire, pelo offerecimento que fez de 50\$ rs. para os cofres do

³⁶⁰ AGOSTINHO DOS REIS, José. [Carta enviada para João Alfredo]. Destinatário: João Alfredo. Pará (Belém), 25 agosto de 1884. 1 carta. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/14672>. Acessado em: 07/09/2019.

³⁶¹ *Diário de Notícias*. Idéia abolicionista. 28 de novembro de 1884, p. 2.

³⁶² *Idem*.

³⁶³ Em relação a essa afirmação, procurei informações em bibliografias de referências no estudo do abolicionismo na Amazônia, tais como nos escritos dos autores Bezerra Neto e Vicente Salles, porém não há indícios dessa informação e nem maiores registros sobre o nome da suposta obra ou data de sua publicação. CF: *Diário de Notícias*. Um candidato abolicionista. 17 de setembro de 1884, p. 2.

³⁶⁴ Foram requeridos arbitramento dos seguintes escravizados: Anna, de Severino Faria Falcão Filho; Philomena, do Dr. Felipe José de Lima; Maria, do casal de Manuel Pinheiro; e que se tratasse por acordo amigável da liberdade dos seguintes escravos: Bebiana, de Luiz de La-Rocque; Apolinario, de Soares Pimentel; Codrato, de D. Joaquina Neves; Casemira, dos herdeiros de José Mariano Botelho; Olympia, de D. Maria Clarinda de Hollanda Lima; Zeferina, D. Maria Amalia de Oliveira; Monica, de D. Raymunda Joaquina de Lima Alves de Souza e Filho; e Miguel, de D. Joaquina Rosa Silva Paranhos; CF: *Diário de Notícias*. 24 de maio de 1884, p.2.

club, - e ao sr. Hygino José Pereira, que deu rs. 100\$ na ocasião em que inscreveu-se socio do club.”³⁶⁵

Noutra ação realizada na simbólica data patriótica de 24 de maio, que por meio do jornal *Diário de Notícias*, foi anunciada conferência de Júlio César Ribeiro que foi redator do jornal *Tiradentes*, que segundo catálogo de jornais paraoara tal periódico³⁶⁶ era publicação semanal circulou entre os anos de 1871 e 1872, sob a direção de Júlio César Ribeiro de Sousa, José Joaquim de Assis e Américo Marques Santa Rosa. Esse periódico era impresso na tipografia do *Jornal do Amazonas* e defendia ideias republicanas e apresentado como o “primeiro paraense que na imprensa deu brado pela abolição da escravatura no Brazil, no *Tiradentes*, periódico de sua propriedade e redacção que aqui se publicou.”³⁶⁷ Como se percebe, era requerido, por meio da imprensa periódica, novamente a questão da memória social em torno da “vanguarda” à questão da liberdade, a primazia do grito em favor da abolição era inscrita como apelo dos paraenses.

Conforme compreende Renata Figueiredo Moraes a construção da narrativa de uma memória social perpassava por atribuir simbologias aos gestos e ações dos abolicionistas. Assim, tanto o *Clube dos Patriotas*, quanto o *Abolicionista 28 de Setembro* anunciava programa de festejos em alusão à libertação da primeira rua da capital, a Rua do Aljube. O jornal *Diário de Notícias* saudava os Patriotas que “acaba de libertar a Rua d’Alfama, d’esde a rua de S. João até a travessa d’Agua das Flores. *Honra aos trabalhadores do abolicionismo! (Grifo meu).*”³⁶⁸ No festejo programado pelo Clube, constava que:

A’s 6 horas da manhã bastas de girandolas de fogos anunciarão ao povo que o jardim e as ruas longa e Alfama estão vestidas de gala para os receber. De 15 em 15 minutos serão soltas dúzias de fogos do ar; novas e bastas girandolas de fogos darão signal do começo da festa.

Uma banda de musica tocará bellissimas peças de seu repertorio.

Finda a conferencia do illustre Julio Cezar, serão entregues as cartas de liberdade que o club pretende dar n’esse magnânimo dia; o povo ira fazer solemnidade das ruas que pretende emancipar- Longa e Alfama.³⁶⁹

As comemorações do clube *Abolicionista 28 de Setembro* associavam a ritualística das comemorações cearense bem como aquelas ocorridas na corte imperial. Os fogos, as músicas, conferências, apresentações teatrais e a entrega de cartas de liberdade e a

³⁶⁵ *Diário de Notícias*. 24 de maio de 1884, p.2.

³⁶⁶ **CF**: Biblioteca Pública do Pará. *Jornais paraoaras:Catálogo*. Belém: Secretaria de Estado de Cultura, Desportos e Turismo. 1985. P.59.

³⁶⁷ *Diário de Notícias*. 24 de maio de 1884, p.3.

³⁶⁸ *Diário de Notícias*. 20 de maio de 1884, p.2.

³⁶⁹ *Diário de Notícias*. 24 de maio de 1884, p.3.

libertação das ruas “Longa e Alfama”. Como mostrou Angela Alonso, o esforço em libertar a Rua do Ouvidor ocorreu em regozijo pela libertação da província cearense, assemelhando um leque de festejos em diversas partes da província.

Analisa Bezerra Neto que justamente devido ao fato de assemelhar ações com a *Confederação Abolicionista*, foi criado tentáculos, tal qual ala feminina *Libertadora Visconde do Rio Branco* em anexo a *Escola Noturna 28 de Setembro*, escolhidas suas celebrações em data cívica, requerendo ao movimento abolicionista prerrogativa de ação progressiva, por conseguinte patriótica e de civilização. Angela Alonso também entende que o abolicionismo foi exitoso em capilaridade com os estratos sociais baixos, à semelhança aos trabalhadores do porto, feirantes e caixeiros. Analisa que foi criada linguagem que relacionou diferentes sujeitos em meio a simbologias, criando identidade coletiva. Nessa perspectiva, em 24 de maio de 1884, foi organizada pela *Abolicionista 28 de Setembro* solenidade especial na qual trabalhadores dos portos de Belém foram tratados como “beneméritos” e festejados assim:

A sessão foi presidida pelo sr. Paula Ribeiro, digno presidente da “28 de Setembro”, o qual, em um belo e elaborado discurso, declarou o fim da sessão e apresentou 3 cartas de liberdades conferidas ao escravizados Elias, Leocadia e Cosme, cujas cartas de liberdade foram entregues pelos catraieiros João Agostinho da Cunha, pelo dono da catraia *Liberdade do Ceará* e por outro catraieiro, cujo nome ignoramos. N’essa ocasião usaram da palavra os srs. Marcelino A. Lima Baratta, que foi interrompido por calorosos applausos, e os representantes das sociedade “25 de Março”, “União Litteraria”, “30 de Março” e “Club Abolicionista dos Patriotas”. Tambem fallaram: um cavalheiro, cujo nome ignoramos, por parte dos catraieiros, e o sr. professor Vianna, orador da “28 de Setembro”, sendo todos muito applaudidos. Encerrada a sessão, desfilou a passeata, que conservou sempre a melhor ordem, cumprimentando em seu trajecto os srs. Bento J. da Silva Santos, Dr. Cordeiro de Castro, presidente da Camara municipal, General presidente da provincia, dr. Chefe de policia , recolhendo-se á guarda-moria, onde se dispersou. Na frente da passeata ia desfraldada o pendão da Sociedade “28 de Setembro”, bem como o pavilhão brasileiro e portuguez.

O abolicionismo belenense associou à figura dos catraieiros dos portos de Belém como bem percebeu Vicente Salles, tal qual a experiência cearense, esses trabalhadores foram elevados simbolicamente à categoria de heróis do abolicionismo, isso porque, em 1884, decidiram igualmente aos seus pares alencarininos não transportar escravizados. Por sua vez, Bezerra Neto compreende que os catraieiros criaram embaraços ao comercio de escravos em Belém, ainda que já pesasse aos senhores a cobrança de imposto sobre o comércio de escravizados, aprovado pelos deputados provinciais em 1882.

Bezerra Neto considera também que no campo das representações do abolicionismo houve a valorização da política emancipacionista preconizada na lei de 1871 no imaginário das classes trabalhadoras, havendo aproximação das festas numa perspectiva

popular de que os trabalhadores de “todas as classes” participavam das comemorações. Não por acaso, nos festejos públicos eram representados tanto o busto do Visconde do Rio Branco, quanto réplica da embarcação catraia que serviu de elemento simbólico nas festas de liberdade em honra ao Ceará. Outra questão foi identificada por Edilson Vasconcelos enquanto associação direta entre catraieiros do Ceará e do Pará, incluindo a questão das cerimônias de passagem das cartas de liberdade, entregue simbolicamente pelo catraieiro cearense João Agostinho da Cunha.

Em 31 de maio de 1884, Raymundo Borges Leal Castelo Branco faz chamamento à nova conferência pública no Teatro da Paz. Como destacou Bezerra Neto, este conferencista era advogado do *Clube dos Patriotas*, qualificado pelo *Diário de Notícias* como “atleta do abolicionismo”; em nota, convidava a população a participar de sua palestra cuja a vasta temática era “redenção da Amazônia, o ensino prático, trabalho livre, abolição da escravatura e a colonização”. Na apresentação do programa foi estruturada nos seguintes temas, no qual destaque:

- I- Apresentação (Da conferencia)
- II- A política de *Apemantus* (**grifo meu**)
- III- O trabalho livre.
- IV- A suplica da Amazonia
- VI- A liberdade alienável e o preço do seu resgate
- VII - *Amazonia e o Ceará* (**grifo meu**)
- VIII- O trabalho livre n'a Amazônia e sua população livre; Depreciação dos escravos, e paroxismo da escravidão.
- IX – Força e justiça da causa abolicionista. O justo valor dos escravos. Magistrados abolicionistas.
- X- O ultimo reducto da escravidão. Deveres das assembléas provinciaes e camaras municipaes n'este assumpto.
- XI- O presidente de provincia; o chefe de policia, os promotores publicos; os curadores geraes de orphãos e miseráveis; a intervenção que devem ter na abolição da escravatura
- XIII- O clero da Amazonia, e o diocesano, e os seu direito no que respeita a remissão dos captivos
- XIV- As sociedades abolicionistas e sua importancia
- XV- A iniciativa individual e a imprensa.
- XVI- A exhortação aos extrengeiros. Esforços da nação brasileira. O imperador.
- XVII- Apelo ao presidente da provincia.³⁷⁰

A sua conferência era dirigida à população e dizia que não haveria “convites especiais”, exceto ao presidente da Província. Como demonstrou Angela Alonso³⁷¹, o abolicionismo apresentava caráter científico, de formação e apelo público. A preocupação em citar a fonte com os dezessete pontos abordados nessa conferência, foi com intensão de

³⁷⁰ *Diário de Notícias*. Apemantus. 31 de maio de 1884, p.2.

³⁷¹ ALONSO, Angela. *Op. Cit.* PP 91-102.

compreender a heterogeneidade do público que poderia participar dessas exposições de conteúdos que tratavam explicitamente dos temas expostos nas falas do advogado. A comunicação foi uma espécie de “cartilha passo-a-passo” de operações de como alcançar à causa da abolição numa proposição que envolvia retórica progressista de sensibilização que apontava tópica de ação que poderia minar as bases do escravismo usando as estruturas do Estado, baseado na razão e na seara do direito, decididas na esfera das representações política, nos argumentos da economia e nos aspectos morais e preceitos da religião, ou seja, a representação legalista e ordeira em torno da causa da emancipação.

Acreditando que esses pressupostos expandiam as ideias ao que poderia vir a ser um “programa” mais inclinado ao ideal de abolição que objetivava atingir o patamar cearense, contudo, observado que havia limite na “radicalidade” e conformava a concepção legalista que admitia abolição controlada que não chegava ao extremo de propor em seus escritos e falas as fugas dos escravizados aos quilombos, acoitamentos ou conflitos como ocorrera em Santos ou na corte imperial, ainda que pudessem acontecer de forma subterrânea.

Bezerra Neto analisa que em 1884 houve “pororoca abolicionista” em meio a festejos, “*meetings*”, manifestos, alforrias. Além da capital, essa onda abolicionista impulsionada pelo impacto do movimento de libertação do Ceará floresceu diversas associações como o “Club Amazônia”³⁷², expandia a ideia de emancipação para o vale amazônico. Na sua composição estavam presentes tanto liberais quanto conservadores, entre os quais Tito Franco de Almeida, José Henrique Cordeiro de Castro, Candido de Deus Silva e Miguel Lucio de Albuquerque e Mello.

O seu manifesto³⁷³ de lançamento adotava um tom moderado, na concepção de “que o direito de propriedade escrava deve ser respeitado”³⁷⁴ e desejava representar os escravos nas barras da justiça, adquirindo ou intermediando a liberdade com senhores, em especial, a formalização de contrato de trabalho, direcionando os escravizados em “condições” de adquirir à liberdade. Tal estratégia revelava a tentativa de expansão do abolicionismo ao interior da província com pretensões de atingir regiões mais distantes, assim expandiam as áreas circunvizinhas à capital, em especial a zona guajarina e baixo Tocantins. Nesse sentido, além dos festejos que ocorriam na capital com apresentações culturais no Teatro da Paz ou cortejos cívicos e as conferências com a entrega de cartas de liberdade, o

³⁷² *Diário de Notícias*. 10 de maio de 1884, p.2.

³⁷³ Manifesto do *Club Abolicionista Amazônia*. Biblioteca Brasileira Guida e José Mindlin. Disponível em <http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/01280600>. Acessado em 02.07.2017.

³⁷⁴ *Idem*, p. 5

Clube Amazônia realizava simbólica festa no engenho do Meruhu em Igarapé-Miri, região do baixo Tocantins. Esta comemoração no engenho era representativa ao sentido da celebração por conta da aquiescência e promoção de festejos pelos senhores. Vejamos o motivo:

A's 11 da noite de 16 seguiu para aquelle engenho o vapor *Euphrosino*, de propriedade do dito sr., levando a bordo os representantes da s. exc. o sr. presidente da provincia e muitos outros cavalheiros (...) pelas 10 horas da manhã, indo em frente ao porto do engenho, que se achava galhardamente embandeirado com o vapor, que foi recebido ao som harmonioso de uma banda de musica e com bastas de girandolas de foguetes.³⁷⁵

Ao chegaram a Igarapé-Miri, a comitiva do *Clube Amazônia* composta por José Henrique Cordeiro de Castro (representando o Visconde de Maracajú, presidente da Província, o jornalista e literato Demétrio Juvenal Tavares, o representante do clube patriótico *Soares Carneiro* e o juiz de paz do 3º distrito da capital, o tenente Candido de Deus e Silva, o político conservador e membro diretor da *Sociedade Paraense de Imigração* Raimundo Nina Ribeiro e Jorge Sobrinho da *Sociedade Beneficente 28 de Julho*. Foram recepcionados pelo senhor de engenho, português Francisco Alves Teixeira e esposa que ofertaram à delegação, na passagem do sábado para domingo, houve um baile que adentrou a madrugada.

No domingo, pela manhã, foi lavrado com testemunho do juiz de paz do distrito, o senhor José Fleury, os contratos de locação de serviços pelo período de três anos entre o senhor Francisco Alves Teixeira e os seus mais de oitenta ex-escravos. O senhor de engenho registrava nessa cerimônia a obrigação de pagamento “mensal de trinta mil réis á cada um dos trabalhadores do sexo masculino, e de quinze mil réis ao feminino.”³⁷⁶ Como destacou Angela Alonso³⁷⁷, comentando as ideias de Robert Conrad, em face ao avanço do abolicionismo foi crescente a figura do “fazendeiro-emancipacionista” em meio à prestação de serviços com salários baixos e com prazos definidos.

A solenidade contou também com as seguintes ações:

A's 9 horas da manha do dia 18 teve lugar o acto solemne da entrega das cartas, presidido pelo sr, Cordeiro de Castro, que antes declarou esse ato tinha de ser presidido pelo exmº srº Visconde de Maracaju, presidente de Provincia; que, porém, não podendo por motivos alheios á sua vontade se fazia representar por elle e pelo sr. Jorge Sobrinho, que ambos e mais o sr. Candido de Deus e Silva representavam ao mesmo tempo o Club “Amazonia.”

Aberta a sessão, orou por parte do club o sr. Jorge Sobrinho, usando em seguida a palavra o súbdito da republica francesa Edouard Dubourjal, Medeiros Branco,

³⁷⁵ *Diário de Notícias*. Abolicionismo. 20 de maio de 1884, p.2.

³⁷⁶ *Idem*.

³⁷⁷ ALONSO, Angela. *Op. Cit.*, 2015, p. 336.

Antonio Augusto da Rocha, Luis Demetrio Juvenal Tavares, dr. Raymundo Nina Ribeiro, Candido de Deus e Silva e outros.

Por ocasião da entrega das cartas, sendo duas primeiras em nome de s. exc., pelos seus representantes, deram-se bastantes scenas comoventes (...).

Finda essa cerimonia, em numero de mais de 200, precedidos da bandeira nacional e da banda de musica, fez uma passeata pelo território do engenho.

Foi uma festa grandiosa, foi um grande passo dado á bem da civilização e da humanidade, pelo distincto cidadão portuguez Francisco Alves Teixeira, que reside no Brazil há trinta e tantos annos.

O sr. Teixeira, dando vivas aos abolicionistas, á imprensa, aos clubs abolicionistas, ao sr presidente da provincia, á todos que vierem honrar e á S. M. o Imperador, declarou que em seu dito engenho jamais haveria um trabalhador escravo; que actualmente os que ahi existem, em numero de 80, são todos livres.³⁷⁸

A extensa cerimônia promovida pelo *Club Amazônia* foi narrada, como era de praxe, como ato de benevolência e carregado de sentimentalismo e exaltação do paternalismo típico das relações sociais escravagistas. O cronista ressaltava que os libertados se abraçavam e choravam em agradecimento ao “bem-feitor”, caracterizado não como senhor, mas como um “pai”, conseqüentemente, a sua esposa era “mãe” que cuidava da educação dos filhos dos libertos. Não parava por aí, no ato solene³⁷⁹ foram libertados um escravizado de “vinte e tantos anos e duas raparigas, uma de 19 e outra de 13, á expensa ainda do sr. Teixeira, e duas escravas, gratuitamente, pela exm^a cunhada do mesmo sr. Teixeira, unicas que possuia.”³⁸⁰

Acrescenta-se o significado da festa de liberdade dos mais de oitenta libertos do engenho Meruhu foi simbólico no processo de transição, do mundo da escravidão, à liberdade. Como analisou Marília Bueno, o processo emancipatório fracionário³⁸¹ que estendia os laços de paternalismo entre senhores e libertos demarcava o sentido das alforrias. O aspecto legal, como previa a legislação de 1871, em especial o decreto nº 5325 de 1872 que possibilitava a de formalização de contratos de serviços e assim, estendia os laços senhoriais, inclusive com a continuidade da exploração do trabalho. Na perspectiva de Katia Matoso³⁸², muitos escravizados continuavam sendo explorados mesmo na condição de trabalhadores rurais assalariados.

Podemos identificar ao menos três tendências do abolicionismo paraense no qual estavam ligados ao que podemos denominar de emancipacionismo, outro propriamente

³⁷⁸ *Diário de Notícias*. Abolicionismo. 20 de maio de 1884, p.2.

³⁷⁹ CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das letras, 2011, p. 187.

³⁸⁰ *Diário de Notícias*. Abolicionismo. 20 de maio de 1884, p.2.

³⁸¹ ARIZA, Marília Bueno de Araújo. *Comprando brigas e liberdades: Contratos de locação de serviços e ações de liberdade na província de São Paulo nas últimas décadas da escravidão (1874-1884)*. IN: *Op. Cit*, 2015, pp 65-83.

³⁸² MATOSO, Katia M. de Queirós. *Ser escravo no Brasil: Séculos XVI-XIX*. Tradução de Sonia Fuhmann. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2016. PP 241-260.

abolicionista e abolicionista popular, envolvendo diversos setores sociais. Na demarcação dessa diferenciação, houve o propositivo do combate à escravidão, condenando-a enquanto seu imperativo moral, questionado o direito de propriedade, portanto, elemento catalisador de críticas na discussão propostas nas conferências, discursos e modo de operar nas barras dos tribunais e ou nas negociações das alforrias. Podemos considerar que esse clima de abolicionismo celebrado em Belém e região circunvizinha em torno de um modelo cearense criou um ambiente de apreensões, imprecisões e acusações envolvendo abolicionistas radicais, gradualistas e emancipacionistas que as externaram por meio de artigos na imprensa ora nos discursos durante os festejos, ora analisando a situação política advinda do crescimento do movimento abolicionista.

Em meio ao calor dos regozijos em honra ao Ceará, o estabelecimento de narrativa de avanço do abolicionismo mais radical em Belém ganhava corpo e se processava no cotidiano, às ações públicas como conferências em meio a festejos, discursos, surgimento de clubes abolicionistas e solenidades com libertação de escravizados, colocavam em jogo protagonistas ligados aos clubes abolicionistas atuantes, políticos liberais e conservadores, autoridades e senhores de escravizados.

No Maranhão, por exemplo, Josenildo de Jesus Pereira analisa³⁸³ trata da crítica moral da escravidão como questão central no debate da forma pela qual a imprensa interpretou o significado do avanço do abolicionismo e como foi articulada a formulação ideológica que tratava de esconder a perda da vitalidade econômica em face a fuga da mão de obra escravizada mediante a mobilização de escravos e dos abolicionistas. Em outra perspectiva, analisando o sudeste brasileiro, Maria Helena Machado infere que o abolicionismo abriu tendências de participação de diversos setores sociais com inclinação à radicalização³⁸⁴ que pressionava os setores conservadores a adotarem o abandono do emancipacionismo ou mesmo gradualismo que marcaram o processo de liberdade de certa imprecisão quanto ao seu rumo, como veremos nos debates pela imprensa e a variedade de associações e clubes que propunham ações mais decididas.

³⁸³ PEREIRA, Josenildo de Jesus. *As representações da escravidão na imprensa jornalística do Maranhão na década de 1880*. Programa de Pós-graduação em história social do Departamento de História da Universidade de São Paulo (USP), 2006, p. 15.

³⁸⁴ TOLEDO MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *O Plano e o pânico: Os movimentos sociais na década da abolição*. 2ª edição rev. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010. P. 154.

Para Bezerra Neto³⁸⁵ o modelo de abolicionismo encaminhado no Ceará, apesar de exaltado, não era tão bem aceito e a questão circundou a discussão na imprensa paraense em meio à “nebulosidade” do seu formato. Como dialogou Angela Alonso³⁸⁶, o abolicionismo alencarino foi afrontoso aos senhores e atçou a formação de rede de ações clandestinas envolvendo acoitamento e roubo de escravizados no interior das províncias e abertura de processos judiciais, tal como dos senhores cearenses em relação aos membros da *Sociedade Cearense Libertadora*.³⁸⁷

Analisamos que ao mesmo tempo em que constituíam narrativa em torno da necessidade de “apressar” a questão servil no Pará, por outro lado, divergia em que ponto era “progresso” o modelo de abolicionismo que se desejava imprimir, ou seja, o modelo cearense seria o mais viável? Compreendemos que de forma contraditória, ao mesmo tempo em que havia saudação ao movimento da “Terra da Luz”, era notado um temor quanto aos latentes processos de desrespeito à propriedade senhorial, em especial, ao decréscimo do preço da propriedade escrava e obviamente as pressões em torno do florescimento de associações e clubes abolicionistas e somados às fugas, formação de quilombos, prisões, processos judiciais, ou seja, desestruturação do escravismo minado nas bases pelo cotidiano de autonomia³⁸⁸ e luta dos escravizados.

Notei que essas questões na discussão sobre os artigos publicados na sessão “Letras, artes e ciência” de *A Província do Pará*, sob o pseudônimo de “Apemantus”³⁸⁹ que relacionava as ações dos abolicionistas paraenses em meio às considerações dos escritos sobre emancipação publicados em *O Liberal do Pará* e o *Diário de Notícias*. Nessa discussão, provavelmente teve em seu teor em defesa da abolição, ainda que em moldes moderados, criticava o protelamento dos senhores em torno das liberdades.

Reverberando o teor dos artigos, o redator do *Diário de Belém* tratou de classificar que os abolicionistas paraenses, centrado na figura de um personagem, personificava o próprio personagem “Apemantus” da tragédia shakespeariana, endereçando e identificando-o como “chefe do abolicionismo no Pará”³⁹⁰. Vislumbrando que a crítica estava centrada na associação ao personagem dramático, seriam então os abolicionistas “conselheiros” da

³⁸⁵ BEZERRA NETO, José Maia. *Op. Cit.*, 2009, P. 410.

³⁸⁶ ALONSO, Angela. *Op. Cit.* P. 170-175.

³⁸⁷ *Idem*, P. 173.

³⁸⁸ MACHADO, Maria Helena Pereira de Toledo. *Crime e escravidão: Trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas (1830-1888)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014. P. 135-152.

³⁸⁹ *Diário de Notícias*. Apemantus. 17 de setembro de 1884, p.2.

³⁹⁰ *Idem*.

questão escravagista, “atijando” de forma “cínica” a opinião pública contra os senhores ou até mesmo a “forçarem” estes a libertarem seus escravos a ponto de causar distúrbios sociais, fato que era comemorado com pompa e circunstâncias, contribuindo assim, à perturbação da ordem e leis constitucionais, portanto, do direito de propriedade?

O fato é que essa discussão gerou a necessidade de réplica e um posicionamento firme por parte do *Diário de Notícias*. Em resposta, o articulista do periódico afirmava que não coadunava com alcunha de “utopistas do progresso e da civilização”³⁹¹ reafirmando que se opunha ao direito tradicional da propriedade escrava enquanto pirataria, entendido como ilegalidade. Que, apesar de ser abolicionista, não levaria o seu “*produhdonismo*”³⁹² às maiores consequências, quer dizer, associação direta à ideia anarquista e, por tanto, devido a suposta relação de ataque ao direito positivo tradicional.

Dessa forma, defendia-se o *Diário de Notícias* das acusações do *Diário de Belém* de apregoar as ideias perigosas, haja vista, o seu suposto apoio à expropriação do direito de propriedade garantido pela constituição imperial. Em sua defesa, o articulista do *Diário de Notícias* ratificava sua posição contrária à suposta desordem, assalto ou crime embutido na crítica aos abolicionistas, portanto, não se enquadrando como violadores do direito de propriedade positivo.

Por conseguinte, induzo a possibilidade de “Apemantus” ser propriamente o advogado Raymundo Borges Leal Castelo Branco. Sendo verossímil tal indução³⁹³ a julgar que este usava em sua conferência o termo “*Politica Apemantus*” em defesa da causa do abolicionismo enquanto possível crítica à política de protelação do escravagismo e medo de mudanças sociais advindas com a possibilidade de emancipação, fato que incomodava senhores e políticos das alas mais conservadoras e moderadas.

Para Bezerra Neto, esses setores escravagistas criticavam a pressão e a onda abolicionista cearense e suas comemorações, questionando a “legalidade” das ações que demonstrava medo que o movimento pudesse acender as chamas das reformas sociais mais amplas como acesso à terra e mudanças políticas, até mesmo do regime político vigente. Angela Alonso considera que o abolicionismo acumulou em suas fileiras segmentos que poderiam apresentar entre as bandeiras de luta outras mudanças sociais, quebrando ou

³⁹¹ *Ibidem*.

³⁹² *Ibidem*.

³⁹³ Interpolando os periódicos da pesquisa, o termo “Apemantus” foi usado nos periódicos *A Província do Pará*, *Diário de Belém* e *Diário de Notícias*. Infelizmente, nos dois primeiros periódicos citados, suas edições não estão disponíveis à consulta, sendo apenas possível fazê-la no *Diário de Notícias* que transcreveu “*ipsis litteris*” alguns trechos da publicação do *Diário de Belém*, de forma a rebater as acusações do mesmo *Diário*.

trincando as estruturas das hierarquias sociais. A autora compreende que a leitura em torno do discurso da *Confederação Abolicionista* e suas “passeatas incendiárias” caminhavam nessa trilha. Analisando o abolicionismo inglês, Adam Hochschild compreende que as pressões para reforma eleitoral vieram acompanhadas da questão escravista, isto é, metáfora³⁹⁴ para novas bandeiras de luta como as condições de trabalho e a lei de salário mínimo, mobilizando a opinião pública.

Assim, era estratégia retórica dos senhores acusarem os abolicionistas de serem propagadores de ideias “perigosas”. Alonso relata que o grupo da ala conservadora da imprensa e a dissidência do partido liberal acusavam Joaquim Nabuco e seus correligionários de anarquistas, desordeiros e até mesmo taxados de “petroleiro, niilista e comunista.”³⁹⁵ Esses termos “petroleiro e niilista” no século XIX apresentava significado³⁹⁶ que se aproximava da de determinada qualificação de um sujeito ou grupo que pregava desobediência ou destruição, indicados como “extremista” ou mesmo revolucionário que rejeitava os valores vigentes na sociedade. O redator de a *Província do Pará*, Lima Baratta, escrevia acerca dos significados da liberdade de alguns municípios cearenses, em 1883, no qual os senhores de escravos enxergavam o movimento libertador como “revolucionario e anarchistas”.³⁹⁷

Ora, o teor pedagógico das temáticas propostas nas conferências e festejos compreendidas entre as comemorações da libertação cearense e amazonense, poderiam persuadir as pessoas e desafiar a autoridade senhorial por meio de ações que, no limite, baseavam seus argumentos na moral, no direito, retórica, razões da economia, lógica e a legalidade como instrumento de combate e convencimento à condenação da propriedade escrava, vinculando os rumos da emancipação cearense, a vociferação dos senhores se acentuava em meio às acusações de desrespeito à propriedade.

O exemplo disso era sua aproximação com os princípios de ideário libertário e crítico à propriedade escrava que indicava a desobediência às estruturas sociais e leis vigentes, conveniente com o estabelecimento do paralelo simbólico entre a liberdade cearense personificado nos trabalhadores catraieiros. O *Diário de Notícias* publicava a seguinte passagem atribuída à colônia cearense:

³⁹⁴ HOSCHILD, Adam. *Op. Cit.* P. 446.

³⁹⁵ ALONSO, Angela. *Op. Cit.* P. 272.

³⁹⁶ Para a compreensão dos termos consulte as referências contextuais de frases usadas em jornais indicados na pesquisa e também o dicionário *Caudas Aulete* em meio digital. IN: <http://www.aulete.com.br/index.php>. **ACESSADO EM 03.10.2019.**

³⁹⁷ *Diário de Notícias*. Festas da liberdade. 2 de junho de 1883, p.2.

E' o dia em que o jangadeiro cearense, desfraldando a branca vela da gaivota poderosa (a jangada) que trancou ao Brazil o ilicito, imoral e desumano commercio de carne humana, dirá ao Brazil, ao mundo, - somos iguais-, a escravidão é um roubo, - somos irmãos, e nesta bandeira que desfraudamos as auras beneficas da liberdade, irradiada pela luz da redempção dos captivos, sem vêm inscriptas as sacramentaes palavras: *Igualdade, liberdade e fraternidade (Grifo Meu)*.

(...)

*Alguns Cearenses.*³⁹⁸.

A nota ratificava os significados da liberdade em que os cearenses desejavam imprimir os princípios compreendidos por setores conservadores como perturbadores da ordem social vigente, condenando a propriedade escrava e apregoando princípio da igualdade. Essa leitura realizada por parte da imprensa era vinculada aos setores que defendiam ideias conservadoras e, portanto, a emancipação gradual. De outro modo, havia análise da possibilidade de o abolicionismo atingir um tom radicalizado que desafiava autoridade moral e a própria segurança individual com maiores rebeliões fugas e revoltas que já atormentavam os senhores. Conforme entende Joseli Mendonça³⁹⁹, o movimento abolicionista era visto com ressalva em decorrência de possível radicalização que colocava em xeque a própria legitimidade e a “legalidade” da propriedade escrava.

Angela Alonso⁴⁰⁰ relata a preocupação das autoridades com a fuga em massa de escravos em diversas fazendas como forma de ameaça à ordem pública. A autora identifica que esse período houve confronto envolvendo a polícia, milícias armadas e capoeiras. Foi nesse aspecto, que em 1884, o *Diário de Notícias* publicava sugestiva nota de Ignácio Ribeiro que relatava um caso em Mossoró, Rio grande do Norte, no qual os escravos abandonavam as fazendas “sob proteção dos abolicionistas que alforriam arbitrariamente por preços ridículos. Pedimos providencias energicas e promptos. Os proprietarios estão ameaçados de grandes prejuizos.”⁴⁰¹

Portanto, contraditoriamente à narrativa em torno da exaltação da abolição cearense e do discurso e narrativa da participação “moral” do Pará nos festejos, havia exatidão de um temor e a necessidade de moldar o avanço do abolicionismo tido como mais radical, valendo inclusive de críticas, fato que mostrava o medo no que tange o adensamento da organização dos clubes e associações em prol da libertação, as notícias de alforrias e

³⁹⁸ *Diário de Notícias*. Viva o Ceará. 25 de março de 1884, p.2.

³⁹⁹ MENDONÇA, Joseli. *Op. Cit*, 1999, p. 325-346.

⁴⁰⁰ ALONSO, Angela. *Op. Cit*, 2015, p. 326.

⁴⁰¹ *Diário de Notícias*. 5 de janeiro de 1884, p. 3.

desvalorização do preço da mão de obra de escravizados evidenciavam preocupações dos caminhos que estavam trilhando os abolicionistas.

A voracidade do abolicionismo enquanto um processo dito “radical” e a questão da violação do propalado “direito de propriedade dos senhores” eram preocupações evidentes de escravocratas, emancipadores e gradualistas, conforme analisa Joseli Mendonça.⁴⁰² Nesse contexto, que em março de 1883, logo, alguns meses antes da libertação de Fortaleza, Amazonas D’Almeida explanava a questão dos rumos do abolicionismo em artigo publicado na primeira edição da *Revista Amazônica*. No escrito, Amazonas afirmava:

(...) sectários da *emancipação por um traço de penna* deviam também descobrir um meio de indemnização aos proprietários feridos em seus legítimos interesses, que não ha necessidade de um processo violento, quando pode haver combinação razoável entre a liberdade ultrajada e a propriedade que pretende desrespeitar.⁴⁰³

O artigo tecia crítica à forma como os abolicionistas utilizavam a lei de 1871, usando mecanismos que, no limite, tirava do senhor o direito de opor-se à alforria do escravo. De acordo com Bezerra Neto⁴⁰⁴, a referida lei de 1871 contribuiu para o processo de emancipação escrava, inclusive aumentando o número de autos cíveis de liberdade, esgarçando a relação senhor versus escravizados. Somado que o autor considera que em 1883, o discurso em favor da abolição “imediate e rompendo com o respeito à propriedade” já era sentimento disseminado e defendido em alguns segmentos sociais, como a imprensa, ressalvado que o desrespeito era vinculado à propriedade escravizada compreendida enquanto ilegal, como defendia o jornal *Diário de Notícias*.

Assim, na argumentação desenvolvida por Amazonas D’Almeida poderia ser reflexo do movimento processado no Ceará. A sua queixa era de que foi “creado a expropriação por interesse humanitario”⁴⁰⁵. Nessa grita, o articulista ressaltava que havia diferença entre os objetivos do Visconde do Rio Branco e dos abolicionistas. Em continuação do discurso, relatava que:

A libertação de chofre fôra um golpe de estado: compraríamos a alforria dos escravos pelo levantamento da guerra civil, onde milhares de victimas haverião de formar pedestal a uma ordem de cousas. A alma generosa e leal de Visconde do Rio

⁴⁰² MENDONÇA, Joseli. *Op. Cit*, 1999, p. 360.

⁴⁰³ Revista amazônica. Primeiro ano. Tomo I. 1º de março. Escriptorio da Revista Amazonica. 1883. PP 41-47. In: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acessado em 19 de janeiro de 2019.

⁴⁰⁴ BEZERRA NETO, José Maia. *Op. Cit*, 2009. P. 373.

⁴⁰⁵ Revista amazônica. Primeiro ano. Tomo I. 1º de março. Escriptorio da Revista Amazonica. 1883. P. 41. In: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acessado em 19 de janeiro de 2019.

Branco não quis ser iluminada por clarões de incêndio; preferio dourar-se nos raios da Aurora, que ha-de ser pleno-dia.

O *irredentismo* do abolicionista protesta contra semelhante transação e procura pelos meios a seu alcance alforriar escravos sem prejuízos aos *senhores*. Como as actuaes circunstancias do paiz opõem-se á luta armada, o abolicionista vae buscar na lei de setembro o meio engenhoso de ferir os proprietarios e conseguir as cartas de alforrias: *é avaliado o escravo por preço muito inferior á indemnização razoável*. Desde que os avaliadores aceitam a doutrina da *justificação dos meios pelo fim*, desde que o juramento em juízo não tem força de prender os avaliadores ao que lhes dicta a consciencia sobre o justo valor do escravo torna-se illusoria a conciliação formulada na lei de Setembro e o abolicionista impõe-se por apparencias de legalidade. E' a isto que temos chegado.⁴⁰⁶

Na sua análise relatava as questões econômicas, o “custo” da liberdade, acusava os abolicionistas de usarem “estratégia” na qual estavam ameaçados os meios legais e pacíficos sedimentado e ratificado pela legislação emancipacionista de 1871. Conforme análise de Sidney Chalhoub⁴⁰⁷ e Joseli Mendonça⁴⁰⁸, a questão do apelo às barras da justiça, às vezes com arbitramento judicial desfavorável, aliado aos prejuízos de pagar à custa do processo eram fatores esperneados pelos senhores. O avanço do abolicionismo enquanto forma de intervenção dos clubes e associações nas relações entre senhores e escravos, aquisição de alforrias pelas câmaras municipais, deveras reclamadas pelos senhores quanto a sua “ineficácia”⁴⁰⁹ foram questões que estavam em debate e os incomodava.

3.3- ESTÁ, POIS, ENCETADA A CAMPANHA! : A LIBERTAÇÃO DE BENEVIDES.

Acreditando que as festas contribuía, conforme compreende Angela Alonso, para ampliação do sentimento antiescravista que por meio da participação de diversos sujeitos em passeatas com músicas, standartes, apresentações culturais, discursos, sessões solenes em causa de liberdade, configuravam afronta ao senhor, significavam pressões sociais para negociação de alforria e apressamento de solução da questão escravista, a eminente desobediência civil⁴¹⁰ com roubos e fugas coletivas de escravos, apoios clandestinos que usavam os portos, ferrovias e vapores para acoitamentos aos escravizados fugidos rumo aos quilombos.

⁴⁰⁶ *Ibidem*.

⁴⁰⁷ CHALHOUB, Sidney. *Op. Cit.*, 2011, p. 201.

⁴⁰⁸ MENDONÇA, Joseli. *Op. Cit.*, 1999, p. 232.

⁴⁰⁹ *Idem*, p. 321.

⁴¹⁰ TOLEDO MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *Op. Cit.*, 2010, p. 142.

⁴¹⁰ ALONSO, Angela. *Op. Cit.*, 2015, p. 173.

Segundo Angela Alonso, em 1884, setenta e três cidades⁴¹¹ foram libertadas. Entendida como campanha cívica e festa nacional, essa profusão de comemorações popularizavam o abolicionismo na arena pública da disputa pela memória do movimento e apresentava proposta, o que denomino de “ideal de liberdade” em torno do significado da libertação de Benevides.

Nesse contexto, afirmava em editorial do periódico *Libertador* do Ceará:

Nem era de esperar que outra lhe tomasse o passo n'este glorioso torneio. Iniciou a sua carreira no dia 30 de março ultimo, lavando a mancha negra da escravidão n'um pedaço de seu solo, na colonia Benevides, onde uma grande parte dos seus filhos da soberba metropole do abolicionismo, vive confraternizando comsigo.
Raiava o dia 30 de março de 1884.
A's 5 horas da manhã as graciosas nymphas do Guajará davam passagem á illustre caravana civilisadora que ia tomar parte no opiparo banquete da libertação de Benevides.⁴¹²

Nesse ideal, era pensamento constituir um movimento pautado nos moldes do mantra “liberdade, progresso, civilização” típico do pensamento das elites e intelectuais do século XIX, numa narrativa em torno da memória social da liberdade em perspectiva fraternal e harmônica. A liberdade em disputa mais do que um ritual de “batismo da liberdade” em diferentes projetos em confronto que buscavam mostrar adesão ao abolicionismo.

Dessa forma, enquanto arena pública de projetos e visões de mundo diferentes, as festas da libertação de Benevides, assim como ocorrera nas festas da liberdade cearense, significou aproximação e materialização das vivências cotidianas em torno do projeto dito mais radical de libertação. Apesar dos destaques de luta “pacífica” e como “santa cruzada” em nome do “progresso” e da “civilização”, enfim causa nacional de confraternização e irmandade, a libertação de Benevides era resposta às pressões sociais e, ao mesmo tempo, situação temerária enquanto foco de liberdade na província paraense chancelada pelas autoridades.

Nesse contexto, novamente identifico a narrativa em torno da aceitação dos festejos em louvor à liberdade de Benevides enquanto ação do abolicionismo espelhado na experiência cearense. Não por acaso era adaptado repertório festejos, escritos, discursos e práticas sociais. Portanto, tal como nos significados dos festejos alencarinos, esse temor e apreensão eram materializados na liberdade benevidense. Como dito anteriormente, o

⁴¹¹ *Idem*, p. 267.

⁴¹² *Libertador*. Livre Benevides. 17 de abril de 1884. P.2.

espelhamento ao processo de liberdade cearense não fora bem digerido pelas elites e foi objeto de críticas dos setores conservadores e moderados, enquanto que para os abolicionistas era inscrito e celebrado tal momento como metamorfose da campanha de liberdade no transcorrer do ano de 1884 e marcava o direcionamento do abolicionismo paraense, caracterizado como início da competição da liberdade.

Para o *Diário de Notícias* essa libertação era emblemática, pois “Começa hoje o Pará a cumprir a sua palavra”⁴¹³. Essa comemoração era diferente em diversos sentidos, pois os abolicionistas usaram na liberdade Benevidense algumas simbologias que aproximava repertório em torno da memória social da liberdade enquanto “cruzada”, ou seja, emanado nobreza e sacra em torno do ideal da liberdade para alcançar a “civilização”.

Segundo Bezerra Neto⁴¹⁴ era representativo para o sentido da liberdade de Benevides, a relação cunhada pelos abolicionistas da luta contra escravidão como batalha pelo progresso. Simbólica era a conexão do uso da Estrada de Ferro de Bragança que facilitava a estratégia de fugas e acoitamentos dos abolicionistas, aliados aos conflitos entre autoridades policiais e colonos, ações que assemelhavam aos Caifazes e os seus aquilombados de Jabaquara, em Santos. O autor identifica, ainda que, a colônia era metafórica enquanto local de refúgio de escravizados, pois desde 1880 já eram noticiadas recepções de pessoas refugiadas do sistema escravagista, portanto, simbólica e referencial antiescravista próximo à capital.

Outro simbolismo estava na presença cearense em Benevides com a sua reduzida população escrava que facilitava a efetivação da estratégia de ação que, conforme Adam Hochschild, criava “zona de liberdade”⁴¹⁵ no Pará, assemelhando ao acervo dos abolicionistas ingleses e americanos que estabeleceram áreas livres da escravidão, fato ocorrido igualmente ao Ceará e no Amazonas mediante aparatosos festejos com solenidades.

A libertação de Benevides aproximou paraenses e cearenses. Isso ficava evidente à medida que a cobertura do jornal *Libertador* noticiava o primeiro território livre do Pará, a colônia de Benevides. Analisando os periódicos pude notar a sociabilidade entre sujeitos, instituições e a imprensa. O jornal abolicionista cearense destacava que o Pará deu provas de que era abolicionista e que a colônia de Benevides estava preparada solenemente para comemorar o fim do escravismo. Conforme Ana Carolina Cravo, desde 1883 que a colônia

⁴¹³ *Diário de Notícias*. 29 de março de 1884, p.2.

⁴¹⁴ BEZERRA NETO, José Maia. *Op. Cit.*, 2009, p. 359.

⁴¹⁵HOCHSCHILD, Adam. *Op. Cit.*, p. 178.

cearense⁴¹⁶ residente em Benevides, já realizava comemoração em honra à liberdade, como a de Fortaleza, tal fato ocorrido igualmente em Belém, em meio a festejos e procissões cívicas.

O periódico *Libertador* lembrava que em Benevides havia forte presença de colonos cearenses e relacionava que tal fato unia as “províncias irmãs”, em torno do abolicionismo. De fato, a presença cearense na região foi marcante e um dos braços da colonização impulsionada, em boa parte, pela construção da Estrada de Ferro de Bragança que interligava a capital à colônia agrícola em cerca de uma hora de viagem. A concentração de cearenses ocorreu devido atração das atividades em torno da economia da borracha e foi de suma importância para a colonização no nordeste paraense, pois a partir da segunda metade do século XIX, essa colônia contava com uma população considerável em sua maioria cearense.⁴¹⁷

Em editorial do *Dário de Notícias* sobre a premente abolição da colônia era inferido que o Pará conseguiria, não com a mesma facilidade e rapidez, o mesmo que ocorreu no Ceará, mas sem prejuízo e perturbação de ordem haveria de abolir a escravidão. O modo de ação idealizado seria o efeito cascata libertando de município a município, possuidores do menor número de escravizados. Bezerra Neto⁴¹⁸ afirma que os críticos da abolição não queriam do Pará um “novo Ceará” apressando o fim da escravatura, ou seja, desrespeitando o seu direito de propriedade, tal como questionava o jornal conservador *Diário de Belém* e também o político igualmente conservador Samuel Wallace MacDowell refutando a emancipação de Benevides.

O fato é que as festas da liberdade de Benevides foram programadas com salvas de tiros, recepção às autoridades constituídas, foguetório, banda de música e hinos. De acordo com o *Diário de Notícias*, a comissão da *Sociedade Emancipadora Benevidense*⁴¹⁹ realizou a recepção da comitiva oficial do governo que partiu da capital e foi cerimoniada na ponte de Benfica. A comitiva era composta pelo Visconde de Maracajú (presidente da província), bispo diocesano e o chefe de Polícia. Além da comissão oficial, foi disponibilizado pela *Sociedade Libertadora Benevidense* o “vapor Belém” que sairia, às cinco e meia da manhã, da ponte da

⁴¹⁶ CRAVO, Ana Carolina Trindade. “Haja cacêtes! haja pão!” *A Sociedade Libertadora de Benevides: abolicionistas, escravos e colonos na luta contra a escravidão (1881-1888)*. Universidade Federal do Pará. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2014. P. 27.

⁴¹⁷ MUNIZ, João de Palma. *Estado do Grão-Pará. Imigração e colonização*. História e estatística. 1616-1916. Belém: Imprensa oficial do Estado do Pará: 1916, p. 66.

⁴¹⁸ BEZERRA NETO, José Maia. *Op. Cit*, 2009, p. 410.

⁴¹⁹ *Diário de Notícias*. 28 de março de 1884, p.2.

guarda-moria para que as sociedades literárias, emancipadoras e beneficentes pudessem deslocar-se da capital à colônia para participar da “festa redentora”.

Segundo o periódico abolicionista cearense *Libertador*, as festas de Benevides foram marcadas pela presença de diversos segmentos sociais. O periódico alencarino replicava em suas páginas a descrição enviada pelo periódico paraense *Correio do Norte* e o fez na sua edição de dois de abril. Foi escrito que em procissão, o “povo” proclamava “vivas” à colônia libertada. Como era prática de alguns festejos especiais, a sociabilidade girava no eixo alimentação, lembranças, discursos, barulho, música e sessão solene. Entretanto, devemos ter ciência que em boa parte das descrições dos periódicos privilegiava as falas, ações e gestos em torno das autoridades constituídas, imprensa e sociedades abolicionistas, emancipadoras e sociedades beneficentes. Escassamente apareciam as falas de outros sujeitos do “povo”. Em geral, nos festejos, estes sujeitos eram englobados nesse epíteto genérico dificultando a distinção mais específica dos grupos que participavam do ato solene.

A festa da colônia agrícola paraense teve início ao meio dia depois de um “profuso almoço” nos qual os convivas trocaram brindes. Em aclamação, o representante do jornal *A Liberdade* saudava o acontecimento com “Ave, Libertas!”, enquanto que José Agostinho dos Reis, da *Confederação Abolicionista* celebrava a liberdade de uma porção da Amazônia com a saudação “Ave! Benevides!”. Aberta a sessão oficial com a presença do Visconde Maracajú, presidente da província, ocorreu à entonação de música por conta do reconhecidamente abolicionista décimo quinto batalhão do exército que, assim como, em Fortaleza, também participava dos festejos de liberdade, além dos membros da imprensa e da *Sociedade Libertadora Benevides*. Domingos Olympio Braga, representava a *Sociedade Benevidense* e o jornal *Diário do Grão-Pará*, foi orador da sessão e bastante aplaudido.

O presidente da província realizou a entrega de seis cartas de liberdade; Discursaram pelo periódico *A Província do Pará* Lima Baratta e o tenente Jovino Ayres, o engenheiro Ignácio Moura, capitão Bezerril, estes provavelmente fazendo coro pela abolição imediata; foi registrada presença do proprietário português Francisco Alves, bastante simbólica, em razão da sua associação às festas realizadas pelo *Club Amazônia* e por ter concedido alforria à alguns escravizados⁴²⁰ de sua propriedade no engenho Meruhu, em Igarapé-Miri, formalizando alguns contratos de trabalho. No registro do periódico, este foi qualificado e elogiado como “inteligente”.

⁴²⁰ BEZERRA NETO, José Maia. *Op. Cit*, 2009, p. 426.

As comemorações de Benevides foram saudadas pelo *Diário de Notícias* como o dia da “igualdade, liberdade e fraternidade”, e celebrava ação de liberdade da primeira parte da província livre como obra em “HONRA AOS TRABALHADORES DO ABOLICIONISMO”⁴²¹, e relembra heróis do ideário de liberdade política paraense, Felipe Patroni e Batista Campos. A escrita dessa memória do abolicionismo paraense perpassava justamente na celebração de autoridades, imprensa, sociedades abolicionistas e patrióticas e instituições que abnegaram esforços para redenção da colônia paraense.

A festa em Benevides ocorreu até a madrugada tanto que ela continuou suas celebrações no dia 30 de março, ocorrendo passeata somente à tarde. Na residência de Pinto Braga, novamente houve um “sumptuoso banquete, onde houveram muitos brindes” e discursos dentre os quais dirigidos à imprensa, oferecido por Domingos Olympio Braga Cavalcante, que “cabia o dever de manifestar-se franca e decidida na magna questão da abolição do Elemento servil.”⁴²² À noite, continuaram as comemorações com *soirée* dançante até a madrugada. De acordo com o *Diário de Notícias*, discursaram em louvação ao ato de libertação José Agostinho dos Reis, José Henrique Cordeiro de Castro e Cônego Aguiar.

As representações desses sujeitos indicavam visões políticas e concepções de abolição diferentes. A visão de abolição de José Agostinho dos Reis era mais aproximada ao abolicionismo de orientação da *Confederação Abolicionista* e dos moldes cearenses, portanto, por assim dizer, mais inclinado ao radicalismo da abolição imediata. Como podemos notar nos capítulos anteriores, José Henrique Cordeiro de Castro entendia a liberdade em torno de um emancipacionismo, isto é, ação regeneradora e de caráter filantrópico e altruísta, logo dentro das vias legalistas, com indenizações aos senhores, mediante o pagamento das liberdades, de acordo com o que previa a lei de 1871. A fala do político conservador Cônego Aguiar e sua ligação com *Comissão Central de Emancipação* provavelmente girou em torno da ideia de liberdade numa perspectiva legalista e gradual. Dessa forma, no jogo público da abolição de Benevides, os diferentes projetos políticos se apresentavam e registavam seus posicionamentos.

Para o articulista do *Diário de Notícias*, o Pará escrevia em “letra de ouro” sua entrada no mundo civilizado, assemelhava o ato em Benevides à metrópole do abolicionismo (Ceará) e que vivenciava “santa cruzada em nome da civilização, progresso, do direito, do

⁴²¹ *Diário de Notícias*. Libertação de Benevides. 30 de março de 1884, p.1.

⁴²² *Libertador*. Livre Benevides. 17 de abril de 1884. P.2.

amor e da humanidade.”⁴²³ No escrito do periódico, a liberdade significava a “igualdade do direito” e a “solução de um magno problema”, reivindicação da razão e do coração, que regenerava e resgatava a inteligência e consciência do homem negro, suas “faculdades” arrancadas pela instituição escravista que retratava uma fala preconceituosa baseada das teorias raciais que reproduzidos por segmentos da imprensa e intelectuais da segunda metade do século XIX.

O periódico *O Liberal do Pará* fez breve nota reverberando a libertação Benevidense, destacando a presença do presidente da província, o almoço promovido por Pinto Braga e a distribuição das seis cartas de liberdade, além das falas de Lima Baratta e do Tenente Jovino. Seu redator pedia desculpas por “não ter podido comparecer naquela festa”, mas que felicitava aos que a promoveram e realizaram. Como era de costume em momentos especiais, na edição de 2 de abril, em outra nota reverberava os acontecimentos da festa de trinta de março, revelava o lançamento de um jornal denominado de “*Nova Idéa*” que surgia sob a “aurora da liberdade” no mesmo dia da libertação da colônia e indicava que era “Periodico critico, noticioso, litterario, abolicionista”. Em seu programa era descrito como:

(...) estudar todas as questões em these, sem descer nunca nem atacar a esta ou aquella personalidade: procurando assim evitar essas questões odiosas- Tramadas no terreno dos insultos- as quaes acabam por metamorphosiar a tribuna da imprensa em misero e repelente balcão, onde a maledicência vai lançar glutinosa e nojenta baba.⁴²⁴

Infelizmente não há maiores registros desse periódico⁴²⁵, porém seu programa já nos subsidia a inferir que a discussão sobre abolição era acalorada e mexia com os ânimos. Como indicou Isabel Lustosa⁴²⁶, ao analisar o papel da imprensa periódica nas discussões sobre o processo de independência, as discussões, farpas trocadas por meio dos impressos refletiam as tensões em torno da liberdade de Benevides, conseqüentemente a do Ceará e Amazonas.

O exemplo dessa tensão foi a queixa de Antonio Couto quanto a informação divulgada sobre ausência de *A Constituição* na festa da imprensa no Teatro da Paz em honra à liberdade do Ceará. O redator estranhava a insistência do *Diário de Notícias* que não

⁴²³ *Diário de Notícias*. Libertação de Benevides. 30 de março de 1884, p.1.

⁴²⁴ *O Liberal do Pará*. Nova idéa. 2 de abril de 1884. P.2.

⁴²⁵ Segundo o catálogo de jornais paraoaras essa folha era impressa na tipografia do jornal *A Constituição* e seu número teve início em 30 de março de 1884. CF: Biblioteca Pública do Pará. *Jornais paraoaras: Catálogo*. Belém: Secretaria de Estado de Cultura, Desportos e Turismo. 1985. P. 97.

⁴²⁶ LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na independência, 1821-1823*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. P. 16-32.

enquadrava sua redação como partícipe das comemorações e que o acusava de “ser esta contra a liberdade”. A resposta do *Diário de Notícias* rebatia a crítica e indagava que sabia dos seus “sentimentos”, mas questionava que se era realmente abolicionista por que o jornal *A Constituição* não condenava a continuação do comércio de escravos nos portos paraenses, recurso recorrente dos senhores na continuação do comércio de escravizados na capital.

Analisando a libertação de Benevides no jornal conservador *A Constituição*, observa-se apenas uma resumida nota ressaltando os discursos, brindes trocados e a sessão solene com a entrega das cartas de liberdade aos últimos escravizados da colônia e destacava que a redenção ocorreu em meio ao festejo dos moradores, concluindo que o regozijo era devido a “explendida victoria dos tempos hodiernos: a liberdade de seus irmãos! Horah por Benevides!”⁴²⁷

Em meio as discussões na imprensa, notava-se que redenção de Benevides era simbólica enquanto local de refúgio de escravizados, cuja ação da abolicionista *Sociedade Libertadora Benevidense* foi marcada pela presença de colonos cearenses que se envolviam diretamente nos distúrbios com a polícia e senhores, o que criou tanto atenção quanto tensão em relação à colônia mesmo após a libertação de março de 1884. Segundo Ana Carolina Cravo⁴²⁸ era corrente as informações que chegavam à polícia que dizia que os colonos cearenses estimulavam que os escravizados se refugassem em Benevides, pois teriam apoio e também resistiriam a qualquer tentativa dos agentes em capturá-los.

Consoante a essa questão, demonstrou Ana Carolina Cravo que os distúrbios envolvendo escravizados, abolicionistas da *Sociedade Libertadora Benevides* e autoridades policiais indicavam a complexa teia de relações sociais que envolviam na trama da abolição, desde os engenheiros da Estrada de Ferro de Bragança Pinto Braga e Henrique J. Weaver, ao advogado Domingos Olímpio Braga que trabalhavam na fuga e acoitamento e os próprios membros da *Sociedade Libertadora Benevides* e colonos, como é o caso de Francisco Alves Barreira Cravo⁴²⁹ ou dos membros da *Sociedade Cearense Libertadora* tal qual Manoel Francisco da Silva, empregado da alfandega de Belém e do capitão Manoel Bezerra de Albuquerque, cearenses⁴³⁰ radicados em Belém e pontos da conexão com a referida *Sociedade Libertadora*.

⁴²⁷ *A Constituição*. Liberdade de Benevides. 1 de abril de 1884. P.1.

⁴²⁸ CF: CRAVO, Ana Carolina Trindade. *Op. Cit*, 2014, p.50-51.

⁴²⁹ *Idem*, p. 75.

⁴³⁰ *Libertador*. Do Pará. 30 de agosto de 1883, p.2.

A festa de 30 de março foi celebrada como preponderância do civismo dos “filhos da metrópole do abolicionismo” que lutaram para firmar a nacionalidade e estabelecimento da igualdade de direitos, ou seja, exaltação dos cearenses radicados no Pará. Novamente, o discurso era de que a abolição como ato fraternal de congraçamento do povo cearense, que mostrou as demais províncias o caminho do abolicionismo e os sentimentos dos paraenses que “o tem acolhido como irmão”, em face a corrente migratória que unia as províncias. De outra forma, era exaltado o patriotismo do povo paraense caracterizado “mártir e herói” numa luta de descomunal generosidade e de abnegação em torno do ideal de “civilização e progresso”, cujas pátrias e nações “contemplam admiradas”, mas que, apesar do simbolismo da libertação, ainda havia algumas lacunas, nas quais:

(...) todos são no interesse imediato, moral e político do meio em que vivemos, encarando-o como um acontecimento que deriva do civismo em proveito da civilização, como abolicionista, como brasileiro, particularmente, como paraense, eu imporia a consciencia um sacrifício, contra o qual o justo era rebelar-se, deixar de saudar os iniciadores da santa cruzada, aos promotores da libertação de Benevides, o primeiro ponto onde a igualdade perante a lei do trabalho é hoje uma realidade!

(...) Nas linhas avançadas enfileirou-se a imprensa, essa potencia enorme que dirige os destinos dos povos e estabelece o equilíbrio dos que mandam e os que obedece, que revoluciona sem o emprego da *ultima ratio* dos canhões, que tem por armas idéas-, por fito a distribuição severa da justiça.

Iniciada a campanha como se acha, agora é seguir em frente, isto é: Substituir as palavras por obras, eis o que é preciso.

Refiro-me as associações philantropicas de emancipação, que não, ha muito tempo, vimos se levantarem enthusiasmas, dispostas ao augustissimo sacrificio pelos brios da patria.

O que é feito d'essas associações?⁴³¹

O significado de Benevides como “primeiro ponto de igualdade” materializada e chancelada nas festas era afrontosa. A ideia de “igualdade” representativa como foco da liberdade no Pará; outra questão diz respeito à crítica às obras anteriores, ou seja, as medidas graduais dos emancipacionistas eram postas em xeque. Na disputa em torno da memória do abolicionismo, era exaltado o papel da imprensa como promotora das “idéas” e era indagado o porquê das associações emancipadoras, que nem as emancipadoras gradualistas *Club Patroni* e APEE, não participavam da “pororoca abolicionista” que o Pará e o Amazonas acabavam de ser atingidos.

Por certo, o articulista do *Diário de Notícias* desejava fincar um marco na história do processo de liberdade paraense, não mais pautado na ideia de ato piedoso de caridade ou filantrópico, uma vez que usava a retórica do direito, da razão e racionalismo do trabalho livre

⁴³¹ *Diário de Notícias*. O abolicionismo. 6 de Abril de 1884, p.2.

enquanto argumentos, ainda que continuassem com tópicos relacionados ao caráter humanitário, porém com a lógica de “progresso e civilização” se mantivera enquanto discurso.

A partir da libertação de Benevides, em março de 1884, o uso do termo “Festa da liberdade” em oposição aos arranjos e ações que foram realizadas anteriormente, demarcava a metamorfose do processo de liberdade. Em tom provocativo e firmando novas balizas do abolicionismo que denotava, por um lado, mudança de rumo em relação às ações emancipacionistas quando afirmava “que iniciada a campanha” a ideia da abolição no Pará, por outro lado, instigava a retomada de ações de liberdade ao convocar o retorno das associações filantrópicas.

Ao citar o arrefecimento ou desbotamento delas, questionava “O que é feito d’essas associações? Fallar-se d’ellas nem se quer se ouve! A que atribuir-se deve isto? A índole ou temperamento do nosso povo? Ou que esse silencio exprime sufficientemente o predomínio dos preconceitos? [...]”⁴³² Fato é que na batalha da memória em torno do abolicionismo, os abolicionistas desejavam estabelecer novos marcos e significações precisas em torno do “Vinte e Cinco de Março” que lembrava a libertação cearense, “Trinta de Março” e a libertação de Benevides e mais à frente o “Dez de Julho”, que relacionava a libertação amazonense e davam sentido ao processo de libertação na perspectiva de “efemérides abolicionistas” propriamente ditas.

O cronista também analisava a posição crítica daqueles que “censuravam o consentimento do governo da provincia, o seu concurso moral para a realização da festa de Benevides, outros condenavam o facto da proclamação d’esse lugar como berço do trabalho livre no Pará.”⁴³³ Como demonstrou Bezerra Neto, a festa de Benevides foi duramente criticada pelo político conservador Samuel Wallace MacDowell que esbravejava que “No Pará e no Amazonas o governo está protegendo escandalosamente a propaganda abolicionista. O presidente [do Pará] não só assistiu aos festejos da burlesca libertação da colônia Benevides, como também não trepidou em assignar o respectivo auto.”⁴³⁴

Como assinalaram Bezerra Neto⁴³⁵ e Edilson Vasconcelos⁴³⁶, eram reconhecidamente favoráveis ao abolicionismo os presidentes provinciais do Pará, Amazonas

⁴³² *Idem*.

⁴³³ *Ibidem*.

⁴³⁴ José Maia cita o discurso de MacDowell na Câmara dos deputados e registrado pelo *Diário de Notícias* na edição de 6 de maio de 1884. Ver: BEZERRA NETO, José Maia. *Op. Cit.*, 2009, P. 412.

⁴³⁵ *Idem*, p. 357.

e Ceará, respectivamente, o Visconde do Maracajú, Theodoro Souto e Sátiro Dias. O Visconde de Maracajú e Sátiro Dias deveriam ter relação de amizade para além do que as formalidades e ritualísticas que os cargos exigiam, exaltados num festejo da *Abolicionista* 28 de Setembro, realizado no salão nobre da escola Santa Rita, cuja ornamentação e bandas de músicas animavam o ambiente que contava com inscrições com os nomes dos presidentes das três províncias, envolto de bandeirolas em verde e amarelo⁴³⁷. Por exemplo, em 1883, o presidente paraense enviava correspondência para Sátiro Dias na qual tratava de pedido de desculpa, pois “os muitos afazeres de que me vejo cercado obriga-me por vezes ficar em falta com os amigos, que certamente me desculparão.”⁴³⁸. Mas também regozijava o seu “ilustrado amigo” que teria como mostrar sua capacidade de administração com a nomeação ao cargo de presidente da província alencarina. Ao que parece, suas relações estavam alinhadas mais do que simplesmente cargos de confiança da administração imperial

De outra forma, a disputa pela liberdade foi encarada enquanto metáfora de competição ou torneio cujo fim era atingir o patamar “civilizatório” que, enfim, o Pará disputaria de modo efetivo. Como demonstrou Bezerra Neto⁴³⁹, a proclamação de Benevides enquanto “terra da liberdade” circunscrevia o sentido das comemorações como exemplo mais radicalizado e demarcava o avanço do abolicionismo paraense com ações mais concretas e ousadas.

Contudo, é necessário sempre destacar que no Pará quilombos e mocambos já eram focos de liberdade estabelecidos nas lutas e experiências de resistência de cotidiana nos séculos de escravidão na Amazônia. Analisando os relatórios do presidente de província em 1883⁴⁴⁰ que apontava as diligências policiais e revelavam extrema preocupação com quilombos⁴⁴¹, em especial no baixo Tocantins, cuja operação de repressão às ações de aquilombados do Itapocú, próximo à Cametá promoveu a captura da escrava Virginia. As alterações da ordem pública ocorreram em virtude de que nove aquilombados (Raymundo, Roberto, Isidoro, Victorio, Gonçalo, Gaspar, Lauriano, Manoel e Pedro) foram à fazenda Santo Antônio participar das festas de São João. O feitor da fazenda, Maximiliano Antonio

⁴³⁶ SANTOS, Edilson Vasconcelos dos. *Op. Cit.*, p. 144.

⁴³⁷ Diário de Belém. Secção Abolicionista. 29 de junho de 1884, p. 3.

⁴³⁸ CF. Fundo: Secretaria da Presidência da Província, Série: Ofícios diversos; Ano: 1883-1889. Caixa 396. Arquivo Público do Estado do Pará.

⁴³⁹ BEZERRA NETO, José Maia. *Op. Cit.*, 2009, p. 409.

⁴⁴⁰ PARÁ, Governo da Província do. *Falla com que o Exm. Snr. General Visconde de Maracajú, Presidente da Província do Pará, pretendia abrir a sessão extraordinária da respectiva Assembléa, no dia 7 de janeiro de 1884*. Belém: Typ. do Diário de Notícias, 1884. PP 36-38.

⁴⁴¹ CF. PEREIRA, Josenildo de Jesus. *Op. Cit.*, p. 56-65.

Rosa, receoso de que os aquilombados dessem fuga aos escravos, perseguia a Escrava Virginia que os acoitava. Ao encontrar com os quilombolas na residência de Virginia, foram disparados tiros, sendo atingido na refrega o dito feitor e o aquilombado Gonçalo. Josenildo de Jesus Pereira identifica questão semelhante ao analisar que no século XIX muitos proprietários rurais do Maranhão assustavam-se com a formação de quilombos e a crescente insubordinação escrava provocavam pânico nas autoridades.

Não por acaso, essa região foi escolhida como foco de ação do *Clube Amazônia* promovendo ações de liberdade voltadas aos escravizados, além de festejos com liberdades e o estabelecimento de contratos de trabalho no engenho Meruhu. Em atenção à região do baixo Tocantins e também do baixo Amazonas, o secretário do Clube Amazônia, José Henrique Cordeiro de Castro, publicava nos periódicos de Belém um chamamento aos senhores:

A comissão executiva do “Club Amazonia” convida, em nome, d’estes, os aos senhores de escravos foragidos em mocambos em Mocajuba, Tocantins, Trombetas, em Obidos, e no território do Amapá, a fazerem suas declarações por escripto a qualquer um dos membros da referida comissão executiva, em ordem a se poder conceder, em breve tempo, liberdade á esses infelizes.⁴⁴²

A preocupação do *Clube Amazônia* era partilhada pela imprensa. Por exemplo, o *Diário de Belém* falava da necessidade de “persuadir”⁴⁴³ os senhores a dar liberdade, porém, mediante formalização de contratos de trabalho por “um curto prazo e módico salário”. Comentava que os escravos fugidos auxiliavam o “abrir as portas dos mocambos para os escravos que ainda se conversa nos trabalhos regulares das fazendas ruraes.”⁴⁴⁴

Essa breve digressão foi para mostrar as preocupações dos senhores, clubes emancipadores e abolicionistas e autoridades legais que muitas das ações de acoitamento e fugas não foram incomum e minavam as bases do escravismo. Assim, Benevides era mais um ponto de inflexão que não seria diferente enquanto “zona de liberdade” e foco de refúgios de escravizados porque contava com auxílio de abolicionistas cearenses ligados à Sociedade Libertadora Benevidense.

Se recordarmos o que disse o redator do periódico *Diário de Belém*, João Brígido, em maio de 1883, no seu discurso durante as festas de Fortaleza, cumpria-se a promessa dos paraenses em promover festejos da liberdade no Pará e a marcante presença dos cearenses nessas manifestações. Provavelmente, tal participação era idealizada para solenidades e atos

⁴⁴² *Diário de Belém*. Club Amazônia. 2 de maio de 1884, p.2.

⁴⁴³ *Diário de Notícias*. 10 de maio de 1884, p.2.

⁴⁴⁴ *Idem*.

de chancela oficial numa festa “civilizatória” de libertação sem sustos ou maiores inquietações, numa perspectiva harmônica e gradualista.

Porém, como analisamos, apesar do regozijo da libertação dessa colônia pontuada na tópica do discurso da “*liberdade, progresso e civilização*”, em seus desdobramentos fugiam do controle e das perspectivas, uma vez que escravizados, libertos, colonos cearenses e os abolicionistas ligados à *Sociedade Libertadora Benevidense* articularam fugas e desafiaram autoridades e assustavam os setores conservadores que viam a libertação de Benevides como perigo referencial, portanto, foco da liberdade bem próximo à capital.

Nesse contexto, por ora, o Pará apresentava resposta à indagação de Paulino de Brito, pois as comemorações e a libertação Benevidense transpassava o “marasmo” assinalado pelo literato paraense. Não significava, todavia, que os festejos em honra ao Ceará, Benevides e Amazonas fossem comemorados de maneira idêntica. Ao contrário, os diferentes significados a esses acontecimentos desvirtuavam um ideal projetado, ou seja, festa harmônica em que a liberdade seria atingida sem maiores atropelos.

Todavia, para os abolicionistas a tessitura de uma retórica em favor da liberdade fincando novos marcos do abolicionismo afrontava aos escravocratas em razão a mudança de atitude, não mais as distantes referências de sujeitos ou ideias de emancipação lançadas há décadas, mas uma abolição, de fato, materializada numa colônia agrícola.

3.4- LIBERTAÇÃO DO AMAZONAS: NÃO HÁ REMÉDIO SE NÃO ACOMPANHAR A ONDA.

Início esse tópico com outra missiva⁴⁴⁵, só que agora “anônima” escrita por um “cidadão paraense” que supostamente vivia em Manaus. O redator do *Diário de Notícias* selecionava alguns trechos para mostrar aos seus leitores que, análogo aos argumentos de Paulino de Brito ao redator do *Diário de Belém*, o escrito destacava o clima de euforia e a premente abolição no Amazonas. Ressaltava na carta que:

Antes do mez se setembro não haverá mais escravos no amazonas!

Para fazeres: Idéa do movimento abolicionista, basta dizer-te que tendo a assembleia votado 300 contos para fundo de abolição, a provincia não gastará nem 30 contos com a libertação de todos os escravos!

Uma chusma de sociedades, conferencias, reuniões, comissões, subscripções, esmolas, donativos, a imprensa e todas as classes da sociedade, enfim tudo esta em

⁴⁴⁵ *Diário de Notícias*. Redenção do Amazonas. 17 de maio de 1884, p.3.

movimento espantoso e frenético, de tal forma que em um mez e pouco já se libertam 80 e tantos escravos, quase sem onus para a provincia. Os escravos já estão valendo 100\$000 R\$, quando há um mez ainda valiam 1:000\$000 R\$.

Os próprios possuidores já se envergonham em receber qualquer quantia pela liberdade de seus escravos

O inspector d'alfandega tem repellido todos *senhores de escravos*. Que quieriam ver se ainda salvavam alguns, que deixaram de averbar em tempo.”

Que bello exemplo para ser imitado pelo Pará.

E sel-o-há?

São esses nossos ardentes votos.⁴⁴⁶

Analisando alguns tópicos da referida carta, registrava as intercorrências amazonenses e indagava, então, qual seriam os rumos do movimento abolicionista paraense perante a sua província coirmã? Nela, temos a explanação de uma série de ações emancipacionistas do governo provincial, indenizações pelo fundo de emancipação, reuniões, conferências, festejos, ações emancipacionistas de agentes do governo, iniciativa particular e pública de indivíduos e associações.

Os registros realizados pelo *Diário de Notícias* em torno dos rumos do abolicionismo do Amazonas eram constituídos no sentido pedagógico “Para fazeres”, ou seja, de ditava o caminho rumo à liberdade. Observa-se a indução da narrativa em torno da abolição na qual o “belo exemplo a ser imitado pelo Pará” apresentava molde a ser adotado. Em caráter provocativo e ameaçador, demonstrava a desvalorização do valor da mão de obra escravizada que impactava no preço das indenizações, bem como usava o imperativo moral da “vergonha” que supostamente os senhores sentiam ao desfazer-se de seus escravizados.

Nesse contexto, tais ações poderiam induzir que no Pará ocorresse de forma semelhante o abolicionismo do Amazonas? Assim, qual seriam os significados dessas comemorações no Pará?

Em certa medida, na memória social promovida pela imprensa periódica, era dividida entre o entusiasmo de promover os festejos do abolicionismo, posicionando a província paraoara enquanto adepta da “onda” abolicionista. Noutro paradoxo, tais quais as comemorações em honra ao Ceará e Benevides, até que ponto era conveniente e prudente espelhar-se no Amazonas?

Para buscar responder a esses questionamentos, recorro à reflexão de Bezerra Neto, que compreende que diferentemente da abolição que se processava no Ceará, a do Amazonas era “bem melhor” avaliada. O fato de a libertação ocorrer em meio ao gradualismo e, por conseguinte, do respeito ao direito senhorial com indenizações e sem maiores

⁴⁴⁶ *Idem*. Grifos Meu.

conturbações que destoava daquela que se processava entre os cearenses e também em Benevides, que nas palavras do autor “seu abolicionismo tinha um caráter mais cordato ou comportado em relação ao que ocorrera no Ceará.”⁴⁴⁷

Como analisamos anteriormente, a cobertura e ações que a imprensa periódica paraense destinou ao movimento cearense foi mais ampla e aproximada se comparada ao Amazonas, no que pese a proximidade geográfica e até mesmo histórica entre as províncias amazônicas. Não quero dizer que era menos importante, pois como analisou Angela Alonso⁴⁴⁸, Pará e Amazonas tiveram aproximação dos seus movimentos de emancipação. Analiso que a experiência amazonense foi reverberada e vivenciada em menor proporção se tivermos como parâmetro os escassos registros de participação direta dos paraenses nos festejos, ausência em sessões solenes, sem registros de discursos, reuniões ou participações nas festividades realizadas no Amazonas em proporção mais ativa. O que, ainda assim, não deixou de desencadear festejos e servir de espelho ao que se desejava que ocorresse aqui.

Como percebeu Edilson Vasconcelos⁴⁴⁹, a redenção do Amazonas foi bem recebida pelos clubes e associações abolicionistas, do mesmo modo que o *Abolicionista 28 de Setembro e Clube dos Patriotas*. Outro ponto foi que a imprensa paraense, em boa proporção, igualmente saudou a liberdade do Amazonas com entusiasmo, incluindo na escrita seus festejos, reverências e saudações à redenção em voga.

Edilson Vasconcelos avalia que por meio das sociedades abolicionistas e suas conexões entre Ceará, Amazonas e Pará serviu de experiência de liberdade. Esta foi moldada na ligação entre sujeitos e associações, em torno da troca de correspondências. Ao identificar essa aproximação, estabeleceram laços de amizade com membros da *Sociedade Abolicionista 28 de Setembro* e os seus pares amazonenses. Ao indicar que essa conexão entre abolicionistas cearenses e amazonenses por meio de imigração de sujeitos cearenses, cita que:

Da lista dos integrantes da *Sociedade Libertária 25 de Março* de Manaus, por exemplo, acredito que alguns deles correspondiam aos mesmos componentes da *Sociedade Libertadora Cearense*: João Carlos da Silva Jatahy, Isaac Amaral, possivelmente irmão de outro integrante da referida sociedade cearense, o já conhecido José Correa do Amaral. Na casa do então Carlos Jatahy, ocorreria uma das reuniões dos preparativos para a festa que os colonos cearenses do Amazonas celebrariam em reverência a abolição cearense, consumada em 25 de Março de 1884.⁴⁵⁰

⁴⁴⁷ BEZERRA NETO, José Maia. *Op. Cit*, 2009, p.411.

⁴⁴⁸ ALONSO, Angela. *Op. Cit*, 2015, p. 216.

⁴⁴⁹ VASCONCELOS DOS SANTOS, Edilson. *Op. Cit*, p. 187.

⁴⁵⁰ *Idem*, p. 174.

Angela Alonso compreende que o movimento abolicionista ancorou seu processo de nacionalização aproximando experiência da *Sociedade Libertadora Cearense* e da *Confederação Abolicionista* que fortaleciam a teia do ativismo a partir do repertório da associação de mulheres, promovendo bazares, conferências, solenidades públicas com bandas de músicas, poesias, dramatização e entrega de cartas de liberdade. Essa experiência cearense, em especial por meio do *Sociedade Cearense Libertadora* nacionalizou o movimento cearense e amazonense espelhado com o que ocorria na corte imperial. Analisando a campanha amazonense, a autora diz:

Tal qual Fortaleza, Manaus foi dividida em seis comitês, animados pelos alunos do Liceu e da Escola Normal. Tudo sob o beneplácito da elite local, que tinha pouco dinheiro a perder e muito prestígio a ganhar, pois, como na Corte, o Abolicionista Amazonense instituiu um Livro de Ouro e um Livro Negro. A Cruzada da libertação se alastrou por cidades vizinhas. Em maio de 1884, o presidente da província distribuiu cartas de liberdade aos últimos escravos de Manaus. Segunda capital provincial se declarava livre no império.⁴⁵¹

Edilson Vasconcelos percebe igualmente essas questões, adicionando também que havia aproximação e semelhança de ações emancipacionistas entre os presidentes das três províncias como simpatizantes ou mesmo entusiastas da emancipação. Compreendendo que ambas, em maior ou menor grau, atacaram a questão escravista, além da atuação das lojas maçônicas e também a fundação de clubes e associações abolicionistas.

Em outra análise, Provinno Pozza Neto evidencia como a experiência emancipadora amazonense⁴⁵² ocorreu em situação análoga ao do abolicionismo impresso no Ceará e no Pará. Como dito anteriormente, o abolicionismo caracterizou-se como um movimento que utilizava um repertório e adaptações, ações similares em diversos pontos do império, estabelecia relações de associativismo, ação judiciais e parlamentares e o uso do espaço público por meio de cortejos, festejos e libertações. O autor faz a caracterização a escravista na província vizinha, destacando que essa aproximação assemelhou seu processo de liberdade ao envolvimento de clubes e associações emancipacionistas e abolicionistas. Ao tratar da experiência da *Sociedade Emancipadora Amazonense*, destaca que seu lançamento ocorreu na década de 1870, em meio a festas e a entrega de cartas de liberdade.

⁴⁵¹ ALONSO, Angela. Op. Cit, 2015, p. 214.

⁴⁵² NETO, Provinno Pozza. *Ave libertas: ações emancipacionistas no Amazonas Imperial*. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2011, p. 115.

Observa também essa similaridade quando cita e analisa a *Sociedade Abolicionista 1º de Janeiro* inaugurada em abril de 1884. Nos seus estatutos estava organizado por meio de bazares e recolhimento de fundos para custear alforrias. Ainda em abril de 1884, foi organizado a *Sociedade Amazonense Libertadora*⁴⁵³ e também o *Club Juvenil Emancipador*. Pozza Neto⁴⁵⁴ destaca que essas ações marcaram o movimento abolicionista amazonense, além da criação da *Sociedade Libertadora 25 de Março* aliando suas atividades com a loja maçônica *Esperança e Porvir* e também a atuante imprensa periódica, em especial por meio do jornal *Abolicionista Amazonense*.

Seguindo a mesma perspectiva de ações privadas e públicas, Pozza Neto⁴⁵⁵ identifica que ainda em 1884 ocorreu marco do surgimento da *Comissão Central Abolicionista Amazonense*, com a realização de conferência em 31 de março de 1884. Se recordarmos os parágrafos anteriores, ação semelhante ocorreu em Belém justamente por meio de conferências, como as de José Agostinho dos Reis e Humberto Leal Borges Castelo Branco, também entre os meses de março a maio de 1884, além da tentativa de criar a *Comissão Central Emancipadora*, pouco tempo antes, em maio de 1883, no regozijo belenense à libertação de Fortaleza.

A explosão de associações pelo império foi justamente o reflexo dessa rede de ativismo que uniu o repertório do associativismo, por meio da atuação na imprensa periódica, clubes e sociedades emancipadoras e abolicionistas que promoviam manifestações públicas, em especial, o ápice da comemoração com festejos que marcavam na memória social sujeitos, ações e a construção de narrativa de um movimento libertador e patriótico, portanto, forjava a própria memória em torno do abolicionismo.

Nesse sentido, compreendo que os festejos dos meses de março a julho de 1884 foram singulares para os abolicionistas, pois foram momentos propícios para programarem tanto a celebração em honra à libertação do Ceará, quanto a redenção de Manaus. Nesse seguimento, que celebrava o periódico *Diário de Notícias*:

Redempção de Manáos
Devia ter hontem lugar a redempção da capital da Amazonas.
O sol, que hontem iluminou a heroica cidade de Manáos, iluminou uma população livre, uma população de irmãos!

⁴⁵³ *Idem*, p. 117.

⁴⁵⁴ *Ibidem*, p. 126.

⁴⁵⁵ *Ibidem*, p. 115.

Na provincia do Amazonas a sublime e santa ideia da abolição do elemento servil é a predominante, geralmente, pelo que e indubitável que, no dia 7 de setembro próximo, ella estará inteiramente lavada da negra macula da - ESCRAVIDÃO.
 Salve! Provincia do Amazonas!
 Hurrah! Povo amazonense!⁴⁵⁶

O uso de metáfora do “sol” da liberdade, “sublime e santa ideia da abolição” demarcava na escrita do cronista, a liberdade da capital manauara enquanto ato de heroísmo, formava a tópica do discurso do abolicionismo, a ideia de que os escravos eram “irmãos”, logo, libertá-los era um ato de denodo. Como analisou Adam Hochschild⁴⁵⁷, reforçava-se o discurso libertador enquanto propaganda de apelo, assim, o elo de união e conagração, ou seja, era outra forma adaptada do abolicionismo enquanto retórica para apoio popular e a publicidade da causa como elemento de agregação, a própria mobilização da opinião pública. O grito de “salve” e “Hurrah!” vocábulos de saudação e de glorificação usados nas festas da liberdade para registrar a euforia e fomentava o sentimento de aproximação com a província vizinha.

Pozza Neto compreende ainda que o ano de 1884 foi o fechamento de um ciclo, pois quando foi criada a lei provincial cujo objetivo era indenização dos senhores via fundo de emancipação, havia estimulado a iniciativa particular de emancipação voltada tanto aos senhores, quanto às associações e clubes que “teria direito a um diploma de Benemérito da Província do Amazonas e a época da abolição total será perpetuada em um monumento digno desse acontecimento”.⁴⁵⁸

Dessa maneira, podemos notar que tanto Edilson Vasconcelos⁴⁵⁹ quanto Pozza Neto⁴⁶⁰ compreendem que essa aproximação que ocorria no movimento de emancipação do Ceará espelhou ações similares que uniu experiências de associativismo, correspondências e festejos, alinhando diferentes pontos da província em torno de rede⁴⁶¹ do abolicionismo por meio de um intercâmbio entre as províncias. Em 10 de julho de 1884, o *Clube dos Patriotas* celebrou no Teatro da Paz, festa em honra ao Amazonas. Para o articulista do *Diário de Notícias*, deveria ser celebrado a libertação, esquecendo os “meios”⁴⁶² lançados pela classe de

⁴⁵⁶ *Diário de Notícias*. 24 de maio de 1884, p.3.

⁴⁵⁷ HOCHSCHILD, Adam. *Op. Cit.* P. 424.

⁴⁵⁸ NETO, Provinno Pozza. *Op. Cit.*, 2011, p. 133.

⁴⁵⁹ VASCONCELOS DOS SANTOS, Edilson. *Op. Cit.*, p. 121.

⁴⁶⁰ NETO, Provinno Pozza. *Op. Cit.*, 2011, p.123.

⁴⁶¹ ALONSO, Angela. *Op. Cit.*, 2015, p. 169.

⁴⁶² Provavelmente o cronista relacionava a questão da desvalorização do valor das alforrias pagas pelo fundo emancipador amazonense. Segundo Pozza Neto, o *lobby* dos deputados provinciais em aprovar os valores pagos

dirigentes do Amazonas, quer dizer, o discurso de que a indenização paga via fundo de emancipação aos senhores era de valor abaixo. Exaltava a figura de Theodureto Souto como “benemerito da humanidade!” o qual:

Nós congratulamo-nos com a provincia do Amazonas e incruenta conquista. Temos fé, porém, que sabemos seguir a senda luminosa que ella nos traçou, e, se interrogamos a futuro entrevemos sem sermos temerarios a data triumphal em que grande familia brasileira comungará no espirito de liberdade que a 10 de julho de 1884 marcou a era de ouro da Provincia do Amazonas!⁴⁶³

Já *O Liberal do Pará* regozijava que o Amazonas estava em festa em seu amor “á causa da liberdade” e que “como o Ceará coube ao Amasonas o segundo lugar no banquete da civilização e do progresso.”⁴⁶⁴ Era celebrado que a província vizinha havia realizado sua emancipação dentro do aspecto da legalidade. Informava também que desde o dia nove já era realizada em Belém “*marcha Aux-Flambeaux*”, com bandas de músicas no largo da misericórdia, foram percorridas algumas ruas, havendo a saudação ao presidente da província e associações abolicionistas, além dos órgãos da imprensa.

De acordo com a nota, as festas solenes de 10 de julho representavam “data memorável” na qual a província “co-irmã princesa do Amasonas”⁴⁶⁵ era redimida. Por iniciativa do *Diário de Notícias* e do *Clube dos Patriotas*, foi organizado programa de festejos para o dia nove e dez de julho. Na noite do dia nove, era estimado o número superior a mil pessoas que saudaram os jornais, o presidente da província e as associações abolicionistas, com três bandas de músicas no cortejo e “cidadãos de todas as classes”, entre os quais, trabalhadores do comércio, funcionalismo público e a imprensa. Foram empunhados pelas comissões das sociedades abolicionistas, beneficentes e patrióticas seus estandartes, além de um carro alegórico com imagem que representava a “deusa da liberdade” e que tremulava a bandeira “auri verde”. Assim, os festejos em honra ao Amazonas eram alinhavados a outros atores sociais e denotada como causa patriótica de redenção em alegoria à libertação.

Nesse aspecto, o abolicionismo foi um movimento que trabalhou articulação de diversas frentes em torno da causa da liberdade em festas que envolviam política, formação de opinião, espetáculo, convencimento, entretenimento, atos memoriais, discurso de ato patriótico de “regeneração social”. Como percebeu Adam Hochschild, analisando o

pelos indenizações dos senhores via fundo de libertação eram melhores se comparados aos “irrisórios” valores que foram pagos nas alforrias do Ceará. Ver: NETO, Provinno Pozza. *Op. Cit.*, 2011, p. 136.

⁴⁶³ *Idem.*

⁴⁶⁴ *O Liberal do Pará*. Libertação do Amasonas. 10 de julho de 1884, p. 2.

⁴⁶⁵ *O Liberal do Pará*. A redenção da Amasonia. 12 de julho de 1884, p. 2.

movimento abolicionista internacional, os jornais foram fundamentais para “divulgar o sentimento contra a escravidão: imprimiram artigos, publicaram apelos e contribuições, e suas reportagens sobre reuniões e petições abolicionistas.”⁴⁶⁶ Reforça tal questão Seymour Drescher, entendendo que os jornais tiveram importância no processo de mobilização nacional⁴⁶⁷, ocorrida na Inglaterra em torno do fim do escravismo. Não por acaso, as manifestações de rua em cortejo à liberdade amazonense, privilegiavam a saudação à redação de *O Liberal do Pará*, onde discursou Euclides Requião e Carmino Leal. Análogo ao cortejo em honra ao Ceará, essa marcha percorreu até as redações do *Diário de Belém*, *Província do Pará*, *Diário de Grão-Pará*, *Constituição*, *Correio do Norte*, *A Liberdade*.

No dia dez de julho de 1884, ocorria nova festividade. Nela, foram atrações como bandas de música, foguetório ao meio dia e às dezoito horas. Algumas residências, casas comerciais e repartições públicas foram iluminadas. No Teatro da Paz ocorreu festival no qual foram ocupados seus camarotes por autoridades civis e militares. Para o cronista, todas as “hierarquias sociais” foram representadas sendo estimada em três mil pessoas. Igualmente como ocorreu nas festas em honra ao Ceará, troféu em forma de busto do Visconde de Rio Branco foi erguido entre bandeiras nacionais. Uma poesia foi recitada pelo ator dramático Ferreira Souza, enquanto que outro ator, *Domicini*, cantou a *Romanza* e a atriz Adele Naguel, exibiu uma cançoneta para entretenimento do público. O que chama atenção era a preocupação do jornal em dimensionar ou estipular um número de participantes dos festejos da liberdade do Amazonas. Era importante registrar apoio popular à causa, que contava com apresentações culturais e a conferência de Humberto Leal Borges Castelo Branco que perdurou cerca de duas horas.

O periódico conservador *Diário de Belém* tratou em editorial sobre os significados daquele momento festivo. Ressaltava que a província proclamava “Urrah! de sua aptidão para todas as suas conquistas da civilização no facto de esplendorosas consequenciais moraes que inspira a todos”⁴⁶⁸ e ressaltava a questão da liberdade, a restauração da dignidade dos que estavam subjugados pelo escravismo.

Em 12 de julho, era divulgado o festival organizado pelo *Clube dos Patriotas*, com apresentação lírica dos atores Adele Naghel, Fausto Scano e Sidonia Springer. Esses

⁴⁶⁶ HOSCHCHILD, Adam. *Op. Cit.*, p. 273.

⁴⁶⁷ DRESCHER, Seymour. *Op. Cit.*, 2011, p. 304.

⁴⁶⁸ *Diário de Belém*. Redenção do Amazonas. 10 de julho de 1884, p.2.

atores faziam parte da companhia italiana lírico-cômica⁴⁶⁹ que circulavam em Belém, empresa liderada pelo tenor Scano. Nessa festa artística, discursou João Campbell, proprietário do *Diário de Notícias*, igualmente o jornalista e literato Paulino de Brito. Na tribuna, usou a palavra Humberto Leal Borges Castelo Branco, por seu turno, foi bastante aplaudido; na ocasião, não poderia faltar as liberdades, sendo que o *Clube dos Patriotas* libertou oito escravizados.

Na reflexão de Bezerra Neto⁴⁷⁰, as elites políticas e os senhores realmente ficaram assustados com avanço do abolicionismo, tendo como consequência a queda do valor da propriedade escrava e a pressão simbólica materializada nas emancipações do Ceará, Amazonas e da colônia de Benevides, aumento do quantitativo de liberdades que cada vez mais assustava os senhores. A pressão nas festas, ora por meio dos clubes e associações cuja simbologia com flores, músicas e estandartes, ora em eventos públicos com debate e aglomeração que estimulou aprovação de leis no parlamento. A retórica em torno da emancipação gerava, por outro lado, preocupações e debates quanto a forma mais prudente de alcançá-la. Portanto, a provável intenção dos redatores do *Diário de Belém* e do *Diário de Notícias* em repassar as informações de Paulino de Brito e de um cidadão “anônimo” coadunava com o sentimento de que o processo de emancipação era factível e se espalhava no império.

CAPÍTULO 4- A FESTA COM ESSE FIM: KERMESE DE 1887 E A REDENÇÃO DE BELÉM.

Para Seymour Drescher, num período de menos de um século ocorreu o desmantelamento em extensão transoceânica da escravidão criada depois de 1450. A mobilização em favor da liberdade pode ser, por um lado, compreendida como reforma filantrópica e social, de outro, bandeira para novas lutas sociais em torno de ideias de

⁴⁶⁹ *Diário de Notícias*. Teatro-Circo. 1 de junho de 1884, p. 1.

⁴⁷⁰ BEZERRA NETO. José Maia. *Op. Cit*, 2009, p. 411.

república, reformas sociais ⁴⁷¹, além do movimento que estabeleceu, conforme indica Adam Hochschild, a primeira campanha internacional pelos direitos humanos. ⁴⁷²

Avolumavam-se as notícias pelos periódicos de atos de “filantropia” ou “caridade”, comemorações em que havia a entrega de cartas de liberdade, registrados exaustivamente pelos periódicos belenenses. Em Belém, as comemorações do abolicionismo foram também estendidas a regozijos pessoais, familiares e aos círculos de amizades. Para Renata Figueiredo Moraes⁴⁷³, as festas de liberdade foram marcadas pela polifonia e polissemia⁴⁷⁴ compartilhada por diferentes grupos sociais. O “boom” dos festejos que se amontoavam em manifestações em favor da liberdade, criava um ambiente comemorativo que equiparava as quadras festivas patrióticas e aquelas que lembravam a “efeméride” de “Vinte e Oito de Setembro”, transformando a realização pessoal, inauguração, reunião familiar, nascimento de um filho ou ato memorial em ações em favor da “causa da liberdade”.

Nessa perspectiva que o quarto e último capítulo deste trabalho analisa festas que simbolizaram contornos definidos do abolicionismo belenense: As festas familiares, A *Kermesse* redentora de 1887 como primeiro passo para os preparativos da redenção de Belém, em 13 de maio de 1888.

4.1- A FESTA COM ESSE FIM É SEMPRE BOA: ABOLICIONISMO DE ESCUDO.

“O povo sempre apresenta estas festas para dar algumas cartas de liberdade e a festa com esse fim é sempre boa!” ⁴⁷⁵ Nessa perspectiva que apresento comemorações cuja peculiaridade está relacionada com a ritualização da liberdade em meio às celebrações de cunho pessoal, familiar e de círculo de amizades em jantares, aniversários, reminiscências que eram representados como momentos de empatia social e política. O objetivo de demonstrar

⁴⁷¹ DOS SANTOS, Claudia Regina Andrade. *Op. Cit.* 2015, p. 340. **IN:** Tornando-se Livre: *Agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição*. Orgs: MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo; CASTILHO, Celso Thomas.

⁴⁷² HOCHSCHILD, Adam. *Op. Cit.*, pp. 421-448.

⁴⁷³ MORAES, Renata Figueiredo. MORAES, Renata Figueiredo. As festas de Abolição na corte: Diversidade e polifonia dos festejos de maio de 1888. 5º encontro de escravidão e liberdade no Brasil meridional. P. 1. <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos5/moraes%20renata%20figueiredo.pdf>. **Acessado em 05/12/2017.**

⁴⁷⁴ MORAES, Renata Figueiredo. *Op. Cit.*, 2012, p. 20.

⁴⁷⁵ *Diário de Notícias*. Editorial. 14 de maio de 1886, p. 2.

que o movimento do abolicionismo fluía numa pluralidade de atos de empatia em que a festa se externava nas ações de liberdade, nas simples confraternizações. Como identifica Angela Alonso⁴⁷⁶, o abolicionismo criou rede de ativismo, num movimento social em torno de adesão, interação social e agregação.

O abolicionismo belenense não se limitava às ações das associações e clubes emancipacionistas/abolicionistas, que em seus festejos públicos ocupavam o cotidiano dos clubes sociais, praças e teatros. Ao adentrar no mundo privado das relações, o movimento de abolicionismo acampava não somente no cotidiano do trabalho, nas feiras livres, botequins, portos e navios, mas também no interior das residências, na mesa do lar, das festas familiares, a intimidade do ciclo de amizades. Ao pensarmos essa perspectiva de abolicionismo na concepção de Angela Alonso⁴⁷⁷, podemos compreender enquanto tentativa de controle, um artifício de proteção social, sob o signo da agregação e legitimação.

Vejamos algumas questões:

“Eram 9 horas pouco mais ou menos quando penetramos nos salões do nosso bom amigo Ilmm. Capitão Silva Santos.
O citado cavalheiro com o fim de festejar o aniversario do seu casamento, e ao mesmo tempo de dous de julho abrirá áquelles ao concurso de uma sociedade elegante e ali oferecia uma noite...ideal!
(...) Dahi a pouco a orchestra preludiou um vivendo. Empunhava a batuta da regência o conhecido e talentoso Barros.
(...) aos prelúdios começaram a juntar os quadros para a 1ª quadrilha.
Esta foi animadíssima.
(...) *O festejado concedia cartas de liberdades ao resto de seos escravos! (Grifo meu)*⁴⁷⁸

A cerimônia do casamento do capitão Silva Santos foi marcada pelo clima de êxtase e alegria que foi enfatizada na descrição da *Soirée*, com a dança de quadrilha no qual “Seguiu-se outra, mais outra e em todas as outras tres primeiras, a mesma alegria, mesma animação, mesmo delírio!”⁴⁷⁹. Além das quadrilhas dançantes, o casamento teve como atração aos convidados a oferta de um banquete no qual “O illmo sr. Silva Santos e sua Exma. sra esposa com a sua amabilidade característica fizeram então passar seus convidados a uma sala de jantar aonde os esperava uma ceia esplendidamente organizada.”⁴⁸⁰ Esse festejo aliava a cerimônia privativa de renovação dos laços matrimoniais, no qual à comemoração era direcionada à causa social, especificamente a entrega de cartas de liberdade. Em outra

⁴⁷⁶ ALONSO, Angela. *Op. Cit.*, 2015, p. 146.

⁴⁷⁷ *Idem*, p. 355.

⁴⁷⁸ Diário de Belém. Folhetim. 09 de julho de 1884, p.1

⁴⁷⁹ *Idem*.

⁴⁸⁰ *Ibidem*.

comemoração o senhor Francisco da Silva realizou em sua residência numa *Soirée* familiar que contou com a presença de cavalheiros e senhoras que em meio aos comes e bebes, aproximando-se o fim da confraternização, era anunciado o seu encerramento com o grande momento, de forma que ocorria a concessão de duas cartas de liberdade “que sem onus algum entregou a Olivia e Vicente, que eram de sua propriedade.”⁴⁸¹

A cerimônia festiva e religiosa da instituição do casamento poderia ser um acontecimento social na qual os sujeitos poderiam utilizar-se da comunhão para demonstrar empatia política e aproveitando a felicidade dos familiares e o clima comemorativo para mostrar adesão à causa libertária. Foi o caso da festividade matrimonial no qual “o Sr. tenente Pires Camargo deu liberdade ao escravo Ernesto em virtude de seu consorcio, ante-hontem. Registremos esse acto de philantropia.”⁴⁸² Em 1887, a união de Raymundo José de Lima e Maria José de Lima, ocorrida na Igreja de Santo Alexandre foi pretexto para que perante os convidados e os familiares dos noivos ocorresse durante o casório “(...) foi entregue uma carta de liberdade ao escravo Avelino, dada sem onus algum pela exm^a sr^a Angela Lima, mãe da noiva. Desejamos uma verdadeira messe de felicidade ao jovem casal.”⁴⁸³ O que chamou atenção nesse enlace foi a presença de Domingos Olympio Braga Cavalcante, redator do *Diario do Gram-Pará* e participante da *Comissão Central de Emancipação*, na qualidade de padrinho da noiva e também a presença do religioso e político conservador Cônego Siqueira Mendes.

Em ato solene realizado na Igreja de Nossa Senhora de Nazaré, no quarto distrito de Belém, nas comemorações do matrimônio de Ricardo José de Oliveira Santos e Thereza Oliveira dos Santos que tivera praticamente a mesma caracterização. Segundo a nota do periódico “compareceram ao acto muitas pessoas gradas da nossa sociedade.”⁴⁸⁴ No desenrolar da cerimônia, fora destacada diversos brindes ofertados “Do sr. João Santos, pae da noiva, brindando o Sr. Major Frederico Costa e declarando que em homenagem a si e como demonstração de seu justo jubilo, declara livre, e pedia ao sr. major Costa que entregasse carta de liberdade ao seu escravo Belmiro, *de cor branca (grifo meu)*.”⁴⁸⁵ Como relata Bezerra Neto, durante a década do abolicionismo a referência ao componente racial era

⁴⁸¹ *O Liberal do Pará*. A idéa Caminha. 24 de maio de 1884, p.2.

⁴⁸² *Diário de Notícias*. Liberdade. 06 de fevereiro de 1886, p. 2.

⁴⁸³ *Diário de Notícias*. Casamento. 22 de outubro de 1887, p. 2.

⁴⁸⁴ *Diário de Notícias*. Consorcio. 22 de fevereiro de 1887, p. 2.

⁴⁸⁵ *Idem*.

representado nos critérios de escolha pela cor na qual havia a projeção de um “liberto ideal”⁴⁸⁶ componente do imaginário senhorial. Essa festa de casamento foi marcada não somente pela inserção de um novo elemento ritualístico⁴⁸⁷ no festejo, ou seja, a cerimônia de concessão de alforria ao escravo Belmiro. Ocorreu outro ritual, relacionando a circularidade em torno de um banquete, entre os brindes dos convidados, proclamações de felicidades e vivas ao casal, congratulavam-se:

O sr. J Fernandez arrebatado de entusiasmo, ergueu um brinde de ligeiras mas expansivas palavras ao *benemerito libertador (Grifo meu)* João Rodrigues dos Santos.

(...) Do sr. Padre Julião, ao dr. Arminio e ao sr. João Santos, o redemptor de Belmiro.

Do Sr. João R. dos Santos, ao abolicionista distinto, que cortou sua brilhante carreira, que nos centros mais longiquos do Ceará, foi redimir o escravo, ao sr. J. Fernandez.

Do Sr. J. Fernandez, a um cavalheiro ausente, mas que deve merecer respeito e admirações dos seus concidadãos, do amigo distinto e grande alma, de talento e caracter venerado, do Conselheiro Samuel W. Mac-Dowell, representado por digno cunhado Major Frederico Costa.⁴⁸⁸

A celebração do enlace foi pretexto para marcar na memória social o posicionamento político, bem como, relações de sociabilidade e representação que estimulavam adesões ao movimento social em prol da liberdade. Ao buscar a legitimação, eram proclamados alguns sujeitos, alcunhados como “libertador” ou “redentor”. Foi o caso da atitude do senhor João Santos, que poderia servir de exemplo a outras pessoas presentes no casório. Por outro lado, nos dá dimensão da interação entre os adeptos da causa do abolicionismo. Foi o caso da menção ao Conselheiro Samuel Wallace Mac-Dowel, eminente representante da APEE e a saudação a Joaquim Fernandez, haja vista que este indivíduo provavelmente fazia parte de rede de liberdade, pois apresentava relações com a *Sociedade Cearense Libertadora* e laços com a emancipação do Rio Grande do Norte.⁴⁸⁹ Joaquim Fernandez é citado na descrição das festas de libertação de Fortaleza como representante do Rio Grande do Norte nas comemorações em cortejo cívico e na sessão solene fez uso da palavra e foi aplaudido ao discursar sobre o ato que se celebrava.

⁴⁸⁶ BEZERRA NETO. José Maia. *Op. Cit*, 2009, p. 250.

⁴⁸⁷ Na perspectiva de Eric Hobsbawm, a inserção de elementos típico dos fenômenos de mudanças ou transformação social em sociedades ocidentais o que o autor trata de “invenção das tradições”. Ver: HOBBSBAMW. Eric e Ranger, TERENCE (Orgs.). *A invenção das tradições*. Ed. Paz e Terra, 1984, p. 14.

⁴⁸⁸ *Diário de Notícias*. Consorcio. 22 de fevereiro de 1887, p. 2.

⁴⁸⁹ CF: *Libertador*. *Acontecimento sem igual*. 8 de abril de 1884, p.2.

Além da cerimônia de matrimônio, outras celebrações possibilitavam a exposição de posicionamento político, a construção de identidade coletiva e de legitimação social, o momento de mostrar-se como “partidário da liberdade”. Seja a lembrança do aniversário, o nascimento de um filho ou seu batizado, cerimônia em memória de um ente querido, até a passagem de ano, tornavam-se momentos de “concessão” onerosa ou “gratuita” de cartas de liberdade. A festa poderia significar então um princípio de ação pautado pela ideia do “faça você mesmo”.⁴⁹⁰ Esses exemplos demonstram como as festas do abolicionismo estabeleciam estratégias de convencimento e ramificações nas quais abarcavam diferentes tendências e matizes sociais e políticas.

Assim, além das comemorações analisadas como táticas que “forçavam” os senhores a “ceder” ou negociar a liberdade, principalmente, por intervenção dos clubes e associações emancipacionistas ou abolicionistas que, no limite, esgarçava a relação entre senhores e cativos, fator que poderia gerar negociação ou conflitos, por meio de fugas, processos judiciais como explica Maria Helena Machado.⁴⁹¹ Havia também agregação do estrato social mais alto pressionado pelas libertações e que aderiam, mesmo que à contragosto e de última hora, a rede de liberdades, sendo o festejo o momento ideal de mostrar essa aceitação, notabilizando seu ato de caráter benevolente, piedoso ou “humanitário”.

Nos anos finais da escravidão, registros nos periódicos cujo fim era a filantropia ou “caridade” que aliava rituais de comemorações, tal qual o ritual cristão do batismo, e com fins de libertação tornaram-se numerosas. O discurso de “benemerência” em prol da humanidade antecipava ou antevia ação governamental ou mesmo dos clubes e associações, mas principalmente, um ato de rebeldia como abandono ou fuga cada vez mais acentuados. Ao aliar a ideia de “boa ação” ou ato de altruísmo que o periódico *Diário de Belém* informava sobre a libertação de duas escravas, que ficaram livres “sem onus algum”. A nota destacava que:

O Sr. Capitão Cezario de Santa Brigida Botelho e sua exma. Esposa d. Maria do Socorro Seabra Botelho, para darem maior realce ao acto de baptismo de seu estremecido neto, que teve lugar no dia 28 do mez findo, na capela da casa de sua residencia, no rio Maguary, concederão liberdade ás suas escravas Marianna e Felicia, sem onnus algum. Actos destes manifestão os bem formados corações de quem os pratica, e não precisam de commentarios para realçal-os.⁴⁹²

⁴⁹⁰ ALONSO, Angela. *Op. Cit.*, 2015, p. 194.

⁴⁹¹ MACHADO, Maria Helena Pereira de Toledo. *Op. Cit.*, 2010, p. 270.

⁴⁹² *Diário de Belém*. Philantropia. 2 de julho de 1885, p.2.

As festas ensejavam série de arranjos que poderiam tirar a prerrogativa da autoridade senhorial em relação à concessão da liberdade. Bezerra Neto⁴⁹³ deixa claro como esse movimento possibilitava desde ascensão política ao acúmulo de pequenas fortunas em torno dos negócios da escravidão, do prestígio e posicionamento social de forma que os “rasgos de filantropia” ou a “onda de liberdade!” poderiam ser compreendidos como “moda” ou mesmo resposta às pressões abolicionistas pelo fim do cativo.

Em março de 1883, a viúva, filhos e genros de José da Gama Malcher, ex- chefe do partido liberal paraense, num ato em memória “entrega hoje, por ocasião da missa em que mandam rezar no cemitério Santa Izabel (...) quatro cartas de liberdade a escravos do casal, que por *seus bons serviços prestados, se fizeram dignos de recompensa (grifo meu) (...)*.”⁴⁹⁴

O raiar do novo ano era festejado e, simbolicamente, reforçando a ideia de continuidade da causa. Em 1884, o clube *Abolicionista 28 de Setembro* realizava “sessão (...) para solemnizar a entrada do ano novo. A’s 9 horas do dia achando-se presente todos os socios, diversos cavalheiros e sras (...) Por intermedio da sociedade foi liberta a escrava de nome Ambrosia pela quantia de 600\$rs.”⁴⁹⁵

Ainda em 1884, o empreiteiro responsável pela construção da estrada de ferro de Bragança, o sr. Bernardo Caymari realizava pedido de permissão para que nas estações de São Braz e Marituba, para que “Aos domingos e dias de festa, excursões de recreio, á tarifa especiais, de que o producto será applicado á libertação de escravos. A linha tem n’essa secção e desenvolvimento de 20 kilometros.”⁴⁹⁶ Notamos, novamente, que os seus interesses como empreiteiro foi associado ao ideal de liberdade harmônico e de confraternização no qual o recreio e lazer dos fins de semana poderiam significar adesão à causa da liberdade.

As concessões de alforrias envolviam nuances que iam desde ação benevolente à pressão social, inclusive da própria imprensa. Um desses atos de “bondade” foi protagonista o senhor José Antonio Rezende que concedeu liberdade por conta de que se encontrava “enfermo e seguia para Europa no *vapor inglez Sobralense*, em busca da melhoria de sua saúde.”⁴⁹⁷ A “condição” da alforria ocorreu por conta de que “dotado de sentimentos

⁴⁹³ BEZERRA NETO, José Maia. *Op. Cit*, 2009, p. 434.

⁴⁹⁴ *O Liberal do Pará*. 14 de abril de 1883, p.3.

⁴⁹⁵ *Diário de Notícias*. 3 de janeiro de 1884, p. 2.

⁴⁹⁶ *Diário de Belém*. Para a emancipação. 23 de julho de 1884, p.2.

⁴⁹⁷ *Diário de Notícias*. 23 de abril de 1886, p.2.

verdadeiramente abolicionista, acaba de conceder a liberdade a um seu escravo de nome Maximino, 21 anos de idade, e que segue em sua companhia.”⁴⁹⁸

Em 1887, Gaspar de Macedo Amorim tinha seu nome publicado em alguns jornais da capital paraense. O *Diário de Notícias* registrava a nota de *A Província do Pará* que denunciava que o dito cidadão mantinha em cativeiro um escravizado idoso de nome Manoel e que dele “exige a diaria de 2\$500 rs, sob pena de mãos tratos, que lhe são infligidos, toda vez que o infeliz não consegue obter aquella quantia. E’ facto lamentável!”⁴⁹⁹ Lembrava em outra nota que escravizado era “septuagenario”⁵⁰⁰, por tanto, sua escravização era ilegal de acordo com a lei de vinte e oito de setembro de 1885. A repercussão dessas notas pode ter pressionado o dito senhor, pois passado algum tempo, provavelmente usando como “escudo” a retórica da “benevolência” e, em honra a comemoração, era anunciado que “O sr. Gaspar Macedo e Amorim, para solemnizar o anniversario natalicio de seu filho, o sr. Emilio Macedo, restituiu a liberdade o seu escravo de nome Manoel. A carta foi entregue ao libertando pelo sr. Major Baena.”⁵⁰¹

Passados alguns meses, adentrando o ano de 1888, na lista de classificação da junta de escravizados libertados pelo fundo de emancipação da capital, analisada e criticada pela “Secção abolicionista” do *Diário de Notícias*, constava o nome dos senhores que haviam recebido por escravos “velhos e imprestaveis cujos valores elevam o interesse dos possuidores de um descomunal despropósito” no qual estava novamente constando “Gaspar Macedo e Amorim, um escravo de nome Manoel, com mais de 50 anos de idade, por mais 1:200\$.”⁵⁰² A possibilidade de Manoel ser o dito escravizado libertado em 1887, durante as comemorações de aniversário, mediante ganho considerável de recurso financeiro não pode ser descartada.

Estes casos ilustram as variadas ocasiões de mostrar posicionamento, “dizer-se” a favor, ou seja, empatia ou adesão ao movimento emancipador por meio de registros regularmente estampados nas seções dos periódicos. Ainda que, em certos casos, inventadas ou deturpadas como ato benevolente, humanitário e de compaixão quanto ao caráter da concessão, apresentavam forte teor pedagógico quanto à ideia de caridade e filantropia, além questão moral, sem deixar de esquecer a idealização e da relação de paternalismo que buscava

⁴⁹⁸ *Idem.*

⁴⁹⁹ *Diário de Notícias*. Pelo jornalismo. 27 de maio de 1887, p. 2.

⁵⁰⁰ *Diário de Notícias*. 70 anos de cativeiro. 31 de maio de 1887, p. 2.

⁵⁰¹ *Diário de Notícias*. Liberdade. 28 de junho de 1887, p. 2.

⁵⁰² *Diário de Notícias*. Secção abolicionista. 2 de junho de 1888, p. 2.

no libertando a idealização de “bom cativo” agraciado com alforriado pelos serviços condicionais como foi a condição de liberdade de Maximino ou então o caso do escravizado Manoel, explorado até as últimas consequências e usado duplamente, seja para mostrar adesão ao momento ao libertá-lo, bem como para auferir lucro junto aos cofres públicos.

4.2- A KERMESSE REDENTORA DE 1887: O ARRAIAL DA LIBERDADE.

Em 1887, a sociedade *Harmonia e Fraternidade*⁵⁰³ atrelada à Maçonaria, capitaneou a mobilização para realizar a comemoração da “efeméride” de “Vinte e Oito de Setembro”. A estratégia de ação era análoga ao Bazar da Caridade de 1882, porém, centralizado suas ações em definir comissões para formação de pavilhões que seriam organizados por estudantes, professores com apoio das lojas maçônicas, clubes abolicionistas, sociedade filantrópicas e patrióticas, além das iniciativas de senhoras, artistas e a imprensa. Assim, foi articulada em forma de um grande arraial de atrações no “Theatro Circo Cosmopolita”⁵⁰⁴ escolhido para realizar a “*Kermesse Redentora*”. Além de incluir a promoção de donativos, subscrições e arrecadação de produtos houve também a realização de “tombola”, ou seja, um jogo de completar cartão e arrecadar o prêmio.

O convite divulgado pela sociedade *Harmonia e Fraternidade* era para “comemorar a data de 28 de setembro, vão fazer distribuir n’esse dia maior numero de cartas de liberdade que lhe permitam os recursos que obtiverem por subscrições publicas, e uma *kermesse* e tombola que esta organizando.”⁵⁰⁵ Segundo o *Diário de Notícias* “propõem-se fazer uma festa em homenagem ao 28 de setembro, com fim de libertar alguns escravizados, tantos quantos permitirem os recursos pecuniários de que dispor.”⁵⁰⁶ Esta festa foi articulada para arrecadar subscrições públicas por meio de “*kermesse* e tombola que se affectuarão nos dias 25, 26, 27 de setembro do futuro próximo.”⁵⁰⁷ O articulista do periódico ressaltava que “aplaudindo sinceramente uma tal ideia de caridade e civilização”⁵⁰⁸ dos organizadores da festa programada justamente na simbólica “efeméride” de “Vinte e Oito de Setembro”.

⁵⁰³ FARIAS, Willian Gaia. *O alvorecer da República no Pará (1886-1897)*. Belém: Editora Açai, 2008. P. 11-73.

⁵⁰⁴ Teatro popular, local de bailes, reuniões públicas, carnavais e apresentações teatrais, operetas e comédias localizado na Praça Pedro II (Largo da Pólvora), atualmente denominada Praça da República.

⁵⁰⁵ *O Liberal do Pará*. Kermesse e tombola. 18 de agosto de 1887, p.2.

⁵⁰⁶ *Diário de Notícias*. Festa da Liberdade. 18 de agosto de 1887, p.2.

⁵⁰⁷ *Idem*.

⁵⁰⁸ *Ibidem*.

As festas do abolicionismo apresentavam capilaridade e sociabilidade⁵⁰⁹ que se estendia, desde as festas patrióticas, familiar, de cunho corporativo/associativa, tal qual as festas de caridade da maçonaria ou então festejos de irmandades religiosas ao segmento negro, como irmandade do rosário dos homens preto, cuja festa era aberta “As pessoas sem distinção de cor.”⁵¹⁰ Festejos com subscrição com manumissão, por meio de ações “esmolas de diversos cavalleiros; para cujos sentimentos humanitários apelou a irmandade”.⁵¹¹ Entre as subscrições foi organizada durante os festejos em preparação da quadra nazarena⁵¹² em Belém. A “tombola libertadora” foi organizada com o propósito de:

Conforme esta declarado no programa de festas de Nazareth, existe um magnifico pavilhão, em frente da ermida, onde estão em exposição varios objetos de valores, que serão os doze grande premios da grande tombola, que a directoria daquela festa promove em favor da liberdade dos escravos.

Chamamos atenção dos nossos leitores para esses objetos, convidando-os ao mesmo tempo, *em nome da causa da liberdade (Grifo meu)* a irem munir-se de bilhetes, que alli se acham a venda pela insignificante quantia de 500 réis (...).⁵¹³

A reverberação da quermesse foi rapidamente aceita, tanto que alguns órgãos da imprensa estavam engajados. O convite foi prontamente atendido pelo *O Liberal do Pará*, informava que “adhere francamente a ideia e promete o seo melhor concurso á favor d’essa festa de caridade e civilização.”⁵¹⁴ *O Diário de Notícias* chamava o público para “N’este escriptorio recebem-se donativos para serem vendidos no pavilhão da imprensa. Esses donativos devem consistir especialmente em obras typographicas, impressos, romances, novelas, discursos, etc.”⁵¹⁵ Além da imprensa, outros sujeitos organizaram ações em prol do arraial. Vejamos alguns:

Estes não tem poupado esforços para que os festejos de tornem dignos de classe. Acham-se encarregados dos donativos os estudantes Americo Chaves, Carlos Autran, Olintho Lima, João Mello, R. Accioli Lobato, Benevenuto Magno e F. Mello Soares.

O pavilhão estará sob a direção das exmas. Sras. Dd. Maria Magalhães Lameira, Emilia M. da Silva, Anna A. de O. Lameira, Anna M. da Silva e Guimarães M. da Silva.⁵¹⁶

⁵⁰⁹ MONTEIRO ROCHA, Elson Luiz. *Op. Cit*, p. 133-241.

⁵¹⁰ *O Liberal do Pará*. Festa do Rozario. 25 janeiro de 1872, p.3.

⁵¹¹ *O Liberal do Pará*. Manumissão. 30 de janeiro de 1872, p.1.

⁵¹² Brasil. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Dossiê IPHAN: Círio de Nazaré. Ano 2004. P. 77.

⁵¹³ *Diário de Notícias*. Tombola libertadora. 29 de outubro de 1887, p.2.

⁵¹⁴ *O Liberal do Pará*. Kermesse e tombola. 18 de agosto de 1887, p.2.

⁵¹⁵ *Diário de Notícias*. O epilogo do epilogo. 10 de setembro de 1887, p.2.

⁵¹⁶ *Diário de Notícias*. O epilogo do epilogo. 10 de setembro de 1887, p.2.

A quermesse recebia adesão de diversos segmentos, desde as sociedades musicais e escolas, tais como a *Eucterpe Reductoense* e os alunos do colégio “Santa Cecilia”, foram também convidados, os chefes das repartições públicas e seus empregados, além de serem enviadas subscrições aos diretores dos bancos, companhias e aos comerciantes. Mesmo com o clima de adesão, nem todos foram unânimes quanto aos objetivos do arraial, como apontou Renata Figueiredo Moraes⁵¹⁷, as festas do abolicionismo poderiam expor alguma divergência. Essa questão foi registrada pelo articulista de *O Liberal do Pará*, que demonstrava desconforto ao noticiar que “Registremos, entretanto, uma nota dissonante no meio d’esse concerto harmonioso: Consta-nos que n’uma das principaes repartições provinciaes não só o seo chefe, como tambem os demais empregados, tendo já resolvido devolver em branco a respectiva subscrição.”⁵¹⁸

Apesar disso, foi abrangente a recepção e muitas subscrições foram enviadas e respondidas, por exemplo, a loja de Joias dos senhores J. M. Ferreira & Cia *Palais Royal* no qual “se acha em exposição o premio da grande tombola. E’ um rico e elegante serviço de chá.”⁵¹⁹ Conforme veremos na tabela abaixo houve boa recepção, vejamos:

Tabela 1- Relação de subscritores das repartições públicas, companhias e comerciantes.

Subscritores	Valor em réis (\$)
London Bank	100
Correio do Pará	67
Corpo de Polícia	150
Thezouro provincial	45
Colegio Franco Brasileiro	101\$50
Recebedoria provincial	64
Cia Pará e Amazonas	171
Subscrições já publicadas (realizadas em repartições no ano de 1887)	3:099\$200
	3:797\$700

⁵¹⁷ MORAES, Renata Figueiredo. *As festas da abolição na Corte Diversidade e polifonia nos festejos de maio de 1888*. 5º encontro de escravidão e liberdade no Brasil Meridional. P. 1. Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos5/moraes%20renata%20figueiredo.pdf>. Acessado em 05/12/2017.

⁵¹⁸ *O Liberal do Pará*. Festa de 28 de setembro. 23 de agosto de 1887, p.2

⁵¹⁹ *Diário de Notícias*. Kermesse. 16 de setembro de 1887, p.2.

Dados publicados no Jornal Diário de Notícias.⁵²⁰

A quermesse foi estruturada como um “arraial da liberdade” em que cada segmento procurava multiplicar as arrecadações das subscrições⁵²¹. A reunião da *Sociedade Beneficente “Harmonia e Fraternidade”* marcou a posse do centro diretor liderado pelo republicano Dr. Justo Chermont (presidente) e Pedro Cunha (Secretário). Nela, houve a definição em relação aos valores arrecadados pelas subscrições, direcionado que entre as deliberações que “os escravos candidatos as libertações sejam feitas pelos representantes de todas as associações ali presentes, pelo centro director, em primeira reunião, *serem classificados segundos as preferencias da lei tendo-se sempre atenção preferir os que maior peculio apresentarem (grifo meu)*.”⁵²²

Para isso, foi organizado como um grande festival de variedades análogo ao “bazar da caridade” de 1882, tanto que “Brindes de grande valor já sido enviados á directoria promotora da festa e grande numero de senhoras da nossa mais alta sociedade estão tomando sobre a sua proteção os pavilhões da *kermesse*.”⁵²³ Outro aspecto era o apelo aos sentimentos das pessoas em realizar a peregrinação em óbolos pela liberdade pela qual “Amanha a comissão começará a percorrer o commercio á esmolar em favor da festa, e é de esperar que elle saberá responder com galhardia ao apelo que lhe é feito.”⁵²⁴ As prendas foram enviadas para os diversos pavilhões, foi o caso da *Sociedade Artística Paraense*, representada por Antônio Baião Raulim que recebia alguns itens para serem comercializados na *Kermesse*. Análogo ao bazar da caridade de 1882, os itens foram arrecadados e vendidos nos diversos pavilhões. Vejamos:

2 cestas de arroz com belissimas flores artificiaes, pela exma. Sra. Francisca Martins Sarmanho.

1 almofada de lan bordada a alto relevo, 2 limpa-pennas, 2 tapetes para vasos pela exma. Sra. d. , 1 cesta de pedra hume com flores naturaes e 1 porta relógio, pela diretora do Collegio Salles.

1 caixinha de extractos, *por um amigo da liberdade. (Grifo meu)*

1 Dita com pregadeiras de alfinetes, pelo sr. João Mattos Cardoso.

1 quadro de primoroso desenho da exma. Sra. d. Guilhermina Braule, PELO SR. Carlos P. de Souza Vianna.

1 quadro com estampa e um grupo de figurinhos de porcelana pelo Sr. Romão de Paes Siqueira.⁵²⁵

⁵²⁰ *Idem*.

⁵²¹ **CF:** *Diário de Notícias*. Kermesse. 3 de setembro de 1887, p.3.

⁵²² *Idem*.

⁵²³ *O Liberal do Pará*. A festa de 28 de setembro. 3 de setembro de 1887, p.2.

⁵²⁴ *Idem*.

⁵²⁵ *O Liberal do Pará*. Kermese Redemptora. 25 de setembro de 1887, p.2.

Outro aspecto valorizado era atrações para entretenimento do público, como diversões, música, danças e poesias. Foi nesse sentido, que o maestro Roberto Barros “está escrevendo e vae fazer imprimir uma linda walsa, sera vendida em beneficcio da libertação dos escravos, offereceo-se gratuitamente, com sua brilhante orchestra dar um concerto em uma das noites da festa.”⁵²⁶ A mesma nota registrava que os senhores Adelino Leite e Francisco Pinheiro de Queiroz escreveram “mimosas poesias, que se destinão a libretos que a sociedade vae fazer imprimir e vender em beneficio a libertações.”⁵²⁷

Podemos perceber que a sociabilidade e capilaridade dos festejos estabeleciam teia de relações em torno da questão política e institucional. Como destaca Willian Gaia Farias, houve vinculação entre as sociedades patrióticas, emancipacionistas e abolicionistas, a maçonaria e os defensores do ideário positivista republicano⁵²⁸, imersos no universo festivo do abolicionismo.

Esse festival marcou a participação definitiva do clube republicano paraense no movimento de abolição, por meio da “*Kermesse Redentora*”. Após sessão ordinária, foi deliberado que uma comissão pediria permissão para realizar a sua incorporação à sociedade promotora dos festejos. Foram nomeados para auxiliar na realização do arraial os seguintes sujeitos: “Dr. José Paes de Carvalho, Dr. Manoel de M. F. Barata. Philadelpho Conduru. Marcelino Baratta. Innacio Gonçalves Pereira. Leonidas Castro.”⁵²⁹ Em outra nota, era destacado que a diretoria da *Harmonia e Fraternidade*, que era encarregada do programa de festas da *kermesse* fez “tomar parte em todos os seus trabalhos os srs. Antonio José de Lemos, Dr. Cypriano Santos, Marcelino A. Lima Baratta.”⁵³⁰

Ao lado desses grupos, mulheres também estabeleceram redes de ativismo com o arraial. Vejamos:

Firmeza e Humanidade, sob a proteção da exma. Sra. d. Clara Candida de França Dias, sem duvida alguma das maiores e um dos vultos mais symphaticos da colonia portugueza.

⁵²⁶ *O Liberal do Pará*. A festa de 28 de setembro. 3 de setembro de 1887, p.2.

⁵²⁷ *Idem*.

⁵²⁸ FARIAS Willian Gaia. *A construção da República no Pará (1886-1897)*. Niterói, 2005, tese (Doutorado), P. 287-290. Centro de Filosofia e Ciências Humanas-Universidade Federal Fluminense. **Ver também:** FARIAS, Willian Gaia. *A República no Pará: Primeiros momentos*. **In:** *Os Oitocentos na Amazônia: Política, trabalho e cultura*. Maria de Nazaré dos Santos Sarges & Magda Maria de Oliveira Ricci (Orgs.). Belém: Editora Açaí, 2013. P. 181-209.

⁵²⁹ *O Liberal do Pará*. Festa de 28 de setembro. 21 de agosto de 1887, p.2.

⁵³⁰ *Diário de Notícias*. Kermesse. 3 de setembro de 1887, p.3.

Harmonia, sob a protecção da exma. Sra, d. Joana de Siqueira R. Baena.
 - Cosmopolita, sob a protecção da baroneza da Motta Bacellar.
 - Aurora, sob a protecção da exma. sra. d. Umbelina Cordeiro.
 - Renascença, sob a direcção da interessante menina – Guiomar Cavalcanti, filha dilecta do dr. Domingos Olympio B. Cavalcanti.
 - Bella Harmonia, sob a protecção da exma. Sra. (SIC)
 - 28 de julho- pavilhão oferecido ás senhoras maranhenses e sob a protecção da exma. Sra. Florisbela B. Pinto da Silva.
 - 25 de março- Offerecido ás senhoras cearenses e sob a protecção da exma. Sra. d. Maria Gouveia de Miranda.
 - O Pavilhão Central, que se denomina Harmonia e Fraternidade, e que esta sob o encargo e direcção da sociedade promotora da Kermesse, é dividido em 4 secções, sob a protecção das exmas. Senhoras:
 Aurora Rios.
 Augusta Assis.
 Maria Augusta de Siqueira Pinto.
 Mauricia da G. e Silva Ferreira de Oliveira.⁵³¹

Podemos identificar que as mulheres capitanearem a organização dos pavilhões responsáveis pela vendagem dos produtos dessa festa, estabelecendo liderança dos quiosques das lojas maçônicas. Como percebeu Elson Monteiro, as relações de sociabilidade maçônica aproximou o discurso pela liberdade do pensamento liberal com forte tendência ao republicanismo. Assim, a *kermesse* adquiria um carácter progressista e humanitário, atrelava o sentimento de pertencimento, alegria e conagração que envolvia Maçonaria, mulheres, republicanos e abolicionistas.

Em ato memorial, foi deliberado que entre as diversas barracas “Vae ergue-se mais um pavilhão denominado Visconde do Rio Branco, sob a protecção das exmas. Sras. Celina Coimbra Flôr Fialho e Julia Santos, que o destinam a exposição de vendas de flores, bouquets, boutouniêres, plantas naturaes e artificiaes.”⁵³² O simbolismo das flores, como demonstrou Angela Alonso⁵³³, denotava o ideário não violento, por conseguinte, carácter harmônico que permeava o processo de construção de um ideal de libertação. Outro ato simbólico dessa comemoração foi que a “*kermesse Redentora*” serviu de pretexto para que “Por sentença de ante-hontem, do integro sr. dr. Juiz de direito da 2ª vara, foram considerados livres sete escravizados, que se achavam abandonados na cadeia desta cidade. As cartas serão entregue, hoje a noute, no grande festival.”⁵³⁴

Como analisou Bezerra Neto, a quermesse de 1887 foi capitaneada pelas lojas maçônicas, em especial a *Harmonia e Fraternidades, Renascença, Firmeza e Humanidade* e a

⁵³¹ *O Liberal do Pará*. Festa de 28 de setembro. 21 de agosto de 1887, p.2.

⁵³² *O Liberal do Pará*. Festa de 28 de setembro. 23 de agosto de 1887, p.2.

⁵³³ ALONSO, Angela. *Op. Cit.*, 2015, p. 15.

⁵³⁴ *Diário de Notícias*. Hurrah!. 28 de setembro de 1887, p. 3.

Cosmopolita. Estavam associadas com o clube republicano que se movimentaram em torno do abolicionismo, porém, aparentemente, sem a presença ou a organização de sociedades abolicionistas e emancipadores belenenses. Além da subscrição entre comerciantes e companhias, óbolos e tombola espalhadas no comércio, durante as quatro noites do arraial várias sociedades participaram dos festejos. Estas fizeram caixa por meio de vendas de uma variedade de produtos pavilhões cujo destino era arrecadar valores destinados às libertações, sob a responsabilidade de um delegado por cada pavilhão instalado no Circo Cosmopolita. Entre as noites de festa do dia 24, 25, 26 e 27 de setembro, temos os seguintes dados:

Tabela 2- Valores em Réis arrecadados nas noites dos dias 24, 25, 26 e 27 de setembro de 1887 na Kermesse do Circo Cosmopolita.

Dia	Valores em réis (\$)
24 de Setembro	3:636\$930
25 de Setembro	8: 934\$240
26 de Setembro	11:257\$330
27 de Setembro	6: 934\$240
Σ	30:762\$740

Dados publicados no Jornal O Liberal do Pará.⁵³⁵

Tabelei o montante arrecadado pelos diversos clubes e sociedades por noite de festejos da *kermesse* com a intensão de mostrar a diversidade de grupos que aderiram à festa. Faço a citação dos valores totais arrecadados por noite em virtude da quantidade desnecessária de tabelas que precisariam para quantificar individualmente o todo arrecadado por pavilhão. Esses números são interessantes pra compreender que nas quatro noites de festejos (24, 25, 26 e 27 de setembro) contribuíram nos pavilhões fixos da kermesse as seguintes representações de sociedades ou instituições: *Clube Republicano, Sociedade Bella Harmonia, Grêmio Literário Português, Clube Euterpe, Lojas Maçônicas: Renascença, Cosmopolita, Harmonia e Harmonia e Fraternidade, Clube Musical Euterpe Reductoense, estudantes, Clube Patriótico 25 de Março, Sociedade Artística Paraense, Sociedade Luz e Caridade e a Imprensa.*⁵³⁶

⁵³⁵ **CF:** Para os dias 24 e 25, ver: *O Liberal do Pará. Kermesse. 27 de setembro de 1887, p. 2;* para o dia 26 ver: *O Liberal do Pará. Kermesse. 28 de setembro de 1887, p.2;* para o dia 27, ver: *O Liberal do Pará. Kermesse. 30 de setembro de 1887, p.2.*

⁵³⁶ *Idem.*

Ainda no decorrer da madrugada do dia 27 para o 28 de setembro surgiam outros valores doados, provavelmente por meio de “sacolas libertadoras” que eram esmoladas em meio ao público presente numa subscrição social anônima, porém promovidas pelo diretório da festa. Tanto que ao lado dos valores arrecadados nos pavilhões, foi adicionado ainda:

Tabela 3- Valores avulsos arrecadados nos pavilhões por noite.

Dia	Valor	Responsável
24	101\$500	Cosmopolita
25	438\$200	Grêmio Literário Português
26	51\$000	Imprensa
27	63\$500	Imprensa
28	81\$200	Harmonia e Fraternidade
	Σ	684\$400

Dados publicados no Jornal O Liberal do Pará⁵³⁷

Adicionando os valores arrecadados nos pavilhões fixos nas quatro noites mais aos valores avulsos da tabela anterior, perfazem a quantia e *31:447\$140 contos de réis*. Desse montante deve ter ocorrido abatimento das despesas, tais como o aluguel do *Circo Cosmopolita*, além de impressões das músicas, publicações das prestações de conta nos jornais da capital, os insumos para enfeite e decorações dos pavilhões, preparo de souvenir e comidas, pagamento de bandas de músicas. De acordo com o centro diretor da festa, ficou restando como saldo a quantia líquida de *20:093\$000*⁵³⁸ *contos de réis*. Esse montante somado ao pecúlio dos libertandos, foi usado na grande noite de encerramento da quermesse que marcou o fim festejo no dia de vinte e oito de setembro de 1887.

Nesse festejo teve por simbólico evento a outorga de 110 cartas de liberdades⁵³⁹, sendo 87 destinadas às mulheres e 23 aos homens, no qual “sendo á titulo gratuito 27, e a titulo oneroso-83, na importancia de 29:898\$000, inclusive o peculio de 9:805\$000, do que

⁵³⁷ Em relação à subscrição avulsa do Pavilhão Cosmopolita e do Grêmio Literário Português, ver: *O Liberal do Pará*. Kermesse. 28 de setembro de 1887, p.2. ; A subscrição avulsa da imprensa dos dias 26 e 27, ver: *O Liberal do Pará*. Kermesse. 30 de Setembro de 1887, p.2. ; A subscrição avulsa do Pavilhão da Harmonia e Fraternidade, ver: *O Liberal do Pará*. Kermesse. 30 de Setembro de 1887, p.2.

⁵³⁸ CF. *Liberal do Pará*. Festa de Liberdade. 30 de setembro de 1887, p.1.

⁵³⁹ Segundo Willian Gaia Farias, citando Rosa Elizabeth Acevedo Marin, nessa noite de encerramento da Kermesse foi outorgado o quantitativo de 109 cartas de liberdade. Como citei no texto, o periódico *O Liberal do Pará*, indica a quantia de 110 cartas, a divergência dá-se possivelmente por conta da carta de Liberdade de Laura, endereçada ao Conselheiro Tito Franco de Almeida e publicada na íntegra em sua edição de 30 de setembro de 1887. CF: FARIAS, Willian Gaia. *O alvorecer da República no Pará* (1886-1897). Belém: Açaí, 2008. P. 27

resulta uma média de 271\$800 para cada liberdade, na qual esta compreendida a média de... 225\$000 com que concorreu a kermesse.”⁵⁴⁰ Importante notar que o percentual do valor líquido que custearam as cartas de alforrias distribuídas na “*Kermesse Redentora*”⁵⁴¹ foram justamente das economias de parte dos libertados, ou seja, do pecúlio de mulheres e homens libertados na madrugada de vinte e oito de setembro.

No entanto, ressaltava-se nos jornais o discurso de que a liberdade fora ação benfeitora, atribuído a título de “gratuidade”, concedida de forma “anônima” e destacava o objetivo caridoso e generoso, questão análoga foi identificada por Josenildo de Jesus Pereira⁵⁴² analisando a representação do abolicionismo na imprensa do Maranhão, percebeu que a concessão de cartas foram realizadas por diversas razões, tais como, para comemorar aniversários ou em data festiva religiosa com finalidade caridosa ou generosa, tal como a carta endereçada anonimamente para:

A redacção do *Liberal do Pará*,

Representado pelo seu chefe abaixo assignado, devidamente autorisado, querendo associar-se ao philantropico movimento abolicionista, tão brilhantemente accentuado na Kermesse, dá liberdade á preta Laura, de 27 annos de idade, solteira, natural do Maranhão, filha de Angelica, avaliada em 600\$000 na nova matricula, como consta a relação n. 696, apresentada a alfandega a 20 de março deste anno, declarando que a respectiva proprietária da dita Laura, competentemente representada, desejando guardar o incógnito *nesta obra de caridade, não quis receber um real pela libertação, o que mais realça o seu bom coração (Grifo meu)*. Belem, 28 de setembro de 1887.

Conselheiro Tito Franco de Almeida.⁵⁴³

A kermesse redentora de 1887 foi simbólica para a questão da memória e o fortalecimento da retórica da redenção pautada pelo ideal de subscrição, altruísmo e mudança social. Nessa festa foi reforçada a ideia de “civilização e progresso” discurso associado ao pensamento positivista⁵⁴⁴. Em discurso que encerrou o festejo de 1887, a “Kermesse Redentora”, o republicano Justo Chermont apresentava o sentido que as festas da liberdade

⁵⁴⁰ *O Liberal do Pará*. Festa de Liberdade. 30 de setembro de 1887, p.1.

⁵⁴¹ Comparando a média informada no periódico em relação ao preço das alforrias concedidas na “Kermesse de setembro de 1887”, desconsiderando, entretanto as questões de idade, especialização do escravizado, relações entre senhor e escravizados (tais como disputas judiciais, relacionamento cotidiano, fugas e demais questões atinentes das variáveis que configuravam o mundo da escravidão), podemos notar a desvalorização de aproximadamente cinquenta por cento, se levarmos em consideração os dados de Robert Slenes que indicava o preço médio da alforria pelo fundo de emancipação, até o ano de 1885, girava em torno de seiscentos e sessenta mil réis, dados estes citados por Bezerra Neto. **CF:** BEZERRA NETO, José Maia. *Op. Cit*, 2009, p. 263.

⁵⁴² **CF.** PEREIRA, Josenildo de Jesus. *Op. Cit*, 2006, p. 147-150.

⁵⁴³ *O Liberal do Pará*. Carta de Liberdade. 30 de setembro de 1887, p.1.

⁵⁴⁴ BEZERRA NETO, José Maia. *Escravidão, abolicionismo, mundialização e processo civilizatório na Amazônia, século XIX*. Texto integrante dos Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP-USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008. CD-ROM.

agregavam à medida que o processo de abolição batia à porta, pressionando o sistema escravagista, pois, de acordo com Elson Rocha Monteiro, citando Willian Gaia Farias, essa festividade contou com público estimado de quatro mil pessoas e teve duração de quatro horas.⁵⁴⁵

A sua comunicação tratava sobre os “efeitos” da escravidão na vida doméstica, criticava a presença da instituição no processo de educação familiar e na formação do “caráter” nacional. O republicano tratava das implicações da escravidão para o progresso econômico do país e também como um empecilho a chegada de capital estrangeiro na economia; indagava sobre a necessidade de imigração, bem como a importância do trabalho livre. Conforme destacou Bezerra Neto houve relações entre o abolicionismo e a desconstrução do escravismo com base nas ideias de “modernidade civilizacional” em nome do progresso material e moral, providência regeneradora.⁵⁴⁶ Para *O Liberal do Pará*, o “Arraial da Liberdade” era obra conseguida por meio do:

O níquel do pobre operario, a modesta moeda do empregado publico, a cedula dos industriosos, a prata e o ouro dos capitalistas, todas as dadas soam alegremente no grande mealheiro em favor dos que o destino tem perpetuado na posse e dominação de seos semelhantes.⁵⁴⁷

Os festejos do abolicionismo eram momentos do fazer e tecer redes de ações, agregar adesões e empatias políticas. Segundo Willian Gaia Farias, entre os republicanos era quase regra⁵⁴⁸ ser abolicionista. Ao ratificar linguagem padrão relacionando abolição como sinônimo de “progresso” ou “modernidade” exteriorizava outras concepções que tratavam de regime de governos, questões de trabalho, migração que marcaram o tom dos escritos e discursos de “regeneração” moral, social e espiritual.⁵⁴⁹

O discurso de Justo Chermont ressaltava também as premissas do associativismo do arraial explanando que o sentido do festejo foi ajuntamento de “soldados da emancipação de captivos, uma festa popular. As diversas corporações que a ella adheriram, os esforços empregados n’esta obra beneficente humanitaria provam que desperta a multidão ao clamor tres vezes secular dos opprimidos.”⁵⁵⁰ Novamente a retórica do caráter altruísta era ressaltado

⁵⁴⁵ CF. ROCHA MONTEIRO, Elson Luiz. *Op. Cit*, p. 190.

⁵⁴⁶ *O Liberal do Pará*. Discurso. 30 de setembro de 1887, p.1.

⁵⁴⁷ *O Liberal do Pará*. Mais um passo e chegaremos. 28 de setembro de 1887, p.1.

⁵⁴⁸ CF: FARIAS, Willian Gaia. *O alvorecer da República no Pará (1886-1897)*. Belém: Açai, 2008, p. 27.

⁵⁴⁹ *Idem*, p. 31.

⁵⁵⁰ *O Liberal do Pará*. Discurso. 30 de setembro de 1887, p.1.

tal como na carta endereçada ao conselheiro Tito Franco de Almeida que ressaltava a “obra de caridade” e, agora, o discurso de causa da beneficência em prol da humanidade.

O orador recordava Visconde do Rio Branco, citando seu “orgulho de Brasileiro” e criticava a lei de 1885, recebida, segundo o orador, com indiferença, antipatia e sem entusiasmo. Sua oratória mirava na política emancipacionista do governo imperial na qual criticava severamente “A segunda lei do 28 de setembro foi num ato de traição e perfídia. Quando o povo pedia abolição em nome da justiça, moral, deccencia, da civilização, da sciencia, do direito e do crhistianismo,- os partidos que sucediam-se no poder faziam a negra transação.”⁵⁵¹

Por fim, Justo Chermont destacava em sua fala ao público do festejo da “*kermesse Redentora*” que:

A victoria moral esta ganha, mas a questao servil não está resolvida, nem a escravidão está morta.

A alma do povo não se corrompe- estremece, levanta-se de gloria a evocar a memoria de um homem illustre, sagrado pelas gerações como estadista que mais mereceu da patria durante o segundo imperio.

A carta de alforria das gerações que nascem é carta de alforria das gerações que vivem.

O Brazil precisa emancipar-se e mostrar que tambem pertence ao Novo continente, promovendo a sua libertação politica, como consequência fatal da emancipação civil dos seus escravos.

- Promover a libertação do município da capital é o fim d’esta primeira festa.

A emancipação da provincia virá depois. Metade da Amazonia já está livre. Libertemos a outra metade: Nosso destino é outro que o captivoiro.

A libertação dos captivos é também uma obra de caridade crhistã.⁵⁵²

A construção da narrativa da primeira festa dita “abolicionista” foi proclamada em março de 1884 com os festejos do Ceará Livre. Justo Chermont também aclamava o festejo da *Kermesse* como a “primeira” com vistas à libertação de Belém, numa perspectiva que os republicanos se colocavam como representantes de ação complementar de um processo inacabado por emancipadores e abolicionistas, que entrelaçava o mantra “liberdade” e “República”.

A *Kermesse* de 1887 denominada de “Arraial da Liberdade” foi também caracterizada como “o symbolo sempre da ordem e do trabalho, applicadas na fabricação do mel da liberdade, e da cera em que ficará gravada a data gloriosa do fim da escravidão no Brasil. Velhos e matronas, jovens de ambos os sexos, creanças que parecem beija-flores.”⁵⁵³ A metáfora do enxame de abelhas usada para tipificar as ações e comemorações do arraial

⁵⁵¹ *Idem.*

⁵⁵² *Ibidem.*

⁵⁵³ *O Liberal do Pará.* Mais um passo e chegaremos. 28 de setembro de 1887, p.1.

justamente programado para o “Vinte e Oito de Setembro” ressaltava aspectos inerentes aos festejos, o apelo à memória, a ideia de legalidade, abnegação, trabalho e caridade. A “*Kermesse Redentora*” de 1887 foi pautada pela presença de diversos setores sociais em grupos, notadamente: Estudantes, mulheres, professores, artistas, trabalhadores do comércio, além daqueles que eram ressaltados regularmente nos periódicos, tais como, os monarquistas, republicanos e maçons, envoltos, na imprensa periódica paraense e sociedades patrióticas, filantrópicas e lojas maçônicas.

A efusiva comemoração de “Vinte e Oito de Setembro” de 1887 marcou a retomada do discurso de “redenção” da capital paraense, simbolicamente fazia deferência à memória do Visconde do Rio Branco. Essa associação, no entanto, não mais bastava como retórica, pois as ideias de “humanidade”, “caridade” ou “filantropia” sob o estigma de ação caridosa e festiva, tão caras ao ideal de liberdade que permeou o abolicionismo belenense em seus primeiros anos, foram estrategicamente associadas ao discurso do direito natural nos moldes do iluminismo e liberalismo.⁵⁵⁴ Assim, o “Arraial da Liberdade” de 1887 reforçou na memória social da liberdade o papel que republicanos assumiam na tentativa de redimir a capital, aliando o discurso de “liberdade, progresso e civilização” ao ideário político de “Abolição/República”.

4.3- PODE HAVER DIAS MAIS FELIZES Q’O DAS FESTAS DA ABOLIÇÃO?

Nessa etapa, discuto a diversidade dos festejos que marcaram as comemorações da redenção de Belém. Analiso a compreensão dos seus sentidos e significados para memória social da abolição nas quais sujeitos e instituições promoveram regozijos públicos manifestados por meio de cortejos e celebrações com símbolos, alegorias, gestos, discursos.

Desde 1884, com a libertação de Benevides, crescia em várias direções o movimento abolicionista, porém, não chegou ao ponto de extinguir o escravismo por completo e em razão de desvios de pecúlios, alguns clubes e associações caíram em descrédito, do mesmo jeito que o *Abolicionista 28 de setembro* e o *Club dos Patriotas*.⁵⁵⁵ Em setembro de 1887, em meio a reverberação da *kermesse*, o periódico *A Província do Pará* anunciava a proposta de José Henrique Cordeiro de Castro que convidava advogados da

⁵⁵⁴ ALONSO, Angela. *Op. Cit*, 2015, p. 127

⁵⁵⁵ CF. BEZERRA NETO, José Maia. *Op. Cit*, 2009, p. 404.

capital interessados na abolição da escravidão. O seu “ponta pé” foi dado em meio ao regozijo da “*Kermesse Redentora*” de 1887 e foi estipulada a data limite da redenção de Belém, estimada para o ano seguinte. O discurso era de que “Ainda não morreu tudo nesta cidade o sentimento patriótico, o amor as grandes ideas salvadoras da patria! Se um silencioso aterrador comdemnável fez-se sentir durante longo tempo sobre a questão da abolição, silencio que teve por ultima interrupção a *Kermesse* redemptora [...]”.⁵⁵⁶ Assim, identificamos novamente retórica em torno da liberdade associando a *Kermesse* de 1887 como festejo simbólico no discurso de retomada da luta antiescravista em outra tentativa de extinção da escravidão, em moldes bem mais ousados que os projetos anteriores, pois circunscrevia toda capital.

As bases lançadas eram de que os advogados recusassem causas contrárias à liberdade e que até a virada do ano de 1888 não tivessem escravizados alugados, além de constituírem comissão para que representassem na alfandega de Belém com propósito de libertar aqueles com filiação desconhecida. Ao que parece, a ideia foi ampliada para participação de outros segmentos sociais, tanto que, em 8 de abril de 1888 foi anunciada o lançamento da *Liga Redentora* no salão do *Grêmio Literário Português*. Segundo Bezerra Neto⁵⁵⁷ a *Liga Redentora* foi criada com apoio de diversos segmentos políticos e sociais, entre os quais, o senador Siqueira Mendes, Conselheiro Tito Franco de Almeida, o político liberal Dr. Assis, Antônio Bezerra Rocha de Moraes que exercia o cargo de chefe de polícia interino, além do Dr. Cruz e do engenheiro Américo Santa Rosa; foi escolhido presidente da *Liga* o conselheiro Tito Franco de Almeida, além de Cordeiro de Castro e Costa Cunha, como primeiro e segundo secretário. O discurso adotado era que “A cidade de Belem desperta de novo, e desperta não espreguiçando-se nem bocejando, dando aparências de irresolução, mas sacudida pelo entusiasmo mais louvável, cheia de generosidade, como sempre, para atirar-se á luta afanosa, mais incruenta, pela liberdade contra a escravidão.”⁵⁵⁸

A “*Liga Redemptora da Provincia do Pará*”⁵⁵⁹ foi lançada com a finalidade de libertar os escravizados por “todos os meios legítimos e legais” cuja preferência era pela alforria gratuita, e, excepcionalmente, indenizando aos senhores. Emanada pelos discursos de patriotismo, beneficência e benemerência a *Liga Redentora* foi lançada em sessão solene no

⁵⁵⁶ *Diário de Notícias*. Entre-columnas. 3 de abril de 1888, p. 3.

⁵⁵⁷ BEZERRA NETO, José Maia. *Op. Cit*, 2009, p. 434.

⁵⁵⁸ *Idem*.

⁵⁵⁹ *Diário de Notícias*. Redempção de Belem. 6 de abril de 1888, p. 2.

qual, simbolicamente, Américo Santa Rosa, Lauriano Gil, Silva Santos, Camilo Nobre e Cruz Ribeiro promoveram a liberdade de seus escravizados.

A *Liga* objetivava realizar no dia 13 de maio de 1888, na Praça da Independência, a “redenção” de Belém, inicialmente, com festejos com duração de três dias. Para isso, lançaram manifesto nos periódicos e solicitavam aos moradores da cidade que se preparassem para as comemorações enfeitando e iluminando as suas residências. Apelavam para os sentimentos generosos da população e anunciavam que “vãe dar começo ao seu árduo trabalho, é de esperar que ninguém, por mais pobre que seja, deixe de abrir mão d’essa *propriedade*, que avilta o misero captivo.”⁵⁶⁰

Em 1º de abril de 1888 foi anunciada a formação de comissões sendo formada três comissões para os quatro distritos da capital. Posteriormente formaram-se comissões mistas entre ruas e travessas, delegando aos moradores a responsabilidade em passar a situação de cada rua e travessa da cidade às direções das comissões nos distritos da capital para fiscalização de destas com intuito de apressar e acompanhar os trabalhos, tocadas por diversos cidadãos que passaram a quantificar número de escravizados libertados em ruas, travessas e praças da capital, ação que foi elogiada pela imprensa periódica que saudou a ideia e acompanhavam as sessões e deliberações da *Liga*. No entanto, a ideia de redimir a capital não era unânime. O comendador Álvaro Pinto e Souza, presidente da Câmara de Belém, era o exemplo de um universo considerável de pessoas que dificultavam os trabalhos da *Liga*, objetivavam amealhar algum recurso ou mesmo impor cláusulas de prestação de serviço por mais algum tempo. Apesar de ter comparecido à reunião, ele saía contrariado e anunciava que “(...) ninguém o obrigaria a libertar seus escravos.”⁵⁶¹

Apesar das discordâncias, os associados e agregados da *Liga Redentora* procuravam caracterizar seus atos enquanto ação altruísta e se proclamavam “beneméritos da humanidade”.⁵⁶² Para registrar o momento e associar seus gestos de adesão á causa foi ofertada pelos comerciantes Tavares Cardoso e José Antônio Monteiro “rico livro de ouro” e um “livro índice” para o registro dos nomes dos libertadores da capital.

Em meados de abril de 1888, publicava-se quantidade significativa de libertações nos periódicos, avolumavam-se anúncios de sujeitos que aderiam à causa de última hora. A

⁵⁶⁰ *Diário de Notícias*. Redenção de Belem. 10 de abril de 1888, p. 2.

⁵⁶¹ *Idem*.

⁵⁶² *Diário de Notícias*. ÇA ira!. 7 de abril de 1888, p. 2.

recepção a proposta da *Liga* foi positiva, tanto que os moradores do terceiro distrito⁵⁶³, da capital, organizaram a *União de Reação contra a escravidão*, para auxiliar a *Liga Redentora* nos trabalhos para apressar as libertações via comissões formadas para a promoção de bazares e bandos precatórios. Havia a proposta de libertar a paróquia da Trindade, estabelecia na noite em sessão as sete da noite, na residência de número sessenta e seis, na rua Santo Amaro. Era objetivo em seus artigos de fundação:

“(...) Art. 2º- tem por fim essa associação auxiliar a *Liga Redemptora* na emancipação do município da capital, limitando sua ação a parochia da SS Trindade. Art. 3º - Farão parte d’esta associação todas as pessoas de ambos os sexos, que voluntariamente aderirem o esse fim. § 1º- E’ condição imprescindível não possuir escravizados. Nos termos dos art. 2º, 3º e no § são convidados todos dos abolicionistas desse município para esta sessão.”⁵⁶⁴

Dentre as primeiras comemorações pós-lançamento oficial da *Liga Redentora* ocorreu em 15 de abril de 1888. Houve comemorações em regozijo às libertações da Paróquia de Nazareth do Desterro, além das já redimidas Praça da Independência, ilhargá do palácio⁵⁶⁵ do governo provincial, calçada do colégio e travessa Marques de Pombal e João Augusto Correa. A festa teve residências iluminadas além de “musica, foguetes, discursos e grande entusiasmo popular.”⁵⁶⁶ Para o clima de entretenimento, associaram com a empresa artística de D. Apolonia⁵⁶⁷, convidando-a para a cerimônia de entrega de cartas de liberdade em regozijo à libertação. Retornaram aos jornais, pós-notas de libertação de escravizados, expressões como “Hurrah! Pela Liberdade!”.⁵⁶⁸

Naquele momento, o lema era “Vamos, acabemos com a escravidão!”⁵⁶⁹ e para isso agregavam os mais diversos segmentos sociais, usavam adjetivos como “generosos”, “beneméritos”, “ilustres” e principalmente o de “abolicionista”. Os funcionários da alfandega de Belém anunciavam “em um livro elegantemente preparado, que não possuíam escravo

⁵⁶³ CF. *Diário de Notícias*. União Reação contra a escravidão. 10 de abril de 1888, p. 2. Na sua composição constava o Dr. Pará-Assu, presidente da associação, o médico Moraes Bittencourt, o jornalista e literato João Marques de Carvalho que exercia o cargo de orador, além do médico Camilo Salgado, membro do conselho. CF: *Diário de Notícias*. Redenção de Belem. 10 de abril de 1888, p. 2.

⁵⁶⁴ *Diário de Notícias*. União Reação contra a escravidão. 10 de abril de 1888, p. 2.

⁵⁶⁵ Atualmente o Museu Histórico do Estado do Pará, localizado na praça D. Pedro II, S/N, bairro Cidade Velha.

⁵⁶⁶ *Diário de Notícias*. Liga Redemptora. 15 de abril de 1888, p. 3.

⁵⁶⁷ Era anunciada que a “Grande Companhia dramatica- empresa e direção da atriz Apollonia- quarta-feira-18 de abril. Benefício em favor dos escravizados promovidas pela sociedade “Reação contra a escravidão”. CF. *Diário de Notícias*. Anuncios. 15 de abril de 1888, p. 1.

⁵⁶⁸ *Diário de Notícias*. Redenção de Belém. 14 de abril de 1888, p. 2.

⁵⁶⁹ *Diário de Notícias*. Liga Redentora. 3 de abril de 1888, p. 3.

algum. Este livro foi entregue à Cordeiro de Castro, que, ao lado da alfandega, ahi o dexará, á pedido dos srs. empregados, afim de fazerem igual declaração”⁵⁷⁰.

Ana Cândida Gama Malcher promovia reunião entre um grupo de mulheres para “tratar dois meios que devem pôr em pratica das diversas associações, que ultimamente aqui se tem formado, no intuito de promover a libertação dos captivos d’esta capital e provincia.”⁵⁷¹ Foi criada a sociedade feminina de auxílio aos trabalhos da *Liga Redentora*⁵⁷² formada por moradoras do quarto distrito da capital (Nazaré do Desterro), dentre as quais as senhoras Francisca Ruiz Teixeira, Thereza Montenegro, Thereza Pinto Braga, Carolina Teixeira, Carolina R.C. da Silva, Giomar Cavalcante e Augusta de Assis formavam a *Auxiliadora da Liga Redentora de Escravos*.

No dia primeiro de maio, outra festa reforçava o clima de redenção. A libertação da vila de São João de Pinheiro (Atualmente distrito de Icoaraci) foi agregada como festa da *Liga Redentora*. As comemorações iniciaram às 7 horas da manhã com enfeite e arranjos, além da partida dos navios dos portos da capital, alguns adornados com galhardetes e bandeiras. Saíram pelas águas da baía do Guajará em direção à vila de Pinheiro, o vapor Marajó, Viseu e Tocantins, cedidos pela companhia de vapores do Amazonas, com bastante pessoas a bordo, além de três bandas de música da polícia, do Instituto Providência e do Arsenal de Guerra.

Nesse cortejo foi destacada a presença de meninas, representantes do funcionalismo público, das artes e ciências, além dos comerciários e a imprensa que desfrutava de canções entoadas durante a procissão marítima. No trajeto, a canhoneira Guarany e o Vapor Amazonense saudaram o cortejo. Na fortaleza da Barra fez sua salva, além das localidades de Pé na Cova, Una e Val de Cães igualmente regozijaram. No vapor Marajó era desfraldada à brisa e ao vento da baía uma faixa no estandarte da *Liga Redentora* com os dizeres “AVE! LIBERTAS!”.⁵⁷³ Além dos vapores, diversos particulares alugaram lanchas e seguiram a procissão fluvial libertadora.

Ao fazer o transbordo dos passageiros pela alfandega, teve início a sessão solene, presidida pelo Dr. José de Assis, presidente da *Liga Redentora*, membro da maçonaria e do partido liberal, proprietário do periódico *O Liberal do Pará*, que declarava estar rodeado de

⁵⁷⁰ *Diário de Notícias*. Redempção de Belém. 6 de abril de 1888, p. 2.

⁵⁷¹ *Diário de Notícias*. As senhoras paraenses. 22 de abril de 1888, p. 3.

⁵⁷² CF: *Diário de Notícias*. Sociedade de Senhoras. 2 de maio de 1888, p. 2.

⁵⁷³ *Diário de Notícias*. Pinheiro redimido. 1 de maio de 1888, p. 2.

alunos e professores da vila, que em nome da Liga Redentora, declarava livre a povoação de Pinheiro, em meio às vivas, palmas, aclamações e foguetório.

Em ato memorial, foi cravada placa comemorativa atestando a liberdade da vila. Ocorreu salva de 21 tiros e a queima de fogos. Em discurso do orador oficial do evento, José Agostinho dos Reis, saudava e celebrava a liberdade de Pinheiro e declarava “Srs. no Pinheiro não há mais escravo- Mais do que isto – o escravo que aqui chegar, não é mais escravo, não é mais escravo- é cidadão!” palavras que foram cobertas de frenéticos applausos [...]”.⁵⁷⁴ Após discurso, ocorreu passeata cívica pelas ruas, comandadas por três bandas de músicas, que saudaram a residência do senador e membro da *Liga Redentora*, Siqueira Mendes, identificado como um dos primeiros a libertar seus escravizados na vila do Pinheiro.

Em frente à residência do Subdelegado de Pinheiro, Sr. Melo, foi cravada uma nova placa com a declaração de liberdade da povoação, posteriormente, afirmava “Declaro que n’esta povoação, não só são todos livres, ficarão os que para cá vierem, sob minha proteção”.⁵⁷⁵ Na residência do político conservador Manuel Barata, foi oferecida uma matinê de confraternização e servido “*Lunch*”, logo após, ofertado sobremesa para os convidados; houve troca de brindes entre os participantes formados por acadêmicos, moças, familiares, preceptores, membros da imprensa e da *Liga Redentora*; em suas manifestações nessa reunião foram retomadas a memória dos abolicionistas já falecidos (sem citar quais eram estes).

Conforme identifica Daniele de Almeida Moura⁵⁷⁶ a representação política e sociabilidade nos banquetes era momento apropriado do fazer política entre os membros específicos de um grupo social. No caso, das festas abolicionistas, essas reuniões eram momento de lembranças e projeções de seus ideais, tal qual a comemoração da libertação de Icoaraci em que Carlos Wigg, ex-concessionário das loterias da província, João Campbell, proprietário do *Diário de Notícias*, Gaspar da Cunha, guarda livros do comércio, Tenente-Coronel Teixeira e Urbano Leitão, diretor da companhia do Amazonas, foram cerimoniados pelo comerciante e maçom Manuel Ferreira Vasques, que relembra a “*Kermesse Redentora*” de 1887 organizada pelo Clube Republicano e as lojas maçônicas.

Esse banquete servia também para projeção da extinção da escravidão em toda província, idealizada para o dia da mais celebrada efeméride paraense, o “Quinze de Agosto”,

⁵⁷⁴ *Idem.*

⁵⁷⁵ *Ibidem.*

⁵⁷⁶ MOURA, Daniela de Almeida. *República paraense em festa (1890-1911)*. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Pará. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2006, P. 79.

que rememorava a adesão da província à Independência do Brasil. Essas cerimônias rememoravam e serviam para reforçar o papel da maçonaria paraense que requeria para si o título de grande “benemérita” da libertação de Belém, retomava os fundamentos que imprimiam nos festejos da *Kermesse* libertadora de 1887 e a usava como retórica do “progresso e civilização”, bem como aprofundava a relação entre Abolição e República, alinhada à instituição, ao ideário do clube republicano paraense.

Outra forma de lembrança das festas foi a tratativa com fotógrafos de Belém para registro das comemorações. Análogo ao que ocorreu na corte imperial, como mostrou Renata Figueiredo Moraes⁵⁷⁷, os artistas fotógrafos Melo e Meyer⁵⁷⁸ foram convidados para realizar registro da libertação do Pinheiro, porém, não compareceram ao ato. Em missiva dirigida à José Henrique Cordeiro de Castro justificavam que:

Com pesar deixamos de registrar o acto solemnisimo da povoação do Pinheiro, acto, que, ao nosso vê, enobrece e honra aos que denodadamente trabalham pela causa da santa redenção dos captivos.
Desde já conte a illustre associação com o nosso trabalho de artistica como amigos que somos da nossa patria, como fervorosos adeptos da liberdade.⁵⁷⁹

Outra festividade agregada à redenção da capital foi a libertação da vila de Mosqueiro. Em 3 de maio de 1888, era noticiada que a *Liga Redentora* redimiria a Vila praiana. Segundo o *Diário de Notícias*, o balneário apresentava apenas uma única escravizada Joaquim Raiol, que estava disposto a libertá-la. No entanto, foi somente em 5 de maio que houve a confirmação da libertação da vila, quando Jorge Corrêa Diniz, após tratar com José Henrique Cordeiro de Castro, anunciava que “[...]em consideração á *Liga Redemptora*, dava imediatamente, sem onnus nem condição alguma, liberdade aos únicos escravizados que possuia, de nomes Agostinho, Bazilio, Ignacio, José, Marinha, Balduino e Vicente, assim como á única escravizada de seu filho, Augusto Cavallero da Silva, chamada Cypriana.”⁵⁸⁰ A comissão da *Liga Redentora* embarcou até a vila e fez singela cerimônia no largo da Igreja Matriz e declarava livre a vila praieira em seis de maio de 1888. A comissão partiu do porto da empresa de vapor Marajó até Mosqueiro no vapor Parintins cedido pelos senhores Antônio Bento Dias de Melo e Antônio José de Pinho. Na cerimônia estavam presentes José Henrique

⁵⁷⁷ MORAES, Renata Figueiredo. *Op. Cit*, 2012, p. 56.

⁵⁷⁸ Em relação aos fotógrafos citados, foi Paulo Ernesto Meyer, proprietário da Fotografia Gram-Pará, localizada na Rua da Trindade, nº 22, próximo ao largo da Igreja de Sant’Anna. **CF.** *Diário de Notícias*. Photographia Gram-Pará. 4 de janeiro de 1887, p. 2.

⁵⁷⁹ *Diário de Notícias*. Redenção de Belem. 3 de maio de 1888, p. 2.

⁵⁸⁰ *Diário de Notícias*. Povoação do Mosqueiro. 5 de maio de 1888, p. 2.

Cordeiro de Castro e o político republicano e historiador Manoel de Melo Cardoso Barata que participaram do cortejo qualificado pelo cronista como “cruzada do bem”.⁵⁸¹

Aproximava-se a data estipulada para a libertação de Belém e foi anunciada a redenção da paróquia da Trindade. Em 8 de maio, a *Sociedade União Reação Contra a Escravidão* declarava a “libertação completa” da paróquia da Trindade e convidava a imprensa, autoridades civis, militares e eclesiásticas, os agentes consulares e as sociedades abolicionistas e demais sociedades para celebração na Igreja Matriz, programada para o dia 10 de maio.⁵⁸²

A redenção da paróquia da Trindade era simbólica e reforçava um ideal de liberdade caracterizado pelo tom religioso, por tanto, piedoso que envolveu paróquias, igrejas e irmandades constituindo memória de congraçamento expressava o caráter de passividade⁵⁸³ denotado ao movimento por alguns segmentos abolicionistas. Emanava um discurso que exaltava o esforço e empreitada para que os senhores, muitos resistentes e impondo clausulas para libertar seus escravizados, cedessem às cartas para a *Liga*.

Em nove de maio, os comerciantes da praça do comércio de Belém em moção, lavrada em ata, anunciavam ao Tenente Coronel João Gualberto da Costa e Cunha, secretário da *Liga* anunciava que “A Comissão da Praça do Comercio, apoiando-se a manifestação do seu digno vice-presidente sr. comendador Domingos José Dias perante a “Liga Redemptora”, declara que nenhum dos seus membros possui escravos[...].”⁵⁸⁴

Tais adesões reforçavam o clima de festejo de que Abolição já era factível e se confirmava à medida que chegavam as notícias da corte. A entrada do projeto de lei no parlamento fez com que o conselho diretor da *Liga Redentora* promovesse a declaração de liberdade de alguns quarteirões e ruas da capital. Antes mesmo do “Treze de Maio”, em Belém era incentivado na memória social o papel de “protagonismo” e ação piedosa da princesa regente, pois “Durante a sessão, que foi concorridissima, distribuíram-se perto de 30 cartas maior parte d’ellas em homenagem aos generosos sentimentos da excelsia princesa”.⁵⁸⁵

Aproximava-se a projetada data. Por coincidência histórica, a redenção da capital do Pará, idealizada em setembro 1887, num primeiro momento para o 15 de Agosto de 1888, posteriormente, a partir dos ditames da *Liga Redentora*, para o 13 de maio de 1888,

⁵⁸¹ CF. *O Liberal do Pará*. Povoação de Mosqueiro redimida. 8 de maio de 1888, p.1.

⁵⁸² *Diário de Notícias*. Grande festa popular. 10 de maio de 1888, p. 2.

⁵⁸³ MORAES, Renata Figueiredo. *Op. Cit.*, 2012, p. 66.

⁵⁸⁴ *Diário de Notícias*. Liga Redemptora. 9 de maio de 1888, p. 2.

⁵⁸⁵ *Diário de Notícias*. Festa de liberdade. 5 de maio de 1888, p. 2.

coincido com andamento do projeto de lei tramitado na câmara e senado que culminou com a lei áurea. Em 10 de maio, já se festejava a libertação de mais uma pequena porção da cidade, pois estava programada festa para regozijar a liberdade do largo da Trindade, comemoração aberta à população, sem convites especiais. Foi pedido que brasileiros e estrangeiros da capital iluminassem e embandeirassem suas residências para que às quatro horas da tarde começassem as comemorações com bandas de músicas se revezando em frente a *Liga Redentora*. Em ressonância a essa comemoração, era noticiado no *Diário de Notícias* que o festejo foi “apinhado de povo”.⁵⁸⁶

A festa contou com as seguintes atrações:

Duas bandas de musicas tocaram á porta da casa.

O honrado comerciante Domingos José Dias declara que os vapores da Companhia do Pará e Amazonas á disposição da liga para levar o movimento libertador ao interior da provincia.

Declara mais que o comercio de Belem vai declarar não possuir mais escravos, nem servir-se de escravos.

Calorosos applausos e vivas abrem a palavra do distincto cidadão.

Decidio mandar cunhar medalhas de ferro para commemorar o dia 13 de maio, em que vai ficar redimida a cidade de Belem.

Em seguida foi lida uma fala do throno relativo á abolição, levantando-se vivas á Prineceza e ao ministério, a todos os trabalhadores da causa da liberdade, som do hymno nacional executado pelas bandas enquanto uma basta girandola de fogos levava saudações a se perderam no ar livre da Amazonia.

Depois dirigiram-se todos ao palacio da presidencia para cumprimentar a primeira autoridade, passando-se um telegrama de congratulações á Sua Alteza Imperial.⁵⁸⁷

O simbolismo de “cumprimentar a primeira autoridade” e o “telegrama à princesa”, denotava o sentido que se desejava aos festejos. Na sessão solene, orou, inicialmente, o Conselheiro Paes de Andrade, bastante aplaudido e abraçado por Tito Franco de Almeida, que por sua vez, discursava que a liberdade não havia morrido, pois estava sufocada pelo egoísmo. O político liberal tratou do significado que adquiria a liberdade dos escravos; entendia que era a própria liberdade de todos os brasileiros, sem esquecer-se da argumentação de um componente racial quando afirmava que o mulato⁵⁸⁸, o preto e o branco eram “brasileiros” no sentimento, ou seja, argumentava o significado amistoso da abolição; tratava da questão da mão de obra dos libertos, uma vez que afirmava que “bem servem a

⁵⁸⁶ *Diário de Notícias*. Festa de liberdade. 12 de maio de 1888, p. 2.

⁵⁸⁷ *Diário de Notícias*. Festa de liberdade. 5 de maio de 1888, p. 2.

⁵⁸⁸ De acordo com Lilia Moritz o final do século XIX o debate racialista estava em voga e foi evidenciado com o fim da escravidão, principalmente a questão da categorização das raças. CF. SCHWARC, Lilia Moritz. *Teorias raciais*. Op. Cit. 2018, P. 403-410.

quem bem lhes aprecia o trabalho”⁵⁸⁹ e que o Brasil levantava-se sobre todas as nações cultas da Europa e América, haja vista o “[...] modo pacífico com que aboliu a escravidão, sem derramamento de sangue e sem derramamento de dinheiro do tesouro (...)”.⁵⁹⁰

Em 12 de maio, em sessão ordinária da *Liga Redentora*, deliberava-se que fossem promovidos os festejos da redenção da capital em três dias. Ocorreu a fusão das diversas comissões distritais em quatro grandes comissões promotoras dos festejos. O clima de comemoração e euforia em Belém já ocorria desde meados de abril, em razão da projeção da Liga Redentora para a redenção em 13 de maio, portanto, festejos programados com certa antecedência ao que ocorreria na capital imperial.

Renata Figueiredo Moraes⁵⁹¹ compreende que o sentido das festas do Treze de Maio foi transformá-las em momento de convergência de sentimentos, privilegiando uma memória unívoca daquele momento como aspiração social, aliada ao caráter de confraternização e espetáculo denotado ao momento ao qual esvaziava a festas de caráter de reivindicações sociais. Outra questão é que os festejos conotaram sentido de irmandade e transmitiam mensagem de igualdade interligando diferentes sujeitos, principalmente, um sentido de “delírio”⁵⁹² público da celebração que marcava a memória social como grande festa patriótica, a “libertação da pátria”⁵⁹³. Nesse aspecto, a autor destaca que:

A ideia de unanimidade em torno da Abolição, segundo Mendonça, principalmente em 13 de maio de 1888 é mais um elemento da memória que naquele instante começou a ser construída. Os jornais daquela época não lembraram os insatisfeitos com a lei e trataram apenas de reproduzir em suas manchetes as comemorações por toda a cidade.⁵⁹⁴

Assim, a projetada “Redenção de Belém” fez parte da construção da memória em torno do caráter benevolente e amistoso foram significativos para o discurso de irmanação, apropriado para que abolicionistas constituíssem enredo harmônico. Balizando que essas festas tiveram como marco simbólico a libertação da paróquia da Trindade, celebradas com festejo em 10 de abril, observamos que perduraram os regozijos aproximadamente dois meses de comemorações, chegando até primeiro de julho os registros de festas cuja intenção era

⁵⁸⁹ *Diário de Notícias*. Festa de liberdade. 12 de maio de 1888, p. 2.

⁵⁹⁰ *Idem*.

⁵⁹¹ MORAES, Renata Figueiredo. *Op. Cit*, 2012, p.157.

⁵⁹² MORAES, Renata Figueiredo. *O “dia delírio” de Machado de Assis e as Festa de Abolição*. Machado de Assis em Linha, São Paulo, v. 11, n. 23, abril de 2018. P. 34-53.

⁵⁹³ *Diário de Notícias*. Liga da Imprensa Paraense. 22 de maio de 1888, p. 2.

⁵⁹⁴ MORAES, Renata Figueiredo. *Os diferentes 13 de maio: História, memória e festa da abolição*. Opsi, vol. 7, nº 9, jul-dez 2007. P. 217.

comemorar a redenção. Estas se tornaram constantes, a partir do Treze de Maio, e ocorreram simultaneamente, ou mesmo em intervalo de de horas, posteriormente, foram espaçadas em intervalos de dias.

As diversas sociedades e autoridades promoveram sessões solenes, passeatas, regatas e bailes, ou seja, festas de grupos que foram às ruas comemorar a liberdade, notadamente, emancipadores e abolicionistas, pulverizados entre professores e estudantes, os trabalhadores artistas, imprensa e maçonaria, até mesmo festejos de grupos que não apareciam com frequência nos registros, tais como, libertos, trabalhadores ou empregados do comércio, irmandades religiosas que fizeram comemorações associadas ou autônomas na disputa pela memória social da liberdade.

Como demonstrou Bezerra Neto⁵⁹⁵, as festas em comemoração ao decreto de abolição da escravidão extrapolaram os três dias inicialmente projetados pela *Liga Redentora* e perdurou uma semana, culminando com o festejo da “batalha de Flores” do arraial de Nazaré, em 20 de maio. Adiciono que fazendo o cotejo das notícias de festejos nos periódicos com a documentação do Arquivo Público do Pará (APEP) que trata do regozijo de “Treze de Maio”, identifiquei as festas dirigidas pela imprensa e associada à *Liga Redentora*, ocorridas em maio, além da festa da Liga da Imprensa (11 de junho) e suas derivações como a sessão solene de lançamento da escola “Treze de Maio”; a festa da classe artística celebrada em 15 de junho, e, também, a procissão da Irmandade de São Benedito, em 28 de junho, além da última menção nessa sucessão de festejos relacionados ao regozijo público de 13 de Maio, a passeata dos “tupinambás”, em primeiro de julho.

A quantidade de festejos em Belém foi significativa e em virtude dos diversos pedidos de bandas de músicas, não havia mais agenda⁵⁹⁶, foi o caso do pedido da *Sociedade recreativa Paraense 2 de Dezembro* que requereu em 12 de maio, à presidência da província que “pretendendo na noite de domingo, 13 do corrente, solemnizar essa data tão memorável com uma sessão magna, na casa onde fica a mesma, na rua de Carlos Gomes, e nela entregar 2 cartas de liberdade [...]”⁵⁹⁷ Obteve como resposta das autoridades: “indeferido por não haver musica disponível”.⁵⁹⁸ Outro indicador deve-se ao fato das correspondências das autoridades e as solicitações de reforço no policiamento na cidade entre os dias 13 a 16 de maio que

⁵⁹⁵ BEZERRA NETO. José Maia *Op. Cit*, 2009, p. 451.

⁵⁹⁶ CF: Arquivo Público de Estado do Pará (APEP). Secretaria da presidência da província. Série: Requerimentos. Ano: 1888. Caixa: 651. Documentação Avulsa.

⁵⁹⁷ *Idem*.

⁵⁹⁸ *Ibidem*.

demonstravam que estas comemorações aglomeraram parte significativa da população por três dias, inclusive revelando distúrbios e causando temor nas autoridades provinciais.

A correspondência telegráfica da corte revelava clima de euforia. Nela, continha a notícia que na tarde do dia 13 de Maio a Princesa Isabel iria assinar a lei, num dos trechos dizia “tudo está em festa”⁵⁹⁹. Na parte final dizia “A imprensa dirige os festejos”⁶⁰⁰ e no segundo telegrama, no fim da noite do dia 13 de maio, era noticiado “Há festas, iluminações deslumbrantes por toda a parte. O povo percorre a rua em delírio. São indescriptíveis as manifestações”.⁶⁰¹

Após esse telegrama, as festas de “Redenção de Belém” já previstas anteriormente, foram reforçadas com o júbilo da assinatura da lei áurea, multiplicaram-se as comemorações em diversos pontos da cidade. No mercado público, por exemplo, houve embandeiramento com bandas de músicas que animavam os transeuntes e também a ornamentação, sua entrada foi juncada de flores e areia branca. O administrador do espaço, senhor Antônio Mendes Pereira, associado ao abolicionista José Agostinho dos Reis realizaram subscrição entre os trabalhadores do mercado para angariar recursos visando à promoção dos festejos públicos, ou seja, embandeiramento, iluminação e os fogos para a quadra festiva redentora.

À noite, chamou atenção a interrupção da peça dramática “Cabana do Pai Tomás”, encenada no Teatro-Circo Cosmopolita. Marcelino Barata, segundo a nota do *Diário de Notícias*, depois do “pedido da plateia” interrompia a encenação haja vista que “aquella peça não tinha mais razão de ser, e tomaram a deliberação de fazer retirar do palco aquellas recordações ignominiosas. Fallou n’este sentido, consultos ao publico o sr. Marcellino Barata com grandes descargas de palmas!”⁶⁰² Em consonância ao ato, discursaram Domingos Olímpio Braga Cavalcante e Bertoldo Nunes, que ofereceram para atriz Apollonia, um buquê de flores enquanto que Aprígio Nunes e Eugenio Ataliba recitaram poesias. Essa intervenção mostrava que a memória dolorosa da escravidão não fazia sentido em ser lembrada, logo, seu apagamento era parte do processo de desconstrução da escravidão, sendo assim, o momento era de confraternização e exaltação da liberdade em tons de conagração.

⁵⁹⁹ *Diário de Notícias*. Tellegammas. 15 de maio de 1888, p. 1.

⁶⁰⁰ *Idem*.

⁶⁰¹ *Ibidem*.

⁶⁰² *Diário de Notícias*. Liga Redemptora. 12 de maio de 1888, p.1.

A comissão de festejos⁶⁰³ estabeleceu que a comemoração contasse com a participação dos estudantes que produziram troféus alegóricos para os cortejos, enquanto que as senhoras “abolicionistas” vestiam-se de branco para fazer a guarda de honra do pavilhão da *Liga da Imprensa*, além dos marinheiros, responsáveis pela guarda de honra em frente ao palacete da Câmara de Belém e da Assembleia Provincial.

Houve a cerimônia de sagração do Te-déum na Igreja de Santo Alexandre. Além disso, eram programados:

1º Que se festeje com 3 dias de festas a data da decretação abolição, sendo o 1º, o solemne o Te-Deum, 2º, sessão comemorativa, 3º, grande procissão cívica. Que a liga, por exm. srs se entendessem com as administrações provincial e municipal sobre a organização dos festejos. 3º Que as doze escalões parochiaes se fundem em 4 grandes comissões, uma para cada parochia, encarregando-se de angariar donativos, que julguem precisos para os festejos, ficando assentado que as iluminações, embandeiramento e fogos farão parte essencial d'estas festas. 4º Que se agracie uma comissão de sete membros para servir de centro, para receber as 4 comissões de comemorações e alvitres que lembrarem para organizar o programma definitivo das festas [...]. 5º Que sejam convidados os clubes, instituições, associações, imprensa, corporações, e todo o funcionamento civil e militar, artistas e o povo a tomarem parte n'estas festas populares.⁶⁰⁴

A principal providência foi a fusão das comissões distritais em uma centralizada e com representantes de cada distrito que organizou e dirigiu⁶⁰⁵ os festejos em consonância com a câmara de Belém e a presidência da província. Como na capital imperial, as fortes chuvas dificultaram algumas ações nos primeiros dias de festejos da capital paraense. Mesmo assim, para reforçar o caráter piedoso e de irmanação daquele momento, ocorreu *Te-déum* e repiques dos sinos em diversas as igrejas; no palácio provincial e Câmara de Belém ocorreram marchas *Aux-Flambeaux* e procissões cívicas nas ruas. Na Igreja da paróquia da Trindade, durante o *Te-déum* da missa de 13 de Maio, foi lida a “oração abolicionista”⁶⁰⁶ ao público. Como era de praxe em muitos discursos dos abolicionistas, a extinção da escravidão foi interpretada como ação fraterna, missão amorosa e emanada como piedade cristã. Durante a celebração religiosa, numa das partes do ritual religiosos foi citada e interpretada a passagem bíblica “*Ascendens*

⁶⁰³ CF. *O Liberal do Pará*. Ave Libertas! Programma dos festejos comemorativos da Abolição da Escravidão no Brazil. 15 de maio de 1888, p. 2.

⁶⁰⁴ *Diário de Notícias*. Liga Redemptora. 12 de maio de 1888, p. 2.

⁶⁰⁵ Formada por: Joaquim José de Assis (presidente), João P. dos Santos Campos, Manoel Cardozo de M. F. Barata, José Henrique Cordeiro de Castro, Virgílio da Bohemia Sampaio, Raymundo Nina Ribeiro, José Agostinho dos Reis. CF. *O Liberal do Pará*. Ave Libertas! Programma dos festejos comemorativos da Abolição da Escravidão no Brazil. 15 de maio de 1888, p. 2.

⁶⁰⁶ CF. *A Província do Pará*. Oração abolicionista. 13 de Maio de 1888, p.2.

christus in altum, captivum durit captivaten”⁶⁰⁷ (Jesus Cristo subindo ao céu levou cativo o próprio cativo) associado ao ato dos que trabalharam pela abolição, ou seja, dos piedosos abolicionistas que numa ação fraternal e de caridade, em nome da religião cristã, tornou o escravizado cidadão livre. Nessa interpretação, foi exaltado o esforço dos membros da sociedade *Reação Contra a Escravidão* como a “santa cruzada” abolicionista pela paz e para “gloria e felicidade da pátria” e da Igreja Católica.

Na programação da Redenção de Belém, houve o fechamento das atividades do comércio e liberação do funcionalismo público. Ocorreram passeatas com bandas de música em variados pontos da cidade. A primeira festa da abolição da escravidão belenense foi marcada pelo caráter oficial. Programada sessão magna e solene no salão do palacete da Câmara Municipal, teve o discurso de Tito Franco de Almeida, da *Liga Redentora*, Justo Chermont que representava as sociedades filantrópicas e, obviamente, Maçonaria e ao Clube Republicano do Pará. Pela Igreja Católica, o reverendo Dom Macedo Costa e pela *Confederação Abolicionista*, José Agostinho dos Reis. O presidente da Província Miguel Pernambuco discursou em alusão ao ato, além do senador Siqueira Mendes. Na assinatura da ata da sessão solene, Domingos Olimpio Braga Cavalcante ofereceu a Tito Franco de Almeida, presidente da *Liga Redentora*, uma pena de ouro ofertada pela *Sociedade Protectora Cearense*. De acordo com Renata Figueiredo Moraes⁶⁰⁸, a cerimônia de assinatura da Lei Áurea foi efetivada com pena de ouro, fruto de subscrição popular. Provavelmente foi intenção dos membros da *Liga Redentora* imitar o mesmo gesto.

A programação do festejo organizada pela *Liga Redentora* previa passeata cívica, sem convites especiais, que partiria de sua sede, no largo da Praça da Independência, percorrendo diversas ruas⁶⁰⁹, chegando até ao largo de Nazareth e finalizando com a queima de fogos, músicas e baile popular. Nessa passeata, juntaram-se as diversas lojas maçônicas da capital, estas organizadoras da *Kermesse* de 1887; que iluminaram e ornamentaram as suas fachadas⁶¹⁰, dos seus templos, e formaram guarda de honra da passeata cívica que estenderam nesse cortejo seus estandartes em comemoração ao ato da libertação.

⁶⁰⁷ *Idem*.

⁶⁰⁸ CF. MORAES, Renata Figueiredo. *Op. Cit*, 2012, p. 181.

⁶⁰⁹ A procissão cívica teve início na Praça da Independência percorrendo as seguintes ruas e largos: Calçada do colégio, Largo da Sé, Rua do Espírito Santo, Travessa dos Ferreiros, Travessa da Rosa, Rua do Dr. Malcher, Frente do palácio do governo, Travessa João Augusto, Rua da Imperatriz, Rua da Indústria, Travessa 1º de Março, Rua de Santo Antônio, Rua dos Mercadores, Travessa 7 de Setembro, Rua Formosa, Travessa de S. Mateus, Rua nova de Sant’Anna, Rua de S. Vicente. CF. *Diário de Notícias*. As festas de hoje. 17 de maio de 1888, p. 1.

⁶¹⁰ CF. *O Liberal do Pará*. Manifestação Maçônica. 19 de Maio de 1888, p.1.

A *Liga Redentora*, em especial, seus diretores e comissão de festejos dirigiram o festejo belenense e ditou⁶¹¹ a ordem dos préstitos, agregando passeatas, apresentações artísticas e cortejos com diversos representantes associados. Nesse momento, as doze comissões bastante heterogêneas foram dissolvidas, ficando a comissão executiva central responsável pela direção dos regozijos, o que, porém, não significou que outros grupos promovessem sentidos às suas comemorações, algumas agregadas, outras autônomas.

Esses festejos eram ligados ou acordados com a *Liga Redentora* ou então na perspectiva de festas autônomas de corporações de ofícios e segmentos sociais que comemoraram, a seu modo, à liberdade, produzindo suas memórias, idealizando sujeitos e fatos. Na festa do dia 15 de maio, foi novamente atrelada à *Liga Redentora* que, em sessão solene, no salão do paço municipal executou outra cerimônia pública. Nesse dia, foi orador o republicano Justo Leite Chermont, além das falas de Dom Macedo Costa, pela Igreja Católica, além de José Agostinho dos Reis, pela *Confederação Abolicionista*, além de outros sujeitos representantes das sociedades filantrópicas.

Em 18 de maio, a edição do *Diário de Notícias* reverberava as festas do dia 16. Ocorreram marchas cívicas, as casas e ruas estavam com embandeiramento e iluminação, músicas e carros alegóricos, fogos multicores. O caráter de espetáculo era reforçado pela marcha *Aux-Flambeaux* e peregrinação de agremiações, tal como *Deus, Pátria e Liberdade*⁶¹², a *Sociedade 28 de Julho*, *Club Euterpe*, *Harmonia Familiar*, *Harmonia e Fraternidade*, o *Club dos Maquinistas* e a *Sociedade Artística*, além da *Mecânica Paraense*, *Clube dos Caixeiros*, *Real Sociedade Beneficente Portuguesa* e o clube patriótico *Sociedade Cearense 25 de Março* e também uma comissão do comércio que foi representada em carros iluminados com intensas luzes, seguidas por algumas bandas de músicas, como a do *Instituto Providência*.

O clima de confraternização era exaltado pelos cronistas, indicando que muitas pessoas interagiam por meio de acenos, tal como os passageiros dos bondes que estavam iluminados a capricho com seus passageiros que saudavam o público das ruas; na tarde do dia 14 de maio, nos mesmos bondes, os representantes do *Club Republicano das Letras*, fundado por estudantes na escola *Atheneu Paraense* exibiram o seu estandarte durante a passagem dos cortejos.

⁶¹¹ *O Liberal do Pará*. Ave Libertas! Programma dos festejos comemorativos da Abolição da Escravidão no Brazil. 15 de maio de 1888, p. 2.

⁶¹² Essa agremiação desde abril de 1888 estava associada à *Liga Redentora* promovendo reuniões e subscrições para adquirir cartas de alforrias. *CF. Diário de Notícias*. Redempção de Belem. 11 de abril de 1888, p. 2.

Igualmente das janelas das residências, as famílias exibiam seus distintivos familiares, aplaudiam os préstitos, lançavam flores e acenavam seus lenços, saudavam a procissão classificada pelo articulista do *Diário de Notícias* como “Festa da Paz”, ou seja, festa caracterizada pelo clima de euforia e confraternização com carros iluminados “*a giorno*” e desfiles de sujeitos com balões multicores e trajados de branco, tal qual a guarda de honra das lojas maçônicas.

O jornal *Diário de Notícias*⁶¹³ apontava que lojas maçônicas *Harmonia e Harmonia e Fraternidade* juncaram o caminho dos festeiros com diversos tipos de flores. A sonorização do cortejo foi realizada pelo simbólico 5º batalhão, enquanto que, em meio à procissão, num andor adornado com flores e bandeirolas, foi cerimoniado o busto de Visconde do Rio Branco, ofertado pelo comerciante da firma Cardoso e Companhia. O cortejo consagrava a figura do político conservador elevado ao panteão abolicionista, bem como exaltava a sua gradual política emancipadora.

O articulista do *Diário de Notícias* destacava os aplausos do público e elogiava a comissão de festejos da *Liga Redentora*, a presença feminina nos cortejos, ala de carros que conduziam os representantes da imprensa de Belém⁶¹⁴ foram saudados os representantes dos seguintes periódicos: *Diário de Notícias*, *Comércio do Pará*, *Diário do Grão-Pará*. *Diário de Belém*, *Amazônia*, *Liberal do Pará*, *A Província do Pará*. Na procissão dos carros estavam ornamentados com troféus decorativos feitos pelos estudantes, somado a participação do funcionalismo público e da população em geral que desfilava no préstito. Um grupo de mulheres desfilou num carro adornado com painel pintado pelo renomado pintor da “*Belle époque*” amazônica, Domenico de Angelis. O artista italiano estava em Belém ainda envolvido na pintura do Teatro da Paz⁶¹⁵ e foi contratado para confeccionar faixa alusiva ao Treze de Maio. Nesse préstito festivo, diversos carros estavam nos ordenamentos, destacando-se o carro das mulheres do primeiro distrito da capital que exibiram na faixa em cetim e grafada em letra que assemelhava ao amarelo dourado, pintada por De Angelis, cuja inscrição lia-se “Ave Libertas! – 13 de maio de 1888! – Princesa Izabel – Decreto n. 3353- Salve Ministerio 10 de Março!”.⁶¹⁶

⁶¹³ *Diário de Notícias*. O grande dia da patria. 18 de maio de 1888, p. 2.

⁶¹⁴ CF: *Diário de Notícias*. O grande dia da patria. 18 de maio de 1888, p. 2.

⁶¹⁵ SILVEIRA DE SOUZA, Roseane. *Teatro da Paz: Histórias invisíveis em Belém do Grão-Pará*. An. mus. paul. vol.18 nº.2 São Paulo July/Dec. 2010.

⁶¹⁶ *Diário de Notícias*. O grande dia da Patria. 18 de maio de 1888, p. 2.

Noutro carro alegórico do primeiro distrito da capital foram retratadas as figuras de José do Patrocínio, João Clapp, Joaquim Nabuco, Conselheiros Dantas, João Alfredo, Rui Barbosa e, novamente, Visconde do Rio Branco e outros não citados, que foram qualificados como “abolicionistas”. Em decorrência da quantidade de pessoas, o préstito não pôde passar em frente ao *Grêmio Literário Português*, sede da primeira reunião da *Liga Redentora*, fato que causou desconforto entre os diretores dos festejos. No final desse cortejo foi exibido “grande quadro final em que se via o retrato da princesa imperial regente lindo transparente como data da gloriosa lei de 13 de Maio.”⁶¹⁷ Conforme analisa Robert Daibert Júnior⁶¹⁸ em seu estudo sobre a construção da imagem da princesa regente como “redentora” ou mesmo “protetora” foi consolidada não só durante as comemorações do 13 de Maio bem como à posteriori na memória pública⁶¹⁹ da abolição cujo nome de praças, ruas e clubes foram criados ou mesmo associados ao nome da princesa regente e ao próprio “Treze de Maio” em iniciativas particulares ou mesmo de caráter oficial.

A Câmara de Belém, em sessão solene, presidida pelo, anteriormente descontente, comendador Álvaro Pinto e Souza, também festejou. Em seu discurso falava do telegrama congratatório enviado pela Câmara do Rio de Janeiro. Contraditoriamente a sua posição política, afirmava que “Cahiram enfim as negreiras instituições que mantinham o Brazil arredado do convívio das nações.”⁶²⁰ Nessa sessão, teve a palavra o vereador liberal Fellipe Lima, que fez um histórico processo de emancipação e abolição interpretando-a como ação dos liberais, principalmente a partir da lei de 1871, identificando-a como lei “aboliconista”⁶²¹ e também discursou sobre a importância da libertação do Ceará e do Amazonas.

Fizeram também o uso da palavra e recitaram poesias, o representante da *Sociedade dos Maquinistas* e juiz dos órfãos da 2ª vara cível da capital, Cirne Lima, José Veríssimo, literato e diretor do Colégio Americano e membro da *Liga Redentora*. O menino Armando Pereira, do Atheneu paraense, Dr. Paulo Pereira, da Sociedade 28 de Julho, além dos senhores Bastos, da praça do comércio e o engenheiro Ignácio Moura, representando a redação do *Diário do Grão-Pará*. Em meio à sessão, havia música sob a batuta do Violinista *Luigi Sarti*, que tocou a canção dos aventureiros e o hino nacional executado junto à

⁶¹⁷ *Diário de Notícias*. Redempção de Belem. 11 de abril de 1888, p. 2.

⁶¹⁸ DAIBERT JUNIOR, Robert. *Isabel, a "Redentora" dos Escravos. Uma história da Princesa entre olhares negros e brancos (1846-1988)*. São Paulo: Edusc/Fapesp, 2004, p. 251.

⁶¹⁹ ARAÚJO, Ana Lúcia. *Memória pública compara da emancipação e da abolição*. IN: Tornando-se Livre: *Agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição*. Orgs: MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo; CASTILHO, 2015, p. 468.

⁶²⁰ *O Liberal do Pará*. Festejos Publicos. 19 de maio de 1888, p.2.

⁶²¹ *Idem*.

orquestra. No fim da sessão solene, ocorreu cortejo cívico com a efígie do Visconde do Rio Branco.

Lembranças e, conseqüentemente, os esquecimentos fizeram parte dos festejos. Como mostrou Renata Figueiredo Moraes, analisando as imagens dos fotógrafos da corte⁶²² nas comemorações da assinatura da lei áurea, nelas foram captados os estandartes dos clubes e associações abolicionistas. Confrontando as descrições dos periódicos, percebi ausência dos estandartes dos clubes e associações abolicionistas o que prejudica a compreensão de seus papéis na organização de festejos, cerimônia e cortejos cívicos da abolição, pois infelizmente, ao contrário da corte imperial, não temos registros fotográficos das festas em Belém tal qual ocorridos no Rio de Janeiro. Possivelmente foram registrados pelos artistas fotógrafos Augusto Fidanza e Paulo Ernesto Meyer, provavelmente perdidos ao longo do tempo ou, ainda que pouco provável, em algum arquivo particular.

Na descrição dos cronistas dos periódicos e da edição única da *Liga da Imprensa*, existe ausência em relação a essas flâmulas que representaram os clubes e associações emancipacionista e abolicionistas, o que provavelmente foram exibidas nos festejos belenenses. Observei o uso do termo “sociedades filantrópicas” e da menção à *Confederação Abolicionista*, ou até ou mesmo aos “clubes patrióticos”, das escolas ou associações corporativas e de classes. As “lembranças do “Ceará livre” e “Amazonas Livre”, ou seja, do Vinte e Cinco de Março” e o “Dez de julho” igualmente relegadas. Nenhuma menção em discursos ou nos escritos e suas reverberações que recordassem Benevides como primeira colônia livre na província.

No domingo, dia 20, à tarde, foi programada a “Batalha de Flores”⁶²³ de Nazaré, festa sob os auspícios da *Liga Redentora* que desejava marcar o “fim” do ciclo de festejos da redenção de Belém, o que porém não pode ocorrer. Em nota o *Diário de Notícias* afirmava que era interesse da *Liga*, deixar “gratas recordações no coração do povo” marcados para o domingo, dia 20 de maio, à tarde. A festa foi caracterizada como “festa dedicada as famílias” e solicitadas que estas comparecessem com seus carros alegóricos e com “munições de flores”. Era objetivo que durante o cortejo, ao adentrar na estrada de Nazaré, entoasse canto com versos “[...] Na Princeza adorada penhor temos/ De profundo saber e lealdade/ E’ no

⁶²² CF. MORAES, Renata Figueiredo. *Op. Cit.*, 2012, p. 36-60.

⁶²³ No entanto, a referida batalha não ocorreu em virtude da ausência de estoque flores naturais no mercado belenense impossibilitando a realização do festejo. CF. *Diário de Notícias*. O Combate das Flores. 2 de maio de 1888, p.3.

amor do povo que ama e preza/ Que ella funda a mais nobre realeza! [...]”⁶²⁴ Como analisou Renata Figueiredo Moraes⁶²⁵, a vinculação do Treze de Maio com a imagem da regente imperial e sua louvação foi estratégica no sentido de relacionar a liberdade do 13 de Maio não como conquista, mas como doação que invisibilizava os descontentes e, principalmente, o processo coletivo de luta social de escravizados e libertos pelo fim do cativeiro.

Era intenção dos organizadores criar relíquias da redenção da capital, ou seja, produzir objetos e inscrições que deveriam ser fixados e recordados tais como moedas, selos e lápides. O propósito era que essas comemorações marcassem o enquadramento da memória social numa perspectiva de “lugares da memória” com a fixação de placas comemorativas.⁶²⁶ Uma dessas insígnias foi doada pelo empresário Antônio José de Pinho, afixada e ainda existente na sede⁶²⁷ do *Grêmio Literário Português* e também na parede lateral da Igreja da Trindade⁶²⁸, igualmente resistindo ao tempo e demarcando a memória da redenção de Belém, outra placa foi afixada na sede da *Liga Redentora*, ou seja, no escritório de José Henrique Cordeiro de Castro.⁶²⁹ Além disso, foi proposta a colocação de lápide na varanda em que ocorreu a sessão do *Te-déum*, no terraço do Palacete da Câmara Municipal de Belém. A placa da “Sociedade União Reactora contra a Escravidão” foi oferecida pelo comerciante da praça do comércio *Mello e Cia* e registrava ação de liberdade no pretexto de “[...]comemorar a extinção da escravidão nessa rua e praça como primeira da capital que conseguiu a elevada gloria de serem declaradas livres. Belém, 11 de abril de 1888.”⁶³⁰

As festas de redenção de Belém se notabilizaram pela participação de diferentes grupos. Nos primeiros dias, as comemorações foram caracterizadas como festejos públicos em que se notava pluralidade. Além do caráter de sessão solene, as passeatas marcaram a forma mais comum de representação nas comemorações. Agora, relaciono as festas dos diversos grupos sociais e círculos de trabalhadores que reforçam a ideia de diversidade, mobilização social e participação popular. Belém experimentou a diversidade de festejos de trabalhadores, artistas, libertos e irmandades religiosas que permitem analisar um novo tipo de atuação

⁶²⁴ *Diário de Notícias*. O Brazil Livre!. 19 de maio de 1888, p. 3.

⁶²⁵ MORAES, Renata Figueiredo. *Op. Cit*, 2012, p.58.

⁶²⁶ Tanto a placa comemorativa da sede do *Grêmio Literário Português* quanto aquelas da Igreja da Trindade atualmente ainda relembram esses festejos.

⁶²⁷ Atualmente a sede está localizada na rua Senador Manoel Barata, nº 477/483, centro comercial de Belém.

⁶²⁸ CF. Revista da SS Trindade. Paróquia da Santíssima Trindade. Ano 1. Edição nº 1. Junho de 2003. P. 13.

⁶²⁹ *Diário de Notícias*. Salve, Patria livre! 20 de maio de 1888, p. 2.

⁶³⁰ *Idem*.

política⁶³¹, de setores sociais até então invisibilizados nos festejos capitaneados pelos emancipadores e abolicionistas.

Os trabalhadores imprimiram sentidos próprios e revelavam o abismo entre as festas oficiais, tal como a da imprensa ou atrelada à *Liga Redentora*. Isso deve-se à diversidade dos grupos específicos que também fizeram suas comemorações e até mesmo barganha da classe, denotando significados e sentidos próprios as suas comemorações, até mesmo foram geradoras de tensões sociais e diferentes expressões do sentido da liberdade, ora copiando, inventando, ora adaptando ou mesmo recriando os rituais dos festejos oficiais.

Os trabalhadores artistas vinculados à *Confederação Artística* e com provável aproximação à *Liga Operaria*⁶³² de Belém, deliberavam numa assembleia o formato de sua representação nas festas em honra ao “Treze de Maio”. Estes já haviam participado das primeiras procissões cívicas e doado para a comissão dos festejos os fogos artísticos.⁶³³ No entanto, promovia reunião na fotografia Gram-Pará⁶³⁴, em que estavam presentes seus mestres de fábricas e oficinas, para tratar das “comemorações populares”, denotando sentido apropriado aos seus festejos, ou seja, comemoravam de maneira autônoma, expressando sentidos próprios. Esta festa, não mais associada aos clubes abolicionistas ou emancipadores, revelava que esses trabalhadores requeriam para si um papel, um protagonismo enquanto partícipes dos regozijos do “Treze de Maio”.

Outra festa ocorreria no dia 13 de junho, reunindo os artistas nacionais e estrangeiros, provavelmente, encorpado pelos trabalhadores das companhias líricas, teatrais e circenses que circulavam ou já estabelecidos na capital, inclusive contando com experiências de comemorações anteriores promovida com auxílio do *Club Artístico Abolicionista Paraense*. Essa passeata foi marcada pelo esplendor das figuras alegóricas e multicores, carros que desfilavam com música, classificada pelo cronista como “espetaculo ainda não visto na cidade de Belém.”⁶³⁵

⁶³¹ DOS SANTOS, Cláudia Regina Andrade. Cláudia Regina Andrade. *Na rua, nos jornais e na tribuna: A confederação abolicionista do Rio de Janeiro antes e depois da abolição*. IN: Tornando-se Livro: *Agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição*, 2015, p. 338.

⁶³² CF. Almanaque paraense para o ano de 1883. Organizado por Belmiro Paes de Azevedo e Marcellino A. Lima Barata. Primeiro Anno, Pará, 1883. P. 404.

⁶³³ *Diário de Notícias*. As festas da confederação artística. 31 de maio de 1888, p. 2.

⁶³⁴ A reunião aconteceu na residência de Paulo Ernesto Meyer, proprietário do estúdio fotográfico Gram-Pará. *CF. O Liberal do Pará*. Assembléa artística. 22 de Maio de 1881, p.1.

⁶³⁵ *Diário de Notícias*. Confederação artística. 15 de junho de 1888, p.2.

A procissão cívica dos artistas, categoria bastante genérica que, conforme Wlamyra Albuquerque⁶³⁶ trata-se de definição imprecisa que envolvia diversos sujeitos que exerciam atividade como pedreiros, marceneiros, sapateiros, diversos artífices, provavelmente muitos escravizados e libertos, cuja passeata foi organizada com a seguinte ordem dos carros alegóricos:

- 1º O carro da Confederação Artística.
- 2º O Brazil Livre.
- 3º A estatua da Liberdade.
- 4º- As 4 épocas da escravidão.
- 5º - O commercio.
- 6º - A justiça.
- 7º- Carro do progresso
- 8º- O carro das belas artes.
- 9º - A História.⁶³⁷

Nota-se que os artistas organizaram sua passeata estabelecendo interpretação histórica do processo de liberdade em que elaboravam cronologia e elegiam fatos e marcos históricos distante das interpretações impressas pela *Liga Redentora*. Demonstravam que longe das festas associadas aos clubes abolicionistas, compreendiam o momento como marco histórico de mudança social do Brasil. Ao analisar a ordem do préstito, notamos os sentidos denotados, numa procissão que reuniu elementos interpretativos da escravidão, alegorias à liberdade e o significado daquela comemoração como momento importante de mudança cuja interpretação associava a liberdade como o caminho para o progresso, sendo assim, um divisor temporal da história do país. Para o cronista, a comemoração dos artistas “Foi uma festa indescritível, digna em tudo e por tudo, da briosa classe que a promoveu.”⁶³⁸ Além do cortejo, foram confeccionados quadros litográficos representativos dos carros alegóricos da procissão do dia Treze promovida pelos “genios das artes reunidas.”⁶³⁹ Essa procissão foi descrita num sentido de espetáculo artístico ou mesmo de expressão “carnavalesca”, pois os efeitos imagéticos e o deslumbre foram ressaltados na descrição do cronista.

Outro grupo presente nos festejos da Abolição foram os estudantes das escolas públicas e particulares da capital. A sua passeata ocorreu em 20 de maio e teve concentração

⁶³⁶ ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O Jogo da dissimulação: Abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Cia das letras, 2009, p. 212.

⁶³⁷ *Idem*.

⁶³⁸ *Ibidem*.

⁶³⁹ *Diário de Notícias*. Comemorando a liberdade. 17 de junho de 1888, p.2.

em frente ao Liceu de Artes e Ofícios.⁶⁴⁰ Foi a passeata aberta, pois não “havia convites especiais” e no trajeto do cortejo previa passagem pelas seguintes ruas:

Largo do quartel, rua de S. João, estrada de S. José, Rua do Espírito Santo, travessa dos Ferreiros, rua do Dr. Malcher, travessa da Rosa, rua do imperador, travessa e Rua da Indústria, largo e travessa das Mercês, Rua Formosa, travessa do Passinho, ruas dos Mercadores, travessa de S. Matheus, Rua Nova de Santa’Anna, travessa de 7 de Setembro, rua dos Mercadores, até o largo do Palácio, onde dispersará.”⁶⁴¹

Era previsto a passagem em frente ao palácio provincial, a saudação à sede da *Liga Redentora*, na residência de Tito Franco de Almeida, próxima à Praça de Independência, a junta comercial do Pará e as redações dos jornais da capital. Entendia *O Liberal do Pará* que as festas dos estudantes e dos caixeiros foram “festas abolicionistas” e, por conseguinte, patrióticas, pois elas estimulavam o “amor a liberdade”⁶⁴²

De acordo com o *Diário de Notícias*, no mesmo dia, a classe dos caixeiros do comércio de Belém fez sua manifestação com marcha *Aux-Flambeaux* e ocorreu passeio de carruagens adornadas. *O Liberal do Pará* destacava a “modesta mas entusiasmada manifestação da classe caixeiral desta praça”.⁶⁴³ A manifestação teve como orador Marcelino Barata e foi oferecida ao comendador Domingos J. Dias um buquê para homenageá-lo, além do discurso do literato Paulino de Brito. Em nome da *Liga Redentora*, José Agostinho dos Reis saudava a classe caixeiral e também a passeata dos trabalhadores artistas organizada pelo artista e fotógrafo Augusto Fidanza.

As festividades dos trabalhadores caixeiros e artistas demonstram a sua ativa participação para execução dos festejos em razão de sua contribuição nos óbolos, atrações artísticas culturais. O fechamento do comércio e participação nos *meetings*, além de doações para aquisição de alforrias⁶⁴⁴ durante as festas, sejam elas patrióticas, como a do “Quinze de Agosto.” Essas classes se juntavam a outras sociedades de trabalhadores, filantrópicas ou abolicionistas para libertar, tal qual festejo ocorrido em 1882, quando dois foram libertados por ação da *Sociedade Beneficente Protetora dos Caixeiros*. Durante as comemorações, era defendida a ideia de que era justa e humanitária a causa da redenção dos escravos e por essa

⁶⁴⁰ Atualmente funciona a Escola Estadual “Paes de Carvalho”, situada no bairro da Campina.

⁶⁴¹ O que corresponde atualmente o trajeto entre os bairros da Campina e do Comércio até o largo do Palácio Lauro Sodré, atualmente museu histórico do Estado do Pará. **CF.** *Diário de Notícias*. Passeata estudantina. 20 de maio de 1888, p. 2.

⁶⁴² *O Liberal do Pará*. Liga Redemptora. 22 de Maio de 1881, p.2.

⁶⁴³ *O Liberal do Pará*. Festas á liberdade. 20 de Maio de 1881, p.2.

⁶⁴⁴ **CF.** *Diário de Notícias*. Novos cidadãos. 18 de agosto de 1883, p.2.

razão “[...] percorrerá amanhã, a carro, as ruas da capital, solicitando um obulo em favor das liberdades com que pretende solemnizar o glorioso de 15 de Agosto.”⁶⁴⁵

Os caixeiros e artistas registraram um pequeno anúncio publicado no periódico *O Liberal do Pará* que expressava sua leitura histórica do processo de liberdade que associava a expressão latina “*Liberdade ainda que tardia*”⁶⁴⁶ interpretação dada ao movimento da conjuração mineira, associando com as primeiras ideias de “liberdade” no Brasil e também a expressão de regozijo em que se celebrava libertação dos escravizados. Esses círculos de trabalhadores consorciavam e organizavam passeata com marcha *Aux-Flambeaux* e carruagens adornadas com pendões e alegorias à liberdade, acompanhados pela população no cortejo e, provavelmente, teve influência do republicano Marcelino Barata, isso porque fora escolhido como orador da solenidade e proferiu discurso no ato da entrega de um buquê de flores ao comerciante Domingos J. Dias.

Imagem 5- Anúncio da passeata dos caixeiros do comércio de Belém.



Fonte: *Diário de Notícia*. 20 de maio de 1888, p. 2.

Outro grupo de trabalhadores agregados aos festejos foram os tipógrafos. Durante reunião para tratar do festival da *Liga da Imprensa*, os trabalhadores aproveitavam o clima de regozijo para suas reivindicações. Na sessão deliberativa da *Liga* foram aprovados a manutenção das “instituições benéficas do Liceu de artes e ofícios”⁶⁴⁷ e a formação de um montepio dos tipógrafos “para garanti-los contra os vai-e-vem da sorte caprichosa.”⁶⁴⁸ Ou seja, os festejos da Abolição proporcionavam pretexto para tentar melhorias nas condições de

⁶⁴⁵ *A Província do Pará*. Em favor dos captivos. 4 de agosto de 1883, p. 3.

⁶⁴⁶ **CF.** *Diário de Notícias*. O epílogo. 22 de maio de 1888, p. 3.

⁶⁴⁷ Provavelmente nos moldes da proposta apresentada por José Veríssimo, ou seja, instituição dirigida sob os auspícios da *Liga Redentora* e voltada para educação e direcionamento da mão-de-obra dos libertos.

⁶⁴⁸ *O Liberal do Pará*. Liga da Imprensa. 22 de Maio de 1888, p.1.

sobrevivência. Para Wlamyra Albuquerque⁶⁴⁹, a liberdade expressada pelo Treze de Maio poderia significar a busca por melhores condições de vida e de trabalho.

Esses trabalhadores articulavam festejos artísticos, vendagem de jornais e cotização em prol dos clubes e associações patrióticas, emancipacionistas e abolicionistas durante a década de 1880. Como mostrei no primeiro capítulo, era comum no calendário de comemorações dos festejos patrióticos e abolicionistas, os tipógrafos trabalharem na confecção da folha “Quinze de Agosto” e também foram responsáveis pela edição e circulação de *O Abolicionista Paraense* para levantamento de recursos e auxílio para aquisição de alforrias. Vale lembrar que, desde 1883, esses trabalhadores já consorciavam para subscrição pela liberdade por meio da vendagem do jornal *O Abolicionista Paraense*, folha prensada pelos tipógrafos de *A Província do Pará*, este essencial para a disseminação do sentimento antiescravista, no qual os trabalhadores expressavam suas visões do processo de liberdade e apresentavam-se assim:

Nós somos operarios que mourejam todo dia, nós somos o povo.
E’ no operario, na massa popular que reside a soberania da nação.
Por brazão trazemos a nossa blusa, *por programma a Liberdade (Grifo meu)*.
Com estes títulos aqui estamos, e marcharemos convictos.
Com estas credenciaes marcharemos rectos neste infinito além.
[...] Deste trabalho não tiramos pra nós nem um vintém. [...] ⁶⁵⁰

Cordeiro de Castro, antes de sua partida à Europa lembrava do trabalho fundamental para a questão da popularização do sentimento antiescravista, lembrando dos trabalhadores que produziam os jornais da capital. O secretário das *Liga Redentora* recordava “Dos bons amigos artistas e operarios typografos de O Liberal do Pará [...], pois lhes sou muito agradecido como 1º secretario da ‘Liga Redemptora’, pela valiosa cooperação que prestaram a causa do abolicionismo.” ⁶⁵¹ A identidade de classe desses trabalhadores mostrava como estes apresentavam seu “programa” e marcavam seu posicionamento político ante ao sistema escravagista, o que incluía a própria noção do significado da liberdade e do altruísmo do seu trabalho no combate ao escravismo.

⁶⁴⁹ ALBUQUERQUE, Wlamyra. Movimentos sociais abolicionistas. **IN:** *Dicionário da Escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. Lilia Moritz Schwarcz e Flávio dos Santos Gomes (Orgs.). São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 332.

⁶⁵⁰ *A Província do Pará*. Imprensa. O Abolicionista Paraense. 5 de junho de 1883, p.3.

⁶⁵¹ *O Liberal do Pará*. Cartão de despedida. 4 de julho de 1888, p.2.

Os trabalhadores das companhias de comércio de Belém⁶⁵² igualmente fizeram sua festa em honra ao “Treze de Maio” com uma passeata no domingo, dia 20, às 6 horas da manhã.⁶⁵³ Para *O Liberal do Pará* entendia-se que a comemoração “Há de ser uma linda festa, honra aos trabalhadores paraenses!”⁶⁵⁴ ao passo que para o *Diário de Notícias* a comemoração era válida haja vista que “A elles, com efeito, a quem mais aproveita a lei”⁶⁵⁵ o que dimensiona o quanto o comércio de Belém aliava uso extensivo de mão de obra escravizada em detrimento a da livre, indicava que trabalhadores livres e escravizados poderiam compartilhar de sentimentos e consciência das condições e dificuldades de trabalho cotidiano e que, a partir da extinção, a possibilidade de melhorar seus rendimentos era razoável.

A festa de Abolição poderia significar ainda o compartilhamento do mesmo sentimento de liberdade, pois muitos destes sujeitos consorciavam em subscrições anônimas que ocorriam ao longo do calendário festivo, seja patriótico, emancipacionista ou abolicionista. Analiso que essa festa dos comerciários abrangeu trabalhadores de diversas atividades, desde estivadores dos cais dos portos, aos das companhias de gás e água, trabalhadores maquinistas dos bondes e da estrada de ferro, às empresas de navegação e diversas atividades de comércio⁶⁵⁶ praticadas na Praça de Belém.

Apesar da organização de regata comemorativa articulada pela *Liga da Imprensa Paraense* ocorrer somente em 11 de junho, ainda existiu outra manifestação de grupo de trabalhadores que usavam os rios da Amazônia como meio de vida; a festa da corporação dos catraieiros de Belém ocorreu em 2 de junho e reafirmava a importância desses trabalhadores que estavam envolvidos nas festas de liberdade de Benevides e nas comemorações do “Ceará Livre” bem como já tinham experiência de festejos, pois desde 1884 já organizavam festas de liberdade em cortejos pelas ruas da capital com sessões solenes, ornamentação, fogos e a entrega de cartas de liberdade⁶⁵⁷ e com maiores motivações, pois também regozijavam a data do “Treze de Maio”. O seu programa de festejo revelava associação direta entre o seu ofício com a comemoração da abolição da escravidão. A festividade ofereceu a competição de

⁶⁵² *O Liberal do Pará*. Noticiário. 20 de maio de 1888, p.2.

⁶⁵³ *Idem*.

⁶⁵⁴ *Ibidem*.

⁶⁵⁵ *Diário de Notícias*. Honra á liberdade. 20 de maio de 1888, p.2.

⁶⁵⁶ **CF**. Almanaque paraense para o anno de 1883. Organizado por Belmiro Paes de Azevedo e Marcellino A. Lima Barata. Primeiro Anno, Pará, 1883. P. 383-432.

⁶⁵⁷ *Diário de Notícias*. Folhetim. 4 de maio de 1884, p.3.

catraias e diversos páreos com disputa entre alguns trabalhadores dos portos de Belém. Era programada que:

Haverá quatro corridas de catraieiros, assim determinados:

1º Catraia Cunha & Vianna, realizada por 4 homens e governada pelo sr. Luiz Eduardo de Souza Rodrigues.

Catraia *Canoa Verde*, remada por 4 homens e governada pelo proprietário da mesma.

- 2º - Catraia Portugal, remada por 4 homens e governada pelo proprietário da mesma.

Catraia *Antiga Canoa Verde*, remada por 4 homens e governada pelo sr. José Ferreira Soares.

- 3º - Catraia *Cardeal*, remada por 4 homens e governada pelo Catraieiro Cardão.

Catraia Amazonas, remada por 4 homens e governada pelo sr. Victor dos Santos.

4º e última - A corrida dos vencedores e d'aquelles catraieiros que quiserem tomar parte da mesma.⁶⁵⁸

A ponte da guarda-moria,⁶⁵⁹ local de celebração da libertação do Ceará, em 1884, foi novamente iluminada e houve lançamento de fogos em girândolas e de máquinas aerostáticas, além de bandas de músicas tocando nos intervalos das regatas. Um dos páreos foi assistido pelo presidente da província, Miguel Pernambuco, que entregou como premiação aos catraieiros vencedores um cinzeiro prateado, uma bússola, âncora e um remo. Havia representantes da imprensa e diversas pessoas prestigiando as regatas. Foram juizes dos páreos, o inspetor do arsenal de Marinha, o senhor Antonio Severiano Nunes⁶⁶⁰ e o engenheiro das oficinas de máquinas, Ignácio Moura, que também lhe coube a entrega simbólica de um buquê de flores ao presidente da província Miguel Pernambuco, que em discurso fez saudação do estilo com vivas ao Imperador, à princesa Izabel, ao gabinete “Dez de Março” e ao “Treze de Maio”.

Em maio de 1888 ganhou corpo outra manifestação associada ao regozijo da Abolição por meio da festa do *Congresso Libertador 13 de Maio*. As notícias sobre esse congresso aparecem nos periódicos somente em maio de 1888⁶⁶¹ dias antes da redenção da capital. De acordo com o *Diário de Notícias* esse congresso era formado interinamente sob a

⁶⁵⁸ *Diário de Notícias*. Festa dos catraieiros. 2 de junho de 1888, p. 2.

⁶⁵⁹ A referida ponte estava localizada na circunscrição da alfandega do 2º distrito da capital (paróquia de Sant'Anna e Campina), no entorno do largo das Mercês, atualmente centro histórico e comercial de Belém, possivelmente no trecho que compreende a *Boulevard* Castilho França, à época o espaço de atracação das embarcações do porto de Belém, atualmente corresponde ao trecho abrangência da Companhia das Docas do Pará (CDP) e da Estação das Docas. CF. Almanach do Diário de Belém. Redigido pelo administrador do mesmo diário. Ano 1. 1878. P 138-139.

⁶⁶⁰ Exerceu cargo de inspetor do arsenal da marinha de Belém entre os meses de fevereiro de 1888 a julho de 1889. CF: BRAGA, Theodoro. *Noções de Corographia do Estado do Pará*. Belém: Empreza Graphica Amazônia, 1919. P. 609.

⁶⁶¹ *O Liberal do Pará*. Congresso Libertador “13 de Maio”. 4 de maio de 1888, p.3; *Diário de Notícias*. Congresso Libertador 13 de Maio. 2 de maio de 1888, p. 2.

presidência de João Baptista da Costa, que numa sessão extraordinária foi solicitada e deliberada a escolha da mesa permanente⁶⁶² para dirigir os seus trabalhos, sendo escolhido como presidente Agostinho Vieira Silva e também a formação da diretoria composta por: Candido Antônio Machado, funcionário público que exercia cargo de vigia da Recebedoria provincial, Pantaleão Rocque da Costa, taquígrafo, João B. da Costa, escrevente de primeira classe, também envolvidos na comissão⁶⁶³ dos festejos do dito clube.

Fato interessante é que este grupo formou “comissão libertadora”⁶⁶⁴ e fiscalizou as ruas “Rosario, das Flores e São Vicente.”⁶⁶⁵ e em suas reuniões tratavam de “angariar socios para o congresso e tratar de assumptos concorrentes ao desenvolvimento abolicionista”⁶⁶⁶ realizando trabalho análogo às comissões dirigidas pela *Liga Redentora*. Esta sociedade promoveu seu festejo em 20 de maio, em anúncio publicado no periódico *O Liberal do Pará* que convidava a população para participar da sessão solene na Praça do Redondo,⁶⁶⁷ além de passeata cívica com banda de música do quarto batalhão de infantaria.

Outra manifestação ocorreu em primeiro de julho e a identifico como à última que ocorreu, cujo tema era diretamente atrelado aos festejos do “Treze de Maio” de 1888. A festa que regozijava a lei áurea foi organizada pelos moradores da travessa dos Tupinambá. Saia em cortejo uma passeata, provavelmente, essa comissão de moradores foi formada para acompanhar e fiscalizar a libertação dos escravizados das ruas Conceição e Pariquis, além das travessas Apinagés, Caripunas, Jurunas e Tupinambás durante os primeiros trabalhos de levantamento do número de cativos promovida por meio da *Liga Redentora*, em abril. Possivelmente, estavam envolvidos na organização dessa passeata: Thomé Marcelo, José Santos, Joaquim Dias e Pedro Cunha.⁶⁶⁸ Estes integrantes da quinta comissão associada à *Sociedade Reação Contra a Escravidão*, tentáculo da *Liga*. O préstito ocorreu em razão de

⁶⁶² CF. *Diário de Notícias*. Salve, Patria livre! 20 de maio de 1888, p. 2.

⁶⁶³ *Idem*.

⁶⁶⁴ Tal comissão era formada por: Alfredo L. dos Santos, José de Matos Ferreira, Viana Bitencourt e João Baptista da Costa. CF. *O Liberal do Pará*. Congresso Libertador “13 de Maio”. 4 de maio de 1888, p.3.

⁶⁶⁵ Correspondem, respectivamente, as seguintes ruas que ficavam localizadas no bairro da Campina, centro comercial de Belém: Ruas Aristides Lobo (mesma denominação até hoje), posteriormente denominadas de Lauro Sodré e Paes de Carvalho. CF. CRUZ, Ernesto. *Ruas de Belém: Significados históricos de suas denominações*. Belém: CEJUP, 1992, pp 37-39.

⁶⁶⁶ *Ibidem*.

⁶⁶⁷ De acordo com Theodoro Braga, a Praça do Redondo ficava no trajeto da estrada de São José em direção ao antigo presídio de São José (Atualmente denominada Avenida 16 de novembro), próximo da avenida Tamandaré e da rua do Triunvirato, entre os bairros da cidade velha e do centro. CF: BRAGA, Theodoro. *Op. Cit*, p. 351.

⁶⁶⁸ CF. *Diário de Notícias*. Sociedade reação contra a escravidão. 25 de abril de 1888, p. 2.

que “Alguns cavalheiros sentindo ainda o entusiasmo pela gloriosa lei de 13 de Maio [...]”.

⁶⁶⁹ Nessa cerimônia alguns cidadãos saíram por diversas ruas da capital, entre as quais:

Estrada do Conselheiro Furtado, Largo e Estrada de S. José, Largo do palácio, Rua 13 de Maio, Travessa do Passinho, Rua do Conselheiro João Alfredo, Travessa das Mercês, rua e travessa da Indústria, Rua da Trindade, Rua nova de Sant’Anna, estrada de São José, dirigindo-se até maloca da Rua dos Tupinambás.⁶⁷⁰

Nesse préstito, alguns cidadãos desfilaram fantasiados de índios que representavam os “Tupinambás” e “Pariquis” em cortejo acompanhados de duas bandas de músicas, cedidas pela presidência da província. Ao chegar ao largo do Palácio provincial, o cortejo foi saudado pelo presidente da Província e pelos representantes da *Liga Redentora*, bem como cerimoniais durante a passagem em frente às tipografias dos periódicos *Diário do Grão-Pará*, *a Província do Pará*, *O Liberal do Pará*, *Sociedade Artística Paraense*, *Cosmopolita* e *o Jornal das Novidades*.

De acordo com o cronista de *O Liberal do Pará*, tanto as saudações à passeata nas redações dos jornais, quanto as aclamações ao presidente da província foram realizadas em “língua geral”, ou seja, o *Nheengatu*. Segundo Marcio Couto Henrique ⁶⁷¹, no segundo império valorizou-se o indianismo como estratégia para definição da nacionalidade por meio de projeto literário agregado aos fins institucionais do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, associando a língua e a questão da identidade nacional ou mesmo da cultura amazônica. Outra questão a ser interpolada é a apropriação cultural e o significado da recepção das “lideranças indígenas” não só pelo presidente de província, mas também nas redações dos jornais durante a passeata, pois no contexto da política indigenista amazônica do século XIX, a troca de brindes e o encontro com o “principal” da nação” era prática política que simbolizava aliança⁶⁷². O fato da quinta comissão da *Liga Redentora* ser responsável pela verificação das libertações que ocorriam nuaas ruas “Apinagés”, “Mundurucus”, “Tamoios”, travessa dos “Tupinambás” e do “Jurunas” denotava que o festejo da liberdade foi interpretado como momentos de afirmação, ou seja, representação de “liderança” e distinção

⁶⁶⁹ *O Liberal do Pará*. Passeata. 1 de julho de 1888, p. 1.

⁶⁷⁰ Para ter noção mais atualizada dessa passeata, o trajeto partiu do Bairro do Jurunas, atravessando o bairro de Batista Campos, passando pelo bairro de Nazaré em direção ao centro comercial e ruas do bairro da Campina, chegando ao Museu Histórico do Pará e retornado para a “rua dos Tupinambás” (travessa dos Tupinambás). *CF. O Liberal do Pará*. Passeata. 1 de julho de 1888, p. 1.

⁶⁷¹ HENRIQUE, Márcio Couto. *Sem Vieira nem Pombal: Memórias jesuíticas e a missões religiosas na Amazônia do século XIX*. Asas das palavras – Revista de Letras. Belém: Unama, v. 10, n. 23, 2007. P. 227.

⁶⁷² HENRIQUE, Márcio Couto. *Sem Vieira nem Pombal: Índios na Amazônia do século XIX*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018. P. 135-136.

nos festejos ou até mesmo do sentimento de identidade dos “nativos”, representantes “autênticos” da nacionalidade brasileira.

A relação memória, identidade, nacionalidade e festejos dessa passeata pode ser compreendida como autoafirmação da identidade ressignificada com a comemoração da liberdade. Informava o cronista que o término dessa passeata foi numa simbólica “maloca” localizada na Rua dos Tupinambás, o que denotava sentido de reapropriações e diferentes significações que os festejos da Abolição proporcionaram, no qual a busca de “ancestralidade” brasileira entrou em cena espécie de “parentesco” ou mesmo identidade cultural coletiva.

4.4- UMA “ORIGINALIDADE”: PASSEATA DAS MULATAS, MANIFESTAÇÃO DOS CAPOEIRAS E A COMEMORAÇÃO DA IRMANDADE DE SÃO BENEDITO.

Na disputa da memória social da liberdade no Brasil, não é nenhuma surpresa afirmar que os grupos capitaneadores da emancipação privilegiavam suas visões e perspectivas de mundo no que tange registrar a liberdade como um ato de controle político e social, envolto do discurso de ação regeneradora, fraternal, benevolente, um “ato solene”.⁶⁷³ Em outra perspectiva, as mobilizações sociais⁶⁷⁴ podem ser interpretadas numa visão de desordem na perspectiva da elite proprietária e política, haja vista, a mobilização popular misturar lugares e significados diversos com libertos se articulando politicamente e comemorando a liberdade.

Maria Helena Machado aponta que o abolicionismo agasalhou insatisfação e inconformismo das camadas sociais⁶⁷⁵ que viviam no subemprego e não alinhadas aos clubes e associações. Eram libertos, imigrantes e trabalhadores pobres em geral que participavam das manifestações, demarcando apelo social. A imprensa enquanto produtora da memória priorizou a construção da narrativa praticamente sem conflitos sociais e escassa de distúrbios e discordâncias. Na perspectiva de Renata Figueiredo Moraes, foram esquecidos os maiores interessados nas comemorações, ou seja, os grupos libertos. Na concepção da autora, a

⁶⁷³ CHALHOUB, Sidney. *Op. Cit.*, 2011, p. 187.

⁶⁷⁴ DOS SANTOS, Claudia Regina Andrade. *Na rua, nos jornais e na tribuna: A confederação abolicionista do Rio de Janeiro antes e depois da abolição*. IN: *Tornando-se livre: agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição*, 2015, p. 347.

⁶⁷⁵ MACHADO, Maria Helena Pereira de Toledo. *Op. Cit.*, 2010, p. 139.

ritualística das festas do abolicionismo era construída a partir da ação de homens de letras, que desde a organização dos programas de festas, as crônicas, poesias, obviamente houve a priorização e seleção de descrição e cenas que privilegiavam a sua perspectiva do processo de liberdade, o que a historiografia denomina de abolicionismo de vertente “elitista.”

O recorte temporal deste trabalho permitiu dialogar com diversas comemorações, analisando a forma como foi constituída a memória do abolicionismo belenense, entrelaçando grupos, instituições e efemérides. Conforme identificou Renata Figueiredo Moraes, as festas do Treze de Maio na capital imperial foram marcadas pela diversidade, incluindo segmentos ligados à cultura do liberto que saíram as ruas e festejaram com danças, batuques e folguedos, em diversos bairros da corte, o que a autora denominou de “festas para além do domínio da imprensa”⁶⁷⁶ ou até mesmo comemorações “indesejadas”⁶⁷⁷ que denotava pluralidade dos festejos.

Em certos momentos da pesquisa ficava o questionamento em que momento, ainda que de forma superficial, os relatos de festas atrelados aos estratos da cultura do negro ficariam evidentes. Eis que estes apareceram nos últimos momentos da coleta de fontes, o que permite reforçar o mote da pesquisa que enveredou pela ideia de diversidade social dos festeiros da liberdade. Essas impressões também foram deixadas nos registros das festas pós “Treze de Maio” quando aparece de forma articulada, indesejada ou negociada registros de festas ou manifestações em meio às diversas comemorações e dimensões que adquiriram os regozijos em face de quantidade de grupos que saíram às ruas.

Ainda que o caráter das festas fosse conotado como uma memória unívoca e amistosa de irmandade, como indica Walter Fraga, o “pós-Abolição; o dia seguinte”⁶⁷⁸ foi marcado pelo embate que desde 1870 dividiu a população brasileira e assinalou a própria intensidade dos festejos com multidão saindo às ruas. Nesse sentido que analiso três casos emblemáticos em Belém: A passeata das mulatas, a malta de capoeiras e a festa da Irmandade de São Benedito.

Em meio à enxurrada de notas de comemorações e festejos da liberdade em Belém, Tanto *O Liberal do Pará*, quanto o *Diário de Notícias* destacavam em suas páginas a manifestação das “mulatas”. Ao que tudo indica, foi somente nos pós “Treze de Maio” que

⁶⁷⁶ *Idem*, p. 190.

⁶⁷⁷ MORAES, Renata Figueiredo. *Abolição no Brasil além do parlamento: As festas de Maio de 1888*. IN: *Tornando-se livre: Agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição*, 2015, p. 326.

⁶⁷⁸ FRAGA, Walter. *Pós-Abolição; O dia seguinte*. IN: *Dicionário da Escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. Lilia Moritz Schwarcz e Flávio dos Santos Gomes (Orgs.). 1ª edição. São Paulo: Companhias da Letras, 2018, p. 51-57.

aparecem relatos mais precisos que vinculavam de forma mais escrachada os libertos comemorando Abolição, isso porque muitas vezes invisibilizados ou diluídos na preferência dos cronistas festivos em retratar sujeitos e instituições que disputavam o movimento de emancipação, preferencialmente, descreviam ações da imprensa, maçons, políticos, artistas, estudantes, professores e comerciantes. No levantamento de festejos da pesquisa, desde 1881 até 1888, somente após as primeiras manifestações em honra ao “Treze de Maio” em que outros grupos já estavam comemorando a libertação, foi que percebemos de forma explícita as manifestações que envolviam grupo de mulheres negras.

O *Diário de Notícias* afirmava que “saiu a marcha civica das mulatas, uma originalidade no seu genero.”⁶⁷⁹ A concentração do grupo ocorreu na rua da Trindade, em frente ao grupo carnavalesco “Clube dos Patetas” que seguiram até o palácio do governo provincial. A marcha das mulatas, ao que parece foi negociada com José Henrique Cordeiro de Castro, membro da *Liga Redentora*, pois esta manifestação teve um “caráter oficial” haja vista que foi recepcionado pelo Presidente da Província, Miguel Pernambuco, inclusive solicitada e cedida banda de música para a realização do préstimo das mulheres libertas que saíram em marcha pelas ruas da capital em 20 de maio.

Para o articulista do periódico *Diário de Notícias*, as mulatas podiam:

[...] festejar em mais jubilo e com verdadeira efusão de coração; pois que, tendo experimentado os amargores do captiveiro, mais deliciosamente prelibariam as inefáveis doçuras da liberdade; tendo vivido uma noite escura da escravidão, com maiores arroubos abririam as palpebras para fitarem a claridade amena que lhes trouxe a aurora da redempção.⁶⁸⁰

A qualificação do festejo em face a sua “originalidade” permite-nos pensar que essas manifestações foram diferentes pelo seu caráter polissêmico, surpreendia pelos sujeitos sociais que ocupavam as ruas e experimentavam a sensação de festejar numa condição de protagonismo representando sua nova condição social. Assim, as mulatas saíram, à noite, vestidas de branco com faixas verde e amarelo a tiracolo, denotava expressão de unidade e identidade nacional, para “festejar a libertação do Brazil com uma imponente passeata”.⁶⁸¹

Após o cortejo por diversas ruas da capital, houve cerimônia na qual o presidente da província recebeu um buquê de flores naturais das mulheres. Não houve o registro de fala de nenhuma representante do grupo, apenas o discurso proferido por José Henrique Cordeiro

⁶⁷⁹ *Diário de Notícias*. O epilogo. 22 de maio de 1888, p. 3.

⁶⁸⁰ *Idem*.

⁶⁸¹ *Ibidem*.

de Castro. Comparando o discurso comentado tanto no periódico *Diário de Notícias*, quanto em *O Liberal do Pará*, estes se assemelham ao que deduzo que foi produzido previamente e propositalmente, programado não haver o discurso das libertas, pois ambos o publicaram basicamente num mesmo formato de texto e com o mesmo conteúdo.

Como era praxe nos festejos abolicionistas, a lição de moral e a retórica das virtudes femininas fez parte do discurso de Cordeiro de Castro que arrematava o sentido denotado às liberdades. Nele, saudava a passeata em nome da *Liga Redentora*, afirmava que as mulheres redimidas deveriam zelar pela constituição legítima da família e fez apelos aos preceitos da religião cristã como meio necessário para a felicidade; a fala do curador de órfãos era no sentido de que a liberdade servia para “reformatar” os costumes, sendo as libertas preponderantes em seu papel social em busca do amor e a valorização do trabalho.

Além das mulatas, as comemorações da liberdade pelos libertos apresentaram um sentido de tensão, na perspectiva que a festa era produtora de inquietações sociais e nem sempre simbolizava congraçamento e união. Em meio aos festejos da Abolição em Belém, ocorreu manifestação de libertos, em outra perspectiva, ou seja, numa manifestação com significado político específico.⁶⁸² Trato propriamente da malta de capoeiras que em meios as em meio às comemorações particulares e nas ruas durante regozijos do dia 16 de maio de 188 travaram confrontos e causaram a preocupações às autoridades. A “manifestação indesejada” de Malaquias e seus companheiros geraram apreensões e medo nas autoridades, o que mostrava que as festas não eram um ponto de unanimidade e conciliação conforme a narrativa conformada pelos cronistas que denotava ares de harmonia e congraçamento, ao contrário, geraram distúrbios e marcavam conflitos sociais e políticos, tal qual indica Wlmyra Albuquerque ao analisar o caso do capoeira “Macaco Beleza”⁶⁸³ na Bahia. Não raros eram os registros de distúrbios, como por exemplo, em 1887, quando cessavam os ensaios das bandas de música dos bombeiros com a presença de capoeiras, que era costume destes festejarem em frente as bandas de música, houve um intenso confronto⁶⁸⁴ entre capoeiras armados com muxingas (espécie de chicotes ou vergalhos) enfrentaram soldados bombeiros e os de polícia, estes armados com sabres numa refrega que ferira alguns paisanos.

⁶⁸² MORAES, Renata Figueiredo. As festas da abolição na Corte Diversidade e polifonia nos festejos de maio de 1888. 5º encontro de escravidão e liberdade no Brasil Meridional. P. 1. Disponível em: <http://www.escravidaoliberdade.com.br/site/images/Textos5/moraes%20renata%20figueiredo.pdf>. Acessado em 05/12/2017.

⁶⁸³ ALBUQUERQUE, Wlmyra. *Op. Cit.*, 2009, p. 154.

⁶⁸⁴ *Diário de Notícias*. Pelo jornalismo. 28 de abril de 1887, p. 2.

A presença dos capoeiras era algo que incomodava as autoridades da capital. Em ofício do corpo de polícia militar⁶⁸⁵, endereçado ao chefe de polícia da província, Antônio Rocha Bezerra de Moraes, era informado que um grupo de capoeiristas, liderados por Malaquias, saiu pelas ruas causando desordens e agredindo soldados do corpo militar durante os festejos da liberdade. A primeira tensão ocorreu em 16 de maio quando, em meio às passeatas que ocorriam em honra à lei áurea, Pedro Paulo Batista, conhecido por “Malaquias” em conjunto com seus companheiros, espancou o guarda Antônio José de Lima Pereira.

As primeiras notícias davam conta de que houve desentendimento numa festa familiar, quando Manuel D’Avilla⁶⁸⁶, capoeira, apunhalou Manuel Lisboa por conta da reunião de amigos promovida na residência de Lisboa para “commemorar a lei que abolia a escravidão.”⁶⁸⁷ Nesta, ocorreu troca de brindes com diversos “viva”, um deles ao partido liberal, não correspondido por D’Avilla, o que gerou discussão e descontentamento. Depois de ausentar-se da reunião Manuel D’Ávilla, retornava armado de navalha e ameaçava os presentes. Mesmo após ser desarmado, conseguiu ferir Lisboa com outra arma, uma faca. Depois do confronto, saiu em fuga perseguido. Logo depois, o capoeira fora apanhado. Esse desentendimento pode ter sido fruto da rixa política que marcava a disputa entre liberais e conservadores, pois conforme analisam Antônio Liberc Cardoso e Carlos Eugênio Líbano Soares⁶⁸⁸ entre 1870 e 1890 as maltas de capoeiras estavam vinculadas ao partido conservador atuando como “capangas” políticos eleitorais dos partidos monárquicos.

Após a captura do capoeira Manuel D’Ávilla, foi realizado pelo corpo de polícia a sua condução à prisão da subdelegacia da paróquia da Trindade. Nesse trajeto, eis que Malaquias e seus companheiros interceptavam a guarnição numa refrega para efetuar o resgate do seu companheiro. Em virtude da altercação foram feridos os soldados José Antônio de Lima e Vicente Antônio Dias, fato que levou o comandante a reportar a ocorrência ao chefe de polícia. Na comunicação entre as autoridades, foi dito que “recomendo a V. Excia que da mais energica providencias, no sentido de cessarem as constantes agressões da malta dos referidos capoeiras e que assim abra o competente inquerito a respeito deste facto para

⁶⁸⁵ Arquivo Público do Estado do Pará (APEP). Fundo: Secretaria da presidência da província. Série: Ofícios do corpo militar de polícia do Pará. Ano: 1888/1889. Caixa nº 437. Documentação Avulsa.

⁶⁸⁶ De acordo com a nota publicada em *A Província do Pará*, identificava o capoeira como Manuel Julio D’Almeida. Por tanto, provavelmente trata-se do mesmo indivíduo. **CF.** *A Província do Pará*. Ferimentos graves. 18 de maio de 1888, p. 2.

⁶⁸⁷ *Idem*.

⁶⁸⁸ PIRES, Antonio Liberc Cardoso Simões; SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *Capoeira na escravidão e no pós-Abolição*. **IN:** *Dicionário da Escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. Lilia Moritz Schwarcz e Flávio dos Santos Gomes (Orgs.). 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 137-143.

descobrimto da verdade e punição dos criminosos”.⁶⁸⁹ Em ofício datado de 19 de maio, direcionado pelo chefe de polícia, Antônio Bezerra de Moraes, pedia ao presidente da província as devidas providências para o aumento do efetivo de policiamento da capital e relatava que “sendo insufficiente a força policial para o serviço de policiamento n’esta capital, principalmente nos dias de festa que tem tido lugar nesses ultimos dias [...] desde hoje até segunda-feira da semana vindoura, seja aumentada com a força de linha do 15 batalhão de infantaria”.⁶⁹⁰

Analisando os ofícios da secretaria de polícia da província, percebemos que entre os dias 16 até 23 de maio, as autoridades adotaram medidas de maior atenção e vigilância nos cortejos realizados em Belém. As razões foram brigas entre praças da polícia e capoeiras, além de disparo de tiros de revolver que acertou o festeiro Manoel David de Oliveira, após o desentendimento de dois grupos que prestavam “vivas pelas ruas”, no cortejo do dia 16 de maio. Em ofício de 21 de maio, cujo relatório do corpo de polícia informava que era conhecido o grupo de capoeiras por terem assinado “termo de bem viver” na chefatura de polícia e estarem com seus processos à espera de julgamento. Mais do que isso, indicava que a malta liderada por Malaquias era acoitada e fazia seu ponto de apoio na tipografia do jornal *Cosmopolita* de propriedade do solicitador Francisco Xavier Veiga Cabral. Reforçava que a polícia já havia adotado no processo de identificação dos “vadios, vagabundos e turbulentos” tendo por uso de fotografias, registradas após assinatura dos termos de bem viver na chefatura de polícia.⁶⁹¹

Walter Fraga compreende que a desobediência, insolência e a insubordinação foram formas de aprofundar as transformações das relações cotidianas no Brasil-império. Compreender a capoeiragem como “prática festiva” parte do exercício de compreensão do extrato cultural do negro, fato observado e retratado por *Johann Moritz Rugendas*, em suas gravuras, desenhos e pinturas do cotidiano das cidades brasileiras durante o século XIX. Segundo Luiz Augusto Pinheiro Leal⁶⁹² a prática da capoeiragem não era estranha ao cotidiano da capital paraense, ao passo que desde meados do século XIX, tal prática esteve associada a questão racial, identificando negros e escravizados como praticantes e

⁶⁸⁹ Arquivo Público do Estado do Pará (APEP). Fundo: Secretaria da presidência da província. Série: Minutas de Ofícios ao comandante do corpo de polícia. Ano: 1888. Códice 1917.

⁶⁹⁰ Arquivo Público do Estado do Pará (APEP). Fundo: Secretaria da presidência da província. Série: Minuta de ofícios ao chefe de Polícia. Ano: 1888. Códice 1925.

⁶⁹¹ **CF:** Arquivo Público do Estado do Pará (**APEP**). Fundo: Secretaria da presidência da província. Série: ofícios da secretaria de polícia da província do Pará. Ano: 1888. Caixa: 435.

⁶⁹² PINHEIRO LEAL, Luiz Augusto. *Resistência negra no pós-abolição no Norte do Brasil: A capoeira e o boi-bumbá*. Revista Mosaico: Volume 9, N.º 18, Ano: 2018, pp 175-195.

interpretada enquanto ações de violência e bastante repreendidas pelas autoridades policiais, principalmente durante os primeiros anos da República. Não era à toa que a malta saía às ruas e praticava a capoeiragem⁶⁹³, o batuque⁶⁹⁴, o samba e o pagode eram extratos culturais negro pejorativamente que estavam estampados nos registros das autoridades ou nos periódicos e associavam à vadiagem ou crime. Não era por acaso que de acordo com o código de postura de Belém de 1880, no seu capítulo XIX, artigo 107 que tratava do impedimento ao “barulho e vozerios”, em seu parágrafo segundo era “proibido fazer batuques ou sambas”.⁶⁹⁵

As comemorações da liberdade em maio de 1888 foram bastante heterogêneas quanto as manifestações, sujeitos ou grupos sociais. Renata Figueiredo Moraes entende que as festas da Abolição foram realizadas tendo como característica a pluralidade. Analisando as festas a São Benedito, no Rio de Janeiro, a autora percebeu que a saudação dos negros ao santo de devoção era o equivalente a louvação aos heróis do abolicionismo e a princesa regente, em certa medida registradas pela imprensa nas festas da abolição. A tradição das irmandades de negros no Brasil fora essencial tanto para a expansão do culto católico na América portuguesa, quanto para a manutenção dos laços de solidariedades e fraternidades entre escravos e libertos, inclusive a prática da ajuda mútua e a caridade.⁶⁹⁶

Em Belém, durante as comemorações da Abolição, destacou-se a irmandade de São Benedito do Rosário dos homens pretos da Campina. Segundo Ernesto Cruz⁶⁹⁷, essa confraria contava com a presença de escravizados e libertos e considerada das mais antigas que fizeram compromisso de fraternidade, organização e cotização de recursos e campanhas de arrecadação de donativos e materiais cuja intenção era a construção de templo para devoção do santo. Seu primeiro compromisso foi aprovado em 1682, sendo a irmandade reconfigurada na segunda metade do século XVIII, em 1769⁶⁹⁸, quando foi construída a nova igreja e aumentado quantitativo de sócios na fraternidade, aproximadamente, mil e quinhentos membros. A irmandade São Benedito era reconhecida como “composta de gente de côr e

⁶⁹³ *Diário de Notícias*. Navalhada. 26 de outubro de 1885, p.2.

⁶⁹⁴ *Diário de Notícias*. O batuque. 17 de setembro de 1885, p.3.

⁶⁹⁵ **CF.** Arquivo Público do Estado do Pará (APEP). Coleção de Leis da Província do Grão-Pará. Tomo XLII. Parte 1. Ano de 1880. P. 259-260. **Ver também:** *Diário de Notícias*. Ferimentos graves. 4 de julho de 1883, p. 2.

⁶⁹⁶ *Irmandades*. Lucilene Reginaldo. **IN:** *Dicionário da Escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. Lilia Moritz Schwarcz e Flávio dos Santos Gomes (Orgs.). 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 268.

⁶⁹⁷ <https://ufpadoispontozero.wordpress.com/2013/01/23/igrejas-de-belem/>. **Acessado em 20 de junho de 2019.**

⁶⁹⁸ HENRIQUE, Márcio Couto. Irmandades escravas e experiência política no Grão-Pará do século XIX. *Revista Estudos Amazônicos*. Vol. IV, nº 1, 2009, p. 31-51.

muitas vezes sem instrução primária”⁶⁹⁹ o que, provavelmente, denota composição social diversificada, possivelmente a forte presença de escravizados e libertos.

Essa festividade da Irmandade era perene no calendário religioso belenense, ou seja, a festa do padroeiro ocorria tradicionalmente durante o mês de junho e início de julho, era momento de mobilização e visibilidade pública e da manutenção dos laços de identidade. Essa festividade ⁷⁰⁰ apresentava programação como adornos e alvorada de foguetório na Igreja do Rosário da Campina, missa com *Te-déum Laudamus*, pavilhões enfeitados e música sacras com banda de música do arsenal de marinha, missa em honra aos irmãos e irmãs falecidos, oferta de donativos para os leilões, esmolações do santo, missa e procissão pelas ruas da capital.⁷⁰¹ Sua composição era heterogênea, notadamente havia presença de escravizados, libertos e maçons.⁷⁰²

Em 19 de junho de 1888, o periódico *Diário de Notícias* publicava que a Irmandade de São Benedito, com a permissão do reverendíssimo governador do bispado do Pará, sob o pretexto de comemorar as festas de seu patrono e, principalmente, usava a devoção ao santo, ou seja, a festa do padroeiro para mobilização e visibilidade pública, realizava-se um ato litúrgico, *Te-déum Laudamus* na Igreja do Rosário da Campina, cujo propósito também era celebração em honra a “Libertação do Brasil.”⁷⁰³

A festa do padroeiro era o momento singular de mobilização e visibilidade com a programação de festejos, seja litúrgico ou menos solene⁷⁰⁴, até mesmo a possibilidade de arrecadação de fundos, auxílio e empréstimos para compra de cartas de alforrias. Foi justamente usando o pretexto da festa do santo que a irmandade encaminhou convites a diversas redações dos periódicos da capital no sentido de que estas participassem da cerimônia do dia 28 de junho de 1888, no qual ocorreria a festa da irmandade de São Benedito.

Essa comemoração ganhava duplo sentido, ou seja, comemorava o santo patrono da confraria e também o fato da Abolição da Escravidão, reforçando a relação entre a fraternidade e a causa dos livres e libertos, na perspectiva de associativismo negro. Essa celebração é singular para compreensão dos significados dos festejos, questão essencial para

⁶⁹⁹ *O Liberal do Pará*. Factos diversos. 25 de abril de 1872, p.1.

⁷⁰⁰ **CF:** *Diário de Notícias*. Programma da festividade do Glorioso São Benedicto de N. S. do Rosario da Campina de 1885. P. 2.

⁷⁰¹ *A Constituição*. Festa de S. Benedicto. 4 de julho de 1878, p.2.

⁷⁰² *O Liberal do Pará*. Factos diversos. 25 de abril de 1872, p.1.

⁷⁰³ *Diário de Notícias*. Irmandade de S. Benedicto. 10 de junho de 1888, p.2.

⁷⁰⁴ **CF:** *Irmandades*. Lucilene Reginaldo. *Op. Cit.*, P. 273-274.

compreender o sentido da comemoração da liberdade por esses grupos sociais, isso porque essas celebrações poderiam ser agregadas músicas, danças, comidas e bebidas⁷⁰⁵. Ao propor a comemoração do santo de devoção e a da liberdade, estes sujeitos registravam na memória social como foi a apropriação do significado da liberdade. Impõe ainda pensar que afastado dos festejos oficiais da imprensa, esses grupos desejavam também tomar parte das comemorações pela liberdade a seu modo e revelava seu universo de lutas e tradições. O festejo da irmandade possibilita esquadrinhar que escravizados e libertos ocupavam as ruas e festejavam bem antes de 1888, pois há tempos promoviam comemorações nas ruas e próximo da igreja e mantinham relações de sociabilidade. Nada mais sugestivo do que utilizar os festejos do glorioso São Benedito⁷⁰⁶, o santo preto.

4.5 O FESTIVAL DA *LIGA DA IMPRENSA PARAENSE*.

Os festejos da imprensa paraense foram balizados pelo processo pedagógico⁷⁰⁷ de exaltação do sentimento de patriotismo, civismo, confraternização e conciliação. Além da tentativa de controlar os festejos e influenciar na comissão de festejos da Abolição em Belém, a imprensa buscou selecionar e produzir a sua própria interpretação do movimento abolicionista, consequentemente, registrava a sua memória apropriada do processo de liberdade. Ao promover seu festival visava demarcar as balizas da memória e encerrar as comemorações da Abolição em Belém.

A reunião de 22 de maio de 1888 da *Liga da Imprensa Paraense* tratava da “libertação da Pátria”, ou seja, abolição era tratada, nos dizeres de Bezerra Neto, como “segunda independência”; nela estavam presentes as redações de *A Província do Pará* representada por Antônio Lemos, além de Antônio Couto do *Diário de Belém*, Tito Franco de Almeida de *O Liberal do Pará* (presidente da mesa diretora dos festejos da Liga), João Campbel do *Diário de Notícia*, Além de Serra Aranha, Theotônio de Brito, Alvares da Costa.

Num primeiro momento, a festa da redenção belenense foi projetada e associada às comemorações do “Treze de Maio” que atrelava a redenção de Belém à efeméride da lembrança legalista da Cabanagem. A data não era mera escolha, pois, inicialmente, reforçava

⁷⁰⁵ *Idem*, p. 273.

⁷⁰⁶ NONATO DA SILVA, Dário Benedito Rodrigues. *Os donos de São Benedito: Convenções e rebeldia na luta entre o catolicismo popular e devocional na cultura de Bragança*. Programa de pós-graduação em história social da Amazônia (PPHIST-UFPA). Dissertação de Mestrado, 2006. P. 138.

⁷⁰⁷ MORAES, Renata Figueiredo. *Abolição no Brasil além do parlamento: As festas de Maio de 1888*. *Op. Cit*, 2015, p. 325.

no imaginário social a efeméride símbolo da luta anti-cabana de retomada do poder em 1836, ou seja, contra o tempo da “malvadez e da anarquia”, pois como demonstra Bezerra Neto⁷⁰⁸ associava a lembrança pacífica, harmoniosa e ordeira.⁷⁰⁹ Portanto, simbólica enquanto retomada das hierarquias sociais e estabelecimento da ordem. Assim, o dia era apropriado e foi associado ao ideal da liberdade que recordava a data legalista de pacificação da capital apropriada para compor os sentidos dados à comemoração da redenção da escravidão em Belém, nos quais a liberdade foi envolta de aspectos harmônicos como a ideia de pacificação e legalidade entrelaçada nos objetivos e perspectivas idealizada pela *Liga Redentora*.

A coincidência histórica entre “Treze de Maio” da Abolição e da efeméride paraense incorreu adaptação do sentido dos festejos, quer dizer, foi necessário escolher “nova efeméride” para a devida comemoração da imprensa paraense em honra à Abolição da escravidão na capital. A deliberação da *Liga da Imprensa Paraense* foi no sentido de transferir a sua festividade somente para junho, apropriando o cenário das comemorações à outra efeméride patriótica. Entrava em cena as comemorações de 11 de junho, que remetia à batalha de Riachuelo na Guerra do Paraguai. Nesse aspecto, a imprensa paraense elegia outra efeméride patriótica modelar para balizar a memória em torno do processo de libertação da escravidão e, possivelmente, adequou a festividade a chegada do estado maior da marinha imperial na capital paraense.

Após a reunião, foi deliberada a formação de comissão dos festejos, que foi composta pelos senhores Antônio Lemos, Ignácio Moura e Rodrigues de Couto.⁷¹⁰ Nessa mesma sessão, deliberava-se que deveriam ser cravejadas mais placas comemorativas da Abolição da escravidão na cidade. Os comendadores Domingos Dias de Mello e C. Singer puseram à disposição três vapores da *Amazon Company*, Companhia Pará e Amazonas e da empresa do Marajó para realizar a procissão fluvial na baía do Guajará. Foi decidida a expedição de convites dirigidos à praça do comércio e as companhias de navegação para que participassem dos festejos da imprensa. Entre a diversificada programação da comemoração foi planejado grande regata comemorativa na baía do Guajará cuja inscrição ocorreu na redação do jornal *A Província do Pará*. Outra ação foi a realização de matinê dançante que

⁷⁰⁸ BEZERRA NETO, José Maia. *Op. Cit*, 2009, p. 31.

⁷⁰⁹ BEZERRA NETO, José Maia. *O Doce Treze de Maio. O abolicionismo e as visões da Cabanagem, Grão-Pará, século XIX. IN: Facas da história da Amazônia*. NEVES, Fernando Arthur de Freitas e LIMA, Maria Roseane Pinto (organizadores). Belém: Paka-Tatu, 2006, p. 372-376.

⁷¹⁰ *O Liberal do Pará*. Liga da Imprensa. 22 de Maio de 1888, p.1.

ocorreria a bordo do vapor Marajó, a cargo da mesma comissão encarregada da entrega de prêmios aos vencedores da regata festiva.

A reunião para a programação do festival da imprensa teve uma caráter de sessão solene com os representantes dos jornais⁷¹¹. Compareceu o conselheiro Tito Franco de Almeida e Theothonio de Brito, do *Liberal do Pará*, Antonio Sodré de Lemos, de *A província do Pará*, Dr. Alvares da Costa, e Heliodoro de Brito, João Marques de Carvalho, do *Comércio do Pará*, Ignacio Moura, do *Diário do Gram-Pará*, Antonio Rodrigues do Couto, do *Diário de Belém*; João Campbell e Luiz Tavares, do *Diário de Notícias*; e J. Araújo, do *Jornal das Novidades*. No expediente de abertura foi anunciada que os comerciantes da Praça de Belém Antonio F. de Oliveira e Pedro J. S. Pereira ofereceram 12 garrafas de licores e cem garrafas de água “Appolinaruis”. Christiano Suhl & Comp. ofertou ao chefe da Marinha Brasileira, Almirante Wandenkolk, uma escrivaninha de bronze.

Programadas todas as atividades, por meio da imprensa, foi convidado o comércio em geral, as sociedades beneficentes, científicas, os artistas e a população em geral para que concorressem aos festejos da imprensa. Nessas chamadas, notei que não houve as indicações ou referências as sociedades abolicionistas ou emancipacionistas, apesar da presença do abolicionista José Agostinho dos Reis, destacado membro da *Confederação Abolicionista*, *Sociedade Abolicionista 28 de Setembro* e da *Liga Redentora* que figurava entre os idealizadores das comemorações.

Na realização das regatas festivas, o inspetor geral de Marinha comprometeu-se a organizar um páreo, composto de mulheres. O programa de festejos da Imprensa constava de:

Regata ás 6 ½ horas da manhã, em ponto, na bahia do Guajará, entre o trapiche da companhia do Amazonas e a guarda-moria. A comissão de partida chegada e policia de regata será composta de officiaes da marinha de guerra e mercante.
A bordo do vapor capitania, que será o *Marajó* é que distribuirão os premios.
Acabada a cerimonia da distribuição de recompensa, desfilará a esquadilha, que irá até Tatuoca, voltando pelo Arapyranga.
Salvas na barra.
Embandeiramento geral.
Feriado em todas as repartições.⁷¹²

Porém, antes da realização dessa programação, a imprensa articulou a edição de capas de jornais comemorativos, edições especiais alusivas à data histórica e festiva

⁷¹¹ CF. *A Liga da imprensa paraense*. Número único. Consagrado ao festival da imprensa de 11 de junho de 1888 em honra á abolição do elemento servil. 11 de junho de 1888, p.1.

⁷¹² *Diário de Notícias*. Liga da Imprensa Paraense. 24 de maio de 1888, p. 2.

condensadas em edição única que foi reproduzida no dia 10 de junho de 1888 no qual os periódicos associados à *Liga da Imprensa* promovessem o registro histórico. Nela, foi pautada manchetes que remetiam ao “13 de maio de 1888” cuja as frases remetiam ao pensamento iluminista, inscrição de nomes de personagens ligados ao panteão cívico imperial e provincial ou então reverenciavam emancipacionistas e abolicionistas, além das referências as legislações emancipacionistas e abolicionista e até mesmo ao ideário republicano. Notadamente, os caracteres e diagramações com registro dos brasões do império demarcavam um conjunto de referências que destoava do cotidiano das edições usuais dos hebdomadários paraense, assim apresentavam algumas pistas para a compreensão daquele momento.

Analisando que os jornais desejavam elencar seu panteão de heróis do abolicionismo, o que percebi como disputa entre as vertentes monarquistas e republicanas do ideal de liberdade. A sua edição comemorativa⁷¹³ estampava miniaturas de suas capas condensadas na primeira página da edição espacialíssima e única de *A Liga da Imprensa Paraense*⁷¹⁴ com apologias aos personagens a serem lembrados ou exaltados. O periódico *Diário de Notícias* fazia um resumo daqueles sujeitos rememorados e homenageados pelo seu trabalho no campo da representação política ou das letras. Na edição de 10 de junho, publicava nota de J. S. de Mattos lembrava da efeméride legalista paraense da retomada de Belém, quando estava em poder dos cabanos registrando que “Em 13 de Maio de 1836, dizem nossos paes, entrou a legalidade, a paz ao nosso povo. Em 13 de Maio de 1888 o Pará extingue a escravidão do seu seio, ao mesmo tempo que o Brazil liberta-se para sempre da horrosa noute negra que o separava dos civilizados povos.”⁷¹⁵ O referido periódico ressaltava “A memoria do grande estadista Rio Branco. Amigo devotado dos escravos: Saudade eterna!”⁷¹⁶ e também rendia sua homenagem “A’excelsa Princeza Izabel, com que saudamos. (...) quebrou os grilhões do captiveiro: O reconhecimento de todos os brasileiros!”⁷¹⁷ Tal qual o *Diário de Noticias*, o periódico *Jornal das Novidades* regozijava indiretamente a política emancipacionista do império ao rememorar visconde do Rio Branco com “[...] a Lei 28 de Setembro de 1871”⁷¹⁸ e saudava “D. Izabel!”⁷¹⁹.

⁷¹³ Como identificou Renata Figueiredo Moraes ao analisar as comemorações da abolição na corte imperial, muitos periódicos apresentaram edições especiais. CF: MORAES, Renata Figueiredo. *Op. Cit*, 2012, p. 30.

⁷¹⁴ Disponibilizo, em anexo, a referida capa para compreensão dessa edição especialíssima.

⁷¹⁵ CF: *Diário de Notícias*. 13 de Maio!. 10 de junho de 1888, p. 2.

⁷¹⁶ *Diário de Notícias*. 10 de junho de 1888, p. 1.

⁷¹⁷ *Idem*.

⁷¹⁸ *Diário de Notícias*. *Jornal das Novidades*. 10 de junho de 1888, p. 1.

⁷¹⁹ *Idem*.

O *Diário do Grão-Pará* se lembrava do político e abolicionista João Alfredo com “salve!” qualificado como “grande estadista brasileiro, presidente do gabinete 10 de Março; Seu nome glorioso foi gravado indelevelmente na pagina da historia patria em caracteres de ouro; Sera na America do sul, o maior homem do seculo dezenove.”⁷²⁰ O político foi denominado como “Hercules que suffocou a hydra do esclavagismo, a sua grande sabedoria, com a sua força de vontade”.⁷²¹

O Jornal *Comércio do Pará* exaltava o republicano Quintino Bocaiuva com os dizeres “Recebe, príncipe da imprensa, abraço fraternal; que enviamos aos paraenses no dia em que se expandem cheios de entusiasmo, festejando a nova Aurora que raiou para o nosso querido Brazil! Salve!”⁷²². O *Diário de Belém* se lembrava do imperador D. Pedro II “Ao sábio monarca; do imperio brasileiro minhas sinceras homenagens; Patriota, era dos teus lábios que esperávamos a condemnação do elemento servil, [...] Viva o monarca!”⁷²³

Como foi fito as festas de Abolição reforçavam memórias e embranças das efemérides. A “regata da liberdade” foi dentre as principais atrações da festa da imprensa, não foi escolhida por acaso, vinculava à lembrança da Guerra do Paraguai; daí, a escolha de 11 de junho que rememorava a batalha marítima do Riachuelo, data escolhida para o dia do grande festival da imprensa. A festa da imprensa buscava reforçar o sentimento de identidade nacional e o patriotismo. Assim, aproveitava-se da presença do estado-maior da marinha imperial em estada no Pará para reforçar o caráter cívico da festa. Em Belém, foi a elite do corpo de marinha que participou dos festejos, diferentemente do que ocorreu na corte, pois conforme identifica Renata Figueiredo Moraes⁷²⁴ foram os soldados rasos e a baixa hierarquia que participou das comemorações em honra ao “Treze de Maio”.

As festas da imprensa foram programadas para ocorrerem nas águas da Baía do Guajará acompanhada por algumas embarcações⁷²⁵ das companhias do Marajó, Tocantins e Amazonas que deram apoio para aos convidados da imprensa e ao público para que acompanhassem os páreos das regatas⁷²⁶, além de outras embarcações particulares que seguiam o cortejo festivo. Era dito que a população já tomava conta de algumas ruas da capital, especialmente, as janelas dos casarios, à beira dos trapiches e os cais em torno da baía

⁷²⁰ *Diário de Notícias*. Diário do Grão-Pará. 10 de junho de 1888, p. 1.

⁷²¹ *Idem*.

⁷²² *Diário de Notícias*. Commercio do Pará. 10 de junho de 1888, p. 1.

⁷²³ *Diário de Notícias*. Diário de Belém. 10 de junho de 1888, p. 1.

⁷²⁴ CF. MORAES, Renata Figueiredo. *Op. Cit*, 2012, p. 110.

⁷²⁵ *Idem*.

⁷²⁶ A festa da imprensa carioca também ocorreu a realização de prática esportiva com a realização de regatas e turfe. CF. MORAES, Renata Figueiredo. *Op. Cit*, 2012, p. 56.

do Guajará, e foi estimado um público de aproximadamente seis mil pessoas. A lancha Siqueira Mendes e o vapor Marajó foram usados para transporte de alguns passageiros para que acompanhassem as regatas. A bordo, meninas trajavam-se de marinheiras, enquanto que a banda de música do *Instituto Providência* fazia harmonia. O vapor Marajó puxava o cortejo das embarcações, adornado com docel em verde escuro, com bordões da cor verde mar com o retrato do herói da batalha do Riachuelo, Almirante Barroso, numa encenação no qual o “velho chefe do mar presidindo com sua memória a nova batalha da Paz, em que todos unissonos saudavam a - PATRIA LIVRE!”.⁷²⁷ Nesse navio estavam presentes Miguel Pernambuco, presidente da província, Antônio Bezerra Rocha de Moraes, chefe interino de polícia e o Almirante Wandenkolk e o seu estado maior, pela Marinha imperial. O sentido conotado aos festejos foi das reminiscências em torno do ideal de liberdade personificado nos dois momentos históricos, o passado, com a lembrança de vitória que glorificava a batalha naval de 1865 da Guerra do Paraguai entrelaçada às comemorações do presente pelo fim da escravidão como momento de “regeneração” da nação. Eram eventos que significavam o triunfo e vitórias emanadas de patriotismo, estas tecidas como formadoras de identidade nacional.

Entre os convidados foram distribuídos cartões de apostas dos páreos, cuja renda seria revestida em benefício à escola voltada para educação e instrução dos libertos no primeiro distrito da capital, denominada “Treze de Maio”. O serviço de bordo dos vapores serviu “Lunch” e brindes aos convidados, houve muitos “vivas” e saudações à Princesa Regente, ao gabinete provincial, à Abolição, ao conselheiro João Alfredo, ao senador Dantas, ao comércio, à imprensa, a força armada da Marinha e a vitória no Riachuelo, ou seja, celebrava a liberdade como ação patriótica e regeneradora, a consagração de uma dádiva concedida pela política imperial.

O primeiro páreo teve início no trapiche da Companhia do Amazonas; a formação de cada páreo de vencedores e seus respectivos prêmios ficou assim:

- 1º pareo: Remado por aprendizes marinheiros – Rio Branco, 8 reinos, patrão 1º tenente Oliveira Santos. Premio – Uma escrivania de cristal.
- 2º pareo- Escolares d’alfandega, da saúde e da polícia do porto, Redempção, 6 remos, patrão, guarda mór Benajamim de Macedo Costa. Premio- Um estojo com vidros de Crystal para extractos.

⁷²⁷ *A Liga da imprensa paraense*. Número único. Consagrado ao festival da imprensa de 11 de junho de 1888 em honra à abolição do elemento servil. 11 de junho de 1881, p.1.

3º pareo- Guarnecido por senhoras Princesa Izabel 6 remos, patrão a exma. Sra. d. Umbellina Nunes. Premio – sete objectos de electro plate, oferecidos pela exma. Sra. Augusta Assis(...).

4º pareo- (...) 13 de maio, patrão Antonio F. Freire de Oliveira Premio. Um estojo com objeto de costuras.

5º pareo – Amadores – Encorçado, 4 remos, patrão Ernesto H. Vergolino. Premio- Um espelho de Cristal com vidros para extractos.

6º pareo- Amadores- *Olga*, 6 remos, Patrão Oscar Costa. Premio- um espelho de Crystal em 3 copos.

7º pareo – Remado por aprendizes marinheiros- Vanda e Tupy, 6 remos, patrões, 1º tenente Oliveira Santos o official de fazenda d’armada Felliipe Meneses (Houve duvida sobre o vencedor). Premio um porta relógio.

8º pareo. – Amadores. *Gazella*. 4 remos. Patrão Frederico de A. Pereira. Premio – um porta-joias, de madreperolas.

9º pareo. – (Não correo)

10º pareo – Profissionaes- Duas tinas, sahindo vencedora a que dirigida pelo marinheiro do arsenal de Marinha Raymundo Mendonça.⁷²⁸

Algumas embarcações a remo lembravam nomes como “Rio Branco”, “Princesa Isabel” e “Redenção” e “13 de Maio”. No terceiro páreo, formado somente por mulheres, teve como vencedora Umbelina Nunes; as embarcações tripuladas pelas mulheres foram batizadas com os sugestivos nomes de Princesa Isabel, Princesa Regente e 13 de Maio. As concorrentes dos páreos foram transbordadas para o vapor Marajó. Nele, todos os vencedores da regata receberam souvenirs, aao som de música, das mãos do presidente da província e das senhoras e cavalheiros convidados para os festejos fluviais da liberdade.

As regatas e o cortejo pela baía do Guajará lembravam a batalha do Riachuelo em outro sentido, ou seja, celebração da vitória e da “libertação da pátria” num ritual cívico que aliava divertimentos, cerimônia cívica com hinos e bandeiras, memórias. Ao passar pela Fortaleza da Barra, a procissão marítima recebeu salva de vinte um tiro e as bandeiras que adornavam as embarcações foram abaixadas em cumprimento ao ato.

No vapor Marajó, embarcação que guiava a procissão, havia serviços de bordo a cargo da *Liga Redentora* com um público estimado de aproximadamente mil e quinhentas pessoas pelos cronistas. Tanto no vapor Marajó, como em outras embarcações, os tripulantes dançavam valsas e quadrilhas entre o vai e vem, ora alguém exclamava “*hips*” e “*uhhas*” com vivas e exclamações em que foram ofertados brindes diversos; em meio ao regozijo, as bandas de música da polícia, do Instituto Providência e dos Educandos da capital tocavam o hino nacional revezando com a orquestra regida pelo maestro Sarti e composta pelos músicos: Santos Junior, Tertuliano Tavares, Aureliano Guedes, Lino Tavares Monteiro Junior, Hermes

⁷²⁸ *Idem.*

de Medeiros Cavalcanti de Abreu Albuquerque, Hermenegildo de Paula, Valente do Couto, Reginaldo de Mello, Aprigio Pinheiro e Arthur Oliveira.⁷²⁹

Finalizada as regatas e a procissão fluvial, um cortejo em solo foi formado novamente com banda de música do Instituto Providência⁷³⁰ que seguiu até agência telegráfica onde foram preparadas e enviadas duas mensagens, a primeira dirigida à imprensa da capital imperial e outra à imprensa argentina que noticiava as “festas da imprensa” e congratulava “pelo facto memorável da abolição da escravidão e da Victoria do Riachuelo.”⁷³¹ Emanada de luta marcada pelo patriotismo, entrelaçavam dois momentos como construção de um sentido histórico enquanto glória pátria: A guerra do Paraguai e a Abolição da Escravidão.

Imagem 6- Analogia à liberdade do Treze de Maio de 1888 com a Guerra do Paraguai.

Então, libertamos os escravos do Paraguay!
 Hoje, libertamos os escravos do Brazil!
 Bem inspirada foi a imprensa do Pará escolhendo, para comemorar o dia 13 de maio, o glorioso dia 11 de junho!
 Viva a liberdade!
 Viva nação brasileira!
 Viva o povo paraense!
 Viva a imprensa livre!

Fonte: *A Liga da imprensa paraense. Número único. Consagrado ao festival da imprensa de 11 de junho de 1888 em honra à abolição do elemento servil. 11 de junho de 1888, p.4.*

As comemorações que marcavam a ideia de vitória da liberdade numa perspectiva de lugar da memória dos vencedores⁷³² num processo de reafirmação ou consolidação da identidade nacional⁷³³ forjada e a glorificação dos vencedores da Guerra do Paraguai. Na dispersão do cortejo foram saudados com “vivas e exclamações” à Princesa Regente, o gabinete 10 de março, Senador Dantas, ao povo brasileiro, armada Marinha e a Amazônia.

⁷²⁹ *Ibidem.*

⁷³⁰ Arquivo Público do Estado do Pará (APEP). Fundo: Secretaria da presidência da província. Série: Minutas de Ofícios a diretoria do Instituto Paraense. Códice 1934.

⁷³¹ *Ibidem.*

⁷³² MOTA, Carlos Guilherme. *História de um silêncio: A guerra do Paraguai (1864-1870) 130 anos depois.* Revista Estudos Avançados, nº 9. Ano: 1995, p. 247.

⁷³³ FIGUEIREDO, Aldrin Moura. *Lembrando a guerra do Paraguai: História, memória, futebol e modernismo.* IN: Os oitocentos na Amazônia: política, trabalho e cultura. RICCI, Magda; SARGES (orgs), Nazaré, 2013, p. 165-181.

À noite, ocorreu ainda um festival no *Teatro Cosmopolita*. O espaço estava decorado e as bandas musicais do corpo de polícia e do arsenal de guerra revezaram-se na entoação de músicas, em meio a essas sonoridades, saudavam a comissão da imprensa, o presidente da província e o estado maior da marinha, formada pelo Almirante Wandenkolk e o Príncipe D. Augusto⁷³⁴ presente na esquadra da marinha imperial que veio de São Luiz do Maranhão ao Pará e foram cerimoniados nos festejos da Imprensa em 11 de junho de 1888. Antes da apresentação da peça *Madalena*, encenada pela companhia dramática Teatro Príncipe Real de Lisboa, foi executada o hino nacional. Após o fim do terceiro ato, José Agostinho dos Reis recitou a poesia “Navio Negreiro”, de Castro Alves, aplaudido pela plateia.

Dentre as personagens lembrada na festa e enfatizada na crônica foi José do Patrocínio (*seu nome grafado em caracteres maiúsculos no jornal A Província do Pará*) e lembrado como jornalista “gigante do abolicionismo radical” que militava na *Gazeta de Notícias*. A festa era significativa enquanto “triumfo da imprensa” durante a campanha abolicionista, recordava as conferências populares e os arranjos da propaganda que despertavam raivas e ressentimentos em segmentos da sociedade brasileira. Em versos escritos e dedicados à “Liberdade e a Imprensa” em que foram lembrados personagens da Conjuração mineira e da independência política brasileira e até mesmo dos Estados Unidos, tais como Tiradentes, os irmãos Andrada e Alvarenga Peixoto, além do americano George Washington. Foi recordada a vitória da união na guerra de secessão estadunidense, assim como a revolução francesa de 1789.

O 11 de junho também foi pretexto para tratar da questão do trabalho e da instrução, dentre as preocupações mais latentes de emancipadores e abolicionistas e bastante evidenciadas durante muitas cerimônias de libertação ao longo da década de 1880 o que denotava temor ou mesmo conexão ao que poderia configurar “medo, desordem, população de cor”.⁷³⁵ Na festa da Imprensa, foi celebrada a inauguração da Escola “Treze de Maio”, voltada para educação de libertos, ideia que foi lançada por José Veríssimo durante algumas sessões da *Liga Redentora*.

Foi organizado o *Clube 13 de Maio*,⁷³⁶ atrelado à *Liga Redentora*, que deliberou para criação de escola para instrução e educação de ingênuos e libertos. Na sessão festiva, o

⁷³⁴ CF. *A Província do Pará*. Príncipe D. Augusto. 15 de junho de 1888, p. 2.

⁷³⁵ ALBUQUERQUE, Wlamyra. *Op. Cit.*, 2009, p. 131.

⁷³⁶ *Diário de Notícias*. Liga Redemptora. 22 de maio de 1888, p. 3.

comerciante Antônio José de Pinho, comerciante e maçom, participe da libertação de Mosqueiro, oferecera os baixos de sua residência para que funcionasse a escola. A questão da ocupação aos libertos e a formação de mão-de-obra estava entre as propostas e escritos que foram reproduzidos nos periódicos, em meios as notas festivas, reverberavam as propostas de José Veríssimo que versavam sobre o trabalho e a instrução, muitas delas foram encaminhadas à *Liga Redentora*, deliberadas para que os serviços da agremiação “continue a fim de poder educar os libertados.”⁷³⁷

Era objetivo do professor que a *Liga* continuasse seus trabalhos e promovesse a criação de instituição apropriada para educação dos libertos para direcionar a formação da futura mão de obra por meio da instrução ao trabalho. A inauguração da escola conformava com a principal preocupação explicitada por José Veríssimo e acatada por muitos emancipadores e abolicionistas em diversos discursos e até mesmo artigos publicados e debatidos no decorrer da década 1880. Especialmente as notas publicadas nos jornais *Diário de Notícias* e *O liberal do Pará*, durante os meses de maio e junho de 1888. Num desses artigos, publicados em 19 de maio, tratava da “organização de um Lyceu de Artes e Offícios”⁷³⁸ Assim, complementava as preocupações de parte significativa da imprensa, em especial, a *Liga Redentora* com o futuro da mão de obra dos libertos, principalmente, a dos “órfãos pela lei 13 de Maio”⁷³⁹ bastante justificada em face as denúncias publicadas nos periódicos que eram de que os senhores estavam “iludindo a lei e o juízo” para mantê-los sob sua tutela.

Algumas notas publicitavam o expediente do curador dos órfãos da capital, Cordeiro de Castro, que por meio de ofício solicitava “medidas salutare e acauteladoras” para que os menores fossem encaminhados para “as escolas de aprendizes marinheiros [...] devem receber instrução elementar e bem desenvolvida”.⁷⁴⁰ Era objetivo do curador de órfãos que estes retomassem seus pecúlios depositados na recebedoria provincial para que, a partir de contribuições mensais, frutos dos trabalhos a serem desenvolvidos na corporação, contribuíssem para que estes se tornassem bons soldados, educados e disciplinados para vivenciar a condição jurídica de liberdade, conseqüentemente, a formação de mão-de-obra.

⁷³⁷ *O Liberal do Pará*. Liga Redentora. 22 de Maio de 1881, p.2.

⁷³⁸ *Diário de Notícias*. Lyceu de artes e officios. 19 de maio de 1888, p. 2.

⁷³⁹ *A Provincia do Pará*. Orphãos pela lei 13 de Maio. 21 de maio de 1888, p.2.

⁷⁴⁰ *Idem*.

Em 19 de junho o *Clube 13 de Maio*⁷⁴¹ agremiação que, possivelmente, era formada por membros da Maçonaria paraense e de sócios ligados ao *Clube Republicano do Pará* publicava convite à sociedade para o lançamento de suas atividades. De acordo com o *Diário de Notícias*, o clube foi fundado mediante a presença de onze sócios que consignaram para oferecer na escola de “primeiras letras”, ou seja, alfabetização dos libertos, mas ofertava à parte, o ensino de desenho, geometria prática e aplicada às artes.⁷⁴² No convite de lançamento da *Escola 13 de Maio* foram convocados:

[...] especialmente aos srs. diretores e professores dos collegios públicos e particulares a as exmas. senhoras, para assistirem a sessão solemne que este club faz hoje ás 7 horas da noute, no salão da antiga escola pratica, para solemnizar abertura de sua escola popular noturna, e posse do respectivo director.⁷⁴³

Antes mesmo da inauguração da Escola 13 de Maio, houve subscrição e doações de diversos materiais ou serviços para que se concretizasse o funcionamento do estabelecimento de instrução. A oferta dos materiais notabilizava os rumos que desejava a instituição por meio do trabalho, religiosidade e beneficência, vejamos:

Raymundo Ciryaco Alves da Cunha- 30 vol. de uma chorographia do Pará. O sr. Barão do Guajará- 4 vol. ricamente encadernado de “Motins Politicos” do Pará. O sr. Romão Paes Siqueira- um rico bilheiro. Machado & Fonseca- 10 galões de Kerosene. Dr. Augusto Santa Rosa- 1 livro para matricula. Octaviano Paiva- 30 catecismos da Diocese do Pará e objetos de escripturação. Cicero da Costra Aguiar- 10 vol. da historia biblica. O distincto e facultativo sr. dr. Lima Filho, ofereceu seus serviços medicos gratuitamente.⁷⁴⁴

A instituição de ensino era, especificamente, voltada para instrução e educação dos libertos e a escola estava “protegida” pelo *Clube Republicano*⁷⁴⁵, pois sua composição estava presente: Antônio José Pinho, José Agostinho dos Reis, Henrique Santa Rosa, Augusto Santa Rosa, Tenente Alfredo J. Barboza, Comandante Joaquim Travassos da Rosa, Agrimensor José Francisco Monteiro, Cicero da Costa Aguiar, Octaviano José da Paiva, Capitão-tenente José de Oliveira Freitas e o primeiro Tenente Manoel Ignacio da Cunha.⁷⁴⁶

De maneira geral, estes representavam o Clube Republicano, a Maçonaria, a Imprensa, funcionários públicos ou então ocupavam cargos na administração provincial e

⁷⁴¹ CF. *Diário de Notícias*. Escola 13 de Maio. 16 de junho de 1888, p. 3.

⁷⁴² *Idem*.

⁷⁴³ *Diário de Notícias*. Club 13 de Maio. 16 de junho de 1888, p. 1.

⁷⁴⁴ CF. *Diário de Notícias*. Club 13 de Maio. 2 de junho de 1888, p. 2.

⁷⁴⁵ *Diário de Notícias*. Um signal dos tempos. 9 de agosto de 1890, p. 2.

⁷⁴⁶ CF. *Diário de Notícias*. Club 13 de Maio. 2 de junho de 1888, p. 2.

circundavam em torno da *Liga Redentora*, tanto que foi orador da solenidade, o engenheiro da Estrada de ferro de Bragança, Américo Santa Rosa, destacava-se a presença na mesma cerimônia de inauguração o presidente da Província, Miguel Pernambuco, que trouxera o livro de matrícula dos alunos, além do diretor do Atheneu Paraense e membro da *Liga*, professor Raymundo Bertholdo Nunes e o igualmente membro e destacado abolicionista José Agostinho dos Reis, que na solenidade proferiu palavras análogas à importância da instrução para os jovens em geral, principalmente voltada aos libertos como importante semente para a colheita de fruto ao futuro da pátria.

Essa nova digressão foi para mostrar qual significado em meio aos festejos e criação de escola de libertos explicitava associação ente educação, trabalho e a instrução⁷⁴⁷ que era o grande mote daquela solenidade num momento de transição do mundo da escravidão para a liberdade. Estava presente o artista fotógrafo Meyer, representando a *Confederação Artística* e o Tenente Manoel Ignacio da Cunha, que falou sobre a importância de ensinar a todos as pessoas da cidade que não soubessem ler. Seu discurso também tratou das regras do *Club*, o que provavelmente versava sobre os meios necessários para a manutenção da referida escola e das propostas dos seus estatutos.⁷⁴⁸ No final da solenidade, como era de praxe nas cerimônias atreladas à Liga redentora, foi ofertado um “*buffet*” e houve a troca de brindes entre os presentes na cerimônia.

Possivelmente o *Clube 13 de Maio*, à posteriori, agregou em sua diretoria um caráter bem mais específico quanto à presença de libertos tanto que nas suas comemorações no “pós-abolição” ficava evidente o teor preconceituoso e de controle⁷⁴⁹ ao extrato cultural e lazeres da população liberta. Foi o caso da comemoração promovida pelo referido clube em 1892, descrito como caso de polícia e com forte teor racista, pois em 13 de maio de 1892, o *Club 13 de Maio* ofertou aos seus sócios um festejo descrito assim:

“Roncava a gengibirra. As cabeças estavam a razão de juro e todos tinham a língua atrapalhada...[...]. Um sujeito queria dançar com uma sujeita. Esta que não sympathizou com a cara d'elle disse-lhe que não queria tinar-se (O sujeito era preto e ella uma cafuné tafula de ramo de jasmim na cabeça e chinelinho na ponta do pé). [...] A policia cresceu em cima dos tios e tias e foi uma onçada onça.”⁷⁵⁰

⁷⁴⁷ WISSEMBACH, Maria Cristina Cortez. *Letramento e escolas. Op. Cit.*, 2018, p. 292-297.

⁷⁴⁸ *Diário de Notícias*. Club 13 de Maio. 2 de junho de 18, p. 2.

⁷⁴⁹ FILHO, Walter Fraga. *Pós-Abolição: O dia seguinte Dicionário da Escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. Lília Moritz Schwarcz e Flávio dos Santos Gomes (Orgs.). 1ª edição. São Paulo: Companhia da Letras, 2018, p. 356.

⁷⁵⁰ **CF**: *Diário de Notícias*. Estrada dos Mongubeiras. 13 de maio de 1892, p. 2.

Se o *Club 13 de Maio* ganhou contornos que, provavelmente, agregou o direcionamento dos libertos, ficava a cargo dos sócios fundadores do mesmo *Clube* a manutenção da *Escola 13 de Maio*, que funcionou de forma precária, conforme o relatório do governo provincial⁷⁵¹ mas que, apesar disso, ofertou, por algum tempo, aulas noturnas para libertos.

Não somente a educação estava entre as preocupações da *Liga da Imprensa*, seu festejo foi simbólico para marcar na memória social seu posicionamento político⁷⁵², pois notadamente, nos anos findos da escravidão, ela aderiu ao movimento libertador declarava-se sentinela e grande propulsora do pensamento antiescravagista. Ao convocar a população para os festejos, orientou passeatas e itinerários, divulgou e intermediou festejos dos diversos grupos que cortejaram nos variados dias de comemoração. Foram responsáveis pela organização dos trajetos dos festejos e registrou memórias, moldou os sentidos e significados de muitas comemorações, interpretou e mediu os rituais dos festejos da liberdade. A imprensa fez política⁷⁵³ ao procurar delimitar onde, quando e o que se comemorava, pois selecionava qual memória da liberdade a ser rememorada nos espaços de circulação de ideias nos quais foram estabelecidos seus heróis e definido sentido para os regozijos. Entre as escolhas políticas e sociais foi a vertente parlamentar para a libertação dos escravizados que mais foi abordada, assim, estabelecia seus próprios critérios com lugares da memória e seu panteão de heróis.

Ficava evidente a exaltação da solução da política institucional, daí a reprodução da Lei nº 3353 de 1888, de forma integral na terceira página do jornal comemorativo *A Liga da Imprensa Paraense*, incluindo dedicatória à Princesa conclamada como “Alteza imperial sereníssima regente”⁷⁵⁴ embaixo do brasão imperial que objetivava consolidar a imagem da princesa de “redentora” e a exaltação de papel político na monarquia, em especial, da regente como condutora da nação, o que demarcava a passagem simbólica da sucessão do trono. Portanto, mediavam os sentidos da comemoração, elencando um panteão de heróis e tentava controlar os seus significados denotando ao evento um tom de ação patriótica, elegendo como

⁷⁵¹ CF. *O Liberal do Pará*. Relatório. 4 de setembro de 1889, p. 1.

⁷⁵² MORAES, Renata Figueiredo. *Op. Cit.*, 2012, p. 166.

⁷⁵³ MORAES, Renata Figueiredo. *Os registros iconográficos das festas da Abolição*. IN: *Caminhos da liberdade: histórias da abolição e do pós-abolição no Brasil* / Martha Abreu e Matheus Serva Pereira (orgs.). – Niterói: PPGHISTÓRIA- UFF, 2011. P. 431-449. *Acessado em 25 de novembro de 2018*.

⁷⁵⁴ *A Liga da imprensa paraense*. Número único. Consagrado ao festival da imprensa de 11 de junho de 1888 em honra à abolição do elemento servil. 11 de junho de 1881, p.4.

a “independência dos brasileiros”, conforme percebeu Bezerra Neto, a “segunda independência”.⁷⁵⁵

Para o *Diário do Gram-Pará*, abolição significava a solução de um problema econômico e vitória “política e econômica”. Analisava que escravidão era um estorvo para a nacionalidade e progresso social, já que era fruto de um erro financeiro e fruto de uma desordem que geravam lucros, mas “que não codificado por sciencia alguma”⁷⁵⁶ não aumentava a partilha da produção. Além disso, a escravidão prejudicava a criação de um sentimento nacional, usava discurso racista de que libertos não sentiam “orgulho” por descenderem de uma “raça condenada”.

O *Diário de Belém* exaltava o papel da imprensa como fomentadora das “virtudes cívicas”, tais como a justiça social e patriotismo. Ressaltava as festas da *Liga da Imprensa* como estrondosas e singular para o momento histórico ao qual se reverenciava, em especial, o significativo regozijo do direito à liberdade. O periódico exaltava a personagem da independência política José Bonifácio de Andrada como “imortal adorável patriarca da independência”.⁷⁵⁷

Já o *Diário de Notícias* preferiu exaltar a importância do festival da imprensa para memória social, pois o seu trabalho de expansão dos ideais de liberdade ajudou a edificar e erguer na Amazônia um “monumento immortal” que seria venerado pelas gerações futuras, classificando a libertação de maio de 1888 como “O facto mais estupendo do nosso seculo, acontecido em terras americanas e praticado pelo povo brasileiro”.⁷⁵⁸ Em meio a reflexão dos significados da abolição, tecia por meio de analogia de crítica ao regime monárquico e idealizava a possível queda do regime, ao citar que “as colossaes pyramides do Egypto, acumuladas durante anos para satisfazer a vangloria de déspotas, vão desaparecendo”.⁷⁵⁹

O *Liberal do Pará* preferiu analisar os significados da liberdade festejada pela *Liga da Imprensa*, qualificada como “patriota e civilizadora” que conseguiu unir a população em festejo e agregou diversos sujeitos com objetivo de confraternização, seu registro era no sentido de exaltação do patriotismo, harmonia e alegria que congregava a população da

⁷⁵⁵ BEZERRA NETO, José Maia. *Op. Cit*, 2011, p. 87-100.

⁷⁵⁶ *A Liga da imprensa paraense*. Número único. Consagrado ao festival da imprensa de 11 de junho de 1888 em honra á abolição do elemento servil. 11 de junho de 1881, p.2.

⁷⁵⁷ *Idem*, p. 1.

⁷⁵⁸ *Ibidem*.

⁷⁵⁹ *Ibidem*.

capital, destacava que os festejos celebravam a ‘grande victoria nacional, a liberdade humana triunfante’.⁷⁶⁰

A Província do Pará tratou de comentar o significado do festejo como delírio coletivo que contagiou a população de Belém, representativa da “aspiração” nacional em torno da questão do fim do cativo que, enfim, havia atingido o seu “ideal”. Identificava alegria e a “embriaguez dos prazeres”, nos festeiros, o que causou a “ressaca das festas” que atingiu todas as classes numa adesão espontânea da população belenense em torno das procissões cívicas, cerimônias religiosas e confraternizações pela cidade. Que a comemoração era consequência da “igualdade jurídica” dos brasileiros numa grande “aphoteose nacional”. Na sua interpretação alinhada ao que podemos chamar de “ideário positivista”⁷⁶¹, a imprensa interpretava os sentimentos públicos como força poderosa de “um dos mais energéticos agentes nos seios dos elementos sociologicos.”⁷⁶²

O festejo de 11 de junho foi oportuno para que a imprensa fizesse exaltação e glorificação da nacionalidade e a representação do triunfo e do patriotismo atrelados aos significados da libertação de maio de 1888, cuja comemoração programada pela imprensa conotou sentido conveniente de confraternização, harmonia, legalidade e, principalmente, a reafirmação da identidade nacional brasileira e demarcava na memória da liberdade em Belém enquanto ação patriótica, regeneradora e civilizacional. Como demonstrou *François Hartog* o “lugar da memória”⁷⁶³ era simbólico como momento de transformação do passado. A vinculação entre as comemorações da abolição da capital paraense num festival que privilegiava as lembranças da Guerra do Paraguai, evidenciava o interesse da imprensa de associar abolicionismo e efemérides patrióticas, reforçada e simbolizada na procissão naval pela baía do Guajará, numa batalha da memória, consagrando a vitória da “liberdade” como obra e glorificação do império, selecionando personagens, lugares e os que na visão da imprensa, foram vitoriosos, esquecendo-se das lutas de escravizados, livres e libertos. A festa do Treze de Maio em 11 de junho, promovidos pela imprensa, foi mediada na perspectiva de festejos que davam um novo sentido à própria nacionalidade brasileira, ou seja, momento de refundação da própria nação.

⁷⁶⁰ *Ibidem*.

⁷⁶¹ Farias, Willian Gaia. *A construção da República no Pará (1886-1897)*. Niterói, 2005, tese (Doutorado). Centro de Filosofia e Ciências Humanas-Universidade Federal Fluminense). P. 287-290.

⁷⁶² *A Liga da imprensa paraense*. Número único. Consagrado ao festival da imprensa de 11 de junho de 1888 em honra à abolição do elemento servil. 11 de junho de 1881, p.1.

⁷⁶³ HARTOG, François. *Op. Cit.* 2015, P. 157-191.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão proposta nessa pesquisa foi analisar os festejos na perspectiva de diversidade e subscrição social. Analisando os jornais como fonte primária de divulgação e indutora das festas, percebi as estratégias discursivas em torno da construção e disputa de diversos grupos em torno de memória social da liberdade, narrativa de um movimento pautado ora pelo legalismo e altruísmo, ora com lampejos de radicalismo, ou mesmo ação regeneradora e patriótica de complementação da identidade nacional brasileira, em que projetos políticos estavam em jogo, tais como a hegemonia da classe senhorial, a segurança jurídica do “direito de propriedade” e a própria continuidade e legitimidade da monarquia e a relação associativa entre “Abolição e República”.

Alguns trabalhos historiográficos⁷⁶⁴ privilegiaram análise da véspera e do próprio Treze de Maio e suas comemorações posteriores, refletindo sobre a memória da abolição na primeira república. Busquei analisar de outra forma, balizando o ano de 1881, relacionando o universo festivo dos festejos patrióticos comemorados em Belém, bem como as comemorações em torno do decenário da lei 28 de setembro de 1871, compreendendo como estas festas possibilitaram a formação/invenção de um ciclo ou calendário.

Ainda que muitas festas privilegiassem visão unívoca, fraterna e sem conflitos, interpretei nas fontes, em seus pequenos sinais de diversidade, a presença de grupos sociais díspares, entendendo que as comemorações saíam do controle do que se projetava “ideal”, ou seja, comemorações dirigidas pelas autoridades e sujeitos ligados aos clubes e associações emancipacionistas e abolicionistas; identifiquei e relacionei como escravizados, trabalhadores, mulheres, estudantes, libertos, artistas como partícipes do movimento, na compreensão de que esses grupos não estavam alheios aos processos políticos e também possuíam interpretações próprias dos significados da liberdade e da importância histórica da campanha pró-libertação para o futuro do país.

A pretensa ideia de hegemonia de classe como exercício de poder típico das sociedades escravagistas nas quais o paternalismo foi elevado até as últimas consequências por meio de escritos, doações, cartas de liberdade, testamentos, subscrições. Na memória

⁷⁶⁴ Tal qual a tese de Renata Figueiredo Moraes que analisa os festejos de maio de 1888 na corte imperial na perspectiva da diversidade social e da memória dos festejos da imprensa fluminense; O artigo de Valter Fraga Filho discute as festas e os embates da memória constituída abolição na Bahia a partir do maio de 1888. **CF. MORAES, Renata Figueiredo. *Op. Cit.*, 2012. **CF. FILHO, Valter Fraga. *O 13 de maio e as celebrações da liberdade, Bahia, 1888-1893. História Social*, n. 19, segundo semestre de 2010.****

social, muitas dessas comemorações da liberdade tornavam-se parte dos rituais que foram incorporados nos discursos dominantes, cuja memórias e escritos foram metaforizados, conforme explica Sidney Chalhoub, enquanto “atos solenes” da classe senhorial numa tentativa de reafirmação da política de domínio.⁷⁶⁵

No entanto, a despeito dessa hegemonia, analisamos como os diversos sujeitos e grupos atribuíam sentidos próprios as comemorações, em especial visões de liberdade e projeções do futuro sem a escravidão. A imprensa, por exemplo, expunha suas ideias de liberdade na perspectiva de “progresso e civilização” somente concretizados à medida que se configurava abolição controlada. Segmentos da elite política e econômica preocupavam-se com a questão do trabalho e a formação de mão-de-obra, a necessidade da instrução e o constante medo de radicalização do processo político para que não descambasse numa premente revolução e muito menos em mudanças sociais mais profundas como ocorridas na Cabanagem ou então na tomada de poder dos escravizados no Haiti.

Outro aspecto foi a leitura que senhores, políticos e intelectuais fizeram da igualdade jurídica decorrente da enxurrada de libertações que ocorriam nos anos finais da escravidão. Tais liberdades passaram a ser vista como um problema em face ao que podemos classificar como visões de mundo em que acionavam “filtros” para justificar seu imaginário no qual libertos eram “inferiores”, “incapazes” e que deveriam ser tutelados para conviver socialmente na condição de pessoas livres, sem falar na perspectiva do temor de insubordinação e a suposta tendência à “vadiagem” numa ótica racialista escrachados nos discursos das cerimônias públicas, escritos e memórias (Cartas de alforrias, escritos dos jornais) que discutiam os significados das liberdades sutilmente intercalados em seus discursos benevolentes e revestidos pelo caráter de altruísmo e ação piedosa, sacralizada ou devotada como ação redentora que permeou o abolicionismo belenense.

Por outro lado, foi evidente as questões sociais de invisibilidade e exclusão social que marcaram tanto o processo de Abolição, quanto o pós-Abolição.⁷⁶⁶ A narrativa das festas privilegiavam visão superficial dos significados políticos e sociais daquelas comemorações, ou seja, acomodava a diversidade de grupos sociais, porém, ofuscava o que fugia da hegemonia, ordem e legalidade, daí a dificuldade de encontrarmos elementos que ligavam de forma mais objetiva os diversos festejos ocorridos na década de 1880 aos extratos culturais de

⁷⁶⁵ CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *A história contada: Capítulos da história social no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, pp 95-100.

⁷⁶⁶ MATTOS, Hebe; RIOS, Ana Maria. O pós-abolição enquanto problema histórico: Balanços e perspectivas. *IN: Topoi*, V. 5, n. 8, jan-jun 2004, p. 170-198.

escravizados e libertos. Porém, não significava que estes não estavam presentes, ainda que “embaçados” nas generalizações e silêncios propositais dos cronistas, muitos festejaram ora distantes, ora mesclados e outrora autônomos a emancipadores e abolicionistas.

No entanto, não significou um silêncio da parte do pesquisador. Nem sempre as comemorações significavam harmonia, nesse sentido, analisei como os distúrbios causados por um grupo de capoeiras que causaram medos e apreensões nas autoridades. Analisei as festas das mulheres libertas com sua imponente passeata pelas ruas da capital paraense em regozijo pela liberdade, em maio de 1888. Outra análise foi centrada nas comemorações da Irmandade de São Benedito, no sentido de ampliar a noção da forma como escravizados, libertos e livres associaram a festa da irmandade, tradicional cerimônia do calendário religioso da capital, enquanto festejo da liberdade comemorado somente no fim do ciclo dos extensivos regozijos públicos belenense.

A subscrição social que envolveu os diversos círculos de trabalhadores e a “gente comum” que em suas intervenções, ofertas, passeatas, escritos, cerimônias e variadas comemorações, permitiram o rascunho de suas visões de mundo e a compreensão do seu papel para o desenrolar e desfecho da escravidão em Belém, organizando comissões, angariando recursos, ofertando serviços, dinheiro ou mesmo a criatividade em prol da causa abolicionista, o que demonstra que a luta antiescravidão era um ideal comungado, possivelmente, agendas de lutas que se interligavam a questões sociais e políticas mais amplas como melhores condições de moradia, remuneração, melhorias das condições de vida, maior representação política e luta por direitos sociais. Assim, a luta contra o escravismo simbolizava um conjunto de insatisfações que amalgamava diferentes sujeitos em campanhas públicas que usavam o espaço público para mobilização social em causas que não se excluía, ao contrário, se complementavam e imprimiam suas perspectivas e visões de mundo sobre o significado da liberdade e aproximavam suas lutas cotidianas a carga simbólica da vitória contra o escravismo, no qual interpretavam e compreendiam a seu modo, a singularidade do momento histórico por qual atravessava o Brasil.

A pesquisa investiu na análise dos elementos simbólicos e representativos das festas do abolicionismo, principalmente para compreensão dos elementos alegóricos que marcavam as festividades. Analisei as metáforas associadas às efemérides, os simbolismos das iluminações e dos adornos, enfeites e bandeiras, os significados dos lugares e monumentos e o sentido das rememorações dos sujeitos, o conteúdo das faixas, carros alegóricos, fitas, vestimentas, banquetes e do significado atribuído à liberdade, das

representações de efígies de sujeitos, dos conteúdos dos discursos na disputa e apropriação da memória da liberdade.

Por fim, trilhei reflexões com intuito de compreender a importância política dos festejos concatenando como a produção historiográfica sobre os festejos do abolicionismo apresenta avanços teóricos e metodológicos importantes nesses últimos anos. Na Amazônia, as pesquisas de José Maia Bezerra Neto ampliaram o campo de abordagem do quanto emancipadores e abolicionistas se apropriavam dos festejos e interpretavam a liberdade à sua conveniência e objetivos políticos, discutindo as festas como temática essencial na produção historiográfica do abolicionismo. Dialoguei com a produção acadêmica local e regional, em especial as produções historiográficas vinculadas ao Programa de pós-graduação em história Social da Amazônia (PPHIST-UFPA), somado ao que se discute no Amazonas e Maranhão, além das reflexões de Maria Helena Machado, Angela Alonso, Sidney Chalhoub, Renata Figueiredo Moraes, Valter Fraga Filho, Joseli Mendonça, Adam Hochschild e Seymour Drescher em maior ou menor proporção no sentido de compreender como estes autores, em suas diversas abordagens, identificam o abolicionismo e o campo dos festejos no Brasil e também em dimensão continental.

A produção de artigos, dissertações e teses sobre festejos da abolição no Brasil avançaram na questão da compreensão de que estes foram marcados pela diversidade e esforço social que possibilitou invenção, criação ou adaptação de um repertório moral e a formação de rede de subscrição social, cuja capilaridade de relações foi marcada pela heterogeneidade, o caráter espalhafatoso e, expansivo, e de agregação que atribuíam às cerimônias numa importância política e, ao mesmo tempo, simbólica como ritual de passagem do mundo da escravidão ao mundo da liberdade, o que Seymour Drescher consagrou de “Batismo da Liberdade”.

A densidade das fontes sobre os festejos do abolicionismo fez com que a pesquisa investisse nas representações, sentidos, significados que imprimiram a memória social em torno dessas comemorações, boa parte pautadas pela imprensa. Faz sentido pontuar que existindo outras questões a serem debatidas e dirimidas quanto aos sentidos e significados da forma como escravizados e libertos imprimiram aos festejos seus significados apropriados, percebo a possibilidade de aprofundamento dessa temática em novos percursos de pesquisas futuras. Como analisei, essas comemorações diluídas ou mesmo invisibilizadas nas preferências dos cronistas festivos, restando referências cruzadas, geralmente registradas por meio de menções a sambas, batuques, sincretismo das procissões religiosas/profanas, pagodes ou capoeiragem, constituindo campo de abordagem e reflexões que aprofundem os seus

sentidos tanto na década do abolicionismo, quanto no pós- abolição. Acrescenta-se a possibilidade de analisar a representatividade desses sujeitos nos clubes patrióticos, emancipadores e abolicionistas, produções mais específicas que amplie as formas de atuações de escravos libertos, tipógrafos, catraieiros, artistas, advogados, engenheiros que estavam emaranhados nessas teias de relações sociais.

A importância da compreensão dos festejos do abolicionismo converge para o entendimento do discurso emanado pelo caráter festivo e amistoso da liberdade, ação espiritual revestida de “compaixão”, ato de caridade, bondade ou até mesmo filantrópico. No imaginário social, buscou-se pautar o caráter de benevolência, evitando ou mesmo expurgando possíveis conflitos ou revoluções. Teciam um ideal de liberdade sob o aspecto harmônico, conciliativo e de empatia humana, como vaticinou Adam Hochschild.⁷⁶⁷

Acredito que a pesquisa contribua para o debate em torno da importância política e simbólica dos festejos do abolicionismo, em especial, devido à notoriedade que essas comemorações adquiriam no contexto da década de 1880 no Brasil-império, no Pará, em particular, as relações entre festejos patrióticos, emancipadores e abolicionistas para compreensão dos embates, dos significados denotados na mediação e na definição do significado da liberdade na capital paraense.

Apesar da memória social e da própria historiografia enfatizar atuação dos clubes e associações patrióticas, emancipacionistas e abolicionistas, é notório que busquei a discussão de quão importante foi à pluralidade social e o caráter de subscrição do abolicionismo, ou seja, a significativa quantidade de comemorações associadas estimula o importante debate de como a liberdade foi idealizada e compartilhada por diferentes agentes, numa perspectiva de diversidade que marcou a sua história social do abolicionismo paraense.

⁷⁶⁷ HOSCHASCHILD, Adam. *Op. Cit.*, p. 463.

REFERÊNCIAS

FONTES IMPRESSAS:

1. ARQUIVO PALMA MUNIZ

Fundo: Atas e Sessões da Câmara Municipal de Belém (1881-1888).

2. ARQUIVO PÚBLICO DO PARÁ – APEP

Documentação Manuscrita

- **Fundo: Secretaria da Presidência da Província**

Área: Governo

Série: Estatutos dos clubes e associações (1880-1888)

Série: Livro de Registro de Ofícios (1881-1888)

Série: Requerimentos. Ano: 1881-1888 (Documentação avulsa)

Série: Ofícios do corpo militar de polícia do Pará. Ano: 1888-1889 (Documentação Avulsa)

Série: Minutas de Ofícios ao comandante do corpo de polícia. Ano: 1888 (Códice 1917)

Série: Minuta de ofícios ao chefe de Polícia. Ano: 1888. (Códice 1925)

Série: ofícios da secretaria de polícia da província do Pará. Ano: 1888. Caixa: 435.

Série: Minutas de Ofícios a diretoria do Instituto Paraense. (Códice 1934)

Série: Livro de Registro de Ofícios. Ano: 1887. Caixa: 37.

- **Fundo: Corpo de Polícia Paraense**

Área: Segurança Pública

Série: Ofícios (1880-1888)

COLEÇÃO DE LEIS E ATOS

Coleção de Leis da Província. Atos do Governo provincial do Gram-Pará. Tomo XLII. 1880.

Coleção de Leis da Província. Atos do Governo provincial do Gram-Pará. Ano de 1881.

TOMO XLIII. Parte 2. 1882.

BRASIL. Congresso. Senado. Leis. Lei nº 2040 de 28 de setembro de 1871.

BRASIL. Congresso. Câmara dos deputados. Decreto nº 5.135, de 13 de novembro de 1872.

3. BIBLIOTECA ELETRÔNICA BRASILEIRA GUITA E JOSÉ MINDLIN

Lei de 28 de setembro de 1871

Manifesto Club Amazônia

4. BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ “ARTHUR VIANA” / SEÇÃO DE MICROFILMAGENS.

JORNAIS

A Província do Pará (1881-1888)

LIVROS

Biblioteca Pública do Pará. Jornais paraoaras: Catálogo. Belém: Secretaria de Estado de Cultura, Desportos e Turismo. 1985.

Revista

Revista Familiar: Um periódico dedicados às famílias (<http://www.fcp.pa.gov.br/2016-12-13-19-41-20/revista-familiar.>)

5. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Jornais do Pará

A Constituição: Órgão do partido conservador (1881-1886)

Almanaque Paraense (1883)

Diário de Notícias (1881-1892)

Diário de Belém (1881-1888)

O Abolicionista Paraense (1883-1886)

O Liberal do Pará (1880-1889)

JORNAL DO CEARÁ

Libertador (1881-1884)

6. Falas e relatórios do Governo da Província do Grão-Pará, entre os anos de 1880-1889.

(<http://brazil.crl.edu.br>)

PARÁ, Governo da Província do. *Falla com que o Exm. SNR. Dr. Joao José Pedrosa abriu a 1ª sessão da 23ª legislatura da Assembleia Legislativa da Província do Pará em 23 de abril de 1882.*

Belém: Typ. De Francisco da Costa Junior, travessa 7 de setembro.

PARÁ - Presidência da província do. *Relatorio apresentado pelo excelentissimo senhor doutor José Coelho da Gama e Abreu, presidente da província, á Assembléa Legislativa Provincial do Pará, na sua 1.a sessão da 22.a legislatura, em 15 de fevereiro de 1880. Pará, 1880.*

PARÁ - Presidência da província do. *Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial na 2.a sessão da 22.a legislatura em 15 de fevereiro de 1881 pelo exm. sr. dr. José Coelho da Gama e Abreu. Pará, Typ. do Diário de Noticias de Costa & Campbell, 1881.*

PARÁ - Presidência da província do. *Falla com que o exm.o snr. dr. João José Pedrosa abriu a 1.a sessão da 23.a legislatura da Assembléa Legislativa da província do Pará em 23 de abril de 1882. Pará, Typ. de Francisco da Costa Junior, 1882.*

PARÁ - Presidência da província do. *Relatório com que o exm. sr. presidente, dr. Manuel Pinto de Souza Dantas Filho, passou a administração da província ao exm. sr. 1.o vice-presidente, dr. José da Gama Malcher. Pará, Typ. do "Liberal do Pará," 1882.*

PARÁ - Presidência da província do. *Falla com que o exm. sr. general barão de Maracajú abriu a 2.a sessão da 23.a legislatura da Assembléa Legislativa da província do Pará em 15 de fevereiro de 1883. Pará, Typ. do Jornal da Tarde, 1883.*

PARÁ - Presidência da província do. *Falla com que o exm. sr. general visconde de Maracajú presidente da província do Pará, pretendia abrir a sessão extraordinária da respectiva Assembléa no dia 7 de janeiro de 1884. Pará, Diário de Noticias, 1884.*

PARÁ - Presidência da província do. *Relatório com que o exm.o snr. general visconde de Maracajú passou a administração da província ao 2.o vice-presidente, exm.o snr. dr. José de Araújo Roso Danin, no dia 24 de junho de 1884. Pará, Typ. de Francisco da Costa Junior, 1884.*

PARÁ - Presidência da província do. *Falla com que o exm. sr. conselheiro dr. João Silveira de Souza, presidente da província do Pará, abriu a 2.a sessão da 24.a legislatura da Assembléa Provincial em 18 de abril de 1885. Pará, Typ. da Gazeta de Noticias, 1885.*

PARÁ - Presidência da província do. *Relatório que ao exm. sr. dr. João Lourenço Paes de Souza, 1.o vice-presidente da província do Gram-Pará, apresentou o exm. sr. dr. Carlos Augusto de Carvalho ao passar-lhe a administração em 16 de setembro de 1885. Pará, Typ. de Francisco de Costa Junior, 1885*

PARÁ - Presidência da província do. *Falla com que o exm. sr. conselheiro Tristão de Alencar Araripe, presidente da província do Pará, abriu a 1.a sessão da 25.a legislatura da Assembléa Provincial no dia 25 de março de 1886. Belém, Typ. do "Diário de Noticias," 1886.*

PARÁ - Presidência da província do. *Falla com que o exm. sr. conselheiro Francisco José Cardoso Junior, 1.o vice-presidente da província do Pará, abriu a 2.a sessão da 25.a legislatura da Assembléa Provincial em 20 de outubro de 1887. Pará, Typ. do Diário de Noticias, 1887.*

PARÁ - Presidência da província do. *Relatório com que o exm. sr. desembargador Joaquim da Costa Barradas passou a administração da província ao exm. sr. conselheiro coronel Francisco José Cardoso Junior. Pará, Typ. do Diario de Noticias, 1887*

PARÁ - Presidência da província do. *Falla com que o exm. sr. conselheiro Francisco José Cardoso Junior, primeiro vice-presidente da província do Pará, abriu a 1.a sessão da 26.a legislatura da Assembléia Provincial no dia 4 de março de 1888. Pará, Typ. do "Diário de Noticias," 1888.*

PARÁ - Presidência da província do. *Relatório com que o exm. snr. conselheiro Francisco José Cardoso Junior, 1.o vice-presidente, passou a administração da província, no dia 6 de maio de 1888 ao exm. snr. dr. Miguel J. de Almeida Pernambuco, nomeado por carta imperial de 24 de março ultimo. Pará, Typ. do Diário de Noticias, 1888.*

7. REVISTAS

Revista Amazônica (1883)

Revista da SS Trindade. Paróquia da Santíssima Trindade. Ano 1. Edição nº 1. Junho de 2003.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LIVROS

ALONSO, Angela. **Flores, Votos e Balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888)**. São Paulo: Cia das letras, 1ª edição. 2015.

BESSONE, Tânia. **Cultura escrita e circulação de impressos nos oitocentos** (organização)... [et al.] - 1. Ed São Paulo: Alameda, 2016.

BARBOSA, Marinalva. **História Cultural da imprensa: Brasil, 1880-1900**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BRAGA, Theodoro. *Noções de Corographia do Estado do Pará*. Belém: Empreza Graphica Amazônia, 1919.

BURKE, Peter. **O que é história cultural**; Tradução: Sérgio Goes de Paula- 2ª edição rev. e amp.- Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

Bourdier, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. Lisboa: Difel, 1989.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembrança de velhos**. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BLOCH, Marc. **Os reis taumaturgos: O caráter sobrenatural do poder régio- França e Inglaterra**. Tradução: Julia Mainardi. São Paulo: Companhia das letras, 1999.

- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.
- Carla Bassanezi Pinsky e Tania Regina de Luca (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 1ª edição, 2015.
- COELHO, Geraldo Mártires. **No coração do povo: O monumento à República em Belém (1891-1897)**. Belém: Paka-Tatu, 2002.
- CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **A história contada: Capítulos da história social no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- CHALHOU, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das letras, 2011.
- _____. **Machado de Assis, Historiador**. São Paulo: Companhia das letras, 2003.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre práticas e representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. DIFEL, 2ª edição. Memória e Sociedade. 1992. 241p.
- CRUZ, Ernesto. **Das Casas da Câmara ao palácio Antônio Lemos**. 1973. IN: <https://issuu.com/ufpadoisponzero/docs/dascasasdacamaraopalacio>.
- _____. **Ruas de Belém: Significados históricos de suas denominações**. Belém: CEJUP, 1992.
- COSTA, Emília Viotti da. **Abolição**. 8ªed. rev. e ampl. São Paulo: Editora UNESP, 2008.
- DAIBERT JUNIOR, Robert. **Isabel, a "Redentora" dos Escravos. Uma história da Princesa entre olhares negros e brancos (1846-1988)**. São Paulo: Edusc/Fapesp, 2004.
- DEL PRIORI, Mary. **Festas e utopias no Brasil colonial**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- DRESCHER, Seymour. **Abolição: uma história da escravidão e do antiescravismo**. Tradução: Antonio Penalves Rocha. São Paulo: Editora da UNESP, 2011. 736p.
- HOBSBAMW. Eric e Ranger, TERENCE (Orgs.). **A invenção das tradições**. Ed. Paz e Terra, 1984.

FARIAS, Willian Gaia. **O alvorecer da República no Pará (1886-1897)**. Belém: Editora Açai, 2008.

GINZBURG, Carlo. **O Queijo e os vermes: O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. **Medo, reverência, terror: Quatro ensaios sobre iconografia política**. Tradução de Federico Carotti, Joana Angélica d'Avilla Melo, Julio Castanho Guimarães. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. 194 p.

HARTOG, François. **Regime de historicidade: Presentismo e experiência do tempo**. 1. ed.; 2ª reimp. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2015.

HENRIQUE, Márcio Couto. **Sem Vieira nem Pombal: Índios na Amazônia do século XIX**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018.

HOCHSCHILD, Adam. **Enterrem as correntes: Profetas e rebeldes na luta pela libertação dos escravos**; Tradução; Wanda Brunt. Rio de Janeiro: Record, 2007.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão, et all. 6º Ed. Campinas: UNICAMP, SP: Editora da Unicamp, 2012.

Lilia Moritz Schwarcz e Flávio dos Santos Gomes. **Dicionário da Escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. (Orgs.). 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

LUSTOSA, Isabel. **Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na independência, 1821-1823**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Maria de Nazaré dos Santos Sarges & Magda Maria de Oliveira Ricci (Orgs.). **Os Oitocentos na Amazônia: Política, trabalho e cultura**. Belém: Editora Açai, 2013.

Martha Abreu e Matheus Serva Pereira (orgs.). **Caminhos da liberdade: histórias da abolição e do pós-abolição no Brasil**. – Niterói: PPGHISTÓRIA- UFF, 2011.

Martha Abreu; Rachel Soihet; Rebeca Teixeira (Orgs.). **Cultura Política e leituras do passado: historiografia e ensino de história**. 2ª edição- Rio de Janeiro: José Olympio, 2010.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo; CASTILHO, Celso Thomas. **Tornando-se Livre: Agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição**. Orgs.: São Paulo, editora da Universidade de São Paulo, 2015.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **Crime e escravidão: Trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas (1830-1888)**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

_____. **O Plano e o pânico: Os movimentos sociais na década da abolição**. 2ª edição rev. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tânia Regina. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo, 2ª edição, 2011.

MENDONÇA, Joseli. **Entre a mão e os anéis: A lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

Moraes, Evaristo de. **A campanha Abolicionista: 1871-1888**. 2ª edição. Brasília, editora da Universidade de Brasília, 1986. 407 p.

MOREL, Marco e DE BARROS, Mariana Monteiro. **Palavra, Imagem e Poder: O surgimento da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro: DP & A, 2003, 130 p.

Nabuco, Joaquim. **O Abolicionismo**. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2010.

Neves, Fernando Arthur Freitas; Lima, Maria Roseane Pinto (Orgs.). **Faces da história da Amazônia**. Belém: Paka-tatu, 2006.

CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravidão no Brasil**. Tradução de Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1978. 2ª edição.

ROCHA MONTEIRO, Edson Luiz. **Maçonaria, poder e sociedade no Pará na segunda metade do século XIX (1850-1900)**. Belém: Editora Açaí, 2016.

SARGES, Maria de Nazaré. **Belém: Riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1912)**. Belém: Paka-tatu, 2010.

STELLA BRESCIANI E MARCIA NAXARA (Orgs). **Memória e (res) sentimento**: Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2001.

SALLES, Vicente. **O Negro no Pará sob o regime da escravidão**. 3ªed. rev. e ampl. Belém: IAP, Programas Raízes, 2005.

_____. **Maestro Gama Malcher- a figura humana e artística do compositor paraense**. Belém: UFPA/ SECULT, 2005.

_____. SALLES, Vicente. **Épocas do Teatro no Grão-Pará: Ou apresentação do teatro de época**. Belém: UFPA, 1994.

_____. SALLES, Vicente. **O Negro na formação da sociedade paraense**. Belém; Paka-Tatu, 2004.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TOSH, John. **A busca da história: Objetivo, métodos e tendências nos estudos da história moderna**; Tradução de Jacques A. Wainberg. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

THOMPSON. Edward Palmer. **A miséria da Teoria ou um planetário de erros: Uma crítica ao pensamento de Althusser**. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____. **Costumes em Comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ARTIGOS

ALONSO, Angela. *A teatralização da política: A Propaganda abolicionista*. 2012. Tempo Social revista de sociologia da USP, v. 24, n. 2.

_____. *O abolicionista cosmopolita: Joaquim Nabuco e a rede abolicionista transnacional*. Novos Estudos - CEBRAP, n.88, 2010.

ALBURQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. *Festa pra que te quero: Por uma historiografia do festejar*. UNESP – FCLAS – CEDAP, v.7, n.1, jun. 2011.

AMARAL, Rita. *As mediações culturais das festas*. Revista Mediações. Londrina, v3, nº 1. Jan/jul. 1998.

BEZERRA NETO, José Maia. *A segunda independência. Emancipadores, abolicionistas e as emancipações do Brasil*. Almanack Guarulhos, n.02, 2º semestre de 2011.

_____. *Escravidão, abolicionismo, mundialização e processo civilizatório na Amazônia, século XIX*. Texto integrante dos Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP-USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008. CD-ROM.

_____. “O Doce Treze de Maio. O abolicionismo e as visões da Cabanagem, Grão-Pará – Século XIX.”. **In:** NEVES, Fernando Arthur de Freitas e LIMA, Maria Roseane Pinto (organizadores). *Faces da história da Amazônia*. Belém: Paka-Tatu, 2006.

_____. BEZERRA NETO, José Maia. *Se bom cativo, liberto melhor ainda: Escravos, senhores e visões emancipadoras (1850-1888)*. **IN:** MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo; CASTILHO, Celso Thomas. *Tornando-se Livre: Agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição*. Orgs.: São Paulo, editora da Universidade de São Paulo, 2015.

_____. José Veríssimo: Pensamento Social e etnografia da Amazônia (1877/1915). *Dados*. vol.42, n.3, Rio de Janeiro, 1999.

CAMPOS BASILE, Marcelo Otávio Néri de. *Festas cívicas na corte regencial*. *Varia História*. Belo Horizonte, vol. 22, nº 36, Jul/Dez 2006.

HAHNER, June. *A escola normal, as professoras primárias e a educação feminina no Rio de Janeiro no fim do século XIX*. Niterói, v. 10, n. 2, , 1º sem. 2010.

HENRIQUE, Márcio Couto. Sem Vieira nem Pombal: Memórias jesuíticas e as missões religiosas na Amazônia do século XIX. *Asas das palavras – Revista de Letras*. Belém: Unama, v. 10, n. 23, 2007.

MATTOS, Hebe; RIOS, Ana Maria. *O pós-abolição enquanto problema histórico: Balanços e perspectivas*. *Topoi*, V. 5, n. 8, jan-jun 2004.

MORAES, Renata Figueiredo. *As festas de Abolição na corte: Diversidade e polifonia dos festejos de maio de 1888*. 5º encontro de escravidão e liberdade no Brasil meridional. <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/imagens/Texto5/Moraes%20renata%20figueiredo.pdf>.

_____. *O “dia delírio” de Machado de Assis e as Festa de Abolição*. *Machado de Assis em Linha*, São Paulo, v. 11, n. 23, abril de 2018.

MOTA, Carlos Guilherme. *História de um silêncio: A guerra do Paraguai (1864-1870) 130 anos depois*. *Revista Estudos Avançados*, nº 9. Ano: 1995.

SILVEIRA DE SOUZA, Roseane. *Teatro da Paz: Histórias invisíveis em Belém do Grão-Pará*. *An. mus. paul.* vol.18, nº.2, São Paulo, Julho/Dezembro de 2010.

MONOGRAFIAS, DISSERTAÇÕES E TESES.

ANTUNES, Livia de Lauro. *Por uma memória da nação: Abolição e pós-abolição nos institutos históricos (uma história comparada)*. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-graduação em História Comparada (PPGHC), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.

BEZERRA NETO, José Maia. *Por Todos os Meios Legítimos e Legais: As Lutas contra a Escravidão e os Limites da Abolição (Brasil, Grão-Pará: 1850-1888)*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em História, São Paulo, 2009.

BORGES, Tatiana Carepa Borges Roffé. *Do Largo das Mercês a Praça Visconde do Rio Branco: Um estudo de gestão do patrimônio histórico em Belém do Pará (1941-2001)*.

Orientador: Aldrin Moura de Figueiredo. Universidade Federal do Pará. Dissertação (mestrado). Programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. 2013.

BRITO, Jailton Lima. *Abolição na Bahia: Uma história política (1870-1888)*. Universidade Federal da Bahia. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Orientador: João José da Silva Reis. Ano: 1996, 261 f.

CRAVO, Ana Carolina Trindade. *“Haja cacêtes!;haja páo!” A Sociedade Libertadora de Benevides: abolicionistas, escravos e colonos na luta contra a escravidão (1881-1888) / Ana Carolina Cravo*. Orientador (a): José Maia Bezerra Neto. 2014.

DA COSTA, Magda Nazaré Pereira. *Caridade e Saúde Pública em tempo de epidemias. Belém 1850-1890*. Dissertação (Mestrado) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Pará. Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2006.

FARIAS Willian Gaia. *A construção da República no Pará (1886-1897)*. Niterói, tese (Doutorado). Centro de Filosofia e Ciências Humanas-Universidade Federal Fluminense, 205.

FRAGA Filho, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: Histórias e trajetórias de escravos e libertos na Bahia, 1870-1910*. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Tese (doutorado). Orientador: Robert W. Slenes.

FARIAS Willian Gaia. *A construção da República no Pará (1886-1897)*. Niterói, tese (Doutorado), PP 287-290. Centro de Filosofia e Ciências Humanas-Universidade Federal Fluminense, 2005.

NEVES. Pedro Monteiro. *Liberdade sem sustos, nem inquietações: significados e sentidos do Fundo de Emancipação no Grão-Pará (1871-1888)*. Dissertação de mestrado apresentada na

Universidade Federal do Pará. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História. Belém, 2014.

LAURINDO JUNIOR, Luiz Carlos. A cidade de Camilo: A escravidão Urbana em Belém do Grão-Pará (1871-1888). Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, 2012.

MACHADO, Carlos Denizar de Souza. Festas da Abolição e República: Tradição e representações em Belém (1888-1898). Belém: Lab. De História/ UFPA. Monografia de conclusão de curso, 2006.

MORAES, Renata Figueiredo. *Os Maios de 1888: História e memória na escrita da História da Abolição. O caso de Osório Duque-Estrada*. Dissertação de Mestrado. PPGH-UFF, 2007.

_____. 13 de Maio e os seus significados no Rio de Janeiro (1888-1908). Rio de Janeiro, 2012, 325 p. Tese de doutorado- Departamento de História. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

MOURA. Daniela de Almeida. *República paraense em festa (1890-1911)*. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Pará. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2006.

NONATO DA SILVA, Dário Benedito Rodrigues. *Os donos de São Benedito: Convenções e rebeldia na luta entre o catolicismo popular e devocional na cultura de Bragança*. Programa de pós-graduação em história social da Amazônia (PPHIST-UFPA). Dissertação de Mestrado, 2006.

SANTOS, Edilson Vasconcelos dos. *Ativistas da liberdade: uma história da Sociedade Abolicionista 28 de Setembro (Belém, 1883-1885)*; orientador: José Maia Bezerra Neto. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2014.

ANEXOS

**POEMA OFFERECIDO A LIGA REDEMPTORA, POR OCCASIÃO DA
REDEMPÇÃO DO PINHEIRO NO DIA 29 DE ABRIL DE 1888.**

Quem é que póde, onde a força
De Achilles, mesmo Sansão,
Capaz de lhe deter a marcha
Do gigante- abolição.
Que qual forte tempestade
Com furor e majestade
Arranca da humanidade
Má semente´a escravidão!

Ninguem! São todos pequenos
P'ra tolher os passos seus,
Escravocratas! Curvae vos
O' raça de pygmeos!
Passo progresso a sciencia,
A luzes das intelligencias
Fazem frente ao próprio Deus,

Hoje não há um so ente,
Um coração bem formado
Que não se sinta contente
Que não fique electrizado
Ao vêr formar-se epopeias
De nobres, grandes ideias
Para redimir o escravisado

Eis uma prova eloquente
De valor e de heroismo,
Uma lição ministrada
A' ganancia ao despotismo
- Um grupo de combatentes
As luzes fortes, valentes
Arrancando a pobre entes
Do soverdoro, do abysmo.
Avante, ó Liga! De atletas
Brilhante grupo de luz!
O vosso brilho ao proscrito
A liberdade conduz!
Avante! Pois que a historia
Em letra d'ouro e com gloria
Relembra a vitória
Dos filhos de Santa Cruz!

PAULO PEREIRA

AVÉ LIBERTAS!

**OFFERCIDA A LIGA REDEMPTORA POR OCCASIÃO DA LIBERTAÇÃO DO
MOSQUEIRO NO DIA 6 DE MAIO DE 1888.**

Desabem de uma vez os preconceitos!
Por terá o despotismo, o vil direito!
Da negra escravidão.
Que o sol da liberdade já mostra
Altivo, fulgurante, iluminado.
Os plainos da amplidão.

Por terá os traficantes! – os embusteiros!
Que aos homens vendem outro se curvando
Ao passo do dinheiro
Pra longe esses inúteis mal trapilhos,
Façamo-l'os fugir espavoridos
Do sólo brasileiro!

Unama-nos! Caminhemos destemidos
Abem da sã justiça e do direito,
Em prol da humanidade,
Ao vento desfraldado, ao som de hymnos
O bello pavilhão da grande causa
Da santa liberdade!

Marchamos em cruzada que s'estorecem
No féro captiveiro tantos entes
Que são ignaes, a nós
- Herança vil, mesquinha e miseranda
Legada pela erassa ignorancia
Dos nossos bons avós

Façamos do escravo um homem livre
Capaz de trabalhar a bem dos povos!
Da causa universal.
Curemos de uma vez do vasto seio
Da nossa chara patria a grande chaga
- O cancro social!-

Ávante Briareus dos nossos tempos!
Soldados valorosos de uma nova
Cruzada só de luz!
Ávante! pois que temos como estrella
A santa liberdade que nos guia,
Pharol que nos conduz!

PAULO PEREIRA.

POESIA RECITADA NA SESSÃO COMMEMORATIVA DA SOCIEDADE RECREATIVA E LITTERARIA “BELLA HARMONIA” EM HONRA AO TREZE DE MAIO.

Ave, Libertas! Ave!... repercute,
Do sul ao norte, o écho electrizador
Das mattas n’ amplidão
Modulão aves divinas orchestras,
As feras regem estrondosa honraria
Ao quebra-se o grilhão.

Eis da razão á voz omnipotente,
Da humanidade ao grão de justiça
Mais uma bastilha rue;
Lá vem raindo a luminosa aurora
Annunciadora do pathernon da gloria
Que a liberdade construe.

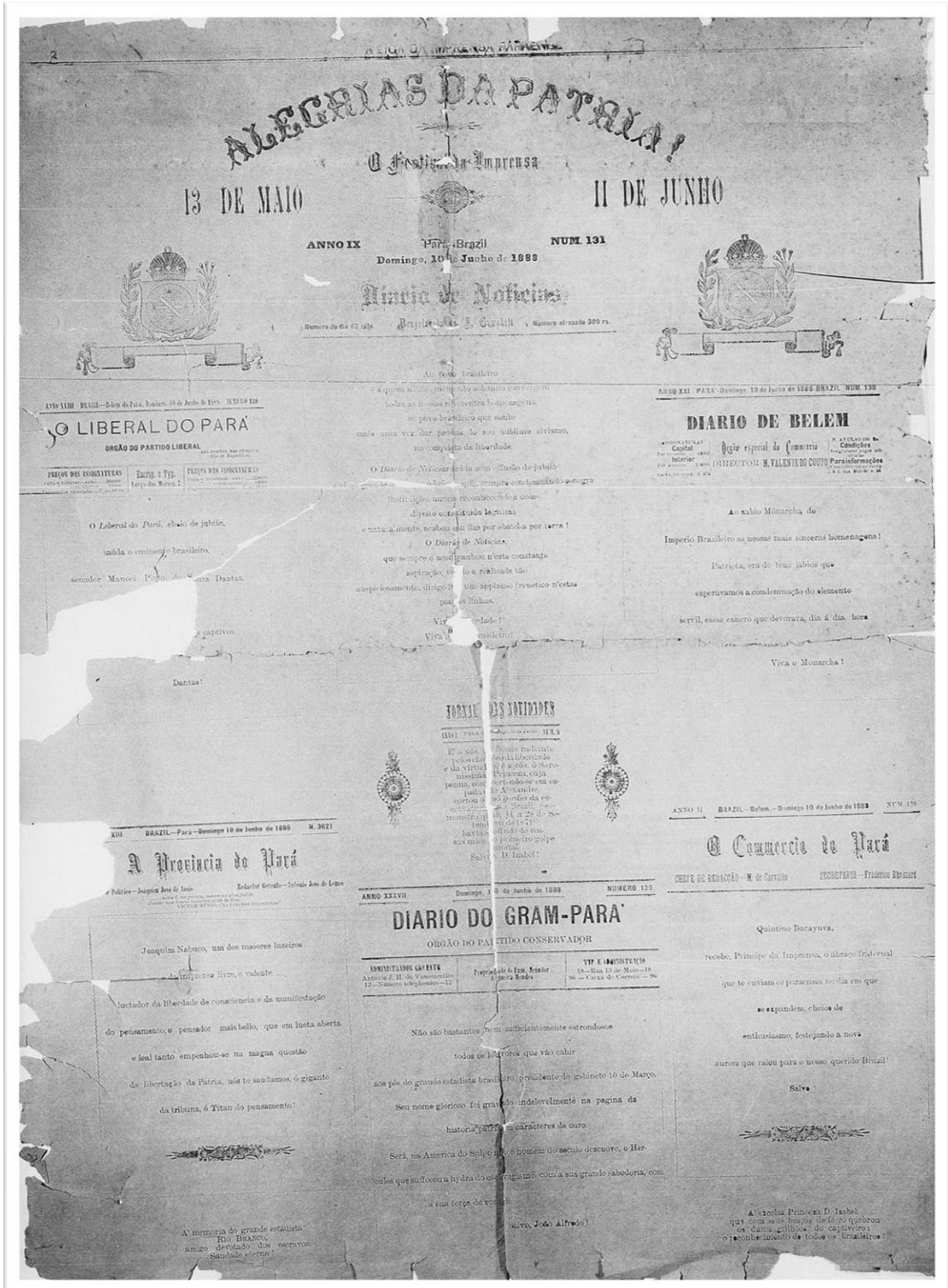
O prata diz assim ao Amazonas
“Oh! Salve! Pathernon, quebraste o caucaso
Que te prenda servil!”
Alegram-se as nações livres da America
E ao foco da luz de Nova York
Rebrilha, livre, o Brazil!

Bem dita a liberdade, enfim das lagrimas
Das matas brasílicas fez-se o orvalho
De fecunda manhã
Se transforma a senzala em officina
Ao labor abre a terra em seios túmulos
Em jubiloso afan.

Fundiam-se as correntes em arados
Do tronco te fez o banco do operário
Que a liberdade bendiz,
Salve! esplendente luz do dia treze!
Salve! Ó lei suprema do progresso
Avante! Ó meu paiz!

MANOEL BARATA

A LIGA DA IMPRENSA PARAENSE. NUMERO ÚNICO. CONSAGRADO AO FESTIVAL DA IMPRENSA DE 11 DE JUNHO DE 1888 EM HONRA Á ABOLIÇÃO DO ELEMENTO SERVIL. 11 DE JUNHO DE 1881, P.3.



**FRONTISPÍCIO DO MONUMENTO EM HOMENAGEM AOS CATRAIEIROS DO
CEARÁ NA PRAÇA DOS ESTIVADORES⁷⁶⁸, BAIRRO CAMPINA, BELÉM.**



⁷⁶⁸ Imagem registrada pelo autor. 14 de outubro de 2018.

MONUMENTO ⁷⁶⁹ EM HOMENAGEM A LIBERTAÇÃO DOS ESCRAVOS EVIDENCIANDO A PRINCESA ISABEL, PRAÇA DE MESMA ALCUNHA, EM MOSQUEIRO.



⁷⁶⁹ Imagem registrada pelo autor no período da manhã para evitar maior poluição visual que caracteriza a referida praça. 9 de julho de 2019.